



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA

ADRIANO PEREIRA DE ALMEIDA

**A ESPECIALIZAÇÃO INDUSTRIAL METALMECÂNICA E AS
TRANSFORMAÇÕES ESPACIAIS EM ASSAÍ-PR**

LONDRINA
2011

ADRIANO PEREIRA DE ALMEIDA

**A ESPECIALIZAÇÃO INDUSTRIAL METALMECÂNICA E AS
TRANSFORMAÇÕES ESPACIAIS EM ASSAÍ-PR**

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em Geografia: Dinâmica Espacial Ambiental da Universidade Estadual de Londrina-PR como parte das exigências para a obtenção do título de Mestre em Geografia.

Orientação: Prof. Dra. Tânia Maria Fresca

LONDRINA

2011

**Catalogação elaborada pela Divisão de Processos Técnicos da Biblioteca Central da
Universidade Estadual de Londrina**

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

A447e Almeida, Adriano Pereira de.

A especialização industrial metalmecânica e as transformações espaciais em
Assai-PR / Adriano Pereira de Almeida. – Londrina, 2011.
181 f. : il.

Orientador: Tânia Maria Fresca.

Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual de Londrina,
Centro de Ciências Exatas, Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2011.
Inclui bibliografia.

1. Geografia urbana – Teses. 2. Cidades e vilas – Teses. 3. Metalurgia – Indústrias
– Assaí (PR) – Teses. 4. Concentração industrial – Paraná – Teses. 5. Industrialização
espacial – Paraná – Teses. I. Fresca, Tânia Maria. II. Universidade Estadual de
Londrina. Centro de Ciências Exatas. Programa de Pós-Graduação em Geografia.
III. Título.

CDU 911.3::711

ADRIANO PEREIRA DE ALMEIDA

**A ESPECIALIZAÇÃO INDUSTRIAL METALMECÂNICA E AS
TRANSFORMAÇÕES ESPACIAIS EM ASSAÍ-PR**

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em Geografia: Dinâmica Espacial Ambiental da Universidade Estadual de Londrina-PR como parte das exigências para a obtenção do título de Mestre em Geografia.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dra. Tânia Maria Fresca
(Orientadora – UEL / Londrina)

Prof. Dr. Cláudio Roberto Bragueto
(UEL / Londrina)

Prof. Dra. Ângela Maria Endlich
(UEM / Maringá)

Londrina, 25 de Março de 2011

A todos que compartilham o compromisso de
elucidar o mundo e formar uma consciência
crítica por meio da Geografia.

AGRADECIMENTOS

Agradeço infinitamente a Deus criador, fonte de inspiração e origem de tudo que sou, tenho, faço e acredito. Agradeço de todo coração a minha família Pai, Eliane Thiago e Maria Clara, Danielly, Amanda e Rafael pelo apoio e compreensão. De modo especial e profundo agradeço à minha saudosa mãe, que acreditou e se sacrificou por mim inúmeras vezes e de várias formas junto com meu pai. Agradeço a minha orientadora querida Prof.^a Tânia Maria Fresca, pela paciência, lucidez e confiança, mesmo nas horas que eu já não acreditava em mim ela sempre acreditou e motivou. Agradeço aos meus tios Tia Maria, Tia Lúcia, Tio Milton, Suzana, Oseias e Gustavo a quem amo e respeito muito.

Agradeço especialmente aos amigos valiosos que tive a graça de fazer pelo caminho da vida e hoje são meu grande tesouro: Regina, uma amiga incondicional; Marcelo A. Rocha e Bahity meus irmãos de coração; Nilcéia minha maezinha; Miriam Lopes amiga fiel e querida; Ana Paula, Suzana e Flaviane: amigas especiais por qual não seria o mesmo se não às conhecesse; Sonia, grande amiga e motivadora, Ir. Neuza, Ir. Isabel, Ortêncio, Julieta, Aldeleza, Cláudia e Tereza, grandiosas amigas, irmãs de fé e meu porto seguro;

A minha Amada Rosana, por sempre acreditar, apoiar, motivar e acompanhar esse trabalho de uma forma tão agradável que só ela consegue, além de cuidar da parte técnica do trabalho com o carinho que só ela tem; Às novas e preciosas amigas Edna e Sandra; Juliana Santana, Ideuza e Irany; Agradeço também imensamente ao Sergio Koyashiki, Ivanise, Marcelo, Anacleto, Jacob, Miriam Tsuda, Erika e Cida: pessoas íntegras que admiro, amigos de trabalho e da vida toda;

Agradeço a Célia, Carlinhos e Nando, uma família tão incrível que sinto como se fosse minha, e a Daiane, que conheci tão pequena, participa tanto de minha vida e tem tantas qualidades que as vezes penso que é minha filha. Agradeço à Camila Ravagnani, desde que a conheci me tornei uma pessoa melhor, tocado por sua inteligência e doçura; Ao b-boy Rafael Tavarez; Agradeço a duas amigas especiais Isandra e Meire Anne; Agradeço a meus queridos amigos do coração Elenice e Ciro; Agradeço a minha grande amiga e segunda mãe Elza Ogata;

Agradeço a um casal que é tão importante pra mim quanto meus pais: Rosa e Massami, obrigado por tudo! Agradeço aos grandes amigos do mestrado Daniela, Claudinha e Flávia; ao tato Carlos e a Thaty pela amizade, companheirismo e bons momentos nos últimos anos; Agradeço aos meus amigos da graduação em Geografia da UENP, pois juntos aprendemos a amar a geografia e a nos amar. Agradeço muito aos meus amigos da pós em Meio Ambiente, pois juntos adquirimos e partilhamos novos conhecimentos e em menos de um ano nos tornamos grandes amigos;

Agradeço a meus professores da Licenciatura em Geografia e em especial o amigo e sempre mestre Aécio: graças a vocês, minha mente se abriu e hoje acredito ter uma opinião, um lugar no mundo e na Geografia;

Agradeço a alguns amigos do Colégio Barão do Rio Branco, em especial à Janete, Inês Brito e Akemi pela ajuda e amizade e à Amélia muitíssimo obrigado pela amizade e confiança; Agradeço a meus amigos do curso de História EaD, em especial a Ivone, Acácio e Eliete; agradeço a meus tutores queridos Ricardo e Veroni, dos quais sou grande admirador por me apresentar à história com rigor e motivação; agradeço a super coordenadora do Polo Presencial de Assaí e grande amiga Aparecida Maria, que sempre acreditou, incentivou e contribuiu com minha pesquisa; Agradeço a uma família que adoro estar junto e me sinto parte: Luiz e Vera, Alex e meus afilhados André e Jéssica; Agradeço a todos que passaram e estão na minha vida e que de alguma forma contribuíram para com este trabalho... desculpe se esqueci o nome; Agradeço aos entrevistados das indústrias metalúrgicas: Juliana Proença Silva, Anacleto Martins Bandeira, Karina Gonçalves B. V. Vasquez e Ricardo Cândido da Silva e aos entrevistados do comércio: Nilson Manoel da Silva, Adriano Martins, Boanerge X. S. Júnior e Roberto Carlos Vendrametto.

Agradeço também ao ilustríssimo Prefeito Municipal e empresário Michel Ângelo Bomtempo pela amizade, disponibilidade e ajuda. Agradeço aos professores Ângela Maria Endlich e Cláudio Roberto Bragueto pela disponibilidade e contribuições de grande valia na banca de defesa. Aos meus queridos amigos do SESI Assaí: Cibelle, Vera, Andréia, Rafael e todos os professores e estudantes, pessoas pelas quais luto em ser melhor e contribuir para a transformação de suas vidas por meio do conhecimento.

A sabedoria clama nas ruas, eleva sua voz na praça, clama nas esquinas da encruzilhada, à entrada das portas da cidade ela faz ouvir a sua voz (Provérbios 1,21).

ALMEIDA, Adriano Pereira. **A Especialização industrial metalmecânica e transformações espaciais em Assaí-PR.** 2011. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2011.

RESUMO

Este trabalho busca compreender como Assaí, uma pequena cidade do Norte paranaense de aproximadamente 16.000 habitantes, fundada por colonizadores japoneses vem destacando na produção industrial metalmecânica. Enquanto a grande maioria das pequenas cidades do estado se apresentam fadadas à estagnação ou se apresentam dependentes das atividades agropecuárias e oferecendo bens e serviços mínimos à sua população urbana, Assaí vem gestando uma especialização produtiva que vem influindo e intensificando sua vida socioeconômica e espacial. Tal especialização industrial instalada na cidade teve sua gênese em investimentos locais de uma pequena empresa, a Tornotécnica Jumbo, fundada no auge do ciclo do algodão no município, oferecendo pequenos serviços de manutenção e torno para equipamentos utilizados nessa cultura. A partir de reinvestimentos do lucro obtido na própria empresa associado à visão de mercado de seus administradores, a mesma foi se aprimorando, expandindo serviços e área de atuação, já se apresentando como uma empresa de alcance estadual na década de 1990. Em 1998, com a transferência da unidade industrial da Atlas Schindler de São Paulo para Londrina, aproveitando as relações com a multinacional, a Jumbo tornou-se uma de suas grandes fornecedoras, além de auxiliar na negociação da transferência das demais fornecedoras para Assaí. A partir da oferta de vantagens locacionais oferecidas pela administração municipal, Assaí recebe transferências das plantas industriais da Metalúrgica Veipa (Rio de Janeiro), Veríssimo (Rio de Janeiro), Tecmarca (São Paulo), PTE (São Paulo) e GRC. A Tornotécnica Jumbo, que ao contrário das demais indústrias instaladas na cidade, continuou a investir seus lucros na expansão da produção industrial, possibilitando assim a recente inauguração uma nova unidade, a Jumbo Super-pesada, dedicada à produção de grandes peças e equipamentos, como peças para usinas termonucleares de até 30 toneladas, e a previsão de um faturamento anual de até 100 milhões de reais. Atualmente tais indústrias conferem à cidade uma nova dinâmica: geração de uma grande parcela dos empregos e renda à população, aumento na arrecadação de impostos do município, uma expansão espacial da cidade manifestada na abertura de novos lotes e valorização de certas áreas de seu perímetro urbano, o aumento da centralidade da cidade por conta da diversificação e especialização das atividades comerciais, o início de prestação de serviços mais específicos, escolas particulares, educação superior gratuita, especialidades médicas, posto do INSS e outros, além de garantir que Assaí participe de forma mais intensa na divisão territorial do trabalho e seja inserida de forma diferenciada na rede urbana norte paranaense da qual faz parte e outras redes de alcances maiores, por meio das diversas interações sócioespaciais que passaram a ocorrer para garantir a manutenção da atividade produtiva metalmecânica.

Palavras-chave: Rede urbana norte-paranaense. Pequenas cidades. Especialização industrial. Indústria metalmecânica. Assaí-PR.

ALMEIDA, Adriano Pereira. **A Especialização industrial metalmecânica e transformações espaciais em Assaí-PR.** 2011. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2011.

ABSTRACT

This work aims to understand how Assaí, a small city in Northern Paraná of about 16,000 inhabitants, founded by Japanese migrants it's standing out in industrial production metalmechanic. While the vast majority of small cities in the state present themselves doomed to stagnation or present dependent on agricultural activities and providing goods and services to its minimum urban population, Assaí has created a specialization in production that has been influencing and enhancing their socioeconomic and spatial life. This industry specialization installed in the city had its genesis in a small local investment company, The Tornotécnica Jumbo, founded at the height of the cycle of cotton in the county, offering small services and maintenance for equipment used around this culture. From reinvestment of profit in the own company associated with the market view of its managers, it was improving, expanding services and coverage area, now presenting itself as a company statewide in the 1990s. In 1998, with the transfer of the Atlas-Schindler plant's from São Paulo to Londrina, enjoying relationships with that wide-company, Jumbo became one of its major suppliers, and assists in negotiating the transfer of other suppliers to Assaí. From the special advantages offered by the municipal administration, Assaí receives transfers of industrial plants of Metallurgical VEIPA (Rio de Janeiro), Veríssimo (Rio de Janeiro), Tecmarca (São Paulo), PTE (São Paulo) and GRC. The Tornotécnica Jumbo, which unlike the other industries in the city, continued to invest their profits in expanding industrial production, thus enabling the recent inauguration of a new unit, the Jumbo Super-heavy, dedicated to the production of large parts and equipment, as parts for nuclear power plants up to 30 tons, and expected annual revenues of 100 million of reais. Currently these industries give the city a new dynamic: the generation of a large portion of jobs and income to the population increase in tributes revenue of the municipality, a city's spatial expansion expressed at the opening of new lots and valuation of certain areas of its urban perimeter, the increased centrality of the city by the diversification and specialization of business activities, the start to provide more specific services like private schools, free higher education, medical specialties, the Social Security station and others, and ensure that Assaí participate more fully in the work territorial division and is inserted in a different way into North of Paraná urban network and other networks, greater range, through various sociospatial interactions now taking place to ensure the maintenance of productive activity metalmechanic.

Key-words: North of Paraná urban network. Small cities. Industrial specialization. Metalmecanics industry. Assaí-PR.

LISTA DE FOTOS

Foto 1 - Vista parcial da implantação da cidade de Assaí-PR	59
Foto 2 - Vista parcial das atividades comerciais na Avenida Rio de Janeiro	62
Foto 4 - Vista parcial da Fiação Assaí	103
Foto 5 - Vista parcial da J. B Tinturaria.....	104
Foto 6 - Primeira unidade da Jumbo Indústria Mecânica.....	131
Foto 7 - Vista parcial da nova unidade da Jumbo Indústria Mecânica.....	131
Foto 8 - Vista parcial da entrada administrativa da Metalúrgica Veipa	137
Foto 9 - Vista parcial da Veríssimo (Blank e Fonseca)	140
Foto 10 - Vista parcial do interior da unidade da Tecmarca.....	142
Foto 11 - Nova unidade industrial da Tecmarca	145
Foto 12 - Perfis técnicos, principal produto desenvolvido pela PTE em Assaí	146
Foto 13 - Vista interna da unidade industrial da PTE.....	147
Foto 14 - Conjunto de barracões da antiga algodoeira Assaimenka	148
Foto 15 - Vista externa da empresa GRC Acabamentos e Metais LTDA	150
Foto 16 - Vista aérea da cidade de Assaí em 200	160
Foto 17 - Conjunto Veneza em Assaí	161
Foto 18 - Conjunto Habitacional Adamazildo Bomtempo	161
Foto 19 - Vista parcial do Residencial Parque Ikeda	163
Foto 20 - Vista parcial externa do Boanerge Magazine	147
Foto 21 - Vista parcial interna de dois dos 3 andares do Boanerge Magazine	165
Foto 22 - Vista parcial da primeira loja de móveis e eletrodomésticos Móveis Martins.....	166
Foto 23 - Vista parcial da segunda loja de móveis e eletrodomésticos Móveis Martins.....	167
Foto 24 - Instalações provisórias do Colégio SESI	170
Foto 25 - Colégio Irmão Francisco Vecchi em Assaí	171
Foto 26 - Pólo de apoio presencial da UAB em Assaí	172
Foto 27 - Foto da maquete do castelo japonês em Assaí.....	174

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Produção Agrícola do Norte do Paraná:1980-2009	75
Gráfico 2 - Área Colhida Principais Lavouras do Norte do Paraná:1980-2009.....	76
Gráfico 3 - Produção de leite (mil litros) e ovos de galinha (mil dúzias) no Norte do Paraná:1980-2009	77
Gráfico 4 - PIB estadual da Indústria Valor Adicionado do Paraná:1970-1990	88
Gráfico 5 - População dos Municípios do Norte do Paraná: 1970-2010	89
Gráfico 6 - Número de estabelecimentos rurais em Assaí: 1970-2006	96
Gráfico 7 - População de Assaí: 1970 – 2010	101
Gráfico 8 - Exportações e Importações Brasileiras:1950-2000	110
Gráfico 9 - Evolução na arrecadação de ICMS de estabelecimentos com origem em Assaí	158
Gráfico 10 - Motivo do deslocamento para Londrina passageiros da circular Assaí-Londrina	179
Gráfico 11 - Freqüência do deslocamento das pessoas que trabalham ou estudam em Londrina.....	180

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 - Localização do Município de Assaí-PR	19
Mapa 2 - A rede urbana norte-paranaense em 1960	44
Mapa 3 - Municípios limítrofes de Assaí	58
Mapa 4 - A Rede urbana norte-paranaense em 1993	93
Mapa 5 - Interações espaciais da indústria em Assaí	153
Mapa 6 - Interações espaciais das atividades do comércio de Assaí	169
Mapa 7 - Área de atuação das atividades comerciais e prestação de serviços de saúde, jurídicos e educacionais de Assaí.....	173
Mapa 8 - Municípios que compõe a Região Metropolitana de Londrina	177

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Ciclos Longos da economia mundial segundo Ignácio Rangel	78
Quadro 2 - Participação Relativa Setores na Renda Interna do Paraná entre 1970 e 1980	85
Quadro 3 - Participação Alguns Gêneros no Valor Agregado Industrial do Paraná 1975/1979	86
Quadro 4 - Utilização Número de estabelecimentos rurais por grupo de área de; Assaí 1970 a 2006	97
Quadro 5 - Utilização Econômica Estabelecimentos Rurais em Assaí 2006	99
Quadro 6 - Número de Estabelecimentos das Principais Atividades de Comércio e Prestadoras de Serviços em Assaí:1996-2008	102
Quadro 7 - Número de Estabelecimentos Industriais do Paraná:1996-2009.....	122
Quadro 8 - Número de Empregos na Indústria Paranaense:1996-2009	123
Quadro 9 - Classificação do Setor Metalmecânico Segundo a CNAE 2.0	126
Quadro 10 - Principais Clientes da Jumbo Indústria Mecânica LTDA	133
Quadro 11 - Principais Clientes da Metalúrgica Veipa	138
Quadro 12 - Valor Adicionado Fiscal de Assaí conforme a atividade econômica	157
Quadro 13 - Horário de ônibus convencional Assaí-Londrina e vice-versa.....	180

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Evolução da População do Município de Assaí: 1940-1970	61
Tabela 2 - Área Colhida Principais Produtos Cultivados no Norte do Paraná: 1980-2008	75
Tabela 3 - Concentração Espacial do Valor da Produção Industrial do Estado de São Paulo 1939 -1956	81
Tabela 4 - Distribuição Espacial da Indústria de Transformação no Brasil Segundo Regiões e Estados Selecionados: 1971-1990	82
Tabela 5 - Produção das principais lavouras em Assaí	95
Tabela 6 - Área Plantada das Principais Lavouras de Assaí (ha)	96
Tabela 7 - Efetivo de rebanhos em Assaí:1980-2008	100
Tabela 8 - Participação dos Principais Gêneros no Total do Valor Adicionado da Indústria de Transformação do Paraná:1980-1996	117
Tabela 9 - Número de Estabelecimentos na Indústria, Comércio, Serviços e Agropecuária de Assaí: 2000-2009	128
Tabela 10 - Número de Empregos por Atividade Econômica em Assaí	156
Tabela 11 - População Total de Assaí: 1980-2010	159

LISTA DE SIGLAS

ALL	América Latina Logística;
AMBEV	American Beverage Company (multinacional);
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento;
BRDE	Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul;
BRATAC	Sociedade Colonizadora do Brasil (empreiteira colonizadora);
CAGED	Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – TEM;
CAI	Complexos Agroindustriais;
CIC	Cidade Industrial de Curitiba;
CIF	(Cost+Insurance+Freight) Vendedor responsável pelo dispêndio, seguro ou frete, entrega do produto na porta do destinatário;
CMNP	Companhia Melhoramentos Norte do Paraná (empreiteira colonizadora);
CNAE	Classificação Nacional de Atividade Econômica;
CNTP	Companhia de Terras Norte do Paraná (empreiteira colonizadora);
CODEPAR	Companhia de Desenvolvimento do Paraná;
COMEL	Coordenadoria da Região Metropolitana de Londrina;
COPEL	Companhia Paranaense de Energia Elétrica;
CSN	Companhia Siderúrgica Nacional;
DERAL	Departamento de Economia Rural;
DETRAN	Departamento Nacional de Trânsito;
DIEESE	Departamento Intersindical de Estudos e Estatísticas Socioeconômicas;
EaD	Educação à distância;
FACINTER	Faculdade Internacional de Curitiba;
FDE	Fundo de Desenvolvimento Econômico;

FHC	Fernando Henrique Cardoso (Presidente do Brasil por dois mandatos consecutivos 1995-1998 e 1999-2002);
FES	Formação Econômica e Social;
FINAME	Agência Especial de Financiamento Industrial;
FOB	(Free On Board) Todas as despesas por conta do comprador;
GERCA	Grupo Executivo de Racionalização do Café;
HSBC	Hongkong & Shanghai Banking Corporation;
IBC	Instituto Brasileiro do Café;
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística;
IEPE	Instituto de Ensino, Pesquisa e extensão (Cornélio Procópio);
IFV	Colégio Irmão Francisco Vecchi;
INSS	Instituto Nacional de Seguridade Social;
IPARDES	Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social;
IPEA	Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas;
JK	Juscelino Kubitschek;
METRONOR	Metrópole Linear Norte do Paraná;
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego;
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento;
PIA	Pesquisa Industrial Anual;
PIB	Produto Interno Bruto;
PND (I PND / II PND)	Plano Nacional de Desenvolvimento (1º e 2º);
PPP	Parcerias público-privadas;
PRÓALCOOL	Programa Nacional do Álcool;
PROFATA	Programa Fábrica de Talentos;
PTE	Perfilados Técnicos Estruturais;

RAIS	Relação Anual de Informações Sociais;
REGIC	Região de Influência das Cidades (estudo elaborado pelo IBGE);
RM	Região Metropolitana / Regiões Metropolitanas;
RMC	Região Metropolitana de Curitiba;
RML	Região Metropolitana de Londrina;
RMSP	Região Metropolitana de São Paulo;
SANEPAR	Companhia de Saneamento do Paraná;
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial;
SESI	Serviço social da Indústria;
SINDIMETAL	Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Londrina;
TELEPAR	Companhia de Telecomunicações do Paraná;
UAB	Universidade Aberta do Brasil;
UNINTER	Universidade Internacional de Curitiba;
UNOPAR	Universidade do Norte do Paraná;
UTF-PR	Universidade Tecnológica Federal do Paraná;
VTI	Valor de Transformação da Indústria;

SUMÁRIO

1 APRESENTAÇÃO	18
2 REDE URBANA, PEQUENAS CIDADES E PRODUÇÃO INDUSTRIAL	22
2.1 Rede Urbana: Uma Discussão Necessária	22
2.2 Rede Urbana do Norte do Paraná até 1970: Características Gerais.....	39
2.3 Pequenas Cidades: Importância da Discussão	46
2.4 Assaí, Pequena Cidade da Rede Urbana Norte-paranaense: Gênese e Evolução até a Década de 1970.....	55
3 COMPLEXIFICAÇÃO DA DIVISÃO TERRITORIAL DO TRABALHO E TRANSFORMAÇÕES NA REDE URBANA NORTE-PARANAENSE APÓS A DÉCADA DE 1970	63
3.1 A Divisão Territorial do Trabalho e Suas Relações com a Rede Urbana	63
3.2 Novas Dinâmicas Produtivas e Mudanças Sócioespaciais na Rede	72
3.3 Assaí: Singularidades das Transformações	94
4 ASSAÍ: ESPECIAZLAÇÃO INDUSTRIAL METALMECÂNICA	105
4.1 A Indústria Brasileira Após os Anos 1990: Reestruturação Produtiva e Desconcentração Industrial	105
4.2 A industrialização Paranaense no Contexto Brasileiro a Partir dos Anos 1990: Transferências Industriais e Investimentos Locais	115
4.3 A Evolução do Setor Metalmecânico em Assaí.....	124
5 A PRODUÇÃO INDUSTRIAL E TRANSFORMAÇÕES URBANAS EM ASSAÍ .	155
5.1 Especialização Industrial e seus Reflexos em Assaí.....	155
5.2 Transformações Espaciais	160
5.3 Transformações nas Atividades Comerciais e Prestadoras de Serviços	163
À GUIA DE CONCLUSÃO: ESPECIALIZAÇÃO INDUSTRIAL METALMECÂNICA EM ASSAÍ.....	184
REFERÊNCIAS.....	188

1 APRESENTAÇÃO

O presente trabalho tem por objetivo compreender as transformações espaciais ocorridas com a inserção de Assaí-PR na rede urbana norte-paranaense por intermédio da especialização produtiva metalmecânica. Para isso, buscamos analisar e entender como ocorreu o processo de industrialização na referida cidade após a década de 1990. Tal recorte temporal é explicado pelo fato de que a partir desse período é que ocorre a implantação e expansão das unidades industriais do setor metalmecânico e uma participação mais intensa da cidade na divisão territorial do trabalho, por meio de várias alterações em sua inserção na rede urbana norte-paranaense.

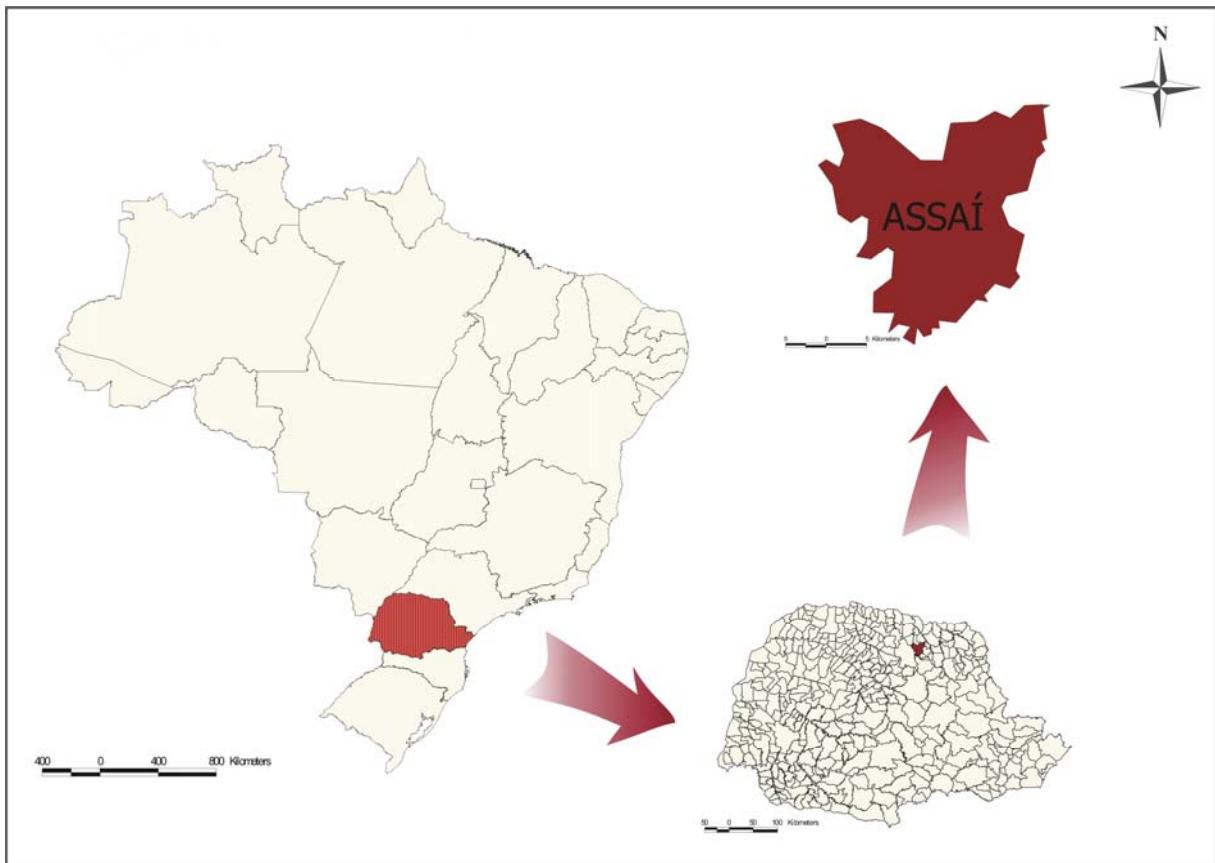
A escolha desta temática está relacionada a uma série de motivações. A primeira é de ordem pessoal: residir em Assaí, apreciá-la enquanto local de vivência e buscar produzir um conhecimento a respeito da mesma; a segunda surgiu ao tornar-me geógrafo: entender os processos que engendraram e continuam a engendar a dinâmica local; a terceira foi a observação de uma relevância da indústria metalmecânica, e a ausência de estudos sobre o que a mesma representava para a cidade. Posteriormente, nosso contato acadêmico com a temática sobre rede urbana e pequenas cidades foi o que consolidou nosso interesse em entender a dinâmica industrial de Assaí.

Assaí está localizada no Norte do Paraná, distando cerca de 60 Km de Londrina, conforme pode ser observado no mapa 01. Apresentava em 2010 uma população urbana de aproximadamente 13.600 habitantes, representando 83% da população total (IBGE, 2010). Sua inserção na rede urbana norte paranaense até os anos de 1990 podia ser a caracterizada pelo desempenho de atividades urbanas de pouca complexidade, ofertando bens de consumo e serviços freqüentes à sua população urbana e rural e de sua restrita área de influência, formada por pequenas cidades adjacentemente localizadas.

Após a década de 1990, uma nova dinâmica instalou-se na cidade: a produção industrial metalmecânica, caracterizada pela instalação de diversas indústrias desse setor em seu perímetro urbano. A produção industrial metalmecânica corresponde a um conjunto de setores industriais que trabalham na

transformação de metais, abrangendo desde a metalurgia básica até a fabricação de peças, máquinas e equipamentos.

Mapa 1- Localização do Município de Assaí- PR.



Fonte: Assai (2005).

A gênese dessa produção industrial na cidade foi a partir da fundação de uma pequena empresa, a Tornotécnica Jumbo, oferecendo pequenos serviços de torno para máquinas, equipamentos e unidades de beneficiamento de café instaladas na mesma. A partir de investimento dos lucros obtidos na própria empresa mediante expansão e diversificação da produção, esta já se apresentava como uma empresa de alcance regional no final da década de 1990.

Em 1998, com a transferência da Atlas Schindler de São Paulo para Londrina, aproveitando a lacuna deixada pelo período de instalação e negociação com suas fornecedoras, a Jumbo efetuou negociações e tornou-se uma das principais fornecedoras desta multinacional. Alguns anos mais tarde, outras fornecedoras da Atlas, até então instaladas em São Paulo foram obrigadas a

transferir suas plantas próximas à Atlas, a fim de viabilizar a continuidade da parceria.

Neste contexto, articulado às ações dos gestores públicos da cidade, manifestados na oferta de vantagens locacionais, Assaí recebeu transferências das plantas industriais da Metalúrgica Veipa (Rio de Janeiro), Veríssimo (Rio de Janeiro), Tecmarca (São Paulo) e PTE (São Paulo). Este processo beneficiou também a própria Tornotécnica Jumbo, que ao contrário das demais indústrias instaladas na cidade, continuou a reinvestir seus lucros na expansão da produção industrial, possibilitando assim, a recente inauguração uma nova unidade, a Jumbo Indústria Mecânica ou Jumbo Super-Pesada, dedicada à produção de grandes peças e equipamentos, como peças para usinas termonucleares de até 30 toneladas.

A presença destas indústrias vem contribuindo para transformações na cidade, pela oferta de empregos, geração de salários e impostos e uma dinamização das atividades diversas vinculadas a esta produção, como os transportes e a oferta de bens e serviços. Esta dinâmica tem papel relevante na refuncionalização e alterações na inserção de Assaí na rede urbana norte-paranaense.

Nos complexos processos de mudanças em pequenas cidades, “[...] a [segunda] possibilidade [de refuncionalização de um centro] diz respeito à transformação do pequeno núcleo a partir de novas atividades, induzidas de fora ou criadas internamente que conferem uma especialização produtiva ao núcleo preexistente, inserindo-o diferentemente na rede urbana, introduzindo nela uma mais complexa divisão territorial do trabalho” (CORRÊA, 1999, p.50).

Conforme apontam os estudos do IPEA (2000), é a valorização desigual de algumas inovações que cria especializações, então a especialização de determinada cidade exige a aptidão dos atores urbanos em valorizar constantemente vantagens comparativas naturais ou produzidas.

Associada a esta dinâmica tem-se a ação do poder público local articulado aos interesses do setor industrial metalmecânico, através da política de isenções fiscais, doações de terrenos, qualificação de mão de obra, dotação de infra-estrutura, dentre outros.

No que se refere à rede urbana norte-paranaense, Assai apresenta-se agora com uma maior inserção na divisão territorial do trabalho mediante produção industrial, o que possibilita sua inserção em diversas redes nacionais e

internacionais, além do aumento de sua centralidade vinculada a influência exercida em outras pequenas cidades circunvizinhas, que buscam em Assaí bens e serviços menos freqüentes e mais diversificados.

Nesse sentido, para Corrêa (1999), as especializações produtivas, por outro lado, conferem aos núcleos urbanos uma singularidade funcional, entendida como características que são simultaneamente de diferenciação no âmbito da economia global e de integração a esta mesma economia.

Do ponto de vista operacional, tal investigação contou com trabalhos de campo, visitas e entrevistas aos proprietários, sócios e funcionários das seis indústrias metalmecânicas; entrevistas em estabelecimentos comerciais e prestadores de serviços de Assaí e obtenção de dados junto à órgãos públicos como IBGE, IPEA, IPARDES, DERAL, Ministério do Trabalho e outros.

Quanto à estrutura, o mesmo está dividido em quatro capítulos. O primeiro discute a relação entre pequenas cidades e rede urbana, bem como apresenta uma análise sobre a rede urbana norte-paranaense até a década de 1960. Isto como percurso analítico para o entendimento da fundação e inserção de Assaí na referida rede urbana.

O segundo capítulo discute a complexificação da inserção da rede urbana norte-paranaense na divisão territorial do trabalho após a década de 1970 e as transformações ocorridas na mesma, bem como no município de Assaí.

O terceiro capítulo por sua vez apresenta as particularidades da industrialização brasileira e paranaense após a década de 1990, bem como analisa os processos e fatores que contribuíram para a industrialização e especialização metalmecânica de Assaí.

Finalizando, o quarto capítulo discute as transformações sociais, econômicas e espaciais que ocorreram e estão ocorrendo em Assaí e as relações entre as mesmas e a produção industrial.

2 REDE URBANA, PEQUENAS CIDADES E PRODUÇÃO INDUSTRIAL

O presente capítulo tem por objetivo discutir o conceito de rede urbana, elencando perspectivas de diversos autores e geógrafos que contribuíram para o debate e a fundamentação teórico-metodológica do mesmo, bem como a evolução dos estudos da rede urbana brasileira e os aspectos relevantes para a compreensão da atual configuração dos processos por ela engendrados.

Em um segundo momento é apresentado uma discussão sobre pequenas cidades e as novas articulações instauradas nestes centros, como especializações produtivas e refuncionalização na rede urbana da qual fazem parte.

Em seguida abordamos a gênese e a evolução de Assaí, uma pequena cidade norte-paranaense inserida nesta nova dinâmica por meio de sua especialização industrial metalmecânica.

2.1 REDE URBANA: UMA DISCUSSÃO NECESSÁRIA

O termo rede provém do latim *retis*, que no século XII era utilizada para designar o conjunto de fios entrelaçados, linhas e nós. Posteriormente, o termo foi associado à idéia de organismo e utilizado para designar o corpo em sua totalidade. Já no século XVIII, engenheiros e cartógrafos militares passaram a representar o território como um plano de linhas imaginárias ordenadas em rede, a fim de matematizá-lo e construir mapas, conferindo à rede um fundamento técnico relacionado à organização do espaço (DIAS, 2005).

Atualmente o termo é comumente utilizado para designar uma variedade de relações, tais como: rede de comunicação, rede de transporte, rede de relacionamentos, rede bancária, rede de poder, rede de supermercados, dentre outros.

Haesbaert (2002) aponta que o uso do termo rede contribui para compreender as articulações entre diferentes territorialidades bem como suas estruturações internas. Para o autor, o conceito de rede emerge com o próprio capitalismo, sendo o mesmo utilizado para explicar determinadas formas espaciais disseminadas pelo sistema de produção, como redes de transportes cada vez mais articuladas, inúmeras redes no interior das cidades e diversas redes técnicas construídas para reordenar territórios.

A geografia entende a rede enquanto uma possibilidade de explicar e entender o espaço geográfico. Para Dias (2005), a rede como qualquer outra invenção humana, é uma construção social; indivíduos, grupos, instituições ou firmas desenvolvem estratégias de toda ordem (políticas, sociais, econômicas e territoriais) e se organizam em rede. A rede não constitui o sujeito da ação, mas expressa ou define a escala das ações sociais. A rede

[...] não possui caráter local nem global, pois conecta diferentes pontos ou lugares mais ou menos distantes e permite hoje a ampliação da escala da ação humana até a dimensão global. A rede representa um dos recortes espaciais possíveis para compreender a organização do espaço contemporâneo (DIAS, 2005, p.23).

No momento atual, marcado pela atuação do capitalismo em sua fase monopolista e sua constante necessidade de expansão, a fim de garantir sua reprodução, os estudos das redes formadas pelas cidades e as formas de organização e estrutura de vida nelas engendradas, tornou-se um instrumento necessário para a análise e entendimento da estrutura da sociedade, conforme aponta Castells (1999, p.497):

Redes constituem a nova morfologia social de nossas sociedades e a difusão da lógica de redes modifica de forma substancial a operação e os resultados dos processos produtivos e de experiência, poder e cultura. Embora a forma de organização social em redes tenha existido em outros tempos e espaços, o novo paradigma da tecnologia da informação fornece a base material para sua expansão penetrante em toda a estrutura social. Além disso, eu afirmaria que essa lógica de redes gera uma determinação social em nível mais que a dos interesses sociais específicos expressos por meio de redes: o poder dos fluxos é mais importante que os fluxos de poder.

É a partir da rede urbana que se torna possível entender a natureza da organização espacial criada e vivida pela sociedade, pois:

As obras criadas pelo homem e fixadas ao solo, os fixos, e o movimento de pessoas, bens e idéias, os fluxos, são os aspectos mais importantes da organização espacial. Fixos, especialmente, mas não exclusivamente as cidades, e fluxos originam as redes. Organizadas segundo padrões distintos, planejadas ou espontâneas, permanentes ou periódicas, de longa ou curta duração, materiais e imateriais, as redes passaram a desempenhar papel progressivamente mais importante na organização espacial, refletindo-a e condicionando-a cada vez mais (CORRÊA, 1993, p.31).

Rochefort (1998) ao estudar a rede urbana a partir da Alsácia francesa, entende as cidades não são organismos independentes e isolados uns dos outros, mas um conjunto de pontos interligados pela oferta de produtos e serviços específicos, formando uma “[...] unidade real de organização constituída pelo conjunto dos centros necessários para fornecer a totalidade dos serviços reclamados pelas atividades econômicas e pela vida da população” (ROCHEFORT, 1998, p.19).

O autor afirma que o estudo desta realidade geográfica se dá através da análise dos tipos de centros de serviços e de suas respectivas zonas de influência e por meio da organização do espaço resultante desta dinâmica, para então entender a rede urbana como:

[...] a organização dos centros urbanos e de suas zonas de influência no interior de uma região controlada por um centro regional, e de arcabouço urbano a organização destes centros regionais no interior do espaço comandado pela capital nacional (ROCHEFORT, 1998, p. 20).

Ainda neste enfoque, a rede urbana pode ser entendida como “[...] a organização dos centros urbanos e suas zonas de influência no interior de uma região comandada por um centro regional” (SOUZA, 1988, p.36). A mesma autora aponta que para seu estudo e entendimento é necessário a clareza do conceito de “relações”, pois as relações de bens, de capital, de pessoas, dentre outras é que definem a organização da rede urbana.

[...] é importante ressaltar que é exatamente como ‘pivot’ dessa vida de relações que a cidade define seus limites locais, ou seja, os espaços onde termina o exercício de suas atividades. Por outro lado, essas relações não se resumem naquelas chamadas ‘cidades/campo’, mas são também as que se estabelecem entre as cidades [...] as relações interurbanas e intraurbanas constituem um único sistema, interagindo entre si, e tendo como produto final a rede e hierarquia urbana. Esta última deve ser entendida então como a configuração dos núcleos urbanos hierarquicamente organizados em função das intensidades diferenciadas dessas relações. Os conceitos de rede e hierarquia urbanas são, portanto, indissociáveis (SOUZA, 1988, p.37).

Analizando a rede urbana a partir da fluidez do capital, Corrêa (1989), aponta que parte do valor excedente gerado pelos juros, rendas, mais-valia e outros é investido em novas atividades, com intuito de gerar mais valores excedentes. Para isso é necessário a circulação desses valores e a existência de

vários pontos no território - os centros urbanos - onde haverá o processo de “[...] tomada de decisão, a concentração, beneficiamento, armazenamento, transformação industrial, vendas no atacado e varejo, a prestação de uma gama cada vez maior e mais complexa de serviços [...]” (CORRÊA, 1989, p.52). A rede urbana formada por centros é a forma espacial através da qual se dá a criação, apropriação e circulação do valor excedente, onde cada cidade participa de algum modo deste processo.

Ainda para Corrêa (1989), a partir do capitalismo, as relações econômicas são ampliadas passando a se realizar em amplos territórios e de diversos modos, ampliando também a divisão territorial do trabalho e tornando os centros urbanos especializados funcionalmente. Em uma ampla rede urbana, os lugares podem ser reorganizados segundo os interesses do capital, tornando-se cada vez mais divididos (produção e consumo) e articulados (trocas entre produtores localizados em numerosos territórios). A partir disto, a rede urbana pode ser entendida como:

[...] o conjunto articulado de centros urbanos, constitui-se em um reflexo social, resultado de complexos processos engendrados por diversos agentes sociais. [...] Reflexo social, a rede urbana constitui-se também em uma condição social, uma matriz da qual deverá se verificar a reprodução das condições de existência, envolvendo a produção, a circulação e o consumo, assim como diversos aspectos das relações sociais (CORRÊA, 2001, p.359).

A rede urbana passa a ser entendida como um reflexo *da* e uma condição *para* a divisão territorial do trabalho. É um reflexo à medida que na busca de minimização dos custos e maximização dos lucros, alguns centros estabelecem vantagens locacionais diferenciadas, resultando novos arranjos espaciais, fazendo com que haja assim a valorização de certas localizações em detrimento de outras. A rede urbana reflete ainda a divisão territorial do trabalho por ser a mesma resultado da combinação de elementos próprios do modo de produção, expressando a sociedade ali instaurada (CORRÊA, 1989).

Para o autor, é através das funções articuladas das cidades – comércio atacadista e varejista, bancos, indústrias e serviços de transporte, armazenagem, contabilidade, educação, saúde e outros – que a rede urbana torna-se uma condição para a divisão territorial do trabalho.

Através dela [rede urbana] torna-se viável a produção das diversas áreas agropastoris e de mineração, assim como sua produção industrial, a circulação entre cidades e áreas e o consumo. É via rede urbana que o mundo pode tornar-se simultânea e desigualmente dividido e integrado (CORRÊA, 1989, p.49-50).

A divisão territorial do trabalho é condicionada pela rede urbana através das decisões, investimentos e inovações dos grandes centros (metrópoles) cabeças da rede urbana, que criam e transformam atividades e cidades recentemente mais visíveis por meio das práticas sócio-econômicas das grandes corporações multifuncionais e multilocalizadas, que introduzem novas atividades geradoras de diferenciações entre os centros urbanos, situação esta denominada de globalização.

Reflexo e condição social, a rede urbana está submetida a um dinamismo maior ou menor e com ritmos variados, próprio a cada contexto espaço temporal. Esse dinamismo origina-se tanto de fatores externos a cada rede urbana específica, como de fatores internos, a partir das possibilidades e motivações de seus agentes sociais. Nesse dinamismo podem ser alterados o tamanho, a densidade e as funções dos centros urbanos, assim como a natureza, intensidade e alcance espacial das interações e a forma espacial da rede (CORRÊA, 2001 p. 359).

Entendida como a cristalização do processo de realização do ciclo do capital, a rede urbana é fundamental para o processo de acumulação capitalista e essa estreita relação entre ambos é que caracteriza a importância de seus estudos: compreender como a lógica capitalista vai alcançando e transformando os lugares de forma heterogênea, segundo seus interesses (maximização dos lucros), criando fluxos, dinamizando centros ou provocando o processo inverso (CORRÊA, 1989).

Corrêa (1997) aponta que o processo de acumulação capitalista fundamentado na produção industrial e no trabalho assalariado tem uma dimensão espacial, sendo um de seus lugares a rede urbana, fundamental para o processo de acumulação capitalista, ao viabilizar por meio das trocas comerciais, oferta de prestação de serviços, a extração da mais valia e a continuidade do ciclo de produção e reprodução capitalista, refletindo e condicionando a sociedade em que está inserida.

Os estudos de rede urbana tornaram-se uma temática tradicional na geografia brasileira, porém vem sofrendo constantes transformações do ponto de vista teórico-metodológico.

Os estudos de geografia urbana, de acordo com Corrêa (1989a), iniciaram-se no Brasil na década de 1940, com os estudos da primeira geração de geógrafos brasileiros influenciados pela Geografia francesa¹. Os estudos urbanos realizados neste período caracterizam-se pela abordagem da cidade considerada isoladamente, considerando na maioria dos casos, seu aspecto interno e em outros casos a posição, as funções urbanas. Somente a partir da segunda metade da década de 1950 é que os estudos sobre a hinterlândia de uma cidade foram abordados pelos estudos urbanos, pautados, sobretudo na mensuração dos diferentes níveis espaciais de atuação das cidades².

Para Corrêa (1967), foi com o Congresso Internacional de Geografia da União Geográfica Internacional – UGI, realizado no Rio de Janeiro em 1956, que houve a introdução do tema rede urbana no país, graças aos contatos com a geografia francesa, nas pessoas de Jean Tricart e Michel Rochefort.

A partir de então começa o desenvolvimento de estudos sobre hierarquia e áreas de influência das cidades. Na segunda metade da década de 1950, tais estudos ganham impulso, devido à conjuntura vivida pelo país:

A década de 50 caracterizou-se, na realidade, por uma retomada da expansão capitalista que implicou, entre outros aspectos, a expansão da produção industrial e do consumo e em uma nova divisão territorial do trabalho. Isto afetou a rede de cidades, alterando-a em termos de tamanho, forma, conteúdo social e função dos centros. No caso brasileiro, incluiu adicionalmente a ampliação do território sob a égide do capitalismo monopolista e a criação de novos núcleos urbanos [...] A rede urbana brasileira aparece então como uma temática extremamente relevante, tendo em vista que reflete e atua no processo de desenvolvimento capitalista (CORRÊA, 1989a p. 115).

Já nos anos 1960, os estudos sobre hierarquia urbana e área de atuação das cidades foram realizados sob a influência de Michel Rochefort, especialmente entre os geógrafos do IBGE, onde foi consultor no início dos anos 60.

¹ Representado, segundo Corrêa (1989a) por Pierre Monbeig e Pierre Deffontaines.

² Para maior aprofundamento dos autores pioneiros nos estudos de rede urbana no Brasil, vide Corrêa 1967 e 1989a.

[...] a temática hinterlândia de uma dada cidade evoluiu de uma completa ausência nos estudos urbanos para constituir-se um capítulo de um trabalho sobre uma específica cidade. A seguir passou a ser tema relevante de pesquisa, e em momento posterior. A partir dos anos 60, mereceu uma análise mais acurada, com mensuração e interpretação dos níveis espaciais e dos tipos de atuação da cidade sob o estudo (CORRÊA, 1989a p.115).

Neste período destacam-se as proposições de Rochefort, que se pautava na análise do setor terciário para identificar a hierarquia dos centros urbanos, porém tais proposições eram consideradas limitadas em sua aplicação, sobretudo:

[...] da natureza dos dados censitários brasileiros que não distingue a população economicamente ativa das sedes municipais, vilas e povoados nem discrimina sem ambigüidades as atividades exercidas pela população. Contudo ainda que com limitações, as proposições de Rochefort são aplicáveis ao Brasil (CORRÊA, 1989a, p.117).

Apoiado também em Rochefort, merece menção especial o trabalho de Pedro Pinchas Geiger, que havia estudado o território fluminense em 1957 a partir das proposições de Rochefort, escreveu em 1963 sobre a evolução da rede urbana brasileira, sendo este o primeiro estudo a considerar toda a rede urbana e sua dinâmica.

Também são relevantes as proposições dos geógrafos ingleses Green e Carruthers, que influenciaram muitos estudos brasileiros sobre redes urbanas, estudos estes que consideravam a adoção de um único indicador, a circulação intermunicipal de ônibus para seus estudos.

Consiste ele em considerar, de um lado, o número total de viagens diárias de ônibus servindo a cada grupo urbano de um dado território. De outro, considera-se o percentual de viagens que, de cada centro, destina-se às cidades menores [...] maior o número de viagens servindo à cidade maior e maior o percentual delas para centros menores, maior sua centralidade (CORRÊA, 1989a p.120).

Esse método, muito eficiente na definição de níveis hierárquicos foi muito utilizado pelos geógrafos brasileiros, porém seu certo caráter subjetivista não lhe deu espaço com o advento da geografia teórico-quantitativa. Esta corrente chegou ao Brasil no final dos anos 1960, tardivamente, pois no mesmo período nos Estados Unidos já surgia a geografia radical.

Para Corrêa (1989a), esta concepção geográfica se fez pelo contexto econômico-político apropriado, como a ditadura militar e o início do milagre brasileiro, onde o sistema de planejamento territorial foi muito valorizado e reinava a tecnocracia.

O positivismo lógico que embasava a geografia teórico-quantitativa introduziu nos estudos interurbanos uma perspectiva que considera a cidade e suas relações sócio-espaciais como “coisas”, passíveis de um tratamento neutro, destituído de classes sociais e seus conflitos. E mais, considera a cidade como se fosse o sujeito da História, capaz de levar o desenvolvimento ao seu território de influência. [...] Adotando precariamente a teoria geral dos sistemas, substitui-se a expressão rede urbana por sistema urbano (CORRÊA, 1989a p.121).

Ainda abordando esta temática, merecem destaque os estudos do IBGE sobre a rede urbana brasileira, apresentando-se como um importante conjunto de trabalhos, que permitiram o entendimento de diversos aspectos da urbanização brasileira ao longo dos séculos XX e XXI.

O primeiro trabalho foi realizado em 1966, influenciado pelas proposições de Rochefort, que visava a análise da rede urbana francesa. Tal proposição buscava a identificação de centros polarizadores da rede urbana, a dimensão da área de influência de tais centros e os fluxos que se estabeleciam nessas áreas, a partir da análise da distribuição de bens (produtos industriais) e de serviços (serviços ligados ao capital; de administração e direção; de educação; de saúde; de divulgação) de forma complementar.

Resultado de um estudo coordenado por Roberto Lobato Corrêa, posteriormente trabalhados por Elza Keller, contou com a orientação do professor inglês J. Cole da Universidade de Nottingham e originou o primeiro quadro de referência sobre a rede urbana brasileira, publicado em 1972.

Objetivando obter um sistema simplificado de divisões territoriais e dos núcleos hierarquizados, utilizou-se o método de contagem de relacionamentos ou vínculos mantidos entre os centros urbanos em três setores de atividades: fluxos agrícolas, distribuição de bens e serviços à economia e à população.

A linha metodológica do trabalho partiu da concepção de que a cidade não é apenas uma forma, mas uma estrutura. Esta estrutura é dada pela existência de uma economia básica urbana, capaz de estabelecer laços econômicos entre cidades e sua regiões [...] Se a economia urbana básica estrutura a cidade, os fluxos e relacionamentos têm importância fundamental na organização da região funcional urbana. Parte-se assim, na elaboração deste modelo

da hipótese de que pontos (cidades) e linhas (fluxos) têm capacidade de organizar uma estruturação específica do espaço (IBGE, 1972, p. 10).

Para exprimir os relacionamentos urbanos foi utilizada a rede viária e dos movimentos de massa (fluxo de passageiros) e a pesquisa direta. A pesquisa apontou os locais promotores da distribuição de bens e serviços à economia e à população dentro de uma área mais ou menos vasta, por sua rede de estabelecimentos de comércio varejista e atacadista e seus serviços de saúde, educação, bancos e outros.

De acordo com este estudo a rede urbana brasileira estava configurada da seguinte forma: duas metrópoles nacionais: São Paulo e Rio de Janeiro (tendo São Paulo uma força metropolitana muito maior que o Rio de Janeiro); oito metrópoles regionais: Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Curitiba, Porto Alegre e Goiânia; 66 centros regionais; 172 centros sub-regionais e 470 centros locais.

Outros apontamentos do estudo foram que o Brasil apresentava em 1972 uma rede urbana incompleta e largamente dominada por uma cidade principal onde, por exemplo, Belém influenciava uma área de 3.740.619 Km², rede esta também marcada por desigualdades regionais que se refletia de modo marcante nas diferenças estruturais entre as diversas redes urbanas regionais.

Segundo o IBGE (1972), a partir destas desigualdades, podia-se considerar o espaço brasileiro dividido em duas áreas distintas, a partir da organização urbana: O Centro-Sul mais urbanizado, mais industrializado e de maior dinamismo demográfico, apresentando redes urbanas perfeitamente hierarquizadas, com centros de serviços de diferentes níveis, um grande número de médias e grandes cidades bem articuladas entre si, devido a uma densa rede de transportes e comunicação apoiados no processo de industrialização intenso da região; a Amazônia e o Nordeste, que apresentavam uma área inorganizada sob o ponto de vista funcional-urbano, com a presença de metrópoles regionais hipertrofiadas e centralizadoras de população e equipamentos de distribuição de bens e serviços, poucos centros regionais, grande número de pequenos centros locais e uma baixa industrialização.

Para Fresca (2009), a principal contribuição deste estudo foi fornecer elementos fundamentais ao planejamento governamental, sendo responsável pelo

embasamento para a institucionalização das primeiras regiões metropolitanas do Brasil.

Em 1978, visando atualizar os dados obtidos no primeiro quadro de referência sobre as divisões funcionais das cidades, foi elaborado um novo estudo, as Regiões de Influência das Cidades, publicado em 1987, tendo como referencial a teoria das localidades centrais proposta por Christaller.

Segundo a teoria das localidades centrais, elaborada pelo alemão Walter Christaller em 1933, existiam elementos reguladores do número, tamanho e distribuição das cidades e independente destes elementos, todo núcleo de povoamento era considerado uma localidade central. A centralidade de uma localidade seria medida a partir dos bens e serviços (funções centrais) oferecidos por esta localidade, assim maiores o número de funções, maior a centralidade, a área de influência e o número de pessoas atendidas por esta localidade.

A partir da aplicação desta teoria, foram identificados cinco níveis hierárquicos e apontou a existência de duas metrópoles nacionais: São Paulo e Rio de Janeiro, semelhante ao estudo anterior, sendo São Paulo de longe mais importante entre as metrópoles. Manaus passou a ser considerada metrópole regional junto às oito anteriores. O estudo definiu também uma categoria hierárquica intermediária entre a metrópole e a capital regional: o centro submetropolitano, um centro que possui um equipamento funcional superior ao de uma capital regional e uma atuação espacial no âmbito da região de influência de uma metrópole regional, tais como as capitais nordestinas e Vitória.

Em 1993, dando continuidade na linha de pesquisa sobre rede urbana brasileira, o IBGE iniciou o terceiro estudo das Regiões de Influência das Cidades (REGIC/1993), também fundamentada na Teoria dos Lugares Centrais, associadas às contribuições teórico-metodológicas de Corrêa, que deram novas perspectivas de análise da rede urbana, considerando novos elementos que a caracterizam, conforme apontado anteriormente.

Tais referenciais permitiram que fossem levados em consideração a “intensidade dos fluxos ou intensidade da demanda, a extensão ou alcance espacial da área de influência de cada cidade, e a disponibilidade de equipamentos funcionais” (IBGE, 2000, p.24).

Este trabalho foi de grande importância, pois permitiu uma crítica de Corrêa sobre a teoria christalleriana, formulada em 1933 tendo como base o

território alemão. Para Corrêa (1982, p.51), era de grande importância a recuperação desta teoria, pois:

[...] trata de um tema relevante que é o da organização social da distribuição de bens e serviços, portanto, de um aspecto da produção e de sua projeção espacial, sendo assim, uma faceta da totalidade social. Recupera-la porque se torna necessário enriquecer a visão geográfica da sociedade, isto é, enriquecer a visão sobre as diferentes formas de espacialização da sociedade.

Entendendo os centros urbanos além de sua hierarquização, por meio da diferenciação de oferta e demanda de bens e serviços propostos por Christaller, Corrêa (1982) incorporou novos elementos para a sua análise: As alterações nos padrões de consumo, os arranjos espaciais diversos assumidos pela rede e sua estrutura territorial profícua à reprodução das classes sociais, o caráter temporário de seu funcionamento, a ausência de níveis intermediários de centros em uma rede de localidades centrais, a composição dos bens e serviços ofertados e o entendimento da mesma a partir dos dois circuitos da economia.

Este estudo buscou-se a definição de um conjunto de funções centrais que possibilitassem identificar os diferentes níveis de centralidade das cidades brasileiras. Assim foram definidos critérios mínimos para inclusão de cidades no estudo e elencadas 46 funções centrais de bens e serviços consideradas raras ou freqüentes (14 de baixa complexidade, 30 de média e elevada complexidade e 2 de serviços de informação) a serem investigados e seus respectivos fluxos de consumo. A partir destes dados, a rede urbana foi estruturada em cartogramas e classificadas - a partir dos elementos mencionados – em oito níveis de centralidade: muito fraco, fraco, médio para fraco, médio, forte para médio, forte, muito forte e máximo.

Em 2008, o IBGE apresentou seu estudo³ mais abrangente sobre a região de influência das cidades, privilegiando a função de gestão do território. Considerando-se centro de gestão do território “[...] aquela cidade onde se localizam, de um lado, os diversos órgãos do Estado e, de outro, as sedes de empresas cujas decisões afetam direta ou indiretamente um dado espaço que passa a ficar sob o controle da cidade através das empresas nela sediadas” (CORRÊA, 1995, p.83).

³ O quarto estudo elaborado pelo IBGE sobre as cidades brasileiras e suas regiões de influência, realizado em 2007.

Na última década, a introdução de novas tecnologias e alterações nas redes técnicas, o aprofundamento da globalização da economia brasileira e o avanço da fronteira de ocupação imprimiram modificações marcantes no território, o que indica a oportunidade de atualizar-se o quadro das regiões de influência das cidades. O avanço da divisão técnica e territorial do trabalho e as transformações decorrentes das novas formas de comunicação ampliaram a organização em redes de produção e distribuição, de prestação de serviços, de gestão política e econômica - cujos nós são constituídos pelas cidades (IBGE, 2008, p.9).

Mesmo a partir deste enfoque, para o IBGE (2008), a rede urbana deve ser entendida a partir do sistema de localidades centrais com seus fluxos materiais e suas correspondentes áreas de influência e um sistema reticular de pontos inseridos em redes globais, mais dinâmicos economicamente.

[...] na conformação da rede urbana, coexistem redes hierárquicas e redes não-hierárquicas. A gestão - pública e empresarial – mantém relações de controle e comando entre centros urbanos, propagando decisões, definindo relações e destinando investimentos. As cidades, contudo, mantêm também relações horizontais, e complementaridade, que podem ser definidas pela especialização produtiva, pela divisão funcional de atividades, e pela oferta diferencial de serviços (IBGE, 2008, p.9).

Como mencionado anteriormente, o foco dos estudos foi a identificação dos centros de gestão de território, para isto:

[...] buscam-se informações de subordinação administrativa no setor público federal, para definir a gestão federal, e de localização das sedes e filiais de empresas, para estabelecer a gestão empresarial. A oferta de distintos equipamentos e serviços capazes de dotar uma cidade de centralidade informações de ligações aéreas, de deslocamentos para internações hospitalares, das áreas de cobertura das emissoras de televisão, da oferta de ensino superior, da diversidade de atividades comerciais e de serviços, da oferta de serviços bancários, e da presença de domínios de Internet – complementa a identificação dos centros de gestão do território (IBGE, 2008, p.9).

Depois de estabelecidos os principais centros urbanos da rede, foram identificadas as regiões de influência destes centros, a partir das redes de interação que conectam as cidades.

Para tanto, estabeleceu-se uma outra hierarquia dos centros urbanos, muito mais complexa já que apresenta uma numerosa subdivisão. Assim, as metrópoles foram subdivididas em grande metrópole nacional, metrópole nacional e metrópole; as capitais

regionais subdivididas em: capitais regionais A, B e C; os centros sub-regionais subdivididos em A e B; enquanto os centros de zona em A e B e por fim os centros locais que envolvem 4.473 cidades, caracterizadas por terem população inferior a 10 mil habitantes (FRESCA, 2009, p.3).

Neste trabalho verifica-se que a distribuição dos níveis hierárquicos no território é desigual, configurando áreas em que a rede urbana se apresenta mais estruturada, como o Centro-Sul do país, marcada por um grande número de metrópoles, capitais regionais e centros sub-regionais e grandes articulações entre si, e áreas onde há ausência de alguns níveis hierárquicos como nas regiões Norte e Nordeste, com distribuições truncadas e o predomínio do sistema primaz.

Quanto às regiões de influência, diferentemente do estudo anterior, foi elaborado o diagrama de hierarquia da rede urbana formada pelas 12 metrópoles nacionais e seus respectivos níveis inferiores e depois elaborados mapas e quadros de rede urbana formada também por todas as metrópoles e centros regionais.

Houve a apresentação gráfica dos equipamentos e serviços verificadores de centralidade dos centros, tais como: agências bancárias, ligações empresariais, destino da produção agropecuária, atividades financeiras, ensino de graduação e pós-graduação, deslocamentos em aeroportos, deslocamentos para compras, cursos superiores, e serviços de saúde, redes de televisão e densidade de domínios de internet. Estes novos dados permitiram entender a complexidade da rede urbana nacional e forneceram mais subsídios para análises mais apuradas e completas da mesma.

De acordo com o IBGE (2008), ao se comparar, genericamente, os resultados deste estudo aos anteriores, o que se sobressai são algumas permanências e modificações, verificando-se uma notável estabilidade, principalmente nos níveis hierárquicos mais altos. As principais alterações, acompanhando o processo de ocupação do país, estão nos níveis hierárquicos intermediários e baixos.

Ainda segundo o órgão, as principais mudanças verificadas no alcance das redes reside no adensamento e/ou surgimento de redes em territórios de ocupações até então rarefeitas (principalmente o Centro-Oeste do país), ao fortalecimento das capitais estaduais e o surgimento de novos centros de nível intermediário, provocando a subdivisão das áreas de influência dos grandes centros no período em pauta.

[...] como a estrutura e a organização do território são o substrato que condiciona, e sobre o qual atuam as políticas públicas e os agentes sociais e econômicos que compõem a sociedade. A partir dessas ações [...] reorganiza-se o território, num dinamismo que cria e recria a rede urbana, em que pese a tendência de estabilidade estrutural no longo prazo. (IBGE, 2008 p.9).

Estes trabalhos do IBGE muito contribuíram para a compreensão da rede urbana brasileira. Acompanhando a evolução do modo de pensar a rede pelos próprios geógrafos, cada estudo caracterizou e refletiu o referencial teórico-metodológico vigente de sua época. Partindo da análise de alguns equipamentos do setor terciário (1972), passando pela teoria dos lugares centrais (1982), repensada criticamente (1993, 2008), cada estudo incorporou novos elementos que levaram a uma compreensão mais ampla do sistema formado pelas cidades brasileiras, bem o a intensidade de relações feitas com suas hinterlândias.

Uma das diferenças entre os estudos foi que no primeiro, foram inicialmente definidos e classificados os centros de acordo com seu equipamento no setor terciário e posteriormente identificadas as áreas de influência, como base nos fluxos entre os mesmos e nos dois estudos subseqüentes, foi estabelecida a hierarquia dos centros e sua região de influência numa única etapa, limitando-se ao escopo dos questionários.

Já o estudo de 2008, privilegiou a função gestão do território e a introdução de novas tecnologias e alterações nas redes técnicas, geradoras de modificações no território, oferecendo condições para um entendimento maior da configuração da rede urbana, ao apresentar os resultados como painel detalhado das múltiplas relações estabelecidas entre as cidades a partir de diversas perspectivas.

Comungamos com Fresca (2009), ao apontar que ambos os trabalhos produzidos pelo IBGE nas últimas décadas avançaram muito nas discussões da oferta de bens e serviços oferecidos pelos núcleos urbanos, incorporando novos referenciais teóricos às análises, bem como sua contribuição no aprofundamento dos estudos sobre redes urbanas. As pesquisas realizadas pelo IBGE, puderam ao longo desse tempo:

[...] subsidiar o planejamento estatal e as decisões quanto à localização das atividades econômicas de produção, consumo privado e coletivo, bem como prover ferramentas para o

conhecimento das relações sociais vigentes e dos padrões espaciais que delas emergem (IBGE, 2008, p.9).

Embora os trabalhos do IBGE sejam referências fundamentais para o estudo desta temática, outros trabalhos contribuíram na crítica de sua teoria, sendo relevante elenca-los por permitirem uma análise mais ampla de rede urbana, tal como atualmente se apresenta.

Neste sentido, destacam-se as considerações de Milton Santos (1979, 1988, 1996, 2005), que ao longo de sua produção geográfica sobre o espaço, a sociedade e meio técnico-científico informacional, regularmente recorria a discussão da questão das redes urbanas.

Entendendo o espaço a partir de sua Formação Econômica e Social⁴, Santos (1979), aponta que a diferenciação dos lugares é resultado do arranjo espacial dos modos de produção particulares, sendo que o valor de cada local “depende de níveis qualitativos e quantitativos dos modos de produção e da maneira como eles se combinam” (SANTOS, 1979, p.14). A partir desta concepção, o autor aborda a temática de rede urbana a partir dos fluxos, em detrimento da teoria dos lugares centrais.

O sistema de cidades constitui o arcabouço econômico, político, institucional e sócio-cultural de um país. A rede urbana é um conjunto de aglomerações produzindo bens e serviços junto com uma rede de infra-estrutura de suporte e com os fluxos que, através desses instrumentos de intercâmbio, circulam entre as aglomerações (SANTOS, 1979 p.47).

Santos (1988) mantém sua compreensão de rede urbana, confirmando a superação teórica da clássica noção de hierarquia entre centros, propondo considerar-se as articulações em escalas maiores.

[...] não podemos mais falar da clássica noção de rede urbana; [...] não é que não existam ainda hoje estas relações, mas mudaram de conteúdo e de forma. Hoje, uma cidade não pode manter intercâmbio importante com sua vizinha imediata e, no entanto, manter relações intensas com outras muito distantes, mesmo fora de seu país. [...] O mundo encontra-se organizado em subespaços articulados dentro de uma lógica global. Não podemos mais falar de circuitos regionais de produção. Com a crescente especialização regional, com os inúmeros fluxos de todos os tipos, intensidades e direções, temos que falar de circuitos espaciais da produção (SANTOS, 1988, p.17).

⁴ Categoria de estudo formulada por Karl Marx e retomada por Santos (1979) que a ela incorporou a dimensão espacial, tornando-a formação sócioespacial, dando ao processo histórico e as suas etapas um lugar central na interpretação da mesma.

Santos (1989) aponta também que existem três elementos que constituem a substância da organização da rede urbana: as massas, formadas pela população, produção, consumo e equipamentos (sobretudo transporte); os fluxos, realizados pela população, produção agrícola e industrial, monetários, informacionais e de ordens e o tempo, que pondera os elementos anteriores e serve de elemento para explicar as disparidades entre as redes. Assim, a rede urbana caracteriza-se por ser:

[...] resultado de um equilíbrio instável de massas e de fluxos, cujas tendências à concentração e à dispersão, variando no tempo, proporcionam as diferentes formas de organização e de domínio do espaço pelas aglomerações (SANTOS, 1989, p.165).

Tais proposições elucidam que a rede urbana não é uma simples polarização de cidades por meio da distribuição hierárquica de seus bens e serviços, mas uma “armadura do espaço” (SANTOS, 1979), por onde fluem produtos, serviços, valores, informação e idéias em diferentes escalas, da regional até internacional, de acordo com o circuito de produção instalado em cada rede ou centro.

Esta acepção é ressaltada também em seu estudo da urbanização brasileira, ao apontar que tal sistema urbano apresenta tendência crescente à diferenciação e complexificação, apresentando cidades cada vez mais diferentes uma as outras. Santos, (2005. p.137) afirma:

Esse tipo de classificação em níveis sucessivos deixa de ter significado à proporção que cada cidade passa a ter uma relação direta com a demanda de sua região, e à proporção que cada região se especializa: uma especialização regional, que é, também, especialização da demanda ligada ao consumo produtivo. A cidade se dobra a essa demanda, reforma-se, reorganiza-se, refaz-se, recria-se.

Aprofundando a discussão do conceito de rede, Santos (1996) aponta inicialmente que se pode admitir pelo menos três momentos na produção e na vida das redes: No primeiro momento as redes existentes serviam a uma pequena vida de relações, com exceção de poucos indivíduos, tinham suas necessidades satisfeitas, o consumo era limitado e a competitividade entre grupos territoriais praticamente não existia; no segundo momento, o consumo e o progresso técnico se ampliam moderadamente, o comércio é controlado pelo Estado e as

redes fisicamente mundializam-se, porém limitadas pelo fato econômico, fiscal, diplomático e político; no terceiro momento, chamado período técnico-científico-informacional, há um alargamento do conceito de rede, que se torna uma realidade mais complexa, resultado das forças naturais dominadas pelo homem e das forças artificiais elaboradas pela inteligência humana.

Alguns pontos podem ser considerados para a análise das redes: Não se deve considerar apenas o aspecto material das redes, mas também seus aspectos sociais e políticos; o estudo das redes deve ser feito por meio de sua análise genética e de sua realidade atual, permitindo uma visão mais ampla das mesmas; a distribuição das redes no território se dá de forma desigual, marcado por grande heterogeneidade, resultado de constantes diferenciações arraigadas no mesmo; as redes estão cada vez mais integradas, globalizadas e dotadas de valores de poder; múltiplas redes de tempos e intensidades distintas se fazem presentes nos diversos espaços da sociedade e as redes acrescentam novos elementos no espaço, sobretudo na ampliação da divisão social, técnica e territorial do trabalho (SANTOS, 1996).

Ainda segundo o autor, todos estes elementos conduzem a um “alargamento” do conceito de rede, que deve ser entendida a partir de múltiplas perspectivas, levando-se em conta o tempo vivido pelas empresas e pessoas, sua não uniformidade, possibilidade de superposição de redes num mesmo subespaço, sua tendência à globalização de alcance, suas implicações na divisão territorial do trabalho, sua virtualidade, seus atores hegemônicos, sua fluidez e sua relação com o espaço e sua constante ação dos processos capitalistas.

Os pressupostos teóricos de diversos estudos dedicados à temática da rede urbana, sobretudo de Santos (1979, 1988, 1989, 1996, 2005) e Corrêa (1989, 2003, 2004) contribuíram na análise crítica da teoria dos lugares centrais propostos por Christaller (1933), incorporando à mesma, novas perspectivas de análise, principalmente no que diz respeito à realidade brasileira, desenvolvida de forma singular em relação aos outros países subdesenvolvidos da América Latina.

A instalação de um meio técnico-científico e informacional, o processo industrial, a modernização do campo, a melhoria geral da circulação e a ação do capital (sobretudo o industrial) de forma diferenciada, visando a maximização dos lucros, gerou mudanças na divisão territorial do trabalho, privilegiando centros em detrimento de outros, criando especializações produtivas e

reconfigurando toda a dinâmica urbana e reticular do país, dinâmica possível de ser compreendida e discutida a partir de tais referenciais.

2.2 REDE URBANA DO NORTE DO PARANÁ ATÉ 1970: CARACTERÍSTICAS GERAIS

A rede urbana do Norte do Paraná foi estruturada a partir de vários processos de ocupação e incorporação de terras, iniciado aproximadamente no ano 1850 e consolidada no final dos anos 1950, entendido por Fresca (2004) a partir de quatro etapas.

A primeira etapa corresponde ao período de 1850 e 1899, marcada pela fundação da colônia militar de Jataí⁵, que objetivava a abertura de uma via de penetração rumo ao Mato Grosso, além de ser um ponto militarmente estratégico contra possíveis invasões paraguaias. Houve posteriormente, a ocupação efetiva do extremo leste do norte do Paraná por meio das grandes posses lideradas por mineiros praticantes de agricultura de subsistência e criação de suínos.

Algumas das cidades fundadas neste período foram Jacarezinho, Ribeirão Claro, Santo Antonio da Platina e Tomazina. Veiga (2007) aponta que a ocupação dessa área só ocorreu efetivamente a partir 1867 com a chegada de migrantes, sobretudo mineiros, que se instalaram por meio de grandes posses de terras e praticavam a agricultura de subsistência e a suinocultura.

A segunda etapa, ocorrida entre 1900 e 1929, compreende o avanço da ocupação em direção oeste do Estado por meio da cafeicultura como frente pioneira. Foi o período das grandes fazendas cafeicultoras baseadas no colonato em que migrantes paulistas partiram de Ourinhos-SP pela estrada de ferro Sorocabana e encaminharam-se para a área leste do Tibagi, contribuindo para a expansão do povoamento e a origem de algumas cidades, tais como Cambará, Andirá, Bandeirantes, Cornélio Procópio e um especial destaque a Londrina, iniciada no final desta etapa e trazendo ares de uma nova fase de ocupação: a dos grandes projetos de loteamentos.

A terceira etapa, ocorrida entre 1930 e 1945 corresponde ao período em que o Estado passa a intervir nesse processo e pela ocupação e fundação de cidades por companhias imobiliárias, como a Companhia de Terras Norte do Paraná

⁵ Atualmente corresponde a cidade de Jataizinho, localizada a aproximadamente 40 Km de Londrina.

– CTNP (de capital internacional), que foi substituindo a ocupação de grandes fazendas por pequenas e médias propriedades. A partir de um amplo projeto de loteamento foram feitos estudos e planejamentos de localização das cidades, a fim de permitir um fácil acesso de toda uma população rural garantindo uma melhor relação custo-benefício nas trocas. Dessa forma, foi definido no planejamento de tal companhia que cada cidade deveria estar posicionada de forma a atender as exigências de sua população e mercado consumidor.

Os núcleos urbanos fundados pelas companhias de terras ou proprietários de terras que independente da fundação de companhias nesse período, contribuíram para a intensificação do fluxo migratório para a região e expansão da agricultura, praticada em médias e pequenas propriedades.

O novo padrão de tamanho das propriedades foi um elemento fundamental para o desenvolvimento sócio-econômico de vários municípios do norte paranaense, ao permitir a emersão da pequena produção mercantil rural nos núcleos urbanos, por meio da comercialização dos mesmos nos pequenos estabelecimentos comerciais.

Neste contexto, os núcleos urbanos eram de fundamental importância para o desenvolvimento econômico da área ocupada, pois à medida que as atividades agrícolas iam se expandindo, tais centros iam sendo estruturados e dotados de equipamentos na oferta de bens e serviços de forma a atender às demandas do campo.

A última etapa ocorreu entre 1945 e 1960, ainda marcada pela iniciativa privada e ação do estado iniciada na terceira etapa. Proliferaram inúmeras loteadoras, lideradas pela CTNP⁶. Os procedimentos adotados foram praticamente os mesmos da etapa anterior, ou seja, apenas algumas variações na forma urbana, onde a tradicional forma de tabuleiro de xadrez ou quadrangular foram substituídas por formas elípticas, em trevo ou formas que lembrando uma nave. São deste período as cidades de Cianorte, Umuarama, Loanda e Colorado.

No final dos anos 1950 ocorreu a última etapa da ocupação do Norte do Paraná, completando a estruturação da rede urbana, porém segundo a autora, até esse momento não era possível se falar em rede, mas em processos que dariam origem à mesma.

⁶ Neste período essa companhia começa a ser controlada pelo capital nacional passa a ser conhecida como Companhia Melhoramentos Norte do Paraná – CMNP.

Todas essas etapas de ocupação de terras foram importantes para a estruturação da rede urbana norte paranaense, que se deu até o final dos anos 1950 e início dos anos 1960, pois nesse período “já estavam criados os núcleos urbanos e estabelecidas as mais distintas ligações econômico-sociais interna e externamente à rede urbana” (FRESCA, 2002, p.8). Assim, a rede urbana norte-paranaense se apresentava em 1960 como sendo do tipo christalleriano, ou seja, apresentava uma inserção da rede junto à divisão territorial do trabalho com fraca heterogeneidade produtiva, caracterizada pela produção agrícola destinada ao mercado externo (café) e a produção de gêneros alimentícios e matérias primas para o mercado interno. Por meio de tal inserção, as cidades apresentavam-se como:

[...] localidades centrais cuja essência era a distribuição de bens e serviços – correlacionada a produção, circulação, consumo – além daquelas funções vinculadas à produção propriamente dita como a coleta, transformação, comercialização e transporte (FRESCA, 2002, p.16).

Desta forma, conforme é apresentado no mapa 02, a referida rede urbana contava na década de 1960 com a presença de 98 municípios e correspondentes sedes municipais, mas no interior das áreas destes municípios havia vários outros núcleos urbanos que ainda não haviam sido elevados à condição de sedes municipais, por se tratarem, na maioria dos casos, de criações recentes.

Outro aspecto importante da rede urbana nesse período foram as distintas localizações dos núcleos urbanos, que segundo a autora em tela seguiu a orientação do sistema de transportes, sendo as rodovias ou estradas de ferro o principal fator de localização das cidades.

A rede urbana do norte do Paraná apresentava em 1960 um padrão linear de ocupação, centrada ao longo de vias principais onde a quase totalidade dos centros urbanos de maior hierarquia aí se localizavam: as duas capitais regionais, cinco centros sub-regionais e cinco centros de zona alinharam-se ao longo da grande rota que de Cambará atinge Guaíra. (FRESCA, 2004, p.64).

Mediante este padrão de ocupação, foi estruturada uma rede urbana cuja forma espacial assumia um padrão complexo, onde se faziam presentes todos os níveis hierárquicos de centros, desde capitais regionais aos centros locais,

facilmente observáveis nas regulares e reduzidas distâncias entre tais centros urbanos, geralmente entre 10 e 20 Km.

[...] amplos projetos de loteamentos voltados aos pequenos e médios estabelecimentos rurais e a pequena produção mercantil instalada a partir da década de 1930 na área de estudo, geravam a presença de numerosos pequenos núcleos urbanos. Estes eram garantia, via divisão social do trabalho, da coleta, beneficiamento, comercialização e transporte da produção agrícola, além de oferecer bens e serviços à população de modo a garantir a produção e reprodução das condições e relações sociais presentes (FRESCA, 2004, p.66).

Outro aspecto importante era a diversidade de níveis de centralidade presentes na rede, sendo que cada um dos tipos apresentava um padrão locacional próprio, que correspondia a uma complexidade funcional, correlata à complexidade da forma espacial (Corrêa, 1989, p.77). Cada um dos níveis hierárquicos realizava funções centrais diferentes, sendo que a rede apresentava uma predominância de centros locais, cuja funcionalidade era manifestada pelo mínimo de atividades urbanas que atendiam às demandas mais básicas de sua população, o que segundo Santos (1979), garantia um crescimento auto-sustentado e um domínio territorial.

O elevado contingente demográfico presente em tais centros, centrada nas atividades do campo, “era uma população que – com menores níveis de renda e dificuldades de acesso aos melhores sistemas de transporte – tinha nos centros locais mais próximos a satisfação de suas necessidades e demandas” (FRESCA, 2004, p.67).

Do ponto de vista da divisão territorial do trabalho, a área em estudo era caracterizada como predominantemente agrícola, destacando-se a produção de café, gêneros alimentícios e matérias-primas cultivadas essencialmente em pequenos e médios estabelecimentos rurais, estabelecendo às cidades a função de coleta, beneficiamento e comercialização da produção rural.

A industrialização paranaense até a década de 1960 era ligada aos recursos naturais, como o mate e a madeira, voltados para mercados externos, que segundo Oliveira (2001), até meados do século XX, o desenvolvimento econômico e industrial do Paraná se apresentou de forma lenta e ligada aos ciclos de exploração e beneficiamento dos referidos produtos naturais.

O primeiro ciclo de exploração do estado foi o ciclo da erva-mate, que “levou à introdução de uma sofisticada divisão do trabalho no interior da

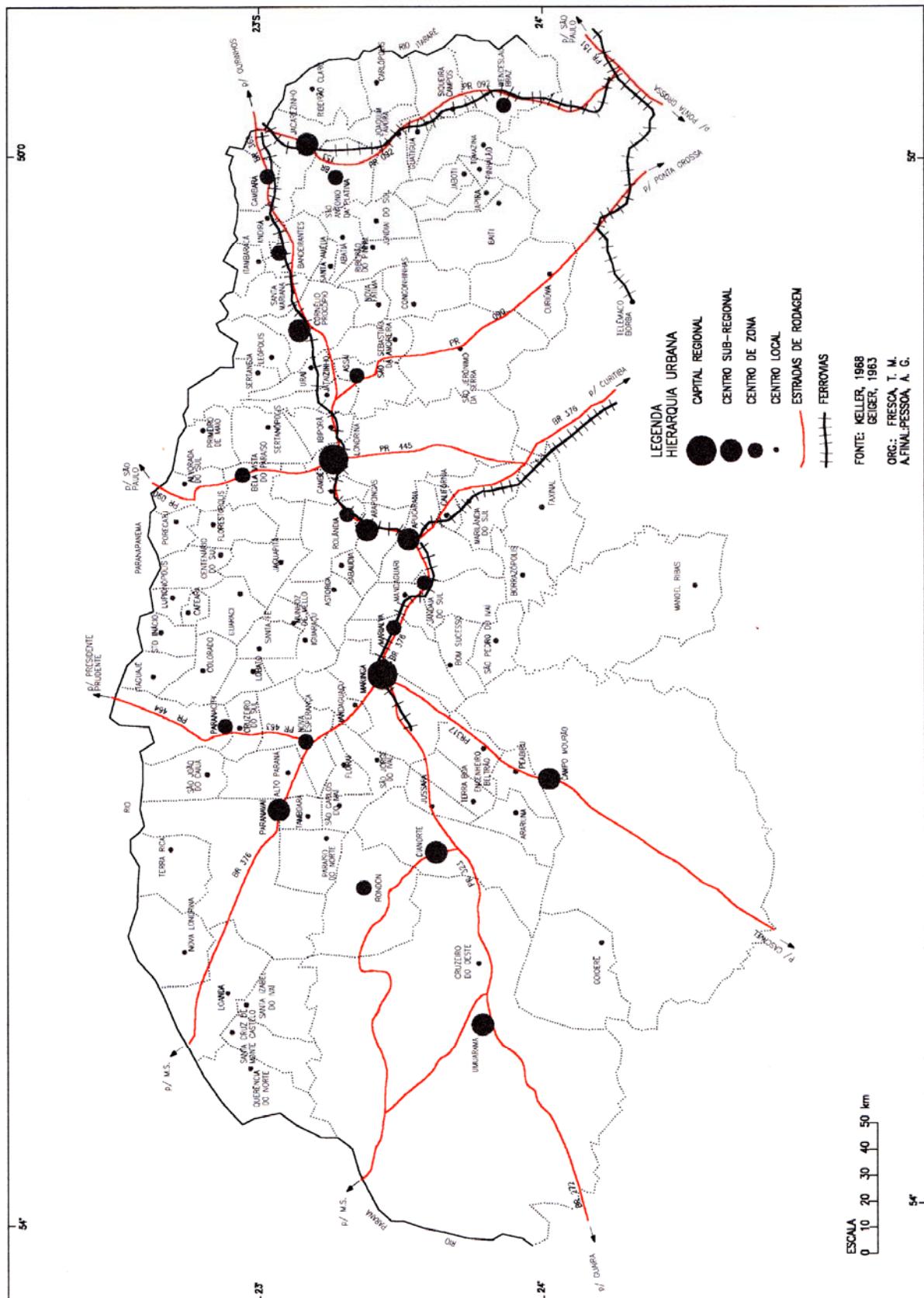
economia paranaense" (OLIVEIRA, 2001, p. 26) e já no início do século XIX atendia ao mercado nacional e internacional (países do Prata), tornando-se o principal produto de exportação do estado. O ciclo da erva mate propiciou o desenvolvimento de uma série de atividades ligadas a seu suporte.

Simultaneamente, a indústria do mate gerou expressivo crescimento das atividades dedicadas ao seu suporte. A manutenção em funcionamento dos engenhos e a embalagem e transporte da erva requeriam considerável soma de empresas voltadas para áreas como metalurgia, madeira e gráfica (OLIVEIRA, 2001, p.28).

A partir dos anos 1930, a erva-mate passou a ser substituída pelo ciclo da madeira, que passa a ser a atividade mais importante do estado.

A extração da madeira e as indústrias correlatas, como papel e papelão, mobiliário, etc., passaram a fazer parte da paisagem econômica de grande número de municípios paranaenses, empregando nestes a maior parte dos trabalhadores na indústria, ao mesmo tempo em que disseminavam a industrialização pelo interior do estado. Mais ainda, à medida que iam sendo colonizadas as terras do Norte e Sudoeste do Paraná e ampliada a rede de transportes rodoviária e ferroviária, mais áreas da Mata Atlântica e de Araucárias iam se tornando disponíveis para a exploração (OLIVEIRA, 2001, p.30).

Mapa 2- A rede urbana norte-paranaense em 1960.



Fonte: Fresca (2000, p.81).

Na década de 1940, aproximadamente, com a colonização do Norte Novo, houve uma expansão do café e este passa a ser o produto de maior importância da economia paranaense. Mas ao contrário dos ciclos anteriores, com exceção da dinamização da população e a criação de centros urbanos, o ciclo do café não gerou o desenvolvimento de uma indústria de suporte, pois segundo Oliveira (2001, p. 45), nas regiões onde o ciclo se desenvolvia - o norte- apresentava mais relações econômicas com São Paulo do que com as grandes cidades do estado, como Curitiba, por conta da distância e facilidades de acesso. A população dessa região só adquiria produtos industrializados e de consumo em São Paulo, bem como exportavam o café que produziam pelo porto de Santos.

O ciclo cafeeiro começa a dar sinais de esgotamento no início da década de 1960, consolidado pelas intensas geadas ocorridas no final da década. Essa conjuntura só começa a ser mudada a partir da implementação de medidas do governo estadual no início da década de 1970, principalmente no incentivo ao cultivo da soja, reorganizando a estrutura econômica do estado⁷.

Quanto à área em estudo, o setor industrial segundo Fresca (2002) com exceção de Londrina e Maringá, apresentava uma pequena presença de unidades industriais, justificada pela proximidade e relações mais intensas com a capital paulista, que também apresentava preços mais competitivos, além da falta de infra-estrutura e comunicação com a capital do Estado.

Já entre os anos de 1939 e 1949, enquanto o desenvolvimento industrial do país passa a concentrar-se nos Estados de São Paulo e Rio de Janeiro (67,4% da produção industrial brasileira em 1939), o Paraná passa a apresentar um aumento em sua produção industrial por meio das atividades de beneficiamento de café, implementado na região Norte do Estado.

Assim, no início dos anos 60, o Paraná apresentava uma indústria rudimentar, com predomínio de produtos alimentares, que em 1959 representava 56,35% do valor da produção, e indústria de madeira com 17,15%. Estas indústrias se dedicavam ao primeiro processamento, principalmente beneficiamento de café e madeira, utilizando-se de tecnologia pouco elaborada, apresentando reduzida escala de produção e destinando a produção fundamentalmente aos mercados locais (BRAGUETO, 1999, p.153).

⁷ Os efeitos da cultura da soja, a modernização agrícola e os efeitos na industrialização do estado será aprofundada no próximo capítulo.

Outra atividade, marcante nas cidades era o comércio varejista representado pelos armazéns de secos e molhados, bazares, lojas de tecidos, confecções e calçados, lojas de móveis e outros, abastecidos por atacadistas de grandes centros, como Londrina e Maringá.

O setor de prestação de serviços era caracterizado essencialmente pelos serviços de alojamento e alimentação, reparação, transportes rodoviários e ferroviários. Os serviços de infra-estrutura básica, como abastecimento de água, energia elétrica e telecomunicações ainda eram muito precários.

Assim, embasados pelos estudos realizados por Fresca (2002, 2004), podemos perceber que a rede urbana norte-parananense até a década de 1960, apresentava-se como sendo do tipo christalleriano, porém marcada por uma complexidade em sua forma espacial e funcional, devido aos diferentes níveis de centralidade e funções centrais assumidas por cada um dos centros nesse período, conforme aponta a referida autora:

A complexidade desta rede se evidencia ainda por apresentar duas capitais regionais para um total de 98 municípios; 8 centros sub-regionais que, à exceção de Campo Mourão, eram alinhados ao longo dos principais eixos de transporte, 12 centros de zona e 76 centros locais, exceto ainda o elevado número de vilas e distritos que futuramente seriam levados à condição de centros municipais (FRESCA, 2002, p.16).

Tal complexidade vai se intensificando por uma série de transformações sócio-econômicas de diversas escalas por qual a mesma passa, sobretudo a partir da década de 1970. Tais mudanças e processos serão abordados no próximo capítulo, principalmente no que diz respeito às mudanças na agropecuária, indústria, população e circulação.

2.3 PEQUENAS CIDADES: IMPORTÂNCIA DA DISCUSSÃO

A urbanização brasileira é um fenômeno bastante complexo e heterogêneo, resultado de diferentes dinâmicas engendradas ao longo da história e que possibilitou a gênese de centros urbanos de diversos tamanhos e funções.

Os primeiros estudos sobre a questão urbana brasileira privilegiavam os grandes centros dinâmicos do país como São Paulo, Rio de Janeiro

e as demais capitais, no entanto, diante do elevado número de cidades brasileiras existentes, mais de 70% são consideradas pequenas (IBGE, 2000), caracterizando uma relevância e emergência nos estudos de tais cidades, pois, “[...] pensar a cidade pequena e seu papel na rede urbana brasileira, exige como ponto de partida, a relevância da formação sócioespacial de tais cidades frente à região e à rede” (FERREIRA, 2008, p. 1).

Nas últimas décadas a contínua expansão capitalista, manifestada pela globalização atingiu as pequenas cidades - lugares profícuos para a criação e reprodução do capital - pelo surgimento de novos empreendimentos, transferências industriais, alterações agropecuárias e outros. Nesse contexto, emergiu o interesse e a necessidade de estudos das pequenas cidades no âmbito da geografia, com destaque para os trabalhos de Corrêa (1999), Fresca (2001), Bernadelli (2004), Endlich (2006) e outros.

Mas o conceito “pequena cidade” é em si um ponto de polêmica, pois como considerar seguramente uma cidade como “pequena”? Quais critérios utilizar? Como dar conta de múltiplas realidades brasileiras apoiado apenas em um parâmetro? Quais elementos a serem considerados para esta caracterização?

O IBGE na busca de um parâmetro para trabalhar o país, apesar de sua diversidade, adotou o critério populacional para classificar as cidades, adotando como pequenas cidades, os centros de população até cem mil habitantes; cidades médias os centros entre 100.000 a 500.000 habitantes e grandes cidades os centros com população acima de 500.000 habitantes. Segundo o mesmo órgão, das 5.507 cidades brasileiras recenseadas no ano de 2000, 4.646 (84%) eram classificadas como pequenas cidades e no Paraná dos 399 municípios, 323 (80%) apresentam suas sedes como pequenas cidades.

Ainda quanto ao aspecto populacional, Santos (2005, p.79) ao analisar a urbanização brasileira propõe que “para ser cidade média, uma aglomeração deve ter população em torno de 100.000 habitantes”, indicando assim, que abaixo deste patamar, os núcleos urbanos existentes são as pequenas cidades. Contudo, devemos levar em conta as diferenças regionais e não adotar este critério nacionalmente, pois “uma cidade com cerca de 50.000 habitantes inserida na rede urbana norte-paranense diferencia-se muito de uma similar inserida, por exemplo, na rede urbana nordestina” (FRESCA, 2001, p.29).

Santos (1989) também aponta que estatísticas internacionais definem o marco de 20.000 habitantes para se caracterizar uma pequena cidade, no entanto “[...] isso não significa grande coisa, visto que um marco numérico é sempre artificial; os marcos reais são funcionais, isto porque só a partir de certo estágio de desenvolvimento e dinamismo é que a cidade se define” (SANTOS, 1989, p.29).

A classificação de uma cidade apenas a partir da população residente pode ser no mínimo equivocada, pois “os municípios brasileiros, bem como suas sedes, variam ao extremo quanto ao conteúdo, dimensões, população, etc” (GEIGER, 1963 p.7), podendo conduzir a uma generalização de realidades distintas.

Santos (1979) transcende a análise das pequenas cidades, saltando classificações vinculadas ao número de habitantes e denomina as pequenas cidades como cidades locais, entendendo que o termo pequenas cidades induz à noção de volume da população. Para o autor, “o fenômeno urbano, abordado de um ponto de vista funcional, é antes de tudo um fenômeno qualitativo e apresenta certos aspectos morfológicos próprios a cada civilização” (SANTOS, 1979 p.70).

Para que uma aglomeração possa ser caracterizada como cidade, é necessário que exista “um limite mínimo de complexidade das atividades urbanas capazes, em um momento dado, de garantir ao mesmo tempo um crescimento auto-sustentado e um domínio territorial” (SANTOS, 1979, p.70), em outras palavras, “uma aglomeração pode ser entendida como cidade a partir do momento que passa a desenvolver atividades que não são agrícolas, mas vinculadas ao comércio e prestação de serviços” (VEIGA, 2007, p.27).

A cidade precisa satisfazer “as necessidades vitais mínimas reais ou criadas de toda uma população, função essa que implica em uma vida de relações” (SANTOS, 1979, p.71), sobretudo a satisfação de necessidades criadas externamente à comunidade.

O fenômeno da cidade local acha-se, pois, ligado às transformações do modelo de consumo no mundo, sob o impacto da modernização tecnológica, da mesma forma que as metrópoles são o resultado dos novos modelos de produção. [...] Todavia, só recentemente as cidades locais começaram a se difundir através do território. Deve-se procurar a causa disso na modernização tecnológica com ou sem industrialização. (SANTOS, 1979, p.72)

Ligado a esta questão está a modernização do Estado e consequentemente a modernização das vias de transportes e comunicação, associadas à exigência da população a serviços públicos como saúde e educação, que criam condições para uma mudança da estrutura espacial dos diversos países, sujeitos aos modelos modernos de consumo.

Santos ainda demonstra como as cidades locais são beneficiadas pelo avanço das relações:

O espaço se organiza conforme um jogo dialético entre forças de concentração e dispersão. Nesse período, as forças de concentração são poderosas, mas as de dispersão são igualmente importantes. As cidades locais beneficiam-se das tendências à dispersão, essencialmente comandada pela difusão generalizada da informação e do consumo. A rede urbana atual consiste, de modo geral, em uma estrutura mais complexa, tendo no vértice metrópoles completas e incompletas, vindo a seguir, em posição intermediária, cidades regionais e, finalmente, na base, as cidades locais. Estas não dependem mais, como no período anterior, das condições de produção, mas se acham preferencialmente ligadas ao consumo que se torna generalizado para um [grande] número de produtos (SANTOS, 1979 p.73-74).

A cidade local facilita o acesso da população aos bens e serviços, mesmo sendo mais caros que em centros maiores, e desempenham um importante papel junto às zonas de produção primária, por permitir um consumo mais próximo desta produção, gerando assim uma expansão da economia urbana.

A partir das reflexões apresentadas, concordamos com Fresca (2001), ao apontar que para se caracterizar uma cidade como sendo pequena, é necessário entender sua inserção em uma dada rede urbana ou região. É necessário o “[...] entendimento do contexto sócio-econômico de sua inserção como eixo norteador de sua caracterização como forma de evitar equívocos e igualar cidades com populações similares, que em essência são distintas” (FRESCHA, 2001, p.28). Nas palavras da autora:

Por este caminho, é possível ter melhores condições de entender uma cidade como sendo pequena, evitando deste modo as armadilhas das classificações populacionais, das recentes discussões de que o Brasil não é tão urbano quanto se fala e de generalizar que as pequenas cidades são apenas fornecedoras de bens e serviços básicos à população de uma restrita área de influência (FRESCHA, 2009, p.5).

A esse respeito, basta compararmos os centros e a rede urbana das regiões sudeste e sul (densas e complexas, apresentando todos os níveis de centralidade e funções urbanas) com as redes do nordeste e norte, geralmente do padrão christalleriano e apresentando baixo nível de complexidade. Da mesma forma uma pequena cidade em ambas as regiões apresentam características quantitativas (população, salários, trabalho, oferta de produtos) e qualitativas (inserção na rede, participação na divisão social e territorial do trabalho) diferentes, apresentando realidades muitas vezes diferentes, mais difíceis de serem agrupadas em uma única classificação.

Quanto aos estudos de pequenas cidades inseridas em suas redes urbanas, destacam-se alguns trabalhos fundamentados em estudos de caso de diversos tipos de centros em algumas regiões do país, sendo destacado abaixo alguns destes.

Medeiros (2005) estudou o processo de produção do espaço a partir das pequenas cidades do Seridó Potiguar. A partir da análise de todo processo de evolução sócio-econômica destes núcleos a autora constatou a dependência dos mesmos das atividades agrícolas e a ausência de investimentos nos demais setores da economia, fazendo com que as atividades de comércio formal e informal predominem sobre a restrita população da área.

A partir destes estudos, a autora sintetizou que estas pequenas cidades são caracterizadas por possuírem menos de 20.000 habitantes e uma pequena oferta de serviços e equipamentos sociais de consumo para a população local.

Silva et al (2005), ao estudarem as pequenas cidades do Rio Grande do Norte, apontam como pequenas cidades todas as sedes municipais com população igual ou inferior a 20.000 habitantes, no entanto, também sobrepondo classificações demográficas, acrescentam que pequena cidade é “uma aglomeração urbana capaz tão somente de satisfazer as necessidades mínimas, reais ou criadas de seus habitantes [...] que têm um significado importante no contexto da reprodução ampliada da sociedade” (SILVA et al, 2005, p.24).

Ambos os estudos demonstram as diferenças instauradas entre um pequeno município nordestino e um localizado no sul do país, sendo que os municípios nordestinos apresentam um reduzido percentual populacional, a (quase) ausência de atividades industriais, baixas funções centrais urbanas e a economia

ainda voltada ao setor primário, realidade diferente nas redes urbanas do sudeste e sul, que apresentam pequenas cidades caracterizadas como centros dinâmicos, inseridos na rede por meio de especializações industriais ou comercialização de seus *commodities* gerados por uma agricultura moderna e mecanizada, instalação de complexos agroindustriais e gradativa intensificação das atividades do setor terciário para atender tais demandas.

Oliveira (2004), ao pesquisar as pequenas cidades na Amazônia, aponta que a vida destas pequenas cidades estão ligadas ao rio ou às estradas. Alegando que para esta realidade apresentam-se poucos estudos, o autor questiona:

Quais os parâmetros para se definir uma pequena cidade? Não há uma definição absoluta. O primeiro critério ainda é o demográfico, porém outros devem ser arrolados, especialmente para uma região como a Amazônia, dentre os quais se aponta:

- 1) Baixa articulação com as cidades do entorno;
- 2) Atividades econômicas quase nulas com o predomínio de trabalho ligado aos serviços públicos;
- 3) Baixa capacidade de oferecimento de serviços, mesmos os básicos ligados à saúde, à educação e à segurança;
- 4) Predominância de atividades caracterizadas como rurais (OLIVEIRA, 2004 p.2-3).

Na mesma escala que a rede urbana nordestina, a realidade dos centros urbanos da Amazônia também apresenta diferenças genéticas, estruturais, populacionais e sócio-econômica em relação à rede urbana norte-paranaense e das regiões sudeste e sul, não sendo recomendável compará-las devido a tais diferenças.

Procurando entender o significado das pequenas cidades do cerrado mineiro, Bessa et al (2002), buscou classificar os centros por meio de diversos aspectos, como o demográfico, as condições econômicas e a base infra-estrutural, especialmente no que se refere aos transportes, às comunicações e à energia elétrica. Por fim, a autora determinou a questão demográfica como ponto principal de classificação, ao apontar que cidade local compreende todo núcleo que “possui população total entre 20.000 e 50.000 habitantes e influência estritamente local” (BESSA et al 2002, p.10), mantendo a tendência de diversos autores e do IBGE na classificação das pequenas cidades.

Medeiros (2005), ao discutir as mudanças ocorridas na urbanização brasileira com a instalação do meio técnico-científico e informacional nos lembra que:

O modelo econômico dominante contribuiu para que algumas cidades, no caso as grandes e médias cidades, ganhassem expressividade pela forte concentração de atividades econômicas dinâmicas e variedade de bens e serviços oferecidos à população. Estas passaram a constituir pólos de atração da população dos pequenos centros e áreas rurais. Por outro lado, as pequenas cidades, situadas no último nível da hierarquia urbana, também passaram por uma redefinição dos seus papéis. Se anteriormente estavam fadadas a atender apenas às necessidades básicas e imediatas do campo, hoje, apesar da condição de pequena cidade, além de atender às necessidades da população com uma maior variedade de serviços públicos e privados, adquiriu também a possibilidade de integrarem a rede regional, nacional e mundial (MEDEIROS, 2005 p.15).

Bernadelli (2004) estudou as pequenas cidades da região canavieira de Catanduva-SP, procurando entender os papéis das pequenas cidades da referida região por meio das relações entre a construção de moradias por parte do poder público e a ocupação das mesmas por trabalhadores volantes. Baseando-se nas proposições de Santos (1979) e Corrêa (2004), compreendendo a pequena cidade como centro que atende às necessidades mínimas de uma determinada população, situação esta verificada empiricamente em seus trabalhos de campo em pequenas cidades da região de Catanduva. Entendendo o espaço como produto e condição histórica e social e as articulações capitalistas geradoras de diferenciações e especializações no mesmo, a autora, pôde entender a materialidade sócio-espacial instalada em sua região de estudo.

Endlich (2006) ao discutir sobre pequenas cidades considera que há uma imensa dificuldade na compreensão destes centros, pois o conceito de pequenas cidades é de difícil elaboração e as localidades assim denominadas oferecem elementos para se discutir não só o conceito de pequenas cidades como o próprio conceito de cidade. Desta forma, a autora conceitua da seguinte maneira as pequenas cidades:

O conceito de pequenas cidades é daqueles de difícil elaboração. As localidades assim denominadas oferecem elementos para se discutir não só o conceito de pequenas cidades como o próprio conceito de cidade, pois nelas são avaliadas os qualificativos que devem compor o limiar entre a cidade a não cidade. As pequenas

cidades são localidades em que tais requisitos se apresentam ainda que com patamares mínimos (ENDLICH, 2006, p.85).

Quanto ao risco de generalização, já apontado por Fresca (2001), a autora acrescenta:

A conceituação das diferentes aglomerações no âmbito da rede urbana é uma tarefa comparativa. A referência a pequenas cidades implica em estabelecer relações com outras. Ao mesmo tempo em que é uma atividade comparativa, deve-se considerar também o caráter variável do fenômeno, pois dimensões que podem caracterizar uma pequena cidade em determinado espaço podem ser consideradas como de cidade média em outro contexto (ENDLICH, 2006, p.86-87).

A autora ressalta também ser muito importante considerar a complexidade e a relevância do setor terciário de uma rede urbana regional para se compreender as pequenas cidades que fazem parte desta rede, para isto Endlich apresenta esta questão a partir da economia do café, instaurada na região noroeste do Paraná décadas atrás:

No período da economia cafeeira, as pequenas cidades da região correspondiam a localidades centrais, ou cidades locais, com níveis diferenciados de conteúdo e, portanto, de centralidade. Reuniam papéis de centros distributivos de serviços, incluindo o beneficiamento e a comercialização da produção agrícola, atendimento de alguns serviços básicos oficiais e não oficiais, diversão, enfim, garantia o acesso ao consumo básico e organizava a produção no município, além de funcionar como centro administrativo, proporcionando o acesso a instituições essenciais. No transcurso da economia cafeeira, os papéis desempenhados pelas cidades locais estavam consoantes com a população dos espaços circundantes. O grau de urbanização da população era bem menor e a dinâmica urbana estava vinculada a atividades econômicas municipais e regionais que lhe asseguravam centralidade, ou seja, ainda que com pequena população intra-urbana, estas localidades possuíam papéis bem definidos (ENDLICH, 2006, p.89).

Corrêa (2004), ao estudar as transformações econômicas, sociais e políticas sofridas pela rede urbana, em particular os pequenos núcleos a partir de década de 1970, aponta que as transformações verificadas no campo alteraram o padrão desses pequenos lugares centrais, criando pelo menos quatro caminhos ao longo dos quais evoluíram: prósperos lugares centrais em áreas agrícolas pouco afetadas pela modernização; pequenos centros transformados em reservatório de

força de trabalho; pequenos centros em áreas econômica e demograficamente esvaziadas por um processo migratório e pequenos centros especializados em atividades industriais.

Por ser a dinâmica que ocorre em Assaí, este último caminho, os pequenos centros especializados é que nos interessam. A refuncionalização gerada pelas atividades industriais criadas por grupos locais que “necessitam encontrar outras atividades que lhes permitam manterem-se como tais ou grupos sociais emergentes que dispõe de um potencial de habilidades técnicas apreendidas a partir de práticas em outras atividades” (CORRÊA, 2004 p.50).

Esses grupos hegemônicos ao investirem na produção industrial acabam reinserindo o centro local e sua hinterlândia em uma rede urbana globalizada, processo este ocorrido em Assaí-PR, inserida de forma mais intensa na rede urbana norte-paranaense -após a década de 1990 por meio de sua produção industrial metalmecânica.

As diversas perspectivas apontadas permitem uma compreensão mais ampla sobre a questão das pequenas cidades e fornecem pontos de análise das mesmas com maior rigor, pois se percebeu o gradativo aumento do debate sobre as mesmas e seus papéis na dinamização das redes urbanas de todas as escalas (local, regional e nacional) das quais fazem parte.

O ponto principal ressaltado pela discussão é a classificação dos centros, inicialmente vinculada aos aspectos demográficos, resquícios da influência quantitativista e da teoria dos lugares centrais de Christaller e que tendiam a uma hierarquização dos centros, método não mais adequado para a atual conjuntura, de diversidade de processos ocorridos de formas complexas e desiguais nos centros urbanos.

Por fim, apontamos que para uma compreensão e caracterização segura dos centros urbanos, sugerimos que os mesmos sejam feitos por meio da análise de seu papel na rede urbana em que está inserido. Para Fresca (2001), tal abordagem permite o estudo do centro de forma ampla e integrada, possibilitando a obtenção de um quadro mínimo de relações que possibilitam a compreensão da ação dos processos gerais e particulares de diferenciação e redefinição dos lugares.

2.4 ASSAÍ, PEQUENA CIDADE DA REDE URBANA NORTE-PARANAENSE: GÊNESE E EVOLUÇÃO ATÉ A DÉCADA DE 1970.

Assaí, do japonês *asahi*, que significa “sol da manhã”, foi fundada em 1932, como resultado de um processo planejado de ocupação do território iniciado pela Sociedade Colonizadora do Brasil - BRATAC que adquiriu a então Fazenda Três Barras, com área superior a 12.000 alqueires, pertencentes ao município de São Jerônimo da Serra, apoiada pelo Governo do Estado e o capital japonês, conforme aponta Ogido (1988, p.127):

Em 1932, a Companhia Colonizadora Três Barras fundou um patrimônio no Município de São Jerônimo da Serra. No princípio, seu nome era Três Barras. Depois, passou a ser chamado de Assailand, que quer dizer Terra do Sol Nascente. Em 1938, a localidade foi elevada à condição de distrito de São Jerônimo, recebendo a denominação definitiva de Assaí. Seis anos mais tarde alcançava a categoria de Município, cuja instalação se deu em 1º de janeiro de 1945, com a posse do primeiro Prefeito Municipal, o major José Schleider.

De acordo com Asari (1992), devido ao aumento da população japonesa, o espaço reduzido e fortes crises econômicas que assolavam o país, obrigaram o governo a adotar medidas migratórias. Os primeiros migrantes dirigiram-se ao Hawaii e posteriormente devido a imposições migratórias de outros países como Estados Unidos, o fluxo foi interrompido, levando o governo japonês a investigar outras áreas que atendessem às suas necessidades, sendo o Brasil uma das alternativas.

Para Silva (2008), o Brasil também se interessava pelas migrações japonesas, já que o país viva o momento da expansão cafeeira e com o fim da escravatura havia uma enorme necessidade de mão-de-obra nas fazendas de café. Como resultado da política migratória formalizada entre os dois governos, em 1908 começam a chegar os primeiros migrantes japoneses, imediatamente deslocados para as fazendas de café em São Paulo e posteriormente para o norte do Paraná.

Padis (1981) aponta que a colonização japonesa no norte do Estado se deu por intermédio das empresas colonizadoras, em especial a Brasil Tokushoku Kaisha-BRATAC, uma empresa de capital misto, constituído pelas contribuições das províncias japonesas e de particulares que tinham por objetivo recrutar e

encaminhar os migrantes, organizando-os como colonos proprietários em núcleos planejados e desenvolver as atividades agrícolas.

As terras da região onde hoje se encontra a cidade de São Jerônimo da Serra e Assaí foram loteadas vendidas preferencialmente a migrantes japoneses com experiência agrícola e moradores do oeste paulista e suas experiências negativas na administração de outros núcleos com migrantes advindos diretamente do Japão (ASSAÍ, 2005).

A colônia Três Barras (área que correspondia à cidade de Assaí) foi dividida em seções de 1200 a 1400 alqueires cada, chamadas de “muras”, que em sua maioria receberam nomes de árvores subdivididas em lotes de dez a vinte alqueires que as famílias compradoras escolhiam conforme sua disponibilidade financeira. Segundo Asari (1992, p.44), as dezoito seções da ex-Colônia Três Barras estão hoje distribuídas nos seguintes municípios: Assaí: Seções Bálamo, Central, Cebolão, Figueira, Jangada, Paineira, Palmital, Peroba, Guarucaia, Cerro Leão e Pau D’Alho; São Sebastião da Amoreira: Seções Amoreira e Cabiúna; Santa Cecília do Pavão: Seção Santa Cecília; Jataizinho: Seções Couro do Boi, São João, Jacutinga, Roseira; Nova América da Colina: Seção Cedro.

O mapa 03 apresenta a posição de Assaí em relação a tais municípios, onde são apresentadas os municípios limítrofes de Assaí, ficando claro como algumas dessas seções foram sendo incorporadas a outras cidades ao longo tempo, já que estando localizadas no município de Assaí, muitas delas mantinham relações ou localizam-se mais próximas de outros municípios que de Assaí, como é o caso da seção Cabiúna, localizada a aproximadamente 15 Km de Assaí e a 5 Km de São Sebastião da Amoreira.

A área era dominada por uma mata virgem rica em perobas, figueiras cedros e outras árvores, o que tornou árduo o trabalho dos colonizadores, apesar de apresentar uma terra de fertilidade aparentemente superior às terras paulistas.

Estudos feitos por uma associação de colonos concluíram que o solo da área apresentava um alto teor de nitrogênio, sendo assim imprópria para a cotonicultura, sendo mais viável o cultivo de café, porém a BRATAC insistiu na cotonicultura, pois de acordo com Kuroda (1985), a necessidade de matéria prima para a indústria têxtil japonesa foi um dos fatores do interesse na colonização

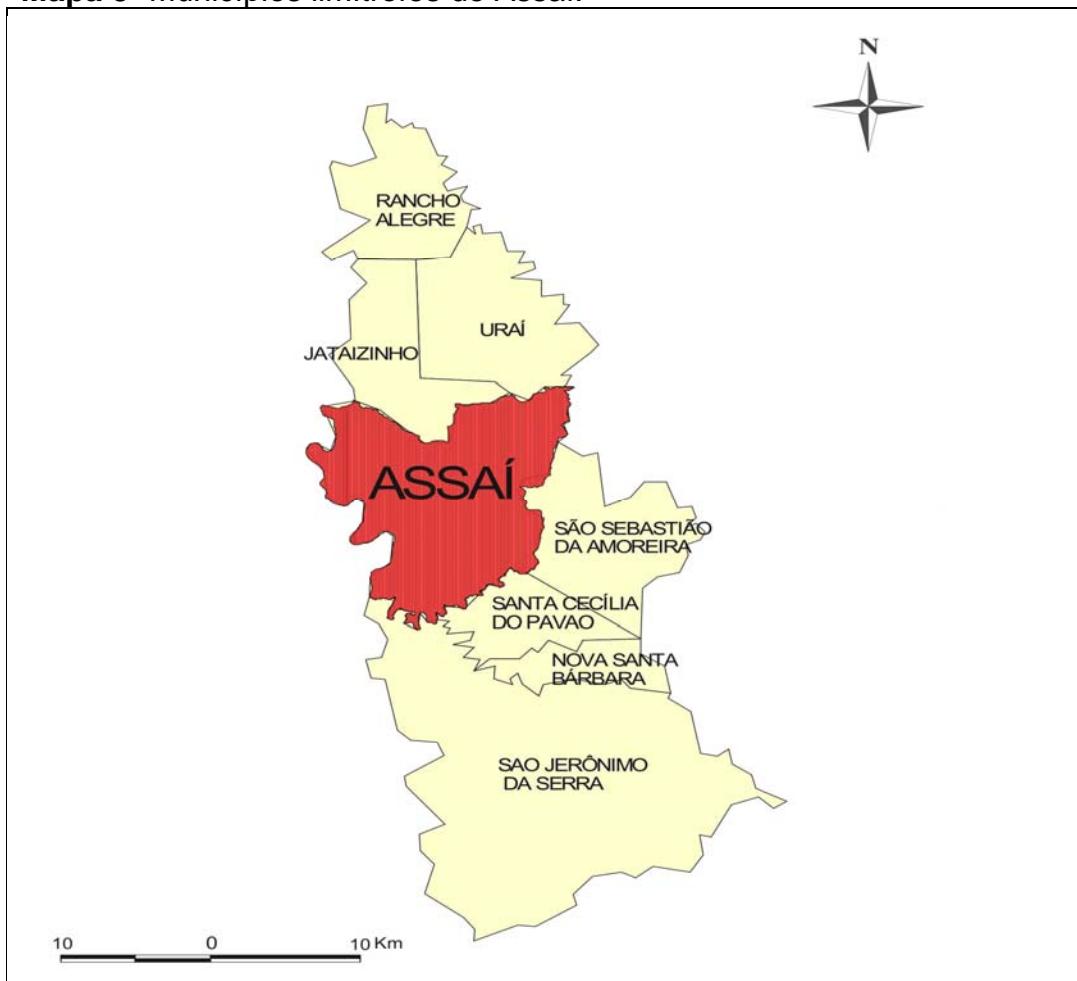
japonesa da área, descrita pelos representantes do governo japonês como ideais para a cotonicultura.

Mesmo contrariando as orientações da BRATAC, alguns produtores já experientes na cafeicultura em São Paulo, plantaram café e paralelamente a isto foram feitas experiências no plantio de algodão além do cultivo de milho, feijão e arroz para subsistência. O algodão foi a cultura que mais se destacou nas áreas agrícolas do município, e a notícia de uma boa colheita foi o impulso necessário para a cotonicultura em Assaí, conforme aponta Oguido (1988, p.130):

Uma experiência feita pelo agricultor Heiju Akagui, que plantou algodão em 1934, foi o impulso que faltava para que a comunidade atingisse seu pleno desenvolvimento. Ele colheu 360 arrobas de algodão por alqueire e o fato ganhou dimensões inimagináveis. Para se ter uma idéia do que essa safra representou, basta dizer que até então a Companhia havia vendido apenas 213 alqueires de terra e, a partir da safra de Akagui, chegou ao final de 34 com 2.140 alqueires vendidos.

Nos anos seguintes a cotonicultura fortaleceu-se na cidade e garantiu propaganda para o deslocamento de pessoas interessadas no ouro branco, gerando assim o que Silva (2008), chamou de diásporas, ou seja, os fluxos migratórios mais intensificados sobretudo de nordestinos, além de paulistas e mineiros.

Mapa 3- Municípios limítrofes de Assaí.



Fonte: Assai (2005).

Também é importante lembrar que a BRATAC preocupou-se em dar suporte ao contingente de agricultores da zona rural e a constituição do núcleo urbano do município:

Visando o desenvolvimento do núcleo urbano já no início da colonização, a BRATAC doa lotes a comerciantes que se instalassem, bem como isenta das prestações do ano seguinte à construção de residências com área superior a 24 m² em alvenaria de tijolos e cobertura de telhas de barro. Incentivos para o fortalecimento do núcleo urbano e a definição de uma nova paisagem (YAMAKI et al, 1995, p.582).

A empresa também doou terrenos aos interessados em construir casas de comércio e prestação de serviços, bem como facilidades e isenção de imposto predial, além de um esforço por parte da mesma em motivações profissionais dentre de várias especialidades para estabelecerem e exercer seus ofícios em Assaí (KURODA, 1985). A foto 01 apresenta a gênese da cidade, marcada pela

implementação da Avenida Rio de Janeiro, o que se tornará posteriormente o centro comercial da cidade.

Foto 1- Vista parcial da implantação da cidade de Assai-PR, já na década de 1940, observa-se a estrada que mais tarde irá dar origem à Avenida Rio de Janeiro.

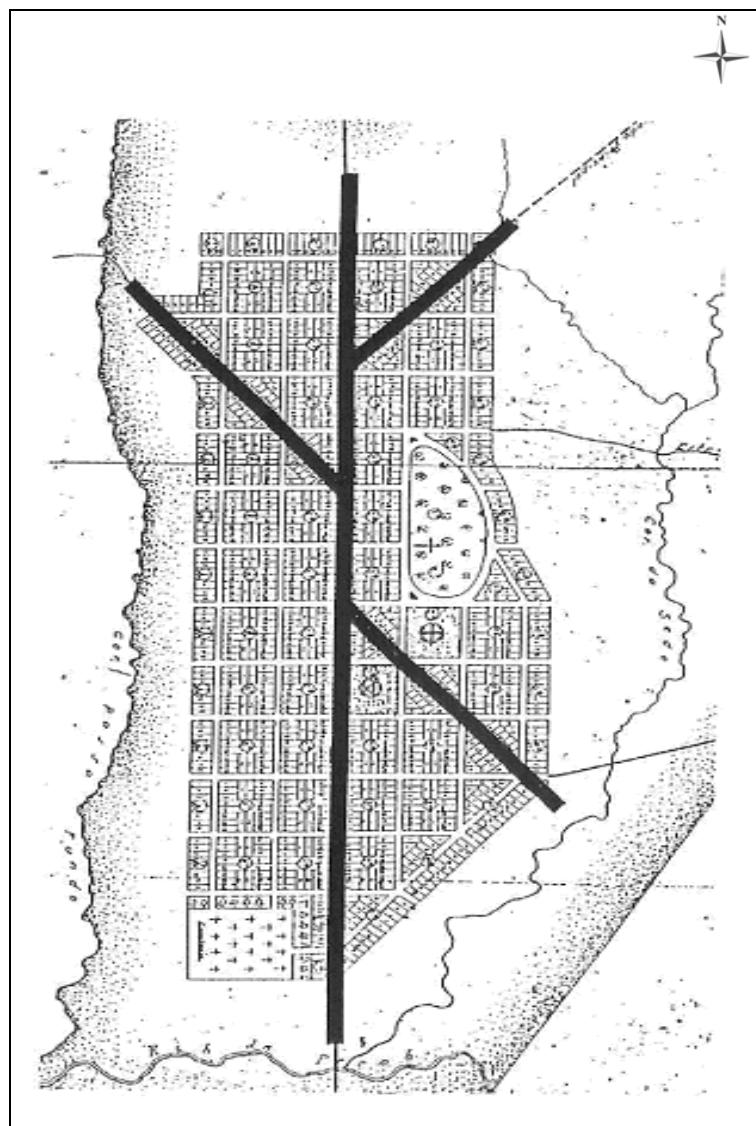


Fonte: Arquivo pessoal Elisa Fujita (reprodução).

O cultivo de algodão foi de grande importância para a colonização da cidade, e até a década de 1980 este produto garantiu um aumento populacional e o desenvolvimento econômico do município. Nestes anos de prosperidade, a cidade foi garantindo infra-estrutura para a dinâmica instaurada, passando a oferecer gradativamente serviços e atividades necessárias à população que começava a se instalar na zona rural, dinamizaram a vida econômica da cidade, conforme ilustrado na foto 02.

O ordenamento territorial era simples, marcado pela concentração dos bairros em torno da avenida principal, a Avenida Rio de Janeiro e a partir dela, casas circunscritas ao seu redor, conforme a descrição do plano urbano-ortogonal (figura 01 a seguir):

Figura 1- Ordenação territorial da cidade de Assaí nos primeiros anos de fundação.



Fonte: Yamaki et al. (1995, p. 582).

Impulsionada, sobretudo pela cotonicultura, o município de Assaí saltou de 68 habitantes na época da fundação para 31.583 na década de 1950 (ASSAÍ, 2005, p.55), conforme apontado na tabela 01, apresentada abaixo. A cidade passou a oferecer serviços até então encontrados apenas em Londrina, tais como cinema, insumos e materiais agrícolas, agências bancárias, farmácias, escolas, médicos e um comércio varejista relativamente diversificado.

Tabela 1- Evolução da População do Município de Assaí: 1940 -1970.

Década	Total	Rural	Urbano	Taxa Urbaniz.	Pop. Rural
1940	3.573	3.484	89	2,49%	97,51%
1950	31.583	19.109	12.474	39,50%	60,50%
1960	31.552	21.987	9.565	30,32%	69,68%
1970	29.090	20.523	8.567	29,45%	70,55%

Fonte: IBGE (1960, 1970) e Assaí (2005). Adaptado pelo autor.

A foto 02 apresenta uma área comercial da Avenida Rio de Janeiro na década de 1950, é possível perceber que havia na cidade no mesmo quarteirão uma filial das lojas Riachuelo e lojas Pernambucanas, demonstrando como havia uma procura elevada por bens de consumo nesse período, pois somente tal fato justificaria a presença de duas filiais de grandes redes de lojas na mesma cidade, realidade que hoje somente é observada em centros regionais.

Sabendo que no referido período a população assaiense era aproximadamente 31.583 habitantes, grande parte dessa população vivia na zona rural e se deslocavam para a cidade somente na busca de bens e serviços diversos de sua necessidade. Sendo assim podemos afirmar que Assaí também nesse período já exercia funções centrais para as cidades vizinhas no sentido de oferecer alguns bens e serviços que os centros locais não ofereciam.

Foi o ciclo do algodão também o responsável pela instalação de várias indústrias de beneficiamento e descaroçamento do produto, que montaram seus barracões em Assaí e garantiram empregos diretos a uma parcela significativa da população e contribuíram com o fluxo de pessoas, capital e bens na cidade. As principais empresas do setor foram a Cooperativa Agrícola de Cotia, com a usina de descaroçamento, a Assaimenca, a Sambra e a Mercantil de Algodão Vale do Tietê, dentre outras.

Foto 2- Vista parcial das atividades comerciais na Avenida Rio de Janeiro, no centro da cidade de Assaí por volta dos anos de 1950. Observa-se a presença de diversas lojas e movimento de pessoas.



Fonte: Arquivo pessoal Elisa Fujita (reprodução).

Assaí possuía também ligação com outras cidades de seu entorno, como São Sebastião da Amoreira, Uraí e Santa Cecília do Pavão. A empresa Viação Ouro Branco, que realiza transportes rodoviários na região foi fundada em Assaí, em 1947 (ASSAÍ, 2005), pela demanda de transportes no período, sobretudo para Londrina, centro urbano que oferecia bens e serviços dos quais a cidade não dispunha, sobretudo saúde e educação, já que as atividades comerciais se apresentavam bem diversificadas. Algumas décadas depois, sua sede foi transferida para Londrina, para melhor gerir as diversas linhas regionais assumidas pela empresa.

3 COMPLEXIFICAÇÃO DA DIVISÃO TERRITORIAL DO TRABALHO E TRANSFORMAÇÕES NA REDE URBANA NORTE-PARANAENSE APÓS A DÉCADA DE 1970

Este capítulo tem por objetivo discutir as mudanças produtivas e sociais ocorridas na rede urbana norte-paranaense após a década de 1970, o que levou a uma complexificação na divisão territorial do trabalho em vários centros urbanos, resultado de mudanças na agropecuária, na oferta de bens e serviços ou na produção industrial. Tais mudanças não ocorreram de forma isolada, mas associadas às próprias transformações sócio-econômicas e produtivas em nível estadual e nacional. Em seguida será abordado como tais processos refletiram nas transformações da estrutura sócio-econômica de Assaí e os mecanismos que levaram à instalação de uma especialização industrial metalmecânica na referida cidade.

3.1 A DIVISÃO TERRITORIAL DO TRABALHO E SUAS RELAÇÕES COM A REDE URBANA

A divisão territorial do trabalho é um conceito fundamental para entendermos mudanças ocorridas no processo de expansão das atividades econômicas e sociais e que interferem diretamente na produção do espaço.

Smith (1988), ao discutir o desenvolvimento desigual da sociedade arraigado ao desenvolvimento do capitalismo, discute a complexa relação entre a divisão social e territorial do trabalho e o desenvolvimento desigual do capitalismo, como uma necessidade para a reprodução do mesmo. Para o autor, a divisão do trabalho tem sua gênese na divisão sexual do trabalho, quando o homem passou a se organizar para obter bens da natureza necessários a sua subsistência.

Em adição à fisiologia humana, a consciência humana e os meios materiais de subsistência, a produção e a reprodução da vida material acarretam a produção de trabalhadores, isto é, a reprodução da força do trabalho. Alguma forma de relações sociais está implicada nesse processo de reprodução, e a mais básica é a divisão de trabalhos entre os sexos. Esta é a primeira divisão social real do trabalho, mas as suas origens se enraízam na organização social pré-humana (SMITH, 1988, p.74).

Sendo herdada pela sociedade, essa divisão do trabalho é natural e simultaneamente social, por ser reproduzida na organização social do homem,

tornando-se geral através da sociedade, justificando sua natureza diferenciada. Nesse sentido, “[...] a divisão do trabalho produz uma divisão sistemática das experiências sociais, em função da qual a natureza humana está constantemente modelada e remodelada” (SMITH, 1988, p.75).

Ainda segundo o autor, a produção de excedentes para a troca também foi um dos elementos que contribuíram para a ampliação da divisão do trabalho entre o homem, por requerer cada vez mais a produção de gêneros passivos de serem trocados.

A produção para a troca faz com que a relação com a natureza deixe de ser exclusivamente a de valor-uso; valores-uso não são reproduzidos para uso direto, mas para o intercâmbio. Quando houver intercâmbio de valores-uso específicos em quantidades também específicas, transformam-se socialmente em bens, que existem concomitantemente como valores de troca e como valores-uso. O valor de troca de um bem expressa a relação quantitativa na qual pode ser trocada por outros bens; com a produção para o intercâmbio, o objetivo imediato da produção é o valor de troca e não o valor-uso. [...] Tudo isso pressupõe o desenvolvimento e a ampliação da divisão do trabalho (SMITH, 1988, p.77).

Tal processo gerou uma divisão do trabalho entre atividades ligadas à terra e as que não são, uma separação entre a agricultura e o comércio. Desenvolveram-se os mercados, separados do local da produção, como maneira de simplificar e centralizar as complexas trocas que passam a ocorrer na sociedade, e posteriormente, para facilitar ainda mais este conjunto de trocas, desenvolve-se o bem dinheiro (SMITH, 1988).

A criação do mercado e de outras instituições de comércio levou ao desenvolvimento de centros, que mais tarde deram origem às cidades, que consequentemente passa a gerar uma série de serviços auxiliares, contribuindo para seu desenvolvimento e consolidando a separação entre o campo e a cidade. Outro efeito dessa evolução nas relações produtivas foi o surgimento das classes sociais, gerida a partir de interesses antagônicos.

Aqui, a diferença fundamental está entre a classe que desempenha o total da tarefa social, e a classe ou classes que não trabalham, mas no entanto encampam o excedente social. Esta diferenciação de classes emerge de uma diferenciação anterior entre o trabalho produtivo e improdutivo, porém não necessariamente continua sinônimo da mesma. [...] A classe dominante, que controla diretamente ou não os meios de produção sociais [...] enquanto a

classe trabalhadora opera os meios de produção (SMITH, 1988, p.78).

A divisão do trabalho passa então a apresentar um caráter de diferenciação espacial de níveis e condições de desenvolvimento, resultado de uma dinâmica social, mas vinculado às determinações do ambiente. Segundo este pensamento determinista, que vigorou até o século XX, o ambiente determinava quais atividades ocorreriam e onde ocorreriam, sendo que as atividades agrícolas limitariam-se a áreas de solos férteis e a atividade industrial conforme a disponibilidade de matérias primas.

Esse caminho não somente levou à explicações preliminares de exportações e importações de uma nação ou região, mas também à definição de regiões específicas, de acordo com que elas produziam. [...] As concentrações urbanas e regionais de capital industrial eram explicadas como resultado da proximidade de matérias-primas específicas, de estradas e caminhos naturais e de coisas semelhantes, ao passo que as concentrações de capital agrícola resultado do caráter particular de solo, do clima e da fisiografia (SMITH, 1988, p.154).

Tal lógica de análise foi facilmente superada por não corresponder à realidade, superação essa indicada pelo próprio desenvolvimento capitalista: o desenvolvimento dos meios de transporte e comunicação romperam a primeira barreira, a distância e o aumento geral das forças produtivas outro obstáculo, a proximidades de matérias primas também foram superados, “[...] pois as matérias-primas hoje são produtos de um número sempre crescente de processos de trabalhos anteriores” (SMITH, 1988). Concluindo a questão do determinismo da natureza na divisão do trabalho, o autor ressalta:

A divisão territorial do trabalho foi, com efeito, fortemente influenciada pela diferenciação natural da Terra, ou mesmo apoiada nela. Mas com o surgimento do capitalismo, não foi somente a própria sociedade, mas também a relação da sociedade com a natureza que se revolucionou. A divisão territorial do trabalho libertou-se cada vez mais de suas raízes na natureza, e na medida em que ela sobrevive é apenas mantida por uma nova base material (SMITH, 1988, p.158).

Essa revolução levou a uma complexificação da divisão do trabalho, não mais restrita, mas de alcance global, articulada ao capitalismo, conforme ressalta Smith (1988, p.159):

A diferenciação do espaço geográfico, a que nós chamamos divisão territorial do trabalho deriva da divisão social do trabalho mais geral. Mas a questão da divisão do trabalho é quase tão complexa quanto escamoteada, e quando tentamos colocar a divisão territorial do trabalho em seu contexto mais real, uma gama adicional de complexidade se acrescenta.

Buscando uma explicação para essa diferenciação do espaço por meio das diferentes formas de trabalho, representada pela divisão territorial do trabalho, o autor conclui:

Na escala dos capitais individuais, o processo de diferenciação é bastante direto; o capital é concentrado e centralizado em alguns lugares em detrimento de outros. Na escala da divisão particular do trabalho – a divisão da economia em setores específicos – a diferenciação do espaço geográfico é menos direta. Ela ocorre de maneira cíclica de acordo com a igualização da taxa de lucro dentro de dado setor, e com o movimento resultante do capital entre os setores, daqueles com uma baixa taxa de lucros para aqueles com uma taxa de lucros mais alta. Este movimento do capital entre setores assume uma dimensão espacial devido à sua distribuição na medida em que tais setores que atraem quantidades de capital são relativamente novos na economia, sua rápida expansão geralmente coincide com algum tipo de expansão ou deslocamento geográficos, com o fito de oferecer ao espaço para a germinação das estruturas produtivas (SMITH, 1988, p.168-169).

Dessa forma Smith (1988) busca expor que a divisão territorial do trabalho, ou a diferenciação do espaço por meio da diferenciação das atividades produtivas é resultado da diferenciação particular e individual do capital, representada pelos agentes hegemônicos que detêm o capital (empresários, latifundiários, etc). Por meio de suas ações que visam uma acumulação e reprodução do capital é que se tomam decisões e se fazem investimentos diferenciados, gerando um desenvolvimento diferenciado do espaço, privilegiando uns em detrimento de outros, segundo a lógica da maximização de seus lucros.

Tal idéia é reforçada por Rosa (1998), que ao discutir novas tendências da produção do espaço a globalização, também aponta que a divisão do trabalho é fruto da diferenciação interna do espaço provocada pela expansão do

capital, para a autora, tal processo antes natural foi incorporado pelo capitalismo como forma de manter sua estrutura de produção e reprodução.

[...] o processo de territorialização/desterritorialização do trabalho e do capital confina a produção do saber técnicocientífico nos centros tecnológicos (denominados tecnopolos, centros de inovação, indústria rejuvenescida etc.) localizados em alguns lugares escolhidos do planeta, e redistribui os diferentes ramos da produção em outros espaços mundializados, mantendo a separação entre local de concepção e local de produção e consumo, enquanto mobiliza massas de trabalhadores e de capital de um lado a outro do mundo (ROSA, 1998, p.118).

Entendendo a divisão territorial do trabalho de forma diferenciada, Santos (1988 p.18), ao estudar as transformações do espaço, começa a discussão a partir do desenvolvimento de diversas técnicas e objetos que levou a modificações no mesmo:

Antes [...] a maioria das regiões produzia quase tudo de que necessitava para sua reprodução; produzia-se de quase tudo em todos os lugares; vivia-se praticamente em autarquia. Hoje, assistimos à especialização funcional das áreas e lugares, o que leva à intensificação do movimento e à possibilidade crescente das trocas.

Santos e Silveira (2008) abordaram a divisão territorial do trabalho como elemento que dá movimento ao espaço, comandado pelos fluxos não necessariamente materiais, isto é, capitais, informações, mensagens e ordens do sistema capitalista, que ao segmentar as etapas do trabalho intensificam as relações de troca entre as regiões.

Repartição das atividades entre lugares, a divisão territorial do trabalho pode nos dar uma visão mais ou menos estática do espaço de um país, um retrato onde cada porção do espaço revela especializações mais ou menos nítidas, nascidas à luz de processos antigos e modernos. Mas para entender o funcionamento do território é preciso captar o movimento [...] estes são definidos pela circulação de bens e produtos e, por isso, oferecem uma visão dinâmica, apontando a maneira como os fluxos perpassam o território (SANTOS; SILVEIRA, 2008, p.143).

Santos (1996) discute a divisão do trabalho associando-a à noção de totalidade e de tempo, afirmando ser a mesma o motor da vida social e da diferenciação espacial. Segundo o autor, a divisão do trabalho é análoga à diversificação da natureza. “[...] os diversos momentos da diversificação da natureza

criam padrões específicos que a definem”, enquanto a divisão do trabalho “[...] movida pela produção, atribui a cada movimento, um novo conteúdo e uma nova função aos lugares. Assim, o mundo humano se renova e diversifica, isto é, reencontra a sua identidade e a sua unidade” (SANTOS, 1996, p.105).

Enquanto a natureza é ao mesmo tempo processo e resultado, a divisão territorial do trabalho é o resultado da divisão internacional do trabalho, entendida como o “[...] processo pelo qual os recursos disponíveis se distribuem social e geograficamente” (SANTOS, 1996, p.106) pelo mundo.

Os recursos⁸ constituem uma totalidade, porém não têm valor por si só, mas seu valor real está na significação conjunta que os mesmos adquirem ao participar de um lugar. Fora dos lugares esses objetos são apenas abstrações. A definição conjunta e individual de cada um depende de sua localização, pois “seu efetivo valor somente é dado pelo lugar em que se manifesta, juntamente com outras atividades. Tal distribuição de atividades, isto é, tal distribuição da totalidade de recursos, resulta da divisão do trabalho” (SANTOS, 1996, p.107).

Essa distribuição permite aos recursos funcionalizar-se e objetivar-se, em um determinado lugar, reunidas no espaço. O movimento do espaço é resultante do movimento dos lugares, que constantemente está recebendo e/ou negando distribuições de atividades, mas refletem no espaço como um todo de forma discreta, heterogênea, conjunta, desigual e combinada, criando também “[...] uma hierarquia entre os lugares e segundo a sua distribuição espacial, redefine a capacidade de agir de pessoas, firmas e instituições” (SANTOS, 1996, p.108).

A divisão do trabalho pode ainda ser entendida ainda sob o enfoque do tempo, o que segundo Santos (1996), comporta duas acepções: as divisões do trabalho sucessivas, ao longo do tempo histórico, uma cadeia de transformações ocorridas bem como suas causas e consequências; e as divisões do trabalho sobrepostas num mesmo momento geográfico.

A partir dos dois enfoques, o autor opta por abordar em seus estudos a análise que busca reconhecer a sobreposição das divisões do trabalho no espaço, por entender que tal enfoque é mais geográfico ao abrigar a relação objetiva entre o tempo e o espaço. O autor ressalta:

⁸ Entendidos por Santos (1996, p.106) como toda possibilidade material ou não, de ação oferecida aos homens, relações, idéias, sentimentos e valores.

Cada lugar, cada subespaço, assiste como testemunha, como ator, ao desenrolar simultâneo de várias divisões do trabalho. [...] É uma lei geral. Em cada lugar, em cada subespaço, novas divisões do trabalho chegam e se implantam, mas sem exclusão da presença dos restos de divisões do trabalho anteriores. Isso, aliás, distingue cada lugar dos demais, essa combinação específica de temporalidades diversas (SANTOS, 1996, p.109).

Assim, cada lugar acolhe simultaneamente várias divisões do trabalho e como estas não se realizam independente dos fluxos superpõe-se neles também diversos circuitos da produção, criando uma solidariedade entre elementos novos e antigos, produzindo distintas combinações técnicas e sociais do trabalho.

Considerando analiticamente que cada agente promove sua própria divisão do trabalho, em um determinado lugar, o trabalho é a soma desses trabalhos individuais, identificados de modo singular em cada momento histórico. É neste sentido que se pode perceber como a divisão do trabalho cria um tempo próprio, distinto do tempo anterior.

O tempo da divisão territorial do trabalho vista genericamente seria o tempo do que vulgarmente chamamos de Modo de Produção. Aqueles elementos definidores do modo de produção seriam a medida geral do tempo, à qual se referem, para serem contabilizados os tempos relativos aos elementos mais 'atrasados', heranças de modos de produção anteriores (SANTOS, 1996, p.110).

Para a interpretação das divisões do trabalho em outras escalas, como de um país, Santos (1996), aponta que se deve levar em conta os fatores não técnico-econômicos, relevantes na produção de comportamentos, assim:

O tempo do mundo é o das empresas multinacionais e o das instituições supranacionais. O tempo dos Estados-Nações é o tempo dos Estados nacionais e das grandes firmas nacionais: são os únicos a poder utilizar plenamente o território nacional com suas ações e os seus vetores. [...] A escala logo abaixo do Estado-Nação é a dos subespaços nacionais, regiões e lugares, cujo tempo é o das empresas médias e pequenas e dos governos provinciais e locais (SANTOS, 1996, p.111).

Quanto à escala de lugar, a busca de sua parcela mais inferior só pode ser compreendida a partir da sobreposição das diversas divisões do trabalho, pois num mesmo subespaço estão presentes diversas escalas de tempo simultâneas, fazendo com que:

Todos os lugares existem em relação com um tempo do mundo, tempo do modo de produção dominantes, embora nem todos os lugares sejam atingidos por ele. Ao contrário, os lugares se diferenciam, seja qual for o período histórico, pelo fato de que são diversamente alcançados, seja quantitativamente, seja qualitativamente, por esses tempos do mundo. O tempo do mundo seria o tempo mais externo, abrangente de todos os espaços, independentemente de escala (SANTOS, 1996, p.111).

A divisão territorial do trabalho, atribuída à repartição em diversas escalas, do trabalho vivo, deve levar em conta a divisão territorial do trabalho morto, caracterizado pelo meio ambiente construído, por sua influência sobre a maneira de como se dá a divisão do trabalho. O conjunto de formas provenientes de momentos anteriores exerce funções limitadas nos lugares, porém:

O trabalho já feito se impõe sobre o trabalho a fazer: A atual repartição territorial do trabalho repousa sobre as divisões territoriais anteriores. E a divisão social do trabalho não pode ser explicada sem a explicação da divisão territorial do trabalho, que depende, ela própria, das formas geográficas herdadas (SANTOS, 1996, p.113).

Godoi (2009), buscando entender o processo de urbanização brasileira a partir das diferentes divisões territoriais do trabalho, periodizou a divisão territorial do trabalho em três grandes etapas: a primeira correspondeu ao período de 1500 a 1889, caracterizada pelas relações de extração de recursos (minerais, madeiras e outros) do Brasil a Portugal; a segunda, ocorrida entre 1889 e 1945, que correspondeu à instalação da república no Brasil, a abertura de mercado e a gênese da produção industrial, sobretudo a partir do governo Vargas, intensificando a participação brasileira na divisão internacional do trabalho; e a terceira, que corresponde ao período pós Segunda Guerra até os dias atuais, marcada pela continuidade do processo de abertura do país aos mercados internacionais e a consolidação do país na divisão internacional do trabalho.

Tal periodização permite o entendimento do processo de complexificação da divisão internacional do trabalho no país e suas implicações na elaboração da divisão territorial do trabalho, nas diversas regiões e lugares do país.

Quanto à sua articulação com a rede urbana, Corrêa (1989), aponta que a rede urbana é simultaneamente reflexo e condição para a divisão territorial do trabalho. É reflexo na “[...] medida que, em razão de vantagens locacionais diferenciadas, verificam-se uma hierarquia urbana e uma especialização funcional definidoras de uma complexa tipologia de centros urbanos” (CORRÊA, 1989 p.48).

A partir disso, na busca da minimização dos custos e maximização dos lucros associados ao progresso técnico, provoca o aumento da escala de área e produção, e a conseqüente ampliação da circulação. Com isso,

Verifica-se a valorização de certas localizações em detrimento de outras: mais do que isto, para cada atividade, nova ou transformada, há padrões locacionais específicos que melhor atendem à lógica capitalista. Como conseqüência algumas cidades perdem importância, enquanto outras são valorizadas (CORRÊA, 1989, p.49).

A rede urbana é também uma condição para a divisão territorial do trabalho, por meio das cidades, que representam uma expressão da divisão entre o trabalho manual e intelectual e de certo modo, por meio da apropriação dos excedentes agrícolas, controlam a produção rural. É através das funções articuladas de suas cidades – comércio atacadista e varejista, bancos, indústrias e serviços de transporte, armazenagem, contabilidade, educação, saúde etc. - que a rede urbana é uma condição para a divisão territorial do trabalho. Através dela torna-se viável a produção das diversas áreas agropastoris e de mineração, assim como sua própria produção industrial, a circulação entre cidades e áreas, e o consumo (CORRÊA, 1989, p.49).

É devido a ação dos centros de acumulação do capital, as grandes metrópoles, que a divisão territorial do trabalho aparece condicionada pela rede urbana, por meio de ser a cabeça da rede e ser responsável pelas decisões, investimentos e inovações, que posteriormente circularão de forma descendente pela rede. A rede urbana é reflexo dos efeitos das práticas dos agentes sociais, principalmente grandes corporações multifuncionais e multilocalizadas, responsáveis pela introdução de atividades diferenciadoras entre os centros urbanos (CORRÊA, 1989).

Nos países subdesenvolvidos, segundo o referido autor, a rede urbana dever ser vista como o conjunto de cidades onde se faz a intermediação diferenciada das decisões tomadas fora da rede urbana nacional, ou seja, representa a extensão de uma rede urbana de caráter global. Nesse sentido, por meio da função de intermediação, a rede urbana tornou-se parte da divisão internacional do trabalho.

3.2 NOVAS DINÂMICAS PRODUTIVAS E MUDANÇAS SOCIOESPACIAIS NA REDE

A rede urbana norte-paranaense até a década de 1960 caracterizava-se como sendo do tipo christalleriano, apresentando uma fraca heterogeneidade produtiva e inserida na divisão territorial do trabalho essencialmente pela produção agrícola. Porém uma série de mudanças sócio-econômicas começou a acontecer em âmbito nacional e estadual, impondo novas relações à mesma e contribuindo para sua imersão em uma nova dinâmica: com a refuncionalização das cidades, a rede tornou-se mais complexa e diversificada, marcada por uma intensificação dos processos de produção, circulação e consumo. A incidência de processos gerais na mesma fez com que emergisse “[...] uma heterogeneidade que antes não estava presente e onde o que mais se ressalta é a continuidade da diferenciação e redefinição dos lugares” (FRESCA, 2002, p.17).

Vários processos contribuíram para o desenvolvimento de uma nova etapa funcional da referida rede urbana, como as alterações na base técnica produtiva da agricultura, alterações nas relações sociais do campo, êxodo rural, intensificação da produção industrial e a melhoria nos transportes, comunicação, energia e outros (VEIGA, 2007).

As transformações na agricultura iniciam com a intervenção do Estado de forma a racionalizar a cafeicultura, que mesmo sendo uma atividade de relevância para o estado, impedia o estado de implantar sua modernização agrícola, iniciada pelo governo Vargas na década de 1950.

A racionalização do café, assistida por órgãos específicos como o Instituto Brasileiro do Café – IBC e o Grupo Executivo de Racionalização da Cafeicultura – GERCA, seguiu entre os anos de 1962 e 1967, concomitantemente ao início da implantação de outras culturas que demandassem a incorporação e uso de máquinas e insumos, agora produzidos no Brasil. (FRESCA, 2004).

Após o investimento da indústria de base, na década de 1950, o país passou a implantar setores industriais vinculados à agricultura, fazendo com que a mesma passasse a oferecer produtos destinados ao consumo alimentar interno, bem como matérias-primas, contribuindo para a recente acumulação urbano-industrial. Essa nova realidade, associada ao contínuo aumento da produção para a exportação, fez com que acontecessem mudanças na agricultura, para a que a

mesma continuasse a atender tal demanda. O caminho para tal questão foi a modernização da agricultura, entendida como:

Processo geral de mudança tecno-econômica e social das atividades agrárias e dos setores ai engajados. Não só passou a predominar a racionalidade empresarial, mas igualmente os padrões de consumo e as aspirações da vida urbana (MULLER, 1989, p.148).

Tal processo levou à subordinação da agricultura à lógica da produção e reprodução do capital industrial, tomada pelas inovações destinada a ela, como tratores, máquinas, implementos e uma diversidade de insumos. Aspecto crucial da modernização da agricultura foi o desenvolvimento dos complexos agroindustriais – CAI - entendidos por (MULLER, 1989, p.148) como uma forma de unificação das relações interdepartamentais com os ciclos econômicos e as esferas de produção, distribuição e consumo, relações estas associadas às atividades agrárias.

Os CAI levaram a uma subordinação da agricultura à indústria e implicou em uma transformação da base produtiva propriamente dita, pela tecnificação e aumento do uso de insumos, gerando uma ampliação da produção agrícola de gêneros alimentícios e matérias-primas.

O Estado foi o grande agente da instauração da agricultura moderna, ofertando capitais necessários à implantação de agroindústria, transferindo excedente social de seu controle para o setor agrícola por meio do crédito rural subsidiado, implementação de políticas de incentivo à exportação subsidiada e desenvolvimento de pesquisas agropecuárias. Contudo, a modernização da agricultura e a implantação de complexos agroindustriais não ocorreram de forma homogênea, foram privilegiadas as áreas que apresentavam condições vantajosas ao capital, tais como infra-estrutura, mercado consumidor e inovações tecnológicas (FRESCA, 2004).

Vinculadas aos CAI e a incentivos governamentais também se desenvolveram as cooperativas, não mais ligadas a princípios coletivos, mas atuando como outras empresas capitalistas, porém possibilitando a participação de pequenos e médios produtores na dinâmica agrária instalada.

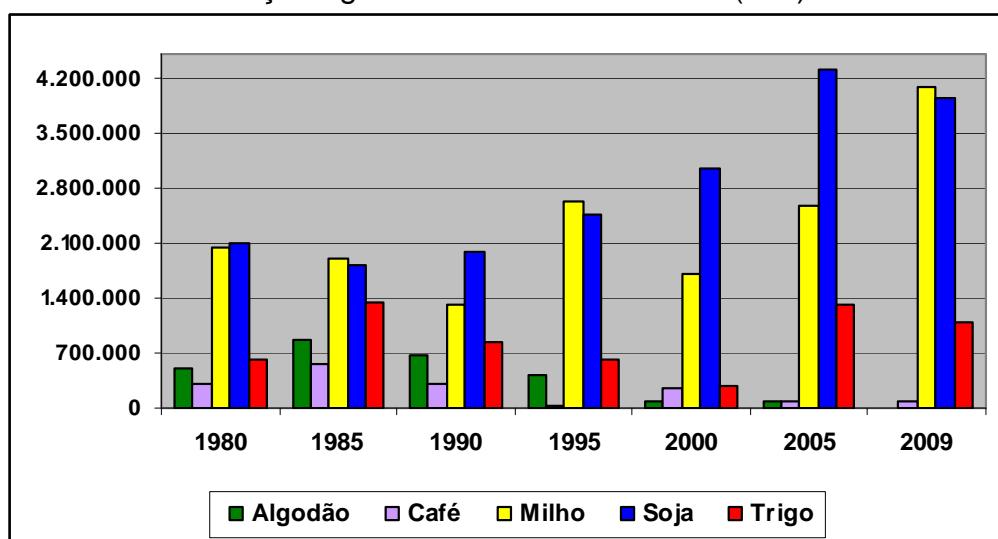
Por intermédio das cooperativas, parte significativa das inovações biotecnológicas, químicas e mecânicas foi introduzida na agropecuária. Tornaram-se ainda parte das empresas que obtiveram

respaldo econômico estatal, para seu ingresso na produção agroindustrial, principalmente grãos (FRESCA, 20004, p.190).

Nesse contexto, a ação do Estado garantiu ao Paraná um processo completo de modernização agrícola, subordinando-a à lógica de produção e reprodução capitalista e redefinindo sua participação na divisão territorial do trabalho por meio da agropecuária. Para Fresca (2004, p.191), tal modernização gerou três setores principais, quanto à área ocupada, valor econômico gerado e volume de produção: o setor da soja-trigo-milho, pecuarista e o sucro-alcooleiro.

As lavouras de soja e milho (safras de verão) e trigo e milho safrinha (safras de inverno), tornaram-se as mais importantes atividades agrícolas da área em estudo após a erradicação do café na década de 1960. A expansão dessas culturas foi induzida por uma série de fatores e medidas que visavam atender aos interesses dos grupos hegemônicos: uma cultura de introdução rápida, rentabilidade aos proprietários, que demandasse insumos, mecanização e inovações tecnológicas, facilidade de comercialização, boa associação ao cultivo do trigo (safra de inverno), bons preços no mercado internacional e adaptável ao solo norte paranaense.

Gráfico 1- Produção agrícola do Norte do Paraná (ton.):1980-2009.



Fonte: IBGE, extraído do IPARDES. Adaptado pelo autor.

O gráfico 1 apresenta a produção das principais lavouras cultivadas no norte do Paraná após a década de 1970. Observa-se a evidente expansão da produção de soja, trigo e milho o declínio do café e praticamente o fim da

cotonicultura⁹. Para que esta questão fique mais clara, são apresentados a área colhida dos cereais em questão na tabela 02 a seguir.

Tabela 2- Área Colhida Principais Produtos Cultivados no Norte do Paraná: 1980-2008.

Produto / Ano	1980	1985	1990	1995	2000	2005	2008
Algodão	147.801	249.119	214.099	92.514	11.030	24.692	5.368
Café	261.918	175.166	194.474	20.400	93.189	81.443	77.748
Mandioca	4.270	6.185	9.445	10.771	13.542	12.205	10.288
Milho	567.597	540.065	419.798	621.295	516.803	489.673	725.847
Soja	490.159	473.174	577.919	586.917	761.414	1.092.107	988.183
Trigo	355.655	401.373	466.578	225.350	200.731	485.167	448.081

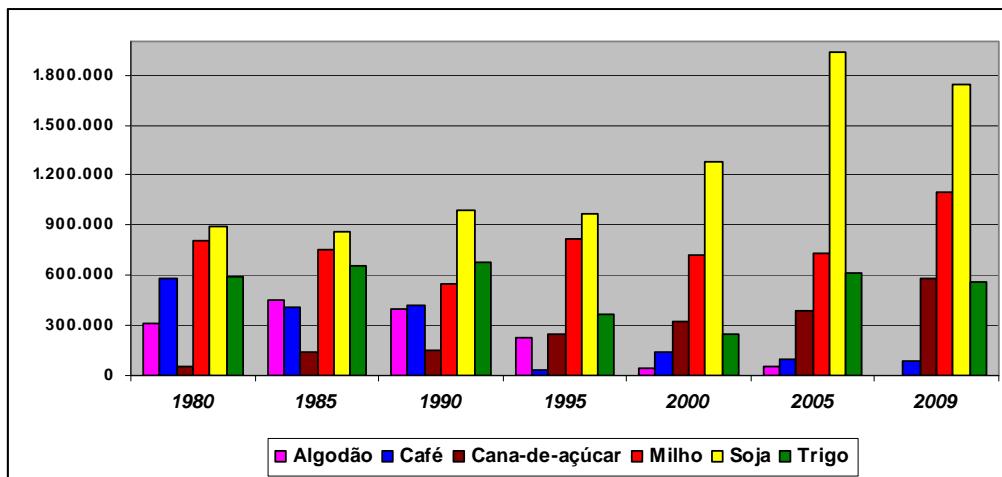
Fonte: IBGE, extraído do IPARDES. Adaptado pelo autor.

Também é visível a expansão da cana-de-açúcar, principalmente na região norte do estado e inclusive em Assaí. Tal expansão se deve aos incentivos governamentais à produção de álcool e a escolha de muitos pequenos produtores já idosos em arrendar suas propriedades para as usinas, motivados pelos baixos preços da soja e trigo nos últimos anos.

Em termos de produção, a cana-de-açúcar é quase duas vezes maior que a soja, porém isto se dá por suas características físicas da cana, em termos de peso de seu caule, muito superior aos grãos da soja, mas em termos de área a produção da cana-de-açúcar é muito inferior à da soja, conforme demonstramos no gráfico 02 a seguir.

⁹ O gráfico apresenta a produção do milho maior que a da soja em virtude dos dados representar soma das duas safras de milho (verão e safrinha). Todas as fontes pesquisadas apresentavam os dados agregados, porém apontamos que a soja é a principal cultura em todo norte e no Paraná em área plantada e colhida e volume de produção.

Gráfico 2- Área colhida principais lavouras do Norte do Paraná (ha):1980-2009.

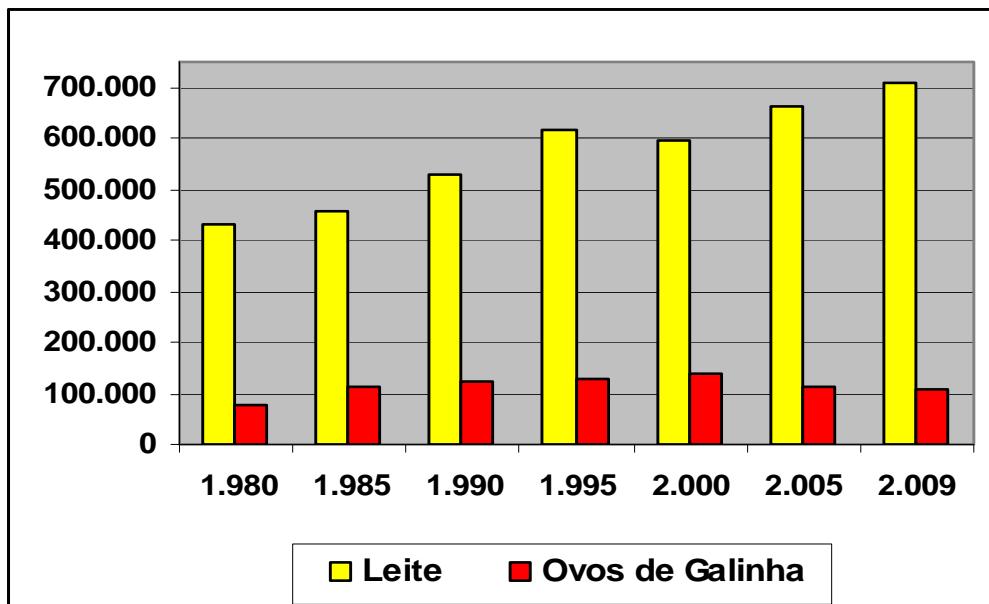


Fonte: IBGE, extraído do IPARDES. Adaptado pelo autor.

O setor sucro-alcooleiro do Norte paranaense, anterior à modernização agrícola, está localizado em Bandeirantes e Porecatu. Dedicavam-se somente à produção de açúcar, mas a partir da década de 1970, com a implantação do Programa Nacional do Álcool – PRÓALCOOL, o mesmo passou a direcionar-se para produção desse combustível. As indústrias pré-existentes foram modernizadas e houve a implantação de novas nos municípios do norte do Paraná, chegando, a 14 unidades em 1998. Mas nem toda área agrícola destinada ao café na década de 1950 foi substituída por atividades agrícolas, parcelas consideráveis dessas terras foram transformadas em pastagem, por apresentarem baixos custos e rápida implantação. A presença desses rebanhos possibilitou inovações biotecnológicas para esse setor, reduzindo o tempo de reprodução do capital, resultado da diminuição do tempo para a criação do animal (FRESCA, 2004).

A área em estudo também tem um relativo destaque na produção leiteira, marcada pela atuação de cooperativas e na avicultura, vinculada à oferta de carnes e ovos, dispersos pela maioria dos municípios, conforme apresentado no gráfico 03.

Gráfico 3- Produção de leite (mil litros) e ovos de galinha (mil dúzias) no Norte do Paraná:1980-2009.



Fonte: IBGE, extraído do IPARDES.

Quanto ao setor industrial da área em estudo, no período em destaque ocorre uma expansão marcada pelo desenvolvimento crescente da agroindústria e por novas instalações industriais, inicialmente em Curitiba e posteriormente para algumas cidades do interior do estado, inclusive no norte do Paraná. Esta expansão se deu por diversos fatores, associados ao papel do estado e dinâmicas econômicas em nível nacional, como a crise pela qual o país passou na década entre as décadas de 1970 e 1980 (BRAGUETO, 2007).

A industrialização do país foi resultado de diversos processos capitalistas e ações governamentais em escalas diversas que vão do nível macroeconômico, que diz respeito à economia mundial à conjuntura nacional e estadual, nesse sentido, a teoria dos ciclos econômicos se apresenta como uma ferramenta capaz de auxiliar no entendimento de tal processo vinculado às instâncias capitalistas diversas.

A teoria dos ciclos econômicos permite o entendimento das diferentes maneiras como ocorre o processo de desenvolvimento de uma sociedade. O desenvolvimento econômico se faz de forma cíclica e não linear, sendo marcado pela sucessão de períodos de crescimento e estagnação denominados de ciclos

longos de Kondratieff, enquanto os ciclos médios ou curtos são denominados de Juglar¹⁰.

Os ciclos longos de Kondratieff são ciclos de aproximadamente 50 anos, divididos em duas fases de 25 anos cada, sendo a primeira fase “a” ou ascendente marcada por ser um período de investimentos e expansão econômica; já a fase “b” ou recessiva apresenta quedas nos investimentos, depressão e pessimismo econômico. A sucessão desses ciclos é garantida pela alternância entre as fases, já que na fase “a” são desenvolvidas inovações tecnológicas que levam ao aumento da produtividade do trabalho.

Ao serem difundidas influem no ritmo das taxas de lucros, ora ampliando e ora contraindo investimentos e levando a uma fase depressiva, que pode ser vencida mediante a criação de novas inovações tecnológicas, que elevam as taxas de lucros, retomando os investimentos e emergindo uma nova fase expansiva.

Tais inovações ao se generalizarem reduzem a queda das taxas de lucro, desestimulando os investimentos, instaurando uma nova fase depressiva, e assim sucessivamente (MAMIGONIAN, 1987).

Araújo Jr. (2003), baseando-se nas proposições de Rangel, elaborou um quadro dos ciclos longos da economia e seus principais acontecimentos:

Quadro 1 – Ciclos Longos da Economia Mundial Segundo Ignácio Rangel.

Ciclo	Fase	Período	Acontecimentos Nacionais	Acontecimentos Mundiais
1º	A	1790/1815	Abertura dos Portos (1808)	1ª Revolução Industrial
	B	1815/1850	Independência (1822)	Novas Invenções
2º	A	1850/1873	Fim do Tráfico negreiro (1850)	Novas Invenções
	B	1873/1896	Proclamação da República (1889)	2ª Revolução industrial
3º	A	1896/1921	Crise encilhamento (1889-1900)	1ª Guerra Mundial
	B	1921-1948	Revolução de 1930	Crise de 1929
4º	A	1948/1973	Golpe Militar (1964)	1º Choque do Petróleo
	B	1973 - ?	Nova República (1989)	2º Choque do Petróleo

Fonte: Araújo Jr. (2003, p.20).

10 Tais ciclos recebem o nome de seu estudioso Kondratieff, que referem-se aos ciclos longos, em média com duração de 50 anos, sendo os 25 primeiros marcados pela ascensão e os 25 anos subseqüentes marcados pela recessão; e Juglar, que corresponde aos ciclos médios de 7 a 11 anos referentes à economia brasileira.

Para o autor, os ciclos longos possuem seu centro nas economias capitalistas mundiais, sendo que nas fases expansivas, tal centro amplia sua necessidade de matérias-primas, alimentos e mercados consumidores das economias periféricas, aprofundando a divisão internacional do trabalho; já nas fases recessivas, ocorre uma retração do comércio mundial, queda dos preços dos produtos e superproduções relativas, conduzindo os países periféricos a uma crise. Tais ciclos influenciam as economias nacionais de formas diferenciadas.

Articulado ao centro capitalista mundial, o Brasil respondeativamente a tais ciclos, principalmente nas suas fases expansivas, nesse contexto aparecem os ciclos médios de Juglar, ciclos próprios da economia brasileira, apontando que:

[...] a economia brasileira já ensaiava gerar seus próprios ciclos econômicos (os chamados ciclos médios brasileiros). Os ciclos de curta duração (entre 7 e 11 anos, aproximadamente), porém com capacidade de se autogerar, quando se inicia seu processo de industrialização (ARAUJO JR, 2003, p.20).

A partir do entendimento de tais ciclos, apontaremos sucintamente algumas das transformações ocorridas no país que influenciaram as demais escalas da economia, principalmente após 1973, tendo em vista que as transformações em Assaí foram marcadamente após este período.

Na década de 1950 a industrialização brasileira efetivamente se desenvolveu, após a dotação da infraestrutura necessária na década anterior, por meio da política da substituição das importações do governo Vargas. Já na década de 1960, tal processo foi novamente impulsionado pelo plano de Metas de JK sendo mantido o ritmo na década de 1970, por meio da marcha forçada, devido a instabilidades na economia mundial geradas pela crise do petróleo.

De 1968 a 1973, o país viveu a fase do denominado “milagre”, que correspondeu em linhas gerais a uma etapa de elevado crescimento nacional levado a cabo por fortes investimentos governamentais na expansão do setor industrial (em uma de suas últimas etapas no processo de substituição industrial das importações e na infra-estrutura nacional liderada pela Itaipu, rodovias, portos, saneamento básico, dentre outros). Em 1973 com o início da crise do petróleo, a economia internacional capitalista ingressou-se em mais um período recessivo, marcado pela desaceleração do crescimento e aumento na taxa de inflação. Mesmo nessa

conjuntura, até meados de 1979, a economia brasileira continuou a crescer, porém em ritmo menos intenso, marcados por diversos problemas estruturais (PASSOS, 2007).

Já na década de 1980, o país passa por um período de alternância entre períodos expansivos e recessivos, culminando com uma profunda crise, resultado dos efeitos globais da crise do petróleo associados à falta de medidas governamentais do país (ARAÚJO JR, 2003).

Nesse contexto, o Brasil se caracterizava por ser ainda um país essencialmente rural, marcado por economias regionais escassas e relações mercantis entre si, dentre suas células exportadoras, o destaque era o café. Com a crise do escravismo, a vinda dos migrantes europeus foi que garantiu a consolidação da cafeicultura como maior vulto da economia brasileira. Tal conjuntura possibilitou que se criasse em São Paulo:

[...] um mercado de trabalho rural e urbano e ampliasse o mercado de bens de consumo leve. Não é por coincidência que no bojo dessas profundas modificações [...] vai nascer, junto com o capitalismo brasileiro, um implante industrial, ainda que subordinado à dinâmica da economia cafeeira (NEGRI, 1994, p.18).

Ainda segundo o autor, é em São Paulo que no final do século XIX, com a economia cafeeira assalariada que se consolida o nascimento do capitalismo brasileiro, o café exigiu a estruturação de uma rede de transportes, comércio e serviços para uma grande massa de trabalhadores e a medida que o complexo cafeeiro se desenvolvia, proporcionava um aumento gradativo na urbanização, pois:

Esse complexo envolvia, além da atividade principal - o café -, uma série de outros componentes, como a agricultura produtora de alimentos e de matérias primas: o sistema de transporte ferroviário; o sistema bancário; as atividades comerciais internas e de exportação importação; os serviços de infraestrutura como portos e armazéns, transportes urbanos e comunicações; atividades do setor público e a atividade industrial. Para completar, é importante destacar ainda algumas outras variáveis de fundamental significância para a expansão do complexo cafeeiro paulista, como o movimento migratório, a disponibilidade de terras agricultáveis, o capital estrangeiro, as políticas governamentais tarifária, monetária e cambial, manifestadas muitas vezes nas várias políticas de valorização e defesa do café; bom como os saldos da balança comercial estadual em relação ao exterior e às demais regiões do país (NEGRI, 1994, p.25).

Os migrantes europeus, trabalhadores agrícolas, mais tarde, por meio de diversos processos econômicos, foram tornando-se proprietários de terras ou industriais, que continuaram a investir seus lucros nas atividades industriais e comerciais, centrando na cidade e no estado de São Paulo quase que a totalidade das atividades industriais. Ainda nesse sentido, Araújo Jr. (2003, p. 134) acrescenta que:

O processo de crescimento e concentração industrial em São Paulo passou por dois momentos: inicialmente, por 'concentração por estimulação', durante a 1^a Grande Guerra, quando a indústria paulista passou a produzir para sustentar a demanda interna do país, dada a redução da capacidade de importações. O segundo seria a 'concentração por necessidade', levada a efeito nos anos 20, pela necessidade da indústria paulista ampliar sua necessidade por mais mercados e prosseguir o processo de acumulação de capital.

São Paulo segue liderando a economia brasileira, sendo beneficiado pela infraestrutura criada, principalmente as ferrovias que lhe permitiam escoamento mais rápido e eficaz da produção, em detrimento de outros estados como Minas Gerais, Espírito Santo e Rio de Janeiro ainda sofriam com a crise do escravismo. Mais tarde, com a crise do café, São Paulo consegue deslocar seu eixo dinâmico de acumulação capitalista de agro-exportador para o industrial, tornando-se o grande centro econômico industrial do país, concentrando suas indústrias na cidade de São Paulo e posteriormente na RMSP. A tabela 03 apresenta tal dinâmica.

Tabela 3- Concentração Espacial do Valor da Produção Industrial do Estado de São Paulo: 1939–1956.

Região	Em relação a SP			Em relação ao Brasil		
	1939	1949	1956	1939	1949	1956
GRANDE SÃO PAULO	64,50	66,30	66,60	29,30	31,80	34,80
Capital	53,90	54,20	51,10	24,50	26,00	26,70
Outros municípios	10,60	12,10	15,50	4,80	5,80	8,10
INTERIOR	35,50	33,70	33,40	16,10	16,20	17,40
TOTAL DO ESTADO	100,00	100,00	100,00	45,40	48,00	52,20

Fonte: Extraído de Negri (1994, p.89). Adaptado pelo autor

Somente a partir da década de 1970 que passa a ocorrer um processo de descentralização da indústria paulistana, ou seja, parte das unidades

industriais localizadas na cidade de São Paulo ou RMSP, passa a instalar-se em cidades no entorno da referida metrópole. Negri (1994) aponta que no fim dos anos 1960 e inicio dos anos 1970, começaram a surgir as primeiras manifestações do que se podia chamar caos urbano¹¹, e que para resolver tais questões era necessário realizar pesados investimentos nas principais áreas urbanas do país, desta forma começam,

[...] a se desenhar, a partir desse momento, políticas de 'desconcentração' e de 'descentralização': de forma implícita no I PND, que se propunha a 'instituir as primeiras regiões metropolitanas no país [...] e de forma explícita no II PND, que se propôs a atenuar os 'desníveis regionais de desenvolvimento industrial, evitando-se a continuação da tendência à concentração da atividade industrial em uma única área metropolitana, caso específico de São Paulo (NEGRI, 1994, p.140).

Muitos autores defendem que neste período não houve uma desconcentração, e sim uma descentralização da indústria, pois embora as outras regiões no país tenham aumentado sua participação no total do país e a RMSP tenha diminuído sua participação, o referido aumento foi pequeno e a referida diminuição também. Nesse sentido Azzoni (1986) e Negri (1994) defendem que na verdade houve um espraiamento da indústria paulistana para um raio de 150 Km em torno da capital, cujos centros mantinham estreita relação de dependência com a mesma. A tabela 04 evidencia tal processo.

¹¹ Segundo Negri (1994) tal caos é caracterizado pelo crescimento desordenado da cidade, resultando em maior dispêndio com transporte urbanos deteriorados, degradação de mananciais, poluição do ar e dos recursos hídricos, enfim, deseconomias de aglomeração.

Tabela 4- Distribuição Espacial da Indústria de Transformação no Brasil Segundo Regiões e Estados Selecionados: 1971-1990.

Regiões e estados	<i>Percentual do VTI da Indústria de transformação</i>				
	1970	1975	1980	1985	1990
NORDESTE (menos BA)	4,20	4,50	4,40	4,80	4,50
BAHIA	1,50	2,10	3,10	3,80	4,00
MINAS GERAIS	6,40	5,30	7,80	8,30	8,70
RIO DE JANEIRO	15,70	13,60	10,20	9,50	9,80
SÃO PAULO	58,10	55,90	54,40	51,90	49,20
Metrópole	43,40	38,80	34,20	29,40	26,20
Interior	14,70	17,10	20,20	22,50	23,00
PARANÁ	3,10	4,90	4,10	4,90	5,70
SANTA CATARINA	2,60	3,30	3,90	3,90	4,20
RIO GRANDE DO SUL	6,30	7,50	7,90	7,90	7,70
OUTROS ESTADOS	2,10	2,90	4,20	5,00	6,20
TOTAL DO BRASIL	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: Extraído de Negri (1994, p.143). Adaptado pelo autor

Bragueto (2007) chama atenção das dificuldades de análise do período que se segue, e aponta que entre 1985 e 1992 aproximadamente, o país viveu um período de inflexão, sendo retomado o processo de desconcentração após tal período, processo este que será abordada mais detalhadamente no próximo capítulo.

A maioria dos autores que trataram da desconcentração regional da indústria no Brasil no período posterior a 1985, concordam que ocorreu uma inflexão no processo. No entanto estudos mais recentes apontam que a partir de meados da década de 1990 houve uma retomada no processo de desconcentração. Embora não haja consenso entre os autores sobre o momento preciso em que a retomada teria ocorrido [...] acreditamos que o processo teve início a partir do ano de 1992 (BRAGUETO, 2007, p.120).

Já em nível estadual, foram as ações diretas do estado, em termos de investimentos, que permitiram o desenvolvimento da indústria. A partir da ascensão de Ney Braga ao governo do estado em 1961 é que houve a formulação de um projeto de desenvolvimento, baseado no projeto nacional desenvolvimentista

do governo federal, que ressaltava o papel do Estado como promotor do desenvolvimento. O expoente maior de tal projeto foi a criação da Companhia de Desenvolvimento do Paraná - CODEPAR, que a partir de recursos do Fundo do Desenvolvimento Econômico – FDE, financiaria empreendimentos privados que viessem se instalar no Paraná. Por serem vinculados ao executivo, tais fundos serviram para atender os interesses de grupos hegemônicos ligados ao governo.

Na década de 1970, segundo Bragueto (1999, p.156), a indústria paranaense passa por transformações marcantes:

- a) estruturalmente há uma diversificação dos gêneros industriais, com uma queda relativa daqueles mais tradicionais;
- b) acontece uma elevação da participação de novos gêneros, como a metalurgia, a mecânica, material elétrico e de comunicações e material de transporte;
- c) em boa parte dos gêneros há uma ampliação na escala de produção, utilizando tecnologias mais avançadas, resultando num aumento da produtividade;
- d) surgem, ainda que timidamente, relações de compra e venda no próprio Estado, aumento os fluxos interindustriais;
- e) ocorre a conformação de oligopólios, como resultado da penetração de capital estrangeiro e da extensão de outras indústrias já radicadas no Brasil.

Tais transformações fazem eclodir o crescimento industrial do Paraná, elevando o setor secundário a líder do crescimento econômico do estado, e segundo o IPARDES (2006, p. 90):

Esse crescimento rápido da indústria altera quantitativamente sua participação na geração de renda estadual. De um setor relativamente sem importância, agora a indústria passa a superar a participação da própria agricultura na renda interna paranaense. Pode-se mesmo concluir que o salto quantitativo da indústria nos anos 70 qualitativamente a natureza da economia paranaense, que deixa de ser essencialmente agrícola.

Essas transformações podem ser visualizadas no quadro 02, que apresenta a evolução na participação dos setores da economia na renda interna do estado. Coube ao governo dotar o estado com a infra-estrutura, necessárias para gerar as condições de produção e reprodução do capital, tais como a pavimentação de rodovias, fornecimento de energia elétrica, telefonia e outros. Embora o intuito inicial do projeto fosse alterar a configuração do estado de economia agrícola para industrial, o que foi instaurado foi uma integração maior do mesmo à economia

brasileira não pela industrialização, mas pelo surgimento e fortalecimento da agroindústria.

Quadro 2- Participação Relativa dos Setores na Renda Interna do Paraná: 1970-1980.

ANOS	PARTICIPAÇÃO (%)		
	Primário	Secundário	Terciário
1970	25,17	16,62	58,21
1971	32,22	14,88	52,90
1972	30,71	18,10	51,19
1973	27,74	19,67	52,59
1974	30,04	19,41	50,55
1975	28,34	19,27	52,39
1976	19,19	22,31	58,50
1977	25,56	22,49	51,95
1978	19,44	27,25	53,31
1979	19,04	26,14	54,82
1980	18,53	28,07	53,40

Fonte: IPARDES (2006, p.91). Adaptado pelo autor

Outra transformação significativa na estrutura industrial paranaense ainda na década de 1970 para Bragueto (1999) foi o surgimento de grandes empresas com ampla escala de produção, resultando um alto grau de concentração da produção industrial, ou oligopolização da indústria, onde grandes empresas, embora representassem 2,3% dos estabelecimentos, detinham 73% do valor da produção. Tal processo ocorria na indústria do fumo, indústria química e de material elétrico e de comunicação.

Outro aspecto abordado pelo IPARDES (2006, p.92), são as transformações qualitativas da estrutura industrial do estado no período, apresentando uma “tendência à diversificação dos gêneros industriais, surgem ou ganham importância novos setores [...] os gêneros tradicionais, por sua vez, sem deixar de crescer, vão perdendo importância relativa”, conforme apontado no quadro 03, que evidencia a relativa queda de importância de gêneros tradicionais (madeira,

produtos alimentares) e o aumento de importância de gêneros como metalurgia, mecânica e outros.

Quadro 3- Participação de Alguns Gêneros no Valor Agregado Industrial do Paraná Excetuando-se a PETROBRÁS: 1975-1979.

Gênero	Participação (%)	
	1975	1979
Metalurgia	2,98	3,20
Mecânica	3,80	4,80
Material Elétrico e de Comunicação	1,10	3,00
Material de Transporte	1,00	1,20
Madeira	17,80	17,10
Química	10,30	9,10
Produtos alimentares	30,40	25,50

Fonte: IPARDES, 2006, p.95. Adaptado pelo autor

Diante dessa conjuntura, associada ao fato das indústrias ainda estarem espacialmente concentradas na região de Curitiba (52,7% do valor adicionado da indústria em 1979), seguida pelos pólos industriais de Ponta Grossa e Londrina, além de alguns pontos esparsos pelo estado, o Paraná:

[...] encerrou os anos de 1970 com uma nova inserção na divisão territorial do trabalho, no âmbito nacional e internacional. Passou da condição de exportador agrícola de gêneros alimentícios semi elaborados para a condição de industrial, mas centrado na agroindústria alimentícia. Foi capaz ainda de diversificar sua estrutura produtiva industrial em taxas crescentes, para adentrar os anos de 1980 seguindo a tendência nacional que era recessiva (FRESCA, 2004, p.206-207).

Na década de 1980, conhecida como década perdida, resultado da crise mundial gerada com a crise do petróleo, fez com que o país passasse por um período de perda de seu ritmo de crescimento e recessão, que perdurou até a década de 1990, período em que o Paraná iniciou nova fase de crescimento, o que segundo Fresca (2004), se deu por meio de investimentos em duas grandes áreas: agropecuária e agroindústrias, liderado pelas cooperativas e a instalação da indústria automobilística em Curitiba, além do surgimento de especializações

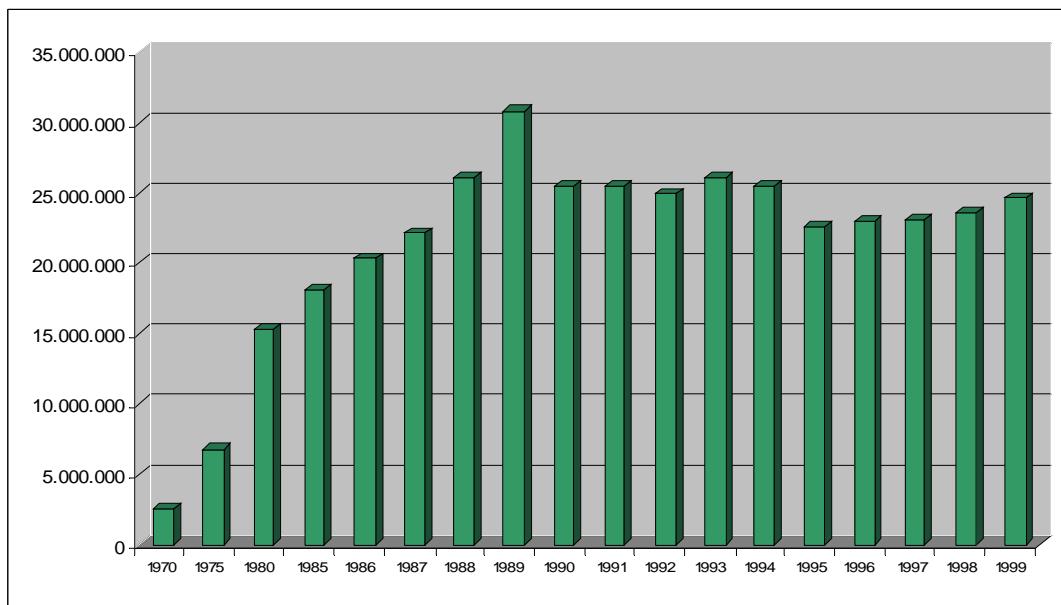
industriais no interior do estado, a partir de investimentos locais, como Jaguapitã (mesas para bilhar), Assaí (metalmecânica), Cianorte (confecções) e Arapongas (móvels) e Apucarana (bonés), dentre outras.

Somente após a década de 1990¹², após o *impeachment* de Collor, que levou o país a mergulhar numa profunda recessão resultante de medidas neoliberais, com a implantação do Plano Real e um forçoso processo de reestruturação produtiva das indústrias é que a indústria voltou a estabilizar-se. Um dos processos da reestruturação produtiva de tais empresas foram as transferências de suas plantas para o interior, sendo o Paraná alvo de muitas dessas transferências realizadas anteriormente, no que se refere à dotação de infraestrutura básica (rede rodoviária, ferroviária, porto e energia elétrica), incentivos fiscais e a existência de mecanismos institucionais de apoio à indústria e a já mencionada agricultura dinâmica que permitia a instalação de setores agroindustriais.

O gráfico 4 apresentado a seguir permite verificar o aumento das atividades industriais no Paraná a partir da década de 1970 por meio do aumento gradativo do PIB estadual da indústria, que saltou de menos de R\$ 5.000.000, 00 em 1970 para aproximar-se de R\$ 25.000.000, 00 no final dos anos 1990. Tal evolução demonstra que as medidas estatais para o desenvolvimento industrial do estado obtiveram seu objetivo.

¹² A conjuntura da década de 1990 será abordada de forma mais detalhada no próximo capítulo, que tratará especificamente da reestruturação produtiva ocorrida neste período e as implicações na industrialização brasileira e paranaense.

Gráfico 4 - PIB estadual da indústria – Valor Adicionado (R\$ de 2000 deflacionado pelo deflator Implícito do PIB nacional) do Paraná:1970-1999.



Fonte: IBGE, extraído do IPEADATA. Adaptado pelo autor.

Concomitante às mudanças na estrutura produtiva está a alteração na dinâmica populacional: os centros da rede urbana norte paranaense apresentaram até as décadas de 1960 e 1970 um crescimento significativo da população total, mas a maior parte desta ainda concentrava-se no campo. A partir dos anos 1970, com a modernização agropecuária, ocorreram alterações nessa dinâmica: a inserção de novas técnicas, insumos e maquinários, associados ao advento de leis trabalhistas acaba liberando a mão-de-obra rural, obrigando-a a deslocar-se para as cidades, cujo destino principal foi as grandes cidades da rede como Londrina e Maringá, além de outros deslocamentos direcionados às metrópoles. Segundo Fresca (2004, p.223):

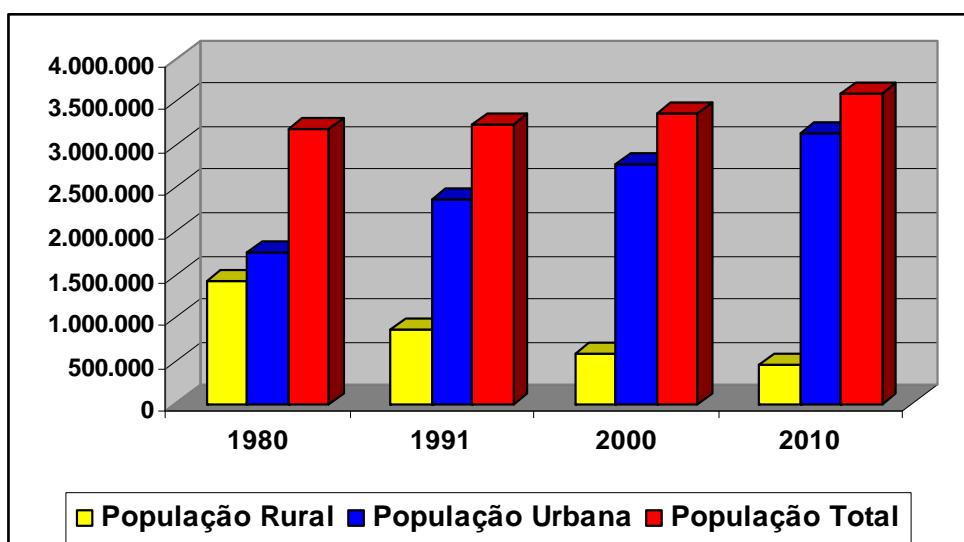
Da condição de grande área receptora de população, o norte do Paraná passou – após 1970 – à condição de expulsor com elevados números absolutos e relativos. Isso para ter-se em conta o rápido e intenso processo de modernização da agropecuária com repercussão imediata para a população.

Nos anos de 1980, a dinâmica populacional manteve-se similar à década anterior, porém com tendência a diminuição das taxas de evasão populacional do norte-paranaense, ainda em decréscimo devido às influências da

modernização agropecuária, expansão da fronteira agrícola no Centro-Oeste e Norte brasileiros e a preferência por áreas urbanas oferecedoras de emprego em pleno período de recessão econômica nacional¹³.

Somente nos primeiros anos da década de 1990 é que a população da área em estudo voltou a apresentar um crescimento positivo, mesmo sendo modesto, resultado do retorno da população que havia migrado para outros estados e novos fluxos migratórios, agora atraídos pela instalação de unidades industriais no estado e na área em estudo, resultado da instalação de plantas industriais novas, a partir da iniciativa local ou transferências industriais, sobretudo de São Paulo, além da expansão de atividades prestadoras de serviços como telefonia, pesquisa e ensino superior (FRESCA, 2004). O gráfico 05 apresenta tal dinâmica.

Gráfico 5- População dos Municípios do Norte do Paraná: 1970-2010.



Fonte: IBGE, extraído do IPARDES. Adaptado pelo autor.

Dessa forma, podemos afirmar que a partir desse período houve uma estabilização da dinâmica populacional, no que diz respeito à evasão, porém com intensas movimentações em sua distribuição interna, caracterizando-se pela tendência a contínuas migrações para as maiores cidades da rede.

¹³ Tal recessão foi resultado da alta nos preços e o racionamento de petróleo ocorrido na década de 1970, o que gerou um período de crise na economia mundial, gerando grande recessão e estagnação da indústria, por ser o mesmo fonte de energia de muitas delas. No Paraná tal crise apresentou efeitos menores, pois seu parque industrial ainda era restrito, no geral, não afetou a vida das cidades onde não havia se instalada a dinâmica industrial.

Também houve uma melhoria geral na circulação, “[...] enquanto etapa necessária entre a produção, distribuição e consumo” (FRESCA, 2004, p.228). Entre as décadas de 1960 e 1980, por ações do governo estadual e federal, houve pavimentação de todas as estradas do norte-paranaense, porém após esse período o governo pouco se preocupou com a manutenção das mesmas. Anos mais na gestão Lerner (1995-1998), houve a privatização das rodovias, sob o pretexto de melhoria em suas condições, o que na prática ainda hoje não foi percebido (FRESCA, 2004).

Situação similar ocorreu com o transporte ferroviário paranaense, privatizado em 1996. Sob o comando da América Latina Logística – ALL, tal rede passou a realizar somente o transporte de carga, “[...] e não tem sido objeto de reinversões de capital para melhoria, de modo a atender às demandas reprimidas de circulação, especialmente das *commodities*” (FRESCA, 2004, p.234).

Por outro lado, o norte-paranaense apresentava modernos sistemas de telecomunicações no período abordado. O sistema de Telefonia desde a criação da TELEPAR em 1958, foi expandido para todo o estado, mesmo em áreas urbanas. Destaca-se também o bom desenvolvimento de outras de comunicação na área em estudo, principalmente a internet, fazendo com que na referida área, fluam:

[...] as mais diversas informações, decisões, tecnologias, etc., comandadas por agentes internacionais e nacionais. Não é por acaso que cotidianamente temos as cooperativas agrícolas conectadas às bolsas de valores de Londres e Boston, Inglaterra e Estados Unidos, respectivamente, como recurso a entender, submeter-se ou burlar os preços estabelecidos por corporações transnacionais para as *commodities* (FRESCA, 2004, p.238).

Tais transformações ocorridas em várias instâncias da economia paranaense reforçam as idéias de Fresca, (2004) e Veiga (2007), ao afirmarem que a rede urbana norte-paranaense, ao concretizar os processos gerais do capitalismo passou por significativas mudanças em suas funções, redefinindo seus papéis e instaurando uma nova centralidade, atingindo tanto grandes quanto médios e pequenos centros.

A incidência de processos gerais do desenvolvimento articulado e desigual do capital, que desde a década de 1970 vem contribuindo para que os diversos municípios passassem por alterações, sobretudo na agropecuária, no setor industrial, na demografia e na circulação, incorporou novos elementos à rede

urbana, redefinindo e diferenciando os lugares em diversas escalas. Nesse sentido, Fresca (2002), aponta cinco aspectos fundamentais para o entendimento da rede urbana norte-paranaense na atualidade:

O primeiro aspecto são as diferentes participações da rede urbana na divisão territorial do trabalho. A modernização da agricultura gerou uma diversidade produtiva e possibilitaram a implantação de complexos agroindustriais submetidas à lógica capitalista, incorporando à rede urbana áreas à produção de soja e trigo, pecuária e à produção sucro-alcooleira e outras produções.

Mas esse processo não ocorreu em todos os lugares da rede, outras áreas ficaram à margem desse processo, por não oferecerem naquele momento alguma condição para a produção e reprodução capitalista. Mas nos lugares alcançados pela articulação capitalistas,

[...] diante da complexificação da divisão territorial do trabalho, relações econômico-sociais específicas foram desenvolvidas, como a inserção de áreas em nexos econômicos travados em escala internacional, através da comercialização de *commodities*, quer seja por uma estrutura cooperativa, por escritórios transnacionais ou mesmo por agroindústrias de capital nacional (FRESCA, 2004, p. 241).

O segundo aspecto são as implicações trazidas pelas alterações na dinâmica populacional: o esvaziamento demográfico do campo, submetido a um conteúdo de ciência, tecnologia e outras relações de produção. O destino dessa população foram as grandes cidades da rede ou outros estados que ofereciam atrativos no período, como as novas fronteiras agrícolas instaladas no Centro-Oeste e Norte.

Essa mobilidade populacional fez com que as cidades que já eram grandes na década de 1960 gerassem áreas de aglomeração físico territoriais em Londrina e Maringá, transformadas em regiões metropolitanas posteriormente, em 1998; outros núcleos que se caracterizam somente como vilas povoados ou distritos, mediante o crescimento populacional associados a políticas estaduais, tornaram-se sedes administrativas municipais, aumentando o número de cidades da rede para 203 em 1997 conforme apontado no mapa 03 (FRESCA, 2002).

Outras cidades foram criadas, emergiram ou foram ampliadas por meio de sua produção industrial, ocorrido a partir da década de 1970, resultado não

somente da conjuntura nacional, profícua à desconcentração industrial e transferências de plantas das mesmas para o interior, mas:

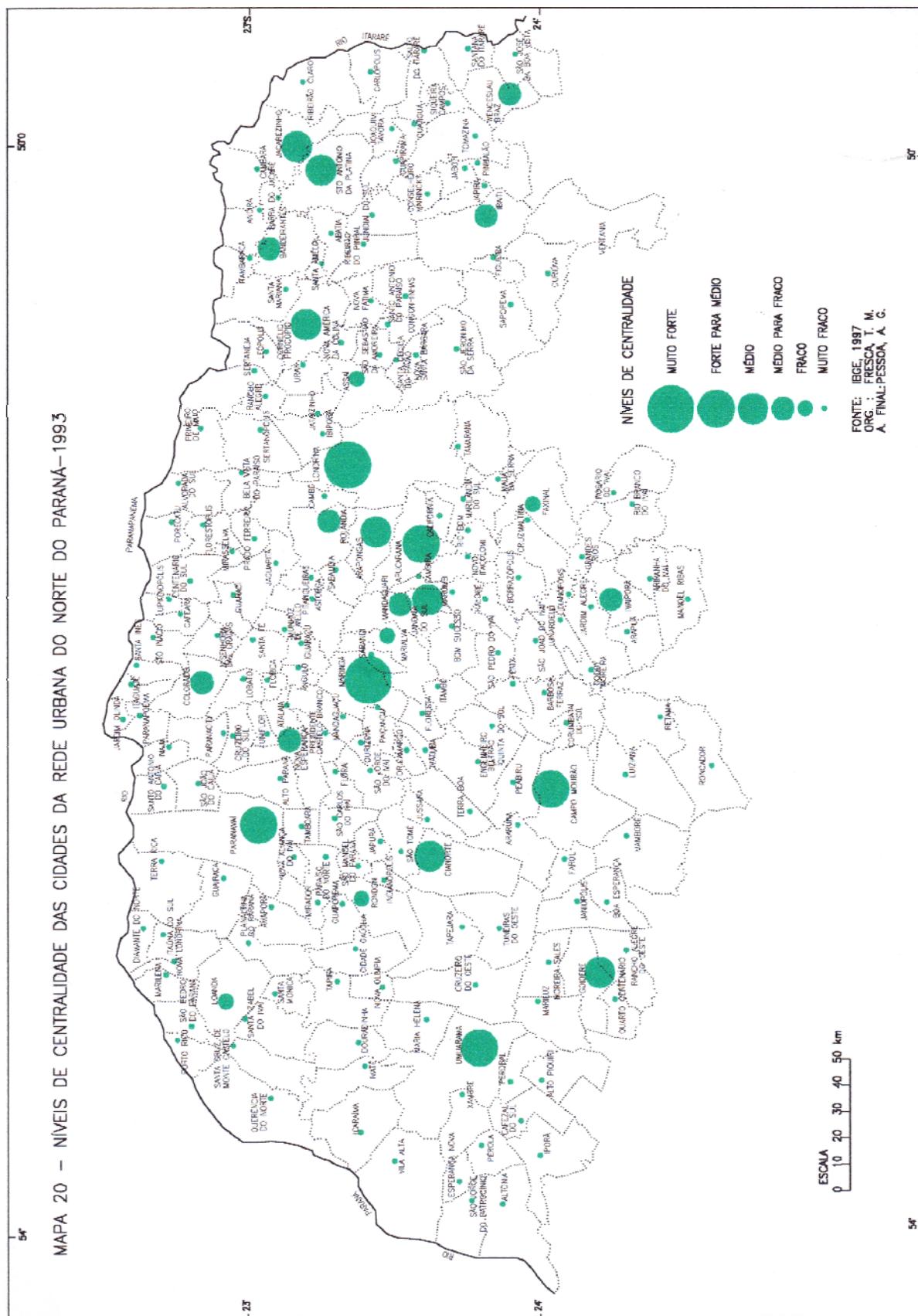
[...] há de ser referida a percepção e a ação de agentes locais em valorizar e dar maior importância a estes lugares, tornando-se capazes de dar rumos diferentes às cidades. Isto é importante, porque a industrialização instaurada na rede urbana não foi resultado da transferência de setores paulistas, ou comandada pela indústria paulista, mas um desenvolvimento próprio que para alguns setores acabou tornando, inclusive, competitivo como aquele similar paulista (FRESCA, 2002, p.18).

Tais iniciativas locais, associadas a outras nacionais possibilitam então a emersão do terceiro aspecto, a expansão da produção industrial nos centros da rede. Atualmente a rede possui cidade com o setor industrial numericamente expressivo, como Londrina, Cambé, Ibirapuã, Rolândia, Maringá e Umuarama, muitas destas especializadas em produção industrial como Arapongas: capital moveleira do estado, Apucarana: capital do boné e Cianorte: centro de confecções.

O quarto aspecto diz respeito à melhoria geral da circulação, enquanto etapa necessária entre produção, distribuição e consumo, ou seja, nas articulações da rede, a fim de garantir uma maior centralização do capital, há uma necessidade de redução do tempo de sua produção e reprodução, sendo necessários eficientes meios de transporte e comunicação, a fim de permitir “[...] maior fluidez e flexibilidade na circulação de pessoas, mercadorias, capital, idéias, valores, etc.” (FRESCA, 2004, p.245).

O último aspecto proposto de análise da rede é a possibilidade de cada cidade situar-se em pelo menos duas redes: uma delas é a rede de localidades centrais, fornecendo bens e serviços de primeira necessidade a população e a segunda, uma rede menos sistemática e irregular, por envolver inúmeras relações de integração interna e externa, articulada a outros papéis que o centro desempenha, únicos ou complementares em relação a outros centros e em diferentes escalas, desde o internacional ao nacional.

Mapa 4- A Rede Urbana Norte-paranaense em 1993.



Fonte: Fresca (2001, p.143).

Em outras palavras estes elementos são indicadores de que a rede urbana norte-paranaense tornou-se bastante complexa, evidenciado pelas distintas inserções dos centros na divisão territorial do trabalho e consequentemente uma maior diferenciação entre os centros em termos de funcionalidade. “Esta diferenciação encontra uma de suas transcrições nas distintas interações espaciais estabelecidas pelas cidades, sejam elas no âmbito interno ou externo à rede urbana norte paranaense” (FRESCA, 2002, p.22).

A compreensão dessas articulações e processos que acontecem simultaneamente na rede, submetida à lógica da produção e reprodução do capital, valorizou diferenciadamente lugares, enquanto outros ficaram à espera de verem suas potencialidades revalorizadas. Assaí coloca-se como um centro urbano que passou por revalorização vinculada à implantação de uma atividade industrial.

3.3 ASSAÍ: SINGULARIDADES DAS TRANSFORMAÇÕES

Desde sua fundação, a economia assaiense apresentava-se essencialmente agrícola, caracterizada pela produção do algodão e posteriormente do café, juntamente com o algodão. A cafeicultura perdurou até a década de 1960, período em que a crise gerada pelo aumento da oferta no mercado mundial enfraquece sua produção e encerra tal ciclo, beneficiando novamente o desenvolvimento do algodão, cultura essa que “trouxe novamente o dinamismo a economia, e Assaí passou a ocupar posição de destaque na agricultura” (ASSAÍ, 2005, p.63).

Em contrapartida, a produção do algodão começou a declinar no município em meados dos anos 1980, vinculado às “[...] doenças na produção e inviabilidade de custo da mão de obra em épocas de concentração de colheita” (ASSAÍ, 2005, p.63), o que levou a uma substituição do mesmo pelo cultivo de cereais, com destaque para a soja e trigo, acompanhando as políticas agrícolas nacionais, que fomentavam a produção de *commodities*.

[...] o plantio de soja e trigo ocuparam as áreas mais planas e de maior fertilidade liberando a mão-de-obra e concentrando a posse da terra. As áreas férteis mais acidentadas como a região do Distrito de Pau D’Alho do Sul foi ocupada com o predomínio de pastagens (ASSAÍ, 2005, p.63).

Também foi relevante para seu desenvolvimento agrícola a presença e o suporte técnico-comercial oferecido pelas cooperativas, tais como a Cooperativa Agrícola de Cotia, CODAPAR e VALCOOP, onde, associado às políticas governamentais, garantiram a disseminação de ciência e técnica no campo, levando Assaí a apropriar-se intensamente da modernização da agricultura instalada no país.

Inserida no contexto nacional, que apontava para a substituição de café e algodão por culturas destinadas à exportação, houve uma mudança na estrutura produtiva do município, inserindo-o em uma nova divisão territorial do trabalho: a dos grandes mercados de *commodities*, assistida pelas cooperativas, que já não representam os interesses coletivos dos produtores, mas os interesses capitalistas do referido mercado.

É possível observar tal dinâmica nas tabelas 05 e 06 apresentadas a seguir, apontando a destinação de uma maior parte da área cultivável do município à produção de soja e trigo, situação esta que veio se consolidando a partir da década de 1980, conforme apontado anteriormente. Há destaque também para a cana-de-açúcar, que foi expandida por causa de vantagens financeiras mediante relações de arrendamentos para uma usina sucro-alcooleira instalada em Nova América da Colina. Também são cultivados de forma menos representativa outros produtos como café remanescente e outros.

Tabela 5- Produção das Principais Lavouras de Assaí (ton.).

Cultura / Safra	79/80	84/85	89/90	94/95	99/00	04/05	07/08	08/09
Algodão	45.012	38.170	18.900	9.185	48	640	1.083	684
Cana-de-açúcar	-	-	-	-	2.250	17.000	53.360	58.900
Café Benefic.	508	696	432	240	375	288	636	1.379
Milho	14.400	3.545	4.800	14.700	5.950	9.000	17.940	9.922
Milho Safrinha	-	174	-	6.000	900	9.450	19.932	25.880
Soja	22.622	12.000	22.200	38.250	40.362	47.500	69.165	47.840
Trigo	40.400	17.856	17.250	22.000	10.500	46.000	25.779	47.042

Fonte: DERAL (2010). Adaptado pelo autor.

Tabela 6- Área Plantada das Principais Lavouras de Assaí (ha).

Cultura / Safra	79/80	84/85	89/90	94/95	99/00	04/05	07/08	08/09
Algodão	24.200	22.000	12.600	5.500	30	400	380	259
Cana-de-açúcar	-	-	-	-	30	200	580	550
Café								
Beneficiado	2.372	1.160	1.200	600	500	480	555	620
Milho	4.000	1.100	1.500	3.500	2.500	2.000	2.600	2.300
Milho Safrinha	-	100	-	3.000	4.500	3.000	6.000	5.800
Soja	10.140	6.000	12.000	17.000	21.700	25.000	23.850	24.125
Trigo	7.060	9.600	11.500	11.000	14.000	23.000	13.000	16.500

Fonte: DERAL (2010). Adaptado pelo autor.

As tabelas também demonstram como a cultura da soja foi ampliando sua produção a partir da década de 1980 até tornar-se a mais importante cultura agrícola do município em volume de produção, valor gerado e rentabilidade.

Grande parte das políticas de expansão de determinada cultura, como o caso da soja, é repassado por meio das cooperativas, pois a maioria dos pequenos e médios produtores está vinculada a essas empresas. As cooperativas atualmente representam o elo de ligação entre os interesses das classes hegemônicas do setor e os produtores, repassando políticas e incentivando ou não a produção de determinados cereais, principalmente através das orientações técnicas e de direcionamento de financiamentos e condições de aquisições de insumos.

Atualmente estão presentes no município as cooperativas: Corol, Integrada, Belagrícola, Vilela e Coodapar (só armazenamento). Também merece destaque a atuação da EMATER, órgão do governo do estado responsável por assistência técnica a produtores que não estão vinculados a cooperativas ou revendas de insumos.

A estrutura fundiária foi até o início dos anos de 1980, como na grande parte dos municípios do norte-paranaense caracterizada pela predominância de pequenos estabelecimentos rurais vinculados à forma como ocorreu o processo de colonização das terras pelo regime de vendas de pequenos lotes. Conforme pode ser observado no quadro 04, até a década de 1970 mais de 67% dos estabelecimentos rurais do município eram menores de 20 Há e em termos absolutos correspondiam a 1216 dos 1791 estabelecimentos.

Quadro 4- Número de Estabelecimentos Rurais Por Grupo de Área Total de Assaí 1970 – 2006.

Faixa / Década	1970	%	1980	%	1996	%	2006	%
Até 5 Ha	299	16,69	331	20,16	124	13,36	156	17,37
5 a 10 Ha	412	23,00	344	20,95	166	17,89	156	17,37
10 a 20 Ha	505	28,20	415	25,27	229	24,68	200	22,27
20 a 50 Ha	448	25,01	403	24,54	287	30,93	235	26,17
50 a 100 Ha	90	5,03	92	5,60	79	8,51	81	9,02
100 a 200 Ha	25	1,40	39	2,38	32	3,45	45	5,01
200 a 500 Ha	11	0,61	18	1,10	11	1,19	23	2,56
+ 500 Ha	1	0,06	0	0,00	0	0,00	2	0,22
Total	1791		1642		928		898	

Fonte: IBGE(1970, 1980, 1996, 2006). Adaptado pelo autor.

A modernização agrícola passou a ocorrer de forma mais intensa em Assai após a década de 1980, pois até então o cultivo do algodão não criava condições propícias para uma maior incorporação de ciência e técnica nas propriedades. Somente após a substituição total do algodão e grande parte das áreas de café pelas culturas soja, trigo e milho é que houve espaço para a prática de técnicas mais avançadas de cultivo.

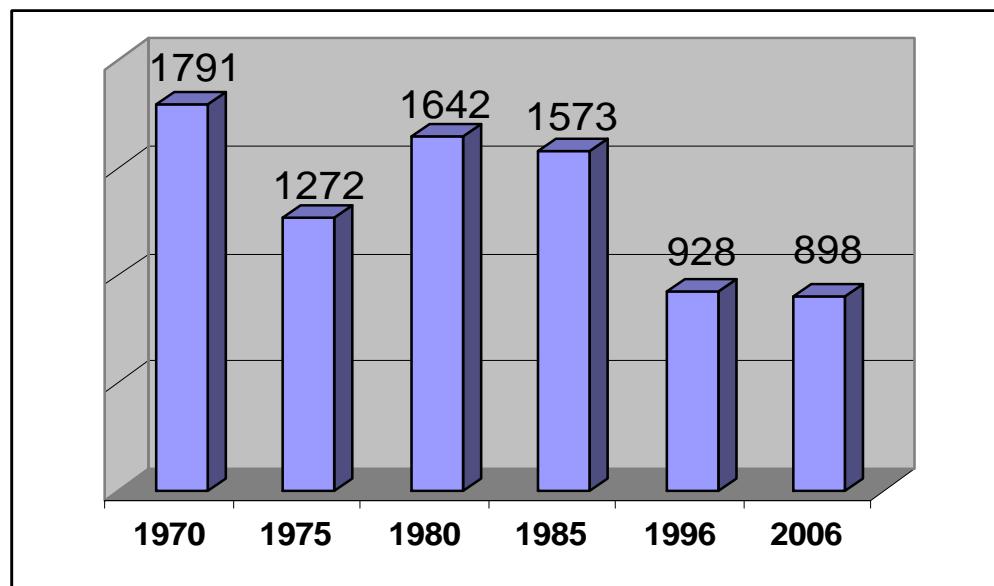
A modernização da agricultura propiciou um aumento significativo da produção e consequentemente iniciou uma série de mudanças na estrutura fundiária e nas relações sociais do campo. Conforme pode ser observado no quadro 04, a década de 1980 foi um período de transição para a agricultura, marcado pela diminuição do número de estabelecimentos rurais por conta dos avanços da indústria química, de máquinas e implementos permitiram um aumento de produtividade, promovendo um grande salto na produção total, porém no que se refere ao número de estabelecimentos destinados à agricultura, houve uma diminuição, pois tal aumento de produtividade acabou gerando uma oferta maior das *commodities* no mercado e uma baixa nos preços, dificultando a sobrevivência de muitos pequenos produtores, levando-os a vender suas propriedades e migrar para as cidades. Tais pequenas propriedades em geral foram anexadas às áreas dos médios e grandes produtores, que ainda conseguiam obter lucros por meio do volume de produção.

A partir da década de 1990, com a consolidação da nova dinâmica agrícola na região e o predomínio da cultura do soja-trigo-milho e um aumento na utilização de implementos, insumos e equipamentos, é que se torna possível

verificar uma mudança na estrutura fundiária de Assaí. Nesse período, o número de estabelecimentos rurais até 20 Ha (pequenos) diminui de 1090 em 1980 para 519 em 1996 e 512 em 2006. No mesmo período o número de estabelecimentos com mais de 50 Ha proporcionalmente aumentaram sua participação. Embora em termos absolutos tenha havido uma diminuição no número de estabelecimentos, em termos relativos, nesse período esse grupo de áreas saltou de 33,62% em 1980 para praticamente 43% do total de estabelecimentos em 2006, indicando um aumento na concentração de terras no município de Assaí a partir da década de 1980.

Conforme pode ser observado no quadro 04 e um pouco mais explicitado no gráfico 06 a seguir, houve uma diminuição no número de estabelecimentos rurais no município de Assaí depois da década de 1970.

Gráfico 6- Número de estabelecimentos rurais em Assaí:1970-2006.



Fonte: IBGE (1970,1975,1980,1985, 1995-1196, 2006). Adaptado pelo autor.

Observa-se que na década de 1970, o município apresentava 1791 estabelecimentos rurais, cinco anos depois este número cai drasticamente, como resultado da modernização da agricultura acompanhado do êxodo rural, o aumento na concentração de terras no município e o fim dos regimes de parceria comumente firmados na época e que estatisticamente, eram considerados “um estabelecimento” na contagem dos estabelecimentos feita pelos órgãos de estatística. Na década de 1980 há uma retomada na atividade agrícola, alavancada pelo bom desempenho e preços da soja, trigo e milho, o que leva a um aumento significativo no número de

estabelecimentos em relação a década anterior, as décadas seguintes apresentam uma pequena redução, porém praticamente o número de estabelecimentos manteve-se estável.

Em relação à condição do produtor, segundo dados do IPARDES, em 2006, 80% desses estabelecimentos pertenciam ao próprio produtor, sendo apenas 17% deles apresentarem regime de arrendamento ou parceria e o restante outras modalidades. Quanto à utilização econômica desses estabelecimentos, o quadro 05 apresenta que grande parte dos mesmos são utilizados para a lavoura temporária, ou seja, produção agrícola sazonal, conforme já havia sido salientado anteriormente.

Quadro 5- Utilização Econômica dos Estabelecimentos Rurais em Assaí: 2006

Tipo de Estabelecimento Econômico	Nº Estab.	Área (ha)	% Área
Horticultura e Floricultura	25	340	1,01
Lavoura Permanente	114	5.595	16,60
Lavoura Temporária	599	23.139	68,66
Pecuária e Criação de Outros Animais	133	3.960	11,75
Produção Florestal - Florestas Plantadas	23	665	1,97

Fonte: IPARDES. Adaptado pelo autor.

A pecuária, embora não tenha a mesma proporção que a produção agrícola, merece destaque, pois contribui para a economia do município, sobretudo na produção de carne e leite, além de ser alternativa de investimento dos lucros da produção agrícola por parte dos produtores. A tabela 07 apresenta evolução dos efetivos dos rebanhos de Assaí, onde destacam-se os rebanhos bovinos e suínos. As finalidades principais desses rebanhos é a venda de carne para açougues locais e regionais e investimentos financeiros, onde agricultores e alguns comerciantes e empresários acreditam ser uma alternativa prática de investimento, de fácil negociação e estabilidade de preço. Também se destacam os galináceos, mantidos por algumas granjas familiares que vendem ovos e carne no mercado local e regional. Os demais rebanhos não possuem efetivos nem finalidade expressivos.

Tabela 7- Efetivo de Rebanhos em Assaí: 1980-2008

Tipo de Rebanho	1980	1985	1990	1995	2000	2005	2008
Bovinos	10.910	11.981	11.140	13.105	9.163	12.022	10.300
Eqüinos	1.084	885	840	900	650	540	480
Galináceos	247.000	123.000	273.000	200.000	110.000	100.000	940.000
Ovinos	-	1.585		750	190	190	180
Suínos	14.450	12.349	11.250	9.200	4.350	2.100	3.400
Caprinos	350	425	430	350	80	50	50
Muares	438	225	210	220	90	60	50
Ovinos Tosquiados	-	-		750	100	50	40
Vacas Ordenhadas	1.700	2.330	3.660	3.000	1.000	1.200	1.250

Fonte: IPARDES. Adaptado pelo autor.

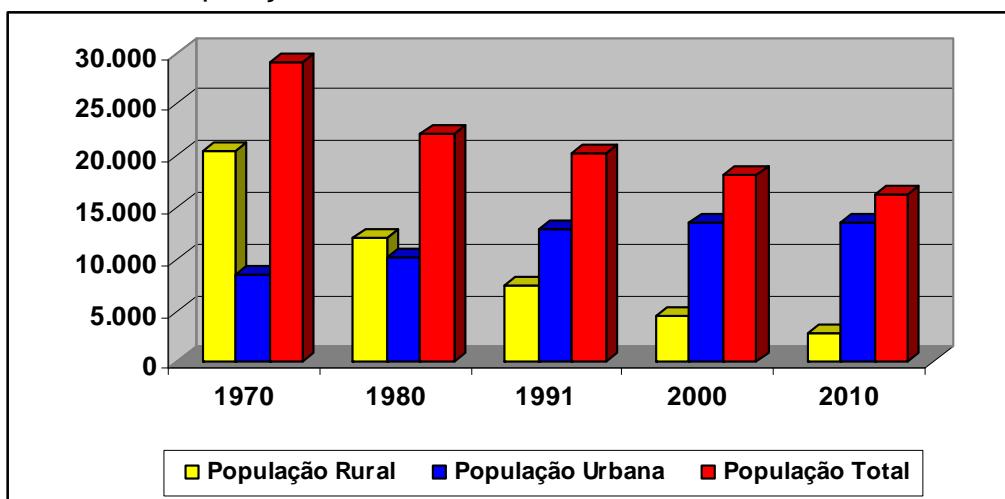
As transformações na agropecuária também implicaram em mudanças na dinâmica populacional, que até a década de 1970 estava localizada na zona rural, sendo que a partir desse período, a agricultura brasileira passa por um processo de modernização, caracterizando-se pela implantação de máquinas, implementos, adubação química, sementes híbridas e novas técnicas criadas pelo avanço de pesquisas nesse setor, que promovem uma revolução no campo: aumento substancial da produção na mesma área.

Associadas a essas mudanças, as leis trabalhistas passam a ser mais cada vez mais exigidas, obrigando muitos proprietários a dispensar trabalhadores que moravam no campo em regime de colonato¹⁴, a fim de adequar-se a tal legislação. Esses fatores associados a interesses capitalistas urbanos, promovem o êxodo rural dessa parcela da população, o que pode ser observado no gráfico 07, que apresenta da dinâmica populacional de Assaí dos últimos cinqüenta anos e demonstra a migração desse contingente rural para a cidade de Assaí.

Uma grande parcela dessa população expulsa do campo, em sua maioria descendentes de japoneses, sobretudo os mais jovens optaram por migrar para o Japão na condição de dekasseguis, a fim de trabalhar, juntar dinheiro e posteriormente retornar. Outra pequena parcela da população buscou melhores condições de vida em cidades maiores, como Londrina, Curitiba e São Paulo, ou deslocaram-se para a região Centro-Oeste e Norte, principalmente aos estados do Mato Grosso do Sul, Acre e Rondônia.

¹⁴ Regime de trabalho em que o trabalhador contratado pelo proprietário mudava-se para a propriedade com toda a família em casas construídas só para os empregados, próximos ou não da residência do proprietário. Dependendo do tamanho da propriedade, tais colônias podiam agrupar média de 20 famílias, em casas alinhadas, semelhantes a uma vila.

Gráfico 7- População de Assaí: 1970-2010.



Fonte: IBGE, extraído do IPEADATA. Adaptado pelo autor.

Outro aspecto da dinâmica demográfica de Assaí nesse período: a inversão da distribuição da população que passou de predominantemente rural para urbana entre as décadas de 1970 e 1980. Conforme pode ser observado, a população rural representava 70% do total da população até a década de 1970 e entre as décadas de 1980 e 1990, passou a representar menos de 30%.

Longe de ser um processo ocorrido só em Assaí, a urbanização é um fenômeno mundial, resultado de mudanças produtivas e articulações do capital, em seu constante movimento de produção e reprodução, elegendo a cidade como lócus privilegiado de atividades.

Nesse contexto dessas transformações, as atividades comerciais e prestadoras de serviços também passaram por mudanças. A começar pela ampliação de atividades comerciais varejistas e prestadoras de serviços.

Se até as décadas de 1970/1980 havia um comércio que atendia demandas básicas da população, sobretudo a rural em termos de bens e serviços, a partir de então este passou por um período de relativo declínio (entre 1980/1990) do comércio varejista vinculado à perda da população total, mas ampliaram-se aqueles ligados ao atendimento das demandas do campo mediante insumos, máquinas, implementos, etc. A partir do final dos anos de 1990, tal setor foi novamente ampliado quantitativa e qualitativamente, relacionado à instalação de indústrias metalmecânicas na cidade, que passou a gerar empregos e atrair novamente a uma população para a cidade. Essa nova realidade possibilitou um número maior de

pessoas em busca de bens e serviços, intensificando novamente as atividades comerciais.

Com o reaquecimento da economia, gerado pela estabilidade de empregos, e os fluxos de habitantes de outras pequenas cidades circunvizinhas, que passaram a procurar bens e serviços em Assaí, os estabelecimentos puderam reinvestir seus lucros na ampliação de seus próprios estabelecimentos, gerando um ciclo de vendas – lucro – reinvestimentos – lucros para tais atividades, o que possibilitou também o retorno ao oferecimento cada vez mais amplo de bens e serviços mais específicos como saúde e educação particulares e oferta de alguns produtos mais sofisticados.

A instalação da praça de pedágio em Jataizinho também foi um dos fatores que contribuíram para a intensificação das atividades comerciais em Assaí, tornando o deslocamento para Londrina menos acessível, motivando grande parte da população local e das cidades vizinhas a buscar no comércio assaiense a oferta de alguns bens e serviços mais diversificados. Tal dinâmica pode ser visualizada no aumento no número de estabelecimentos comerciais e prestadores de serviços, apresentados no quadro 06 a seguir:

Quadro 6- Número de Estabelecimentos das Principais Atividades Comerciais e Prestadoras de Serviços em Assaí: 1996-2008.

<i>Principais Atividades de Comércio e Serviços</i>	<i>/ Ano</i>	<i>1996</i>	<i>2000</i>	<i>2005</i>	<i>2008</i>
Administradoras de Imóveis e Valores		21	21	20	19
Alojamento, Alimentação, Reparo, Manutenção		27	23	32	32
Comércio Atacadista		15	9	9	8
Comércio Varejista		89	94	135	133
Construção Civil		4	2	1	3
Ensino		5	7	8	5
Instituições de Crédito, Seguro e de Capitalização		4	5	6	6
Serviços Médicos, Odontológicos e Veterinários		7	10	12	12
Transporte e Comunicações		8	5	7	7
Total		180	176	230	225

Fonte: IBGE, extraído do IPARDES. Adaptado pelo autor.

Quanto ao setor secundário de Assaí, até a década de 1970 foi marcada pela presença de indústrias de descarrocamento e comercialização de algodão e beneficiamento café. Em 1986, por meio de vantagens locacionais oferecidas e influência política, foi instalada na cidade a Unidade Industrial de Fios – FIAÇÃO (foto 04), pertencente à então Cooperativa Agrícola de Cotia, hoje Integrada

Cooperativa Agroindustrial, cuja sede está em Londrina. Tal unidade industrial emprega média de 360 funcionários diretos e dedica-se a fabricação de fios de algodão de diversas espessuras para a fabricação de tecidos diversos. Segundo informações levantadas em campo¹⁵, um dos fatores para a instalação da unidade em Assaí foi a proximidade da matéria-prima. Atualmente grande parte do algodão utilizado no processo produtivo vem da Região Centro-Oeste. O destino final dos fios é em grande parte empresas têxteis de Santa Catarina, Rio Grande do Sul e São Paulo.

Foto 4- Vista parcial da Fiação Assaí. Tal empresa produz fios de algodão de diversas espessuras para a fabricação de tecidos em geral.



Fonte: Autor, 2010.

No ano de 2000 instalou-se na cidade a J.B. Tinturaria, pequena unidade industrial especializada em tingimento industrial de tecidos dispostos em forma tubular e lavanderia de peças extensas em geral. A empresa conta atualmente com média de 20 funcionários e atende a uma demanda regional (Londrina, Ibiporã e Apucarana), além de alguns clientes em São Paulo, como a empresa Claristar.

¹⁵ Campo realizado na referida indústria no dia 26/05/2010, onde além de conhecer a unidade industrial e seu respectivo processo produtivo, foi entrevistado o Sr. Juarez Danner, gerente de produção da referida indústria.

Foto 5- Vista parcial da J. B. Tinturaria.



Fonte: Autor, 2010.

Assaí possui ainda uma fábrica de produtos medicinais, a Evomel, fundada por Evódio B. Souza. A empresa que atualmente conta com 15 funcionários mensalmente transforma 10 toneladas de mel, adquiridos de produtores das cidades de Curiúva e Sapopema em xaropes, essências e remédios a base de mel, posteriormente vendidos por meio de representantes locais e regionais e pela internet para cidades do Paraná, aproximadamente 60% da produção, São Paulo e Santa Catarina, aproximadamente 20% da produção em cada estado.

Quanto ao setor industrial, Assaí possui um setor em desenvolvimento, a geração de uma especialização produtiva no setor metalmecânico, sobretudo nos anos de 2000, marcado pela ampliação produtiva de uma indústria já instalada na cidade e a posterior transferência de outras unidades fornecedoras de uma filial da multinacional suíça da Atlas Schindler, transferida de São Paulo a Londrina em 1998.

A instalação de tais indústrias está contribuindo para a intensificação e criação de uma série de mudanças na vida socioeconômica e espacial da cidade em, principalmente no que diz respeito a mudanças em sua centralidade e refuncionalização na rede urbana da qual faz parte. Tais aspectos serão discutidos no capítulo que se segue.

4 ASSAÍ: ESPECIAZAÇÃO INDUSTRIAL METALMECÂNICA

O presente capítulo analisa a dinâmica do processo de industrialização em Assaí, concentrado, sobretudo no setor metalmecânico. Princiado a partir dos anos 1990, tal industrialização teve sua gênese articulada à investimentos de capitais locais e transferências de unidades produtivas de fornecedores de componentes para uma multinacional – Atlas Schindler – transferida de São Paulo para Londrina em 1998.

Inicialmente discute-se o contexto socioeconômico pelo qual o país e o Paraná passaram após a década de 1990, como o processo de reestruturação produtiva, onde uma de suas características foram as marcantes transferências de unidades industriais de São Paulo para o interior de vários estados, como uma estratégia de redução de custos para enfrentamento da crise econômica pela qual o país passava nesse período.

Em um segundo momento discute-se os caminhos pelos quais proprietários fundiários e pequenos comerciantes aplicaram parcela de seus lucros na implantação e reestruturação das atividades industriais. A partir dessa discussão é possível entender os processos que fomentaram a gênese e a especialização industrial metalmecânica em Assaí.

Seguidamente analisa-se o setor industrial metalmecânico em Assaí e suas características ligadas à matéria-prima, mercado consumidor, tecnologias, fornecedores, produtos, força de trabalho e as interações espaciais resultantes desta atividade produtiva.

4.1 A INDÚSTRIA BRASILEIRA APÓS OS ANOS 1990: REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E DESCONCENTRAÇÃO INDUSTRIAL

Até o final da década de 1970 o Brasil havia atingido um intenso processo de industrialização envolvendo todos os setores e setores produtivos, conforme pode ser verificado em Mamigoniam (1987), Araújo Jr. (2003) e Rangel (2005).

Contudo, a partir dos anos 1980, o país adentrou em uma fase recessiva, vinculada ao agravamento da crise do petróleo em escala mundial e suas

consequências internas¹⁶, o que impossibilitou o Estado e a iniciativa privada continuar novos investimentos. Houve uma retomada no aumento da inflação e no endividamento público e a necessidade de mudanças nas políticas governamentais, o que segundo Araújo Jr. (2003), foram incapazes de gerar novas áreas de investimentos para setores que apresentavam capacidade ociosa, como a indústria de bens de capital.

Nesse período foram lançados vários planos de estabilização da economia, como o Plano Cruzado, o Plano Bresser e o Plano Verão, cujas medidas econômicas tais como o congelamento dos preços, o aumento do salário e a tentativa do controle da inflação não resultou na retomada do desenvolvimento até meados da década de 1990. Tal período é marcado pela coincidência dos períodos recessivos dos ciclos longos e curtos da economia nacional brasileira (PASSOS, 2007).

Em meio a essa conjuntura, Collor, apoiado pela elite capitalista assumiu o poder e adotou uma série de medidas neoliberais, como o Plano Nacional de Desestatização e a abertura do mercado nacional a produtos estrangeiros visando a modernização forçada da indústria nacional, mas tal medida somente agravou a recessão pela qual o país passava. Após enfrentar escândalos de corrupção, Collor foi deposto e substituído por Itamar Franco que por meio de medidas planejadas, conseguiu realizar o controle forçoso da inflação, sobretudo com a implantação do Plano Real (1994), sob a assinatura do então ministro Fernando Henrique Cardoso - FHC.

No ano seguinte, fortalecido pelo bom desempenho da instalação do Plano Real, FHC assumiu a presidência da República e por dois mandatos consecutivos deu continuidade às políticas neoliberais iniciadas por seu antecessor. Seu governo foi marcado por ações que beneficiaram o capital estrangeiro em detrimento ao desenvolvimento nacional, o que manteve o país em recessão.

FHC foi responsável por proporcionar um dos momentos mais críticos da indústria nacional, o que segundo Rangel (2005) se deu pelo fato do mesmo manter a cabo quase todas as imposições neoliberalistas e continuar as privatizações de estatais, mesmo as que apresentavam capacidade ociosa e

¹⁶ A crise econômica dos países capitalistas após o choque do petróleo resultou em diversos problemas para o Brasil, destacando-se o aumento da inflação e da dívida pública; por outro lado a

poderiam ampliar a produção propriamente dita ou transferir parte destes ganhos na forma de investimentos para outros setores de atividades.

Segundo Fresca (2009b) no governo FHC houve facilidades para a entrada de bancos estrangeiros no país, por meio da compra de bancos estatais e privados, porém isto não significou a entrada do país no capitalismo financeiro¹⁷, ao contrário só garantiu uma conjuntura profícua ao alto ganho de tais instituições por meio das altas taxas de juros.

Com o governo Lula inicialmente não houve grandes mudanças, apenas algumas medidas que garantiram a estabilização da economia. Após os primeiros anos é que o mesmo passou a implementar suas políticas próprias, o que segundo Almeida (2006), destacam-se o ajuste das contas fiscais, a retomada de investimentos produtivos em algumas áreas da economia, a atração de investimentos estrangeiros para setores estratégicos, intervenção na política empresarial e financeira, elevação do salário mínimo e aumento no gasto social e políticas de inclusão. Por outro lado, segundo o autor, nesse período o crescimento econômico ainda foi lento e instável, o câmbio se manteve excessivamente valorizado e a burocratização de certas atividades estatais, inviabilizando novos negócios e acordos financeiros e uma falta de meios efetivos à disposição das políticas pretendidas, gerando uma retórica maior que as ações efetivas do mesmo.

No segundo mandato, a equipe econômica dedicou-se mais ao desenvolvimento do país, cujo expoente máximo foi Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, um plano estratégico que visou “resgatar o planejamento em infraestrutura, retomar investimentos em setores estruturantes, fazer crescer o emprego e a renda, incentivar o investimento público e provado [...]” (BRASIL, 2010 p.3), que aliado a outras medidas econômicas, estimulou os setores produtivos e, levou benefícios sociais para todas as regiões do país.

Outros destaques foram a agropecuária, cujo desempenho foi alavancado pelo aumento do consumo interno de alimentos e da demanda internacional por *commodities* e os financiamentos via BNDES e outros órgãos de fomento para diversas modalidades de empresas, o Programa Minha Casa, minha

recomposição da economia brasileira foi uma exigência dos países credores como uma das estratégias de pagamento dos empréstimos externos realizados pelo governo.

¹⁷ O Capitalismo financeiro ao que nos referimos relaciona-se aos bancos como fortes investidores em setores e ramos produtivos e não apenas agentes que obtivessem elevadas taxas de lucros mediante juros sobre empréstimos e outras operações bancárias.

Vida, que possibilitou financiamento para compra e construção de casas para uma parcela da população.

O governo também manteve um relativo controle da economia e das taxas de juros e de câmbio, gerando uma relativa estabilidade do país principalmente no período de crise mundial instalado no mundo entre os anos de 2008 e 2009, e que afetou principalmente a indústria, garantida por medidas rápidas como a abertura de crédito a determinados setores da indústria, a isenção e redução de impostos, criando incentivos para o fortalecimento do mercado interno e fazendo com que a economia brasileira criasse fôlego para sobreviver a tal período de instabilidade mundial.

Mas a década de 1990 foi crucial para a indústria brasileira, pois o governo Collor adotou políticas governamentais de controle da inflação e outras medidas neoliberais como o início da privatização das estatais e a abertura do mercado consumidor para produtos estrangeiros, acabando com a reserva de mercado¹⁸, objetivando uma modernização forçada da indústria brasileira via concorrência com os produtos importados.

[...] para tornar as empresas nacionais mais competitivas no mercado internacional, foram tomadas medidas na tentativa de montar uma estrutura industrial e econômica que incentivasse a indústria nacional para competir em igualdade com as indústrias estrangeiras. [...] Também nesse período, as autoridades governamentais e setores empresariais adotaram como fato consumado as teorias sobre a 'globalização' da economia. As doutrinas 'neoliberais' implementadas no campo econômico contribuíram para que o Brasil abrisse seu setor produtivo e financeiro às empresas e capitais externos (ARAÚJO JR, 2003, p.26).

Ainda segundo o referido autor, a abertura econômica do mercado era um processo esperado dadas as condições da economia internacional e a

¹⁸ Reserva de mercado é uma política de proteção da indústria brasileira adotada pelo governo federal desde a década de 1950, onde só se permitia a instalação de unidades industriais estrangeiras em setores e atividades em que não havia nenhuma indústria brasileira atuando, de forma a evitar concorrência direta entre um produto nacional e um estrangeiro.

inserção do Brasil no comércio mundial nesse período. No entanto, a velocidade com que se implantou tal política é que foi excessiva, ao não dar tempo de adaptação das empresas brasileiras, nem a implementação de políticas que permitissem a criação de condições de reestruturação e aumento de competitividade das mesmas.

Mas ao contrário do esperado, segundo Fresca (2009b), tais medidas fizeram com que parcela do setor industrial de capital nacional fosse afetado negativamente, já que muitos setores industriais não estavam preparados para a concorrência com os produtos estrangeiros que apresentavam menores custos produtivos e maior incorporação de inovações¹⁹.

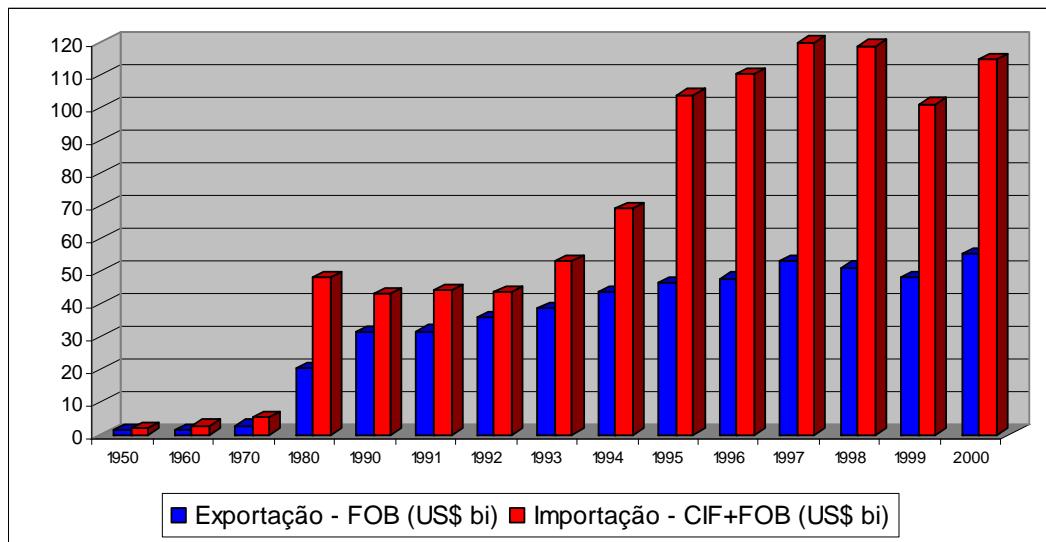
Para Araújo Jr. (2007) tal situação agravou-se em 1994 com a adoção do lançamento do Plano Real e seu emparelhamento com o dólar, pois tornou os produtos brasileiros para exportação mais caros, além do fato de tais produtos apresentarem baixa atualização tecnológica.

Em consequência, muitas empresas faliram ou foram vendidas ao capital estrangeiro, num processo de fusões e incorporações (ainda que não fosse exclusividade da economia brasileira, pois era e continua sendo um fenômeno em âmbito mundial que já vinha ocorrendo). Algumas conseguiram realizar acordos de parcerias, outras se voltaram à exportação de produtos mecânicos tradicionais (nos países mais avançados, estes tipos de máquinas não são mais produzidos ou os custos de produção são elevados). Outras ainda tornaram-se apenas prestadoras de serviços (manutenção, assistência técnica, distribuição, etc.) (ARAÚJO JR., 2007, p.41-42)

O gráfico 08 a seguir demonstra o aumento expressivo das importações no Brasil, representando US\$ 43,2 em 1990, saltando para US\$ 103,9 em 1995 e US\$ 114,8 em 2000, enquanto as exportações representavam de US\$ 31,4 em 1990, US\$ 46,5 em 1995 e US\$ 55,1 em 2000. Também é possível notar que nesta década houve um aumento na diferença entre as importações e exportações nacionais: enquanto na década de 1990 a diferença era de US\$ 11,7 em 1990, elevando-se para US\$ 57,4 em 1995 e chegando a US\$ 59,8 em 2000.

¹⁹ Outros fatores podem ser relacionados à abertura de mercado no que diz respeito às causas da recessão e baixa industrial do país na década de 1990, como a ausência de controle e restrição de concorrência de importados e a valorização do câmbio por meio das altas taxas de juros praticadas no período. Araújo Jr. (2003) expõe mais detalhadamente tal questão.

Gráfico 8- Exportações e importações brasileiras:1950-2000.



Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior(2010).
Adaptado pelo autor.

Tais processos externos pelos quais as empresas brasileiras passaram, somados a outros, como as terceirizações de alguns setores ou funções, transferências de plantas industriais repelidas por deseconomias de aglomeração²⁰, impulsionadas pelas vantagens locacionais²¹ e guerras fiscais²², associadas à medidas internas como reorganização do “chão da fábrica”, geralmente apoiados na adoção do toyotismo, é que caracteriza a reestruturação produtiva, podendo ser entendida também como um conjunto de medidas, uma série de mudanças e reorganização das empresas a fim de manterem-se no mercado altamente competitivo a partir da abertura do mercado consumidor brasileiro.

A indústria brasileira sobrevivente rompeu com o modelo adotado na década de 1970 e implementou uma série de reestruturações organizacionais,

²⁰ Conjunto de variáveis que tornam-se desvantajosas para instalação ou permanência de uma unidade industrial em uma determinada área, cidade, região ou estado, definidas por Negri (1994, p.02) como sendo maiores custos de transporte, de terrenos, de serviços e de infraestrutura urbana, incluindo as variáveis que provocam alterações na produtividade como a ampliação do poder e atuação sindical da classe trabalhadora, limites ambientais e deterioração da condição de vida nos grandes centros urbanos, dentre outros.

²¹ Vantagens oferecidas por estados ou cidades para instalação de empreendimentos, geralmente materializados por meio de isenções fiscais, concessão de espaço, mão-de-obra barata, facilidade de acesso à matérias-primas, proximidade do cliente, dentre outros. Azzoni (1986) é quem aprofunda tal questão.

²² Disputa de vantagens locacionais entre estados, regiões ou cidades para ser escolhida como sede de algum empreendimento econômico. Este tema é aprofundado por Santos; Silveira (2008, p.112-116).

diminuindo perdas e desperdícios, aumentando a eficácia na plena utilização da capacidade instalada.

De maneira geral, pela concorrência externa, as empresas nacionais passaram por enxugamentos em seus quadros, racionalização de métodos produtivos, aumento do número de equipamentos computadorizados e otimização de técnicas organizacionais (just in time, kanban) e outras formas de organização industrial e administrativa. [...] Os movimentos para melhor competitividade das empresas nacionais no mercado interno e externo restringiram-se a baixar custos, ou seja, corte de mão-de-obra, de horas extras, desativação de plantas ineficientes entre outros ajustes. A questão primordial era a sobrevivência, e não uma estratégia de competição e melhoria geral dos métodos de produção (ARAÚJO JR., 2003, p. 76).

Alguns dos elementos apontados pelo autor citado, vinculam-se ao sistema organizacional denominada de toyotismo, que trata-se de uma nova forma organização que começou a ser implantada no Japão, movida pelo interesse em reestruturar-se e tornar-se tão competitivo quanto a indústria estadunidense. Assim para atingir seus objetivos, foi necessário a implementação de um sistema organizacional próprio, adaptado à realidade japonesa que não tinha o mesmo perfil que o norte-americano, como a produção em série. Tal forma de organização e trabalho recebeu o nome de toyotismo ou ohnismo, idealizado por Taiichi Ohno, vice-presidente da Toyota.

De início, trata-se do contrário, do ‘inverso’ do sistema concebido algumas décadas anteriores no nordeste norte-americano [...] Grandes séries de produtos rigorosamente idênticos contra séries restritas de produtos diferenciados, eis aí, sucintamente, o coração da oposição central, fundamental, entre os dois métodos e logo também a especificidade e a singularidade da intenção que presidiam a formação do método Toyota (CORIAT, 1994, p.31).

Do ponto de vista das formas organizacionais, era preciso enxugá-las de excessos e uma das primeiras inovações foi em relação ao estoque. Nesse sentido, Coriat (1994, p.32-33) aponta a perspectiva ohnista do estoque:

[...] atrás do estoque há, e necessariamente, aquelas e aqueles que concorreram para produzi-lo; em outras palavras: atrás do estoque há um ‘excesso de pessoal’, excesso de pessoas empregadas em relação ao nível de demanda solúvel e efetivamente escoada. Da mesma forma, e necessariamente se o estoque é permanente, há atrás do estoque o excesso de equipamento.

Para Coriat (1994, p.33), o ohnismo propunha uma abordagem “avessa” quanto ao estoque:

[...] partir do estoque e daquilo que está sendo gerado pela produção indica e localiza as vias e os pontos de aplicação onde ganhos de produtividade podem ser obtidos: dispensando estoques, dispensa-se também o excesso de pessoal, o excesso de equipamento.

Outra mudança toyotista foi a chamada “administração pelos olhos”, um princípio de gerência desenvolvido para que os responsáveis pela produção pudessem acompanhar de forma fácil, “visualmente” os padrões de operação de cada trabalhador da unidade industrial.

Basta levantar os olhos para ver o cartaz indicador do que se chama Andon e que informa sobre o estado das linhas e dos problemas que aí se produzem eventualmente. [...] [nas instalações da Toyota encontravam-se também] cartazes luminosos, colocados acima de cada seção de linha de produção, se acendem indicando se um dos operadores da linha encontra uma dificuldade qualquer que perturba o desenvolvimento ordinário e programado da produção. Luz alaranjada se trata de ajuda, luz vermelha se é preciso parar a linha. Assim, a todo instante, a chefia dispõe das informações que lhe são necessárias para assegurar-lhe de que o fluxo da produção se desenrola sem maiores problemas (CORIAT, 1994, p.35)

Tais princípios garantem um novo tipo de fábrica, a “fábrica magra”, transparente e flexível, diferenciando-se da fábrica fordista, qualificada como uma fábrica “gorda”, não flexível por conta dos excessos “acumulados” ao longo das linhas de produção, nas lojas de entrepostos, alimentados pelo paradigma de que é a rápida produção individual do trabalhador e em série que regula a eficácia do conjunto do sistema.

Quanto às inovações e características do toyotismo, Gerab e Rossi (1997, p.19) apontam algumas:

Utilização de maquinário de tecnologia sofisticada, com terceirização de múltiplas atividades; Emprego de poucos trabalhadores, bem adaptados à tecnologia de cada empresa e organizados em pequenos grupos com vistas à execução das tarefas; Introdução de círculos de Controle de Qualidade (CCQs), nos quais os trabalhadores contribuem intelectualmente visando a otimização da produção e dos custos; Introdução do *just in time* (no momento certo), critério de procedimento que permite inverter o fluxo de comandos de serviço, submetendo a produção à demanda dos setores de venda e montagem.

O método *Kan-ban*, que consiste no controle do processo de fabricação, cuja lógica é a mesma do estoque, invertendo-se o sentido geral das instruções de fabricação, sendo o ponto de partida as encomendas e os produtos já vendidos. Assim, a partir dos pedidos de compra, cada processo interno de fabricação segue o seguinte esquema:

Todo o sistema de circulação das informações é realizado através de 'caixas' nas quais são colocados 'cartazes' (em japonês Kan-Ban), em que são inscritas 'encomendas' que os diferentes postos de fabricação encaminham uns aos outros. Há assim 'caixas' Kan-Ban vazias que circulam no sentido posto posterior-posto anterior e que contêm instruções para encomendas de peças, e 'caixas' Kan-Ban carregadas de peças fabricadas que circulam no sentido habitual posto anterior-posto posterior, e que correspondem às entregas das peças demandadas (CORIAT, 1994, p.57).

A linearização da produção consiste na implantação de *lay-outs* (disposição física de máquinas e trabalhadores) que permitam adaptação dos mesmos às variações qualitativas e quantitativas de demanda, ou seja, a própria essência da flexibilidade, traço característico de tal forma organizacional.

Para que seja possível a linearização da produção, é necessária a aplicação do princípio *Shojinka*, que segundo Coriat (1994, p.61) requer três princípios: conceber instalações das linhas de produção em forma de "U", permitindo a linearização das linhas de produção; mobilizar trabalhadores pluri especializados (trabalhadores multifuncionais) e recalcular permanentemente os padrões de operação alocados aos trabalhadores.

No geral podemos apontar que esta nova forma de organização interna das unidades industriais, associada à automação e outros avanços tecnológicos vinculados à medidas político administrativas caracterizam-se em parte do que se denomina como reestruturação produtiva.

A utilização maciça de automação e informática, além da diminuição de postos de trabalho criou uma maior necessidade de capacitação dos trabalhadores que ficaram, e o consequente aumento de sua produtividade, já que o mesmo passou a realizar várias funções ao mesmo tempo. Outro aspecto marcante da reestruturação produtiva nas empresas foi o processo de terceirização,

[...] quando uma empresa passa a contratar uma outra para desenvolver determinado serviço dentro ou fora de suas instalações por um período limitado de tempo ou não. A empresa que passa a executar tais tarefas é chamada de 'terceira'. [...] A terceirização pode envolver ainda o encerramento completo ou parcial de unidades produtivas. [...] Outro caso, bastante característico deste processo, é a contratação de trabalhadores para serviços dentro da empresa cliente. Os casos mais comuns são vigilância, limpeza, refeitório, ambulatório, transportes, manutenção, processamento de dados, etc. (ARAÚJO JR., 2003, p. 82-83).

Outra medida adotada por muitas unidades, mesmo as multinacionais controladas pelo capital estrangeiro, foi a transferência das plantas de muitas de suas unidades até então concentradas na Região Metropolitana de São Paulo - RMS, para o interior de outros estados, muitos deles dotados de infraestrutura, e diversas vantagens locacionais.

Nessa conjuntura, a guerra fiscal travada pelos estados para na busca da atrair as referidas plantas "móveis" da indústria, juntamente com as diferenças de salários existentes entre regiões provocou um fluxo de investimentos em diferentes regiões do país, resultando significativas mudanças locacionais na indústria. Embora praticamente todo o país tenha sido atingido por este movimento da indústria, Diniz (1995) afirma que o processo de desconcentração industrial ocorreu dentro de um polígono compreendido entre os estados de Minas Gerais e o Rio Grande do Sul.

Neste sentido, observa-se uma tendência a uma relativa reconcentração no polígono definido por Belo Horizonte-Uberlândia-Londrina/Maringá-Porto Alegre-Florianópolis-São José dos Campos-Belo Horizonte. Estima-se que os estados de Minas Gerais, São Paulo (excluída a sua área metropolitana), Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul tenham aumentado sua participação na produção industrial de 32 para 51% entre 1970 e 1990 (DINIZ, 1995, p.10)

Ainda segundo o autor, as cidades representadas por tal polígono foram beneficiadas pelo processo de desconcentração por apresentarem considerável concentração de serviços, infraestrutura, renda, atividades de pesquisa e significativa base industrial. Uma abordagem semelhante à perspectiva de desenvolvimento industrial em um polígono espacial é o conceito de região concentrada entendida por Santos (2005) como um espaço privilegiado do ponto de vista da atividade industrial, abrangendo os estados de São Paulo, Rio de Janeiro,

Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e parcelas do Mato Grosso do Sul, Goiás e Espírito Santo. A região concentrada para Santos (2005, p. 42-43):

[...] UMA ÁREA CONTÍNUA, ONDE UMA DIVISÃO DO TRABALHO MAIS INTENSA QUE NO RESTO DO PAÍS GARANTE A PRESENÇA CONJUNTA DAS VARIÁVEIS MAIS MODERNAS — UMA MODERNIZAÇÃO GENERALIZADA — AO PASSO QUE, NO RESTO DO PAÍS, A MODERNIZAÇÃO É SELETIVA [...] A REGIÃO CONCENTRADA COINCIDE COM A ÁREA CONTÍNUA DE MANIFESTAÇÃO DO MEIO TÉCNICO-CIENTÍFICO, CUJA LÓGICA CORRESPONDE ÀS NECESSIDADES DO PRESENTE ESTÁGIO DE DESENVOLVIMENTO DO PAÍS [...] O MEIO TÉCNICO-CIENTÍFICO É O TERRENO DE ELEIÇÃO PARA A MANIFESTAÇÃO DO CAPITALISMO MADURO, E ESTE TAMBÉM DISPÕE DE FORÇA PARA CRIÁ-LO. [...] POR ISSO, ESSE MEIO TÉCNICO-CIENTÍFICO GEOGRAFIZA-SE DE FORMA DIFERENCIAL, ISTO É, DE FORMA CONTÍNUA EM ALGUMAS ÁREAS CONTÍNUAS JÁ MENCIONADAS, E DE MODO DISPERSO NO RESTO DO PAÍS.

Em outros termos, o processo de desconcentração industrial do país após 1990 caracteriza-se pela transferência de plantas industriais ou fluxo de novos investimentos da cidade de São Paulo e sua Região Metropolitana para outros estados, inclusive o norte do Paraná. As transferências industriais associadas à investimentos locais e políticas governamentais estaduais beneficiaram em parte a economia de estados localizados no que Diniz (1995) chamou de polígono de desenvolvimento, dentre os quais o Paraná, conforme será abordado a seguir.

4.2 A INDUSTRIALIZAÇÃO PARANAENSE NO CONTEXTO BRASILEIRO A PARTIR DOS ANOS 1990: TRANSFERÊNCIAS INDUSTRIALIS E INVESTIMENTOS LOCAIS

O estado do Paraná apresentava até a década de 1990, um desenvolvimento industrial um relativamente fraco, com pequena participação no cenário nacional, destacando-se apenas pelo poderoso desenvolvimento da agroindústria no interior. Nesse sentido o Paraná era caracterizado por duas dinâmicas industriais distintas: a concentração espacial de indústrias petroquímica, de fertilizantes, elétrica, metalúrgica, mecânica e de transportes em Curitiba, na Cidade Industrial de Curitiba - CIC e a industrialização dispersa pelo interior, marcada pelo desenvolvimento da indústria alimentar sustentada pela agroindústria muito diversificada, além da indústria têxtil e a indústria madeireira, sendo esta última fortemente vinculada à indústria de celulose e moveleira, dentre outras.

Estudos do IPEA; UNICAMP; IPARDES (2000) apontam que a diversificação da base produtiva da Região Sul vem alterando o perfil da composição setorial da economia paranaense, cujas atividades do setor primário, foram sendo superadas pelo setor secundário. Embora gradativamente venha perdendo participação no valor adicionado fiscal do estado, a agricultura mantém seu papel relevante na economia, por sua dinâmica multiplicadora em toda cadeia produtiva, pois grande parte da produção de suas *commodities* (principalmente soja trigo, milho e cana-de-açúcar) são a base do setor agroindustrial de primeiro processamento ou insumos à cadeia protéico animal.

A grande importância das atividades do grupo agroindustrial, cujos processos que permitem maior agregação de valor começam a ocorrer lentamente, está no papel de principal responsável pela dinâmica da economia, em especial do interior do estado. Além do sistema cooperativo que integra economicamente a maioria dos pequenos e médios produtores agrícolas e estende uma rede de serviços e indústrias, criando uma dinâmica urbana pelo interior, o segmento agroindustrial está constituído por inúmeros pequenos e médios estabelecimentos [...] (IPEA; UNICAMP; IPARDES, 2000, p.40).

A indústria têxtil, com exceção de algumas indústrias de fiação de maior porte, é caracterizada predominantemente por pequenas empresas, sendo que o mesmo ocorre com a indústria madeireira, mobiliária e de confecção, espalhados por diversas regiões do interior do estado e “no âmbito dessa reduzida diversidade as mesoregiões do estado particularizam-se contribuindo com especialidades diferenciadas e quase sempre com a nítida dominância regional de apenas uma determinada atividade” (IPEA; UNICAMP; IPARDES, 2000, p.40).

Ainda segundo os referidos órgãos, em uma dinâmica paralela e inversa, os setores da indústria moderna metalmecânica seguiram uma dinâmica diferente, manifestada numa mudança qualitativa, centrada na RMC, resultado da maturação de investimentos da década anterior e das políticas de isenção fiscal adotas pelo governo Lerner no segundo lustro da década de 1990, fazendo com que tal setor apresentasse os maiores ganhos no valor adicionado da indústria de transformação, seguido pelo setor de papel e papelão, conforme pode ser observado na tabela 08 a seguir.

Tabela 8- Participação dos Principais Gêneros no Total do Valor Adicionado da Indústria de Transformação do Paraná: 1980-996.

Gêneros	Triênios			
	1980 - 1982	1983 -1985	1986 -1988	1994 -1996
<i>Agroindustriais Tradicionais</i>				
Produtos alimentares	18,87	23,78	21,21	14,90
Madeira	10,09	6,59	6,83	6,95
Têxtil	3,85	3,76	4,84	6,16
Mobiliário	2,29	1,77	2,32	2,39
<i>Total</i>	35,10	35,90	35,20	30,40
<i>Agroindustriais Não-tradicionais</i>				
Fumo	3,62	3,30	3,60	3,20
Bebidas	1,98	2,00	1,90	3,57
<i>Total</i>	5,60	5,30	5,50	6,77
<i>Indústria Metal-mecânica</i>				
Mecânica	4,84	4,80	6,78	8,47
Material de Transporte	1,92	3,40	6,42	5,44
Metalúrgica	2,52	2,22	3,21	2,49
Material Elétrico e de Comunicações	3,31	3,98	4,39	5,00
<i>Total</i>	12,59	14,40	20,80	21,40
Química	31,22	31,50	20,10	20,18
Papel e Papelão	5,22	4,49	7,28	10,87
Prod. Minerais Não-metálicos	6,68	4,75	5,75	2,12
Outros Gêneros	3,59	3,66	5,37	8,26
<i>Total</i>	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: IPEA; UNICAMP; IPARDES (2000, p.41). Adaptado pelo autor.

Os dados apresentados na tabela 08 apontam que a indústria metal mecânica foi a que apresentou o maior ganho no valor adicionado do estado, saltando de 12,59% no triênio de 1980-82 para 21,45 no triênio 1994-96, seguido pela agroindústria, que mesmo perdendo sua participação ainda possui grande relevância no interior.

As demais mudanças ocorridas na década 1990 e observadas na tabela são resultado da vinda de grupos fabricantes de ônibus, caminhões, máquinas agrícolas, microcomputadores, cigarros e fertilizantes nitrogenados, mas

constituindo-se de poucas empresas de grande porte, não constituindo ainda um parque de fornecedores nem desenvolvendo relações intersetoriais mais expressivas.

No decorrer dos anos 90, há indicativos que essa estrutura industrial vem alterando ainda mais sua composição, incorporando novos segmentos e, desse modo, criando uma nova dinâmica no estado. O novo padrão estar dominado pela incorporação de montadoras estrangeiras [...] de supridores diretos e de planos de expansão para os segmentos já instalados. A concretização desse novo padrão está apoiada em fortes estímulos fiscais e no reforço à instalação da infra-estrutura, como a duplicação de rodovias, implementação de fibras ópticas de telefonia celular e ampliação de oferta, distribuição de energia (IPEA; UNICAMP; IPARDES, 2000, p.41).

Este processo fez com que o Paraná ampliasse seu processo de desenvolvimento industrial concentrado, sobretudo na RMC, principalmente no que se refere às indústrias do complexo metalmecânico, elétrico e químico, representado por mais investimentos vinculados à refinaria da Petrobrás em Araucária.

Firkowski (2001) ao estudar a nova configuração da indústria paranaense após a década de 1990 a partir de Curitiba, apontou que a RMC representava 66% do total de investimentos, 57% do número de estabelecimento industriais e 49% do número de empregos do estado. Ainda para Firkowski (2001, p.110), “a localização preferencial dos estabelecimentos na RMC ou no interior, está diretamente associada aos gêneros de atividade, fazendo com que os gêneros dinâmicos tenham destaque na RMC enquanto os gêneros tradicionais tenham destaque no interior”.

Quanto a essa dinâmica diferenciada do desenvolvimento industrial paranaense, Fresca (2008, p.231) aponta:

Enquanto a região Metropolitana de Curitiba tinha sua dinâmica de crescimento fortemente apoiada na refinaria de petróleo em Araucária, outras indústrias químicas, metalúrgica, material elétrico, mecânico, dentre outros, cuja criação em 1973 da cidade Industrial de Curitiba – CIC, por ações estatais teve importante contribuição para essa expansão industrial, o interior do Paraná prosseguiu em outra direção. Esta era dada pela agroindustrialização que desde os anos 1970, através das cooperativas, vinha em forte atuação ganhando maior dinamismo ligado aos produtos como soja, trigo, cana-de-açúcar, fiação, etc. Agora não somente com a presença das cooperativas, mas com a atuação de grupos de capital estrangeiros ligados à agroindustrialização.

Ao analisar a economia paranaense dos anos 1990, Lourenço (2000), aponta que a guinada da economia paranaense a partir de então, esteve ancorada em vultosos planos de inversões, centrados em cinco vetores estreitamente articulados:

A formação de um pólo automotivo, iniciado nos anos 1970 e que contou com a vinda da New Holland, Volvo, Renault, Volks/Audi, Chrysler e aproximadamente 60 fornecedoras de tais montadoras em Curitiba; a verticalização das cadeias agrícola e agroindustrial liderada pelas cooperativas, absorvendo mais da metade da produção agropecuária do estado e expressiva capacidade de industrialização e atuação regional e algumas de alcance nacional; a expansão quantitativa e qualitativa do complexo madeireiro-papeleiro, aproveitando a disponibilidade de matéria-prima proveniente de reflorestamentos e incentivada pela demanda da indústria moveleira e da construção civil; as relações com o Mercosul, representando avanços dos fluxos de comércio para as pequenas e médias empresas; o melhor aproveitamento das vocações e ao desenvolvimento das aptidões regionais, nas suas diferentes escalas, envolvendo novos atores locais ativos, inclusive na perspectiva de reconstrução de espaços (LOURENÇO 2000, p.58-59).

O interior do estado, principalmente o norte do Paraná, foi um dos lugares privilegiados para o desenvolvimento das aptidões regionais citadas acima, associados aos investimentos locais realizados na maioria das vezes por atores hegemônicos locais, reinvestindo seus lucros na busca de sua reprodução, conforme aponta Fresca (2008, p.233):

[...] o forte incremento produtivo industrial no norte do estado ocorreu a partir de investimentos locais e regionais, além é claro, de transferências industriais. No conjunto, a maior participação foi dos investimentos locais e regionais oriundos da pequena produção mercantil, isto é, das atividades urbanas e rurais exercidas por seus proprietários, que foram transferidas para a atividade industrial seja como expansão dos negócios ou como mudanças do ramo de atividades.

Vinculado aos investimentos locais e regionais, tem-se diversos setores produtivos como móveis, confecção, metais sanitários, alimentícios e outros, com destaque para as cidades de Arapongas (móveis), Apucarana (bonés), Cianorte

e Terra Roxa (confecções), Loanda (metais sanitários), Jaguapitã (mesas para bilhar), Campo Mourão (equipamentos odontológicos), etc (FRESCA, 2009b).

A transferência de plantas industriais, embora em número menor, foi instalada nas cidades do norte paranaense trazendo consigo mudanças em seus sistemas produtivos, associando tanto elementos do sistema organizacional toyotista e fordista. “Mas, outras unidades produtivas presentes na área desempenham suas atividades mediante fortes investimentos em inovações e combinam técnicas produtivas ditas hegemônicas” (FRESCA, 2008, p.233).

Fresca (2004b) investigou empresas implantadas em cidades do norte paranaense por transferência, fusão ou compra ao longo da década de 1990 e início do século XXI e constatou alguns aspectos. O primeiro aspecto apontado pela autora refere-se às datas de implantação das unidades, que concentram-se nos últimos anos da década de 1990, embora a decisão de implantação ou transferência tenha ocorrido anos antes. O segundo aspecto é o local de origem das empresas, tendo como predomínio São Paulo e sua Região Metropolitana, com exceção de algumas unidades de capital internacional que se implantaram direto no norte do estado. O terceiro aspecto refere-se ao fato do mercado consumidor das referidas empresas apresentar-se bastante amplo, de alcance nacional, mas concentrado sobretudo no Centro-Sul do país, ou fornecedoras de empresas localizadas na mesma cidade ou região.

A autora também destaca a diversidade de produção das unidades, envolvendo setores alimentícios, autopeças, químico e farmacêutico, plásticos, dentre outros. Como exemplo desse processo destaca-se a Milênia Agrociências implantada em Londrina em 1998, resultado da fusão com outras duas empresas do setor e que “em 1998 a Herbitécnica e a Defense foram fusionadas e adquiridas pelo grupo israelense [Makhteshim Agan – subsidiária do grupo Koor Industries] , criando a partir de então a Milênia Agrociências, cuja ‘matriz’ ficou em Londrina” (FRESCA, 2004b, p.199).

Ainda no setor de fertilizantes tem-se a Inquima LTDA, instalada em Cambé em 1999, empresa de capital argentino, pertencente ao grupo Alltec, que segundo Fresca (2004b), em seu processo de expansão de mercado consumidor escolheu o norte do Paraná e especificamente Cambé para instalar-se devido a incentivos municipais, como a oferta de um prédio para funcionamento da unidade. Também em Cambé foi implantada uma unidade do Grupo Bunge & Born, que “após

a aquisição da Fertilizantes Manah e a união desta com a Serrana, IAP e Ouro Verde, dando origem à Bunge Fertilizantes S.A." (FRESCA, 2004b, p.200). Cambé ainda conta com unidades como a Pado S.A., transferida de São Paulo e instalada na cidade em 1997, motivada pelas deseconomias de aglomeração e a Rexan do Brasil, especializada em embalagens plásticas e de papel para o setor médico-hospitalar, posteriormente adquirida pela australiana Ancor Flexible Brasil Ltda., dentre outras.

Em Londrina houve a transferência e expansão das atividades da Dixie Toga (embalagens plásticas) e outras empresas, porém merece destaque a implantação da unidade da Atlas-Schindler em Londrina, por estar ligada à dinâmica da especialização produtiva de Assaí, já que grande parte das unidades localizadas na cidade são fornecedoras da mesma. Tal empresa:

[...] resultou da compra da unidade de elevadores Atlas, do grupo Vilares, pelo grupo Schindler (da Suíça) em 1996 – teve sua unidade produtiva transferida de São Paulo para Londrina com início das operações em 1998. [...] motivos da transferência: Londrina como cidade estratégica para o Mercosul; próxima a São Paulo, maior centro consumidor; mão-de-obra barata; proximidade da mão de obra em relação à indústria; a cidade é uma referência nacional; acesso fácil e rápido ao Porto de Paranaguá; ter recebido terreno para a construção da planta industrial de 36 mil m² (FRESCA, 2004, p.200).

Outro aspecto importante referente a esta unidade industrial, foi a viabilização da transferência de alguns de seus fornecedores "pela existência ou qualificação das mesmas em Londrina - para a cidade e suas vizinhas" (FRESCA, 2004, p.200). Nesse sentido, por meio da oferta de vantagens locacionais e demais ações municipais do poder público municipal da época, Assaí conseguiu sediar algumas dessas fornecedoras da Atlas-Schindler, conforme será detalhado a seguir.

A partir dessa dinâmica ocorrida no interior, a indústria tornou-se espacialmente mais distribuída pelo estado, modificando sua configuração anterior – predominantemente concentrada na RMC - apresentando quantidades relevantes de indústrias importantes em diversos setores. Os quadros 06 e 07 a seguir comprovam tal dinâmica.

Quadro 7- Número de Estabelecimentos Industriais no Paraná: 1996-2009.

Região Geográfica / Ano	1996	% PART	2000	% PART	2005	% PART	2009	% PART
Estado do Paraná	17.051	100	21.205	100	25.569	100	30.763	100
Metropolitana de Curitiba	6.021	35,31	6.912	32,60	7.845	30,68	9.595	31,19
Norte Central Paranaense	3.833	22,48	5.054	23,83	6.574	25,71	7.965	25,89
Norte Pioneiro Paranaense	621	3,64	754	3,56	974	3,81	1.139	3,70
Noroeste Paranaense	1.189	6,97	1.704	8,04	2.145	8,39	2.658	8,64
Centro-Ocidental Paraná	418	2,45	477	2,25	578	2,26	700	2,28
Norte do Paraná	6.061	35,55	7.989	37,68	10.271	40,17	12.462	40,51
Oeste Paranaense	1.636	9,59	2.206	10,40	2.724	10,65	3.383	11,00
Sudoeste Paranaense	970	5,69	1.241	5,85	1.543	6,03	1.793	5,83
Centro-Oriental Paranaense	928	5,44	1.121	5,29	1.295	5,06	1.538	5,00
Sudeste Paranaense	887	5,20	1.060	5,00	1.143	4,47	1.197	3,89
Centro-Sul Paranaense	548	3,21	676	3,19	748	2,93	795	2,58

Fonte: RAIS, extraído do IPARDES. Adaptado pelo autor

O quadro 07 mostra o aumento do número de estabelecimentos industriais no interior do estado, sendo que em todas as mesoregiões houve um aumento no número de estabelecimentos entre 1996 e 2009, em especial a região norte paranaense²³, a segunda maior concentradora de estabelecimentos industriais depois da RMC. O norte paranaense contava com 35,55% dos estabelecimentos (6.061) em 1996, saltando para 40,51% em 2009 (12.462), enquanto a RMC a maior concentradora de estabelecimentos industriais do estado possuía 35,31% dos estabelecimentos e diminuiu sua participação para 31,19% dos estabelecimentos. Percebe-se que não houve uma diminuição do número de estabelecimentos em Curitiba, já que os mesmos saltaram de 6.021 em 1996 para 9.595, mas todo interior passou a apresentar um número maior de estabelecimentos, em especial a Região Norte, que saltou de 6.061 em 1996 para 12.462 em 2009 e assim com o Oeste e Noroeste do estado, enquanto nas demais regiões o aumento não foi tão significativo quanto nessas regiões, fazendo com que sua participação atual seja menor que na década de 1990.

Uma dinâmica semelhante aconteceu com o número de empregos nas referidas indústrias do estado, porém com algumas diferenças em relação ao

²³ A região norte em estudo corresponde às mesoregiões do IBGE Norte Pioneiro, Norte Central, Noroeste e Centro-Ocidental do Paraná.

número de estabelecimentos, conforme demonstrado no quadro 08 a seguir.

Quadro 8- Número de Empregos na Indústria Paranaense: 1996-2009.

Região Geográfica	1996	Part.%	2000	Part.%	2005	Part.%	2009	Part.%
Estado do Paraná	307.043	100,00	358.183	100,00	500.929	100,00	625.971	100,00
RMC	116.598	37,97	135.734	37,90	172.064	34,35	216.477	34,58
Norte Central	71.097	23,16	82.226	22,96	114.891	22,94	146.578	23,42
Norte Pioneiro	11.876	3,87	12.108	3,38	18.909	3,77	22.285	3,56
Noroeste	20.399	6,64	22.932	6,40	41.849	8,35	59.793	9,55
Centro-Oeste	5.406	1,76	5.780	1,61	9.381	1,87	12.194	1,95
Total Norte do PR	108.778	35,43	123.046	34,35	185.030	36,94	240.850	38,48
Centro-Oeste	23.928	7,79	25.513	7,12	35.701	7,13	34.762	5,55
Oeste	20.946	6,82	28.129	7,85	51.274	10,24	69.660	11,13
Sudoeste	14.356	4,68	18.129	5,06	27.250	5,44	34.591	5,53
Sudeste	13.049	4,25	16.046	4,48	17.660	3,53	17.912	2,86
Centro-Sul	9.388	3,06	11.586	3,23	11.950	2,39	11.719	1,87

Fonte: RAIS, extraído do IPARDES. Adaptado pelo autor

A RMC se apresenta como a maior concentradora de empregos, quase dobrando o número de empregados entre 1996 e 2009, porém sua participação relativa vem diminuído em relação ao estado, já que representava 37,97% do total de empregos em 1996 e passou a representar 34,58% em 2009, uma diminuição menor em relação ao número de estabelecimentos. Essa diminuição ocorreu porque houve um aumento significativo no número de empregos que embora relativamente represente pouco – de 62,03% em 1996 para 65,42% - em termos relativos, mais que dobrou a quantidade, saltando de 190.445 em todo interior para 409.494 em 2009.

Da mesma forma o Norte do estado, embora tenha apresentado um aumento relativo pouco significativo – de 35,43% em 1996 para 38,48% em 2009 – em termos absolutos mais que dobrou a quantidade de empregos, saltando de 108.778 em 1996 para 240.850 em 2009, dinâmica semelhante nas regiões Oeste e Sudoeste do estado, devido a novas dinâmicas industriais presentes nessas regiões, o que segundo Fresca (2004b, p.204-205) explicita os motivos do norte paranaense estar tornando-se uma área de maior presença industrial a partir dos anos de 1990 comparativamente aos períodos precedentes:

1) Pelo caminho da consolidação de iniciativas nos anos 1960 e 1970, e que nas décadas subseqüentes, sob condições recessivas, foram capazes de implantar estratégias de manutenção e expansão de suas produções e mercados consumidores;

- 2) Pelo caminho dos processos de transferência industrial de unidades produtivas da região metropolitana de São Paulo para cidades do norte-paranaense, quer indústrias de capital nacional ou estrangeiro;
- 3) Pela implantação de indústrias na área mediante processos de compra ou fusão de unidades preexistentes;
- 4) Estratégias distintas adotadas: alteração e expansão de linha de produção, busca de nichos de mercado, implantação de filiais fora do norte-paranaense e implantação de unidades/filiais em direção a verticalização;
- 5) As estratégias adotadas ainda não foram suficientes para utilizar toda a capacidade produtiva instalada nas empresas nos seus diversos setores.

Tais apontamentos demonstram como diversos processos contribuíram e continuam contribuindo para a dinamização da indústria paranaense e o norte do estado gradativamente aumenta sua importância, principalmente pela redefinição dos papéis das pequenas cidades, cada vez mais inseridas de formas diferenciadas na divisão territorial do trabalho, seja por sua produção agrícola vinculada à agroindústria, ou pela implantação de especializações industriais ou de serviços. Assaí participa desse processo por meio da especialização industrial metalmecânica que vem se instalando na cidade, conforme abordaremos a seguir.

4.3 A EVOLUÇÃO DO SETOR METALMECÂNICO EM ASSAÍ

O setor, ramo ou complexo metalmecânico corresponde ao conjunto de indústrias que trabalham na produção, processamento e utilização de metais, especialmente o ferro, o alumínio, o aço e outros tipos de ligas metálicas. Por abranger uma variedade de indústrias, tal setor é também chamado de complexo metalmecânico (ROSENTHAL, 1999).

Por corresponder a uma diversidade de setores industriais, Coutinho e Ferraz (1994) optaram por uma divisão mais genérica do complexo metalmecânico, sendo que tal divisão é realizada em três categorias: insumos, que corresponde à extração de minério de ferro, siderurgia e alumínio; máquinas e

equipamentos, que corresponde à indústria mecânica, equipamentos industriais, máquinas e implementos agrícolas e material elétrico; e automobilístico que corresponde às montadoras de automóveis de passeio, veículos comerciais e indústrias de autopeças.

A referência mais adequada para nosso estudo é a adotada na Classificação da Atividade Econômica – CNAE do IBGE. Segundo este órgão o setor metal mecânico corresponde às seguintes atividades industriais: metalurgia, fabricação de produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos, fabricação de equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos, fabricação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos, fabricação de máquinas e equipamentos, fabricação de veículos automotores, reboques e carrocerias e fabricação de outros equipamentos de transporte, exceto veículos automotores.

Mesmo tal classificação sendo abrangente, mantendo-se como base o CNAE 2.0, o complexo ou setor metalmecânico em nossa pesquisa corresponderá apenas aos seguintes setores industriais, conforme descrito no quadro 09 que segue.

Analizando mais especificamente o que seria o setor metalmecânico, podemos afirmar, com base nos estudos de Batschauer, (2004) que a indústria metalúrgica é responsável pela produção de bens intermediários, como insumos e/ou componentes diretos que são fornecidos para diversas outras indústrias, destacando-se os setores de metalurgia básica/fundição e de fabricação de produtos de metal exclusive máquinas e equipamentos que atuam em atividades voltadas a produção de fundidos e produtos de metal, e na prestação de serviços industriais, como usinagem, estamparia, tratamento térmico, etc. Estes setores são responsáveis pelo fornecimento de peças fundidas para a indústria automobilística, de construção ferroviária e naval, de bens de capital (principalmente máquinas e implementos agrícolas) e de base, como a siderúrgica. Outros importantes demandantes de fundidos são o setor de mineração e fabricação de cimento (corpos moedores e peças de desgaste) e ainda o de extração/refino de petróleo (válvulas e outras peças). A produção de fundidos é segmentada por tipo de ligas, ferrosas e não ferrosas (aço, alumínio, zinco, cobre e magnésio). Ainda segundo a autora, a indústria mecânica pode ser considerada a principal produtora de bens de capital, fabricando máquinas e equipamentos utilizados pelos demais setores industriais para produzir outros bens e serviços.

Quadro 9- Classificação do Setor Metalmecânico Segundo a CNAE 2.0.

COMPLEXO METALMECÂNICO	<p>24 - METALURGIA 24.1- Produção de ferro-gusa e de ferroligas; 24.2 – Siderurgia; 24.3 - Produção de tubos de aço, exceto tubos sem costura; 24.4 - Metalurgia dos metais não-ferrosos; 245 - Fundição.</p> <p>25 - FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DE METAL, EXCETO MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS 25.1- Fabricação de estruturas metálicas e obras de caldeiraria pesada; 25.2 - Fabricação de tanques, reservatórios metálicos e caldeiras; 25.3 - Forjaria, estamparia, metalurgia do pó e serviços de tratamento de metais; 25.4 - Fabricação de artigos de cutelaria, de serralheria e ferramentas; 25.5 - Fabricação de equipamento bélico pesado, armas de fogo e munições; 25.6 - Fabricação de produtos de metal não especificados; Anteriormente.</p> <p>28 - FABRICAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS 28.1 - Fabricação de motores, bombas, compressores e equipamentos de transmissão; 28.2 - Fabricação de máquinas e equipamentos de uso geral; 28.3 - Fabricação de tratores e de máquinas e equipamentos para a agricultura e pecuária; 28.4 - Fabricação de máquinas-ferramenta; 28.5 - Fabricação de máquinas e equipamentos de uso na extração mineral e na construção; 28.6 - Fabricação de máquinas e equipamentos de uso industrial específico;</p>
-------------------------------	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Fonte: CNAE 2.0 IBGE (2008). Adaptado pelo autor.

A produção desses bens é uma operação de montagem de componentes, parte dos quais são produzidos pela própria indústria de bens de capital e outra é adquirida de fornecedores. Os setores que integram essa indústria são amplos, dentre os quais se destacam: transmissão mecânica; bombas e motobombas; compressores industriais; equipamentos pesados; máquinas-ferramenta; máquinas para indústrias diversas, dentre outros. Essa grande

diversidade de máquinas-ferramenta, que diferem pela finalidade, tamanho, peso, desenho e sistemas de controle.

Há especialização entre as linhas de produtos para mercados específicos, como o de máquinas padronizadas convencionais; máquinas a comando numérico ou máquinas sob encomenda (fabricadas segundo a especificação do cliente). A variabilidade de usos e finalidade a que se destinam as máquinas-ferramentas implica na coexistência, num mesmo espaço, de produtos de várias gerações tecnológicas, desde tornos universais cuja concepção e modo de fabricação maduro tecnologicamente até tornos a controle numérico computadorizados cujo projeto e produção demandam tecnologia de alto nível técnico.

Conforme apontado no capítulo anterior, embora haja outras unidades industriais em Assaí, como a fiação e outras pequenas indústrias, é o setor metalmecânico o destaque, cuja dinâmica inicia após a década de 1990, com a indústria metalúrgica encaminhando-se para a expansão mecânica. Essa mudança produtiva pode ser observada nos dados da tabela 08 a seguir, que apresenta a evolução no número de estabelecimento dos diversos setores da economia.

Segundo dados da tabela 08, no início da década de 2000 a atividade agropecuária era o ramo de atividade com maior número de estabelecimentos 133, que correspondia a 39,35% do total de estabelecimentos do Município, seguido do comércio com 103 (30,47%) e serviços 78 (23,08%). Porém ao longo dos anos posteriores tal dinâmica foi mudando: a indústria, o comércio e os serviços foram abrindo novos estabelecimentos em detrimento à diminuição de estabelecimentos agropecuários. Em 2009, o comércio passou a representar 37,21% do total de estabelecimentos de Assaí, os serviços 23,36% e a indústria quase dobrou sua participação, passando a concentrar 10,5% dos estabelecimentos. Mesmo com a diminuição no número de estabelecimentos as atividades agropecuárias ainda representavam 28,08% do total de estabelecimentos.

Ao analisarmos a evolução do número de estabelecimentos, podemos verificar que o setor que mais abriu novos estabelecimentos foi o comércio, que depois de nove anos aumentou 37 estabelecimentos (6,72%), seguido da indústria, que aumentou 18 estabelecimentos (4,0%) e do comércio, que aumentou 11 estabelecimentos (0,28%). Nesse mesmo período a agropecuária diminuiu 26 estabelecimentos (-11,27%).

Reiteramos os dados comprovam que embora o aumento maior no número de estabelecimentos tenha sido das atividades de comércio, a indústria, principalmente a metalmecânica destaca-se como nova geradora de empregos, uma vez que 37 novos estabelecimentos comerciais não geram o mesmo número de empregos que 18 novas unidades industriais. Essa relação do número de empregos será mais detalhada no próximo capítulo.

Tabela 9- Número de Estabelecimentos da Indústria, Comércio e Serviços em Assaí: 2000-2009.

Tipo de Indústria / Ano	2000	2005	2006	2007	2008	2009
Indústria de Produtos Minerais não Metálicos	1	1	2	2	2	2
Indústria Metalúrgica	2	3	4	4	5	6
Indústria Mecânica	4	7	6	6	6	7
Indústria de Mat. Elet. e Com.	-	-	-	-	1	1
Indústria da Madeira e do Mobiliário	1	3	4	5	4	3
Indústria da Borracha, Fumo, Couros.	-	-	-	-	-	1
Indústria Química, Farm., Veter. e Perf.	1	1	2	3	1	2
Indústria Têxtil	6	9	8	9	9	10
Indústria de Produtos Alimentícios e Bebida	7	6	6	8	8	8
<i>Total da Indústria</i>	<i>22</i>	<i>30</i>	<i>32</i>	<i>37</i>	<i>36</i>	<i>40</i>
Construção Civil	2	1	3	5	3	5
Comércio Varejista	94	135	135	131	133	131
Comércio Atacadista	9	9	12	7	8	9
<i>Total do Comércio</i>	<i>103</i>	<i>144</i>	<i>147</i>	<i>138</i>	<i>141</i>	<i>140</i>
Instituições de Crédito, Seguro e de Capitalização	5	6	6	6	6	6
Administradoras de Imóveis	21	20	20	19	19	23
Transporte e Comunicações	5	7	6	6	7	8
Serviços de Aloj., Aliment., Manut. e Radiodifusão	23	32	31	27	32	33
Serviços Médicos, Odontológicos e Veterinários.	10	12	13	14	12	11
Estabelecimentos de Ensino	7	8	7	6	5	6
Administração Pública Direta e Indireta	7	3	3	3	2	2
<i>Total dos Serviços</i>	<i>78</i>	<i>88</i>	<i>86</i>	<i>81</i>	<i>83</i>	<i>89</i>
Estabelecimentos - Total	205	263	268	261	265	274

Fonte: RAIS - extraído do IPARDES. Adaptado pelo autor.

No que se refere às unidades industriais, a Jumbo Indústria Mecânica LTDA.²⁴ foi a primeira indústria metalmecânica criada na cidade de Assaí. Fundada em 1977 pelo assaiense Michel Ângelo Bomtempo, a “Tornotécnica Jumbo” iniciou suas atividades prestando serviços de reparação à máquinas de

²⁴ Dados e informações obtidos em entrevista com seu representante Michel Ângelo Bomtempo, realizada no dia 19/11/2010.

algodão, cultura mais importante no Município desde a década de 1960, sendo Assaí reconhecida nacionalmente pelo volume de produção como a “capital nacional do algodão”. O desenvolvimento desta produção agrícola atraiu muitas empresas do setor algodoeiro para Assaí, demandando assim serviços de manutenção, levando a Jumbo a iniciar também um segundo setor de atividade: manutenção de equipamentos agrícolas.

Mais tarde, com o bom desenvolvimento do negócio e a procura por serviços permitiu à empresa investir em sua ampliação, passando a realizar - além dos serviços de reparo e manutenção – a fabricação de algumas peças e máquinas para o referido setor. Na década de 1980, com a crise do algodão provocada pela infestação de bicudo na lavoura e mudanças na política agrícola, o algodão começou a ser erradicado nas lavouras da cidade, dando lugar principalmente ao soja, trigo e milho, o que levou a empresa a também fazer mudanças em seu setor de atividade para continuar no mercado. Diante dessa conjuntura a empresa investiu no setor da química fina (entre os anos 1984 e 1985), sobretudo no investimento em tratamento térmico²⁵, possibilitando a empresa continuar atuando no mercado e conquistando novos clientes e contatos e dentre eles alguns diretores da unidade de elevadores Atlas do grupo Vilares.

No ano de 1998, quando a referida multinacional iniciou a construção de suas instalações na cidade de Londrina sob o codinome “BETASUL”, o proprietário-fundador Michel Ângelo Bomtempo entrou em contato com a diretoria e se predispos a ser uma das grandes fornecedoras da mesma.

Devido a sua ligação pessoal com a cidade, o empresário se comprometeu a apresentar Assaí como uma das opções de instalação para alguns fornecedores localizados no sudeste e que por exigência da Atlas, deveriam se instalar a pelo menos 150 Km da mesma para continuar sendo seu fornecedor.

A partir desse contato com os diretores da Atlas, a Jumbo passa a ser um dos grandes fornecedores desta multinacional, dando uma nova dimensão a sua produção, não exclusiva à Atlas, porém de grande importância para seu

²⁵ Tratamento térmico é um conjunto de processos ao qual uma peça, equipamento ou componente pode passar para regularizar sua durabilidade, aumentar dureza, aliviar tensão, adquirir ou deixar de apresentar algumas características conforme sua aplicabilidade. Tais processos são realizados em fornos e laboratórios específicos, expondo os mesmos a aumento e diminuição abrupta ou não de temperatura e banhos químicos específicos. Tal processo requer espaço, equipamentos, softwares e mão-de-obra especializados, sendo a Jumbo uma das únicas empresas do sul do país a realizar tal atividade.

processo de desenvolvimento. Conforme havia se comprometido, o proprietário da Jumbo auxiliou no contato e na implementação de incentivos fiscais para atrair a instalação de algumas fornecedoras no município, sendo o mesmo um dos responsáveis pela transferência e instalação das demais unidades industriais metalmecânicas na cidade: a Veipa, a Veríssimo, a PTE e a Tecmarca, inicialmente por meio da intermediação e posteriormente pela assistência política, pois o mesmo, a partir de 2001, passou a ocupar o cargo de Vice-prefeito da cidade, assumindo a função de implementador de políticas para incentivo da atividade industrial de Assaí, cuja expressão concreta de tal política foi a Lei nº 668/2001 que prevê os incentivos para a atividade industrial no município.

Além do fato de ser a única empresa local, resultado de investimentos locais, o grande diferencial da Jumbo para com as demais empresas instaladas na cidade foi o fato da mesma não permitir sua dependência com a multinacional Atlas-Schindler. A empresa continuou a reinvestir grande parte de seus lucros na ampliação do espaço físico, diversificação de produtos, parcerias com outras empresas e investimento em tecnologia, tornando-se uma empresa cada vez maior, independente, diversificada e com alcance maior de mercado, não limitando-se somente a metalurgia, mas de forma audaciosa, investindo no setor mecânico.

Reflexo concreto de tais ações foi a construção de uma nova unidade fabril da empresa, destinada a fabricação de peças e equipamentos pesados a Jumbo Super Pesada, finalizada no ano de 2010.

Desta forma, atualmente a Jumbo conta com duas unidades instaladas na cidade de Assaí: a primeira unidade (foto 06), destinada à fabricação de escada rolantes para a Atlas-Schindler, fabricação de demais peças de até 15 toneladas e tratamento térmico; a nova unidade (foto 07), com área total de 17.000 m² e uma infraestrutura e máquinas e equipamentos modernos para a fabricação de peças de até 300 toneladas, em sua maioria peças para empresas de mineração e peças para usinas hidrelétricas. A construção de todas as instalações da nova unidade e a compra de máquinas e equipamentos custou cerca de R\$ 45 milhões, obtidos por meio de financiamento junto ao BNDES e FINAME.

Foto 6- Primeira unidade da Jumbo Indústria Mecânica, localizada na entrada da cidade de Assaí, na Avenida Rio de Janeiro que atualmente concentra a fabricação de peças até 15 toneladas além do laboratório de tratamento térmico e químico de peças.



Fonte: Jumbo, 2009.

Foto 7- Vista parcial da nova unidade da Jumbo Indústria Mecânica. À frente (marrom) a área administrativa e ao fundo (branco) a área fabril da empresa, localizado na Rodovia PR-090 entre a cidade de Assaí e São Sebastião da Amoreira.



Fonte: Adriano Pereira 04/02/2010.

Sendo especializada na fabricação para terceiros de máquinas e equipamentos pesados, a Jumbo atua no setor metalmecânico em nível nacional e

internacional, por meio da execução de projetos de empresas de outros países²⁶. Atua na área de usinagem de médio e grande porte, caldeiraria pesada, corte solda, montagem, jateamento, pintura e tratamento térmico de aço carbono, aço inox, alumínio e materiais ligados. Sua área de atendimento atinge os mais variados setores da indústria: óleo vegetal, química, plástico, curtume, usina de algodão, açúcar e álcool, papel celulose, siderurgia, cimento e usina hidrelétrica. A empresa atualmente atende a diversos clientes de todo território nacional, sendo os mais expressivos apresentados no quadro 10 a seguir.

Quanto à matéria-prima, os mais utilizados pela empresa são chapas de aço e diversos consumíveis de soldagem como: arames, eletrodos, gases e outros, cuja aquisição se faz de vários clientes de diversos estados do país, com destaque para a Cosipa, Usiminas, CSN, Belgo Mineira, Arselomital e ESAB, dentre outras.

A empresa, em suas duas unidades possui uma grande quantidade de máquinas de torno vertical e horizontal, mandrilhadoras, fresadoras, furadeiras, máquinas de corte, guinchos, dentre outras, também adquiridas de vários fornecedores de vários fornecedores nacionais e internacionais. Quanto ao tempo de vida dos mesmos, é muito variado, pois a empresa possui em sua unidade máquinas com 30 anos de atividade e na nova unidade máquinas modernas nacionais e importadas compradas no início de 2010.

A manutenção das máquinas e equipamentos que estão na garantia é realizada, pelas empresas fornecedoras e para o maquinário que já se encontra fora do período de garantia, a manutenção é realizada por um grupo de manutenção da própria empresa, formado por aproximadamente 20 mecânicos.

Apresentando uma rotatividade baixa de seus colaboradores, a empresa possui atualmente cerca de 500 funcionários, sendo que deste total cerca de 200 exercem suas atividades na primeira unidade da empresa na Avenida Rio de Janeiro, no perímetro urbano da cidade e os outros 300 trabalham na nova unidade, localizada na Rodovia PR-090, próximo ao perímetro urbano da cidade, sendo que quando a nova unidade da empresa estiver totalmente estruturada, a previsão é gerar 1.200 empregos.

²⁶ Algumas grandes empresas nacionais solicitam peças para empresas européias, por exemplo, e as mesmas elaboram o projeto e contratam a Jumbo para que execute o mesmo.

A média salarial dos funcionários da produção é R\$ 1.000,00, formado por pessoas de diversas faixas etárias e graus de instrução, geralmente ensino médio; já nos setores administrativos, a média salarial varia de acordo com a função e o setor, sendo que todos os funcionários possuem curso superior em suas especialidades (contábil, financeiro, recursos humanos, planejamento, orçamento, etc.). O modelo de organização interna do trabalho é realizada de forma multivariada, sendo aplicado elementos das diversas formas existentes, sendo as características do modelo toyotista as mais evidentes na organização do trabalho.

Quadro 10- Principais Clientes da Jumbo Indústria Mecânica LTDA.



Fonte: Jumbo, 2010. Adaptado pelo autor.

Quanto à origem, além da grande maioria assaiense da zona rural e urbana, a empresa emprega funcionários de diversas cidades de seu entorno, tais

como São Sebastião da Amoreira, Jataizinho, Ibiporã, Londrina, Nova Santa Bárbara, Santa Cecília do Pavão e Santo Antonio do Paraíso.

Foi feito uma parceria da empresa com as prefeituras de Nova Santa Bárbara e Santa Cecília do Pavão, onde a empresa ofertou as vagas de emprego e as Prefeituras Municipais dos referidos municípios oferecem o transporte aos trabalhadores, consolidando assim um fluxo diário de aproximadamente 25 funcionários de cada cidade para a empresa.

Muitas das funções técnicas, como os engenheiros e projetistas são ocupadas por profissionais de Londrina, São Paulo, Curitiba e outras localidades, que ao iniciarem o trabalho na empresa, com algumas exceções passou a morar em Assaí.

Quanto à capacitação da mão de obra, a empresa criou há 18 anos o Programa Fábrica de Talentos – PROFATA²⁷, um projeto realizado em parceria com o SENAI, oferecendo cursos de soldagem e caldeiraria (os setores com maior demanda de mão de obra qualificada) por um período de quatro meses nas instalações da empresa, assistido por instrutores do SENAI, sendo que praticamente 100% dos cursantes são contratados pela empresa (ou outras empresas da cidade) após o término do mesmo.

A empresa desenvolve novos produtos de acordo com as perspectivas de mercado e do cliente, sendo um de seus produtos exclusivos os cadiinhos, panelas para fornos industriais, além da unidade de tratamento térmico, esporadicamente alugados para mais de 300 empresas do país. Em contrapartida, alguns serviços específicos necessitados pela empresa são terceirizados, como por exemplo, o alívio de tensão das peças, realizado nas cidades de Sertãozinho – SP, Curitiba e outras cidades de Santa Catarina.

Quanto a questão da certificação, a empresa possui o certificado ISO 9001/2008 e agora está trabalhando para obter o Certificado de Registro de Classificação Cadastral - CRCC²⁸ de fornecedor de peças e máquinas para exploração marítima de petróleo, aproveitando o nicho aberto com o anúncio de exploração de petróleo na camada Pré-sal.

²⁷ O curso, uma iniciativa da empresa dá oportunidades para jovens de ambos os sexos, de Assaí e recentemente de outras cidades, oferece o treinamento, transporte, alimentação, uniforme e material para todos os seus cursantes.

Por dedicar-se nos últimos anos essencialmente à mecânica pesada, a empresa não possui nenhum concorrente no estado, somente no estado de São Paulo é possível a identificação de empresas do mesmo porte que a Jumbo.

A empresa é associada do sindicato patronal SINDIMETAL, no qual sua principal contribuição é a divulgação de diversos cursos, eventos e novidades de mercado referente ao setor, mantendo a empresa sempre a par de grande parte das evoluções, inovações e tecnologias implantadas em escala global.

Já os funcionários não pertencem coletivamente a nenhum órgão sindical escolhido como padrão, sendo que cada funcionário vincula-se a algum sindicato do setor conforme sua opção pessoal.

Dentre as dificuldades e políticas que limitam a produção industrial metalmecânica em Assaí é a concorrência com a produção chinesa (e indiana em menor escala), que por diversos fatores econômicos e trabalhistas dos referidos países, concorre diretamente com a produção metalmecânica brasileira e assaiense.

Quanto a essa situação, além de almejar políticas federais de taxação de produtos industrializados do setor, a fim de “proteger” a indústria metalmecânica nacional, a empresa investe em qualidade e prazos como diferencial no embate com a produção asiática.

Apesar da questão da concorrência, a empresa vê boas perspectivas para o futuro, pois o país ainda está expandindo sua infra-estrutura e haverá muitos investimentos na matriz energética, principalmente na produção de energia elétrica limpa (hidrelétricas e energia eólica), setor no qual a empresa está investindo recursos para poder atender, como o caso da construção da Usina de Belo Monte - PA, que requerirá a fabricação de peças e componentes de grandes dimensões e a empresa já começou a investir em novos equipamentos e tecnologias para que possa ser capaz de produzir tais peças.

A empresa que até então apresentava um faturamento anual de R\$ 45 milhões (FILHO, 2009), com a instalação da nova unidade, previa faturar cerca de R\$ 100 milhões, mas devido dos reflexos da crise²⁹ de 2008/2009, a empresa

²⁸ Documento fornecido à empresa que teve sua inscrição aprovada após análise e cumprimento de exigências da Petrobras, indicando que a mesma está apta a ser sua fornecedora. Para maiores informações consultar: www.cadastro.petrobras.com.br/portal.

²⁹ Crise financeira mundial iniciada nos Estados Unidos entre os anos de 2008 e 2009 no setor imobiliário e se estendeu por vários setores da economia, gerando uma recessão e crises sentidas no mundo todo, em diferentes escalas. No Brasil seus efeitos foram diretamente no setor produtivo embora não de forma intensa.

acredita que fechará o ano com o faturamento menor que o previsto. A previsão de arrecadação de impostos quando a empresa estiver em pleno funcionamento é de R\$ 10 milhões anuais.

Essa empresa é a mais estável do município, resultado de ações ousadas e planejadas de seus gestores, que devido de uma ligação com a cidade optaram por investir na implementação de tal setor em Assaí, contribuindo também na dinamização da vida socioeconômica da cidade, conforme será descrito posteriormente. Essa ação de agentes locais nas pequenas cidades é ressaltado por Fresca (2009c) :

Neste encaminhamento há de ser referida a percepção e ação de agentes locais em valorizar e dar maior importância a estes lugares, tornando-se capazes de dar rumos diferentes às cidades. Isto é importante, porque a industrialização instaurada em distintas cidades da rede urbana nacional não foi resultado apenas de transferência de setores paulistas, ou comandada pela indústria paulista, mas um desenvolvimento próprio que para alguns setores acabou se tornando, inclusive, competitivo com aquele similar metropolitano paulista (FRESCA, 2009c, p.46).

Nesse sentido a Jumbo representa essa ação de agentes locais no desenvolvimento industrial concomitante ao processo de transferência industrial, já que a mesma, por iniciativa empreendedora local se aproveitou de tal processo “natural” da economia brasileira para desenvolver-se.

Outra empresa importante no setor é a Metalúrgica Veipa LTDA.³⁰, uma filial instalada em Assaí em 2002, cuja matriz está no Rio de Janeiro, fundada pelo espanhol Juan Luiz Veiga Vasquez, que após muitos anos de trabalho em empresas do setor na Venezuela, investiu seu capital em um empreendimento próprio no Brasil no final da década de 1980. Ainda no Rio de Janeiro, a empresa passou a ser uma das fornecedoras da Atlas-Schindler, que em 1998 transferiu-se para Londrina e exigiu que suas fornecedoras passassem a localizar-se em um raio de 150 km da mesma, como condição para continuarem suas relações comerciais.

Por meio da política municipal de incentivo à indústria e exigência da Atlas-Schindler, a empresa instalou uma filial em Assaí, mantendo no Rio de Janeiro, a sede do Grupo JLV, pertencente ao sócio-fundador Juan L. Veiga

³⁰ Dados e informações da referida empresa obtidos em entrevista à sócia-proprietária Karina Gonçalves Borges Veiga Vasquez, esposa de Juan Luiz Veiga, realizada no dia 11/10/2010.

Vasquez, responsável pela administração das empresas (Metalúrgica Veipa e Metalúrgica Once) A foto 08 mostra a filial assaiense da Metalúrgica Veipa.

Foto 8- Vista parcial da entrada administrativa da Metalúrgica Veipa, ao fundo observa-se parte do barracão industrial da mesma, que ocupa um quarteirão da Avenida Rio de Janeiro, onde a mesa se localiza.



Fonte: Autor, 2010.

A empresa produz peças e componentes que demandem corte e dobra, solda, estamparia, pintura e montagem mecânica e elétrica. É especializada na produção de componentes para elevadores tais como teto, piso e outras estruturas, além da produção de peças para caminhões (macacos hidráulicos, amortecedores compressores) e outros componentes metálicos.

A filial assaiense atende basicamente a clientes do Paraná e de São Paulo, sendo a unidade londrinense da Atlas-Schindler seu principal cliente. Desenvolve produtos também a outros clientes, sendo os principais apresentados nos quadro 11 a seguir.

As matérias-primas principais utilizadas pela empresa são chapas metálicas, parafusos, demais componentes pequenos e madeiras, obtidos de diversos fornecedores do estado de São Paulo, com exceção da madeira, que é adquirida numa pequena madeireira local, em Assaí.

Quadro 11- Principais Clientes da Metalúrgica Veipa.



Fonte: Metalúrgica Veipa, 2010. Adaptado pelo autor.

As máquinas mais utilizadas na empresa são a punctionadeira, a cortadeira e a máquina de dobra das chapas, algumas importadas da Itália (punctionadeira) e as demais adquiridas de diversos fabricantes nacionais. Tais máquinas têm uma idade média de dez anos e sua manutenção é realizada pelos próprios mecânicos da empresa ou em casos específicos, por mecânicos especializados contratados para manutenção.

A empresa conta com 200 funcionários, sendo 20 no setor administrativo e o restante na produção. O nível educacional dos funcionários do setor administrativo é superior completo, sendo a formação específica para cada setor; já na produção o nível de escolaridade é ensino médio, sendo que a empresa exige apenas ensino fundamental completo como pré-requisito para contratação. A empresa apresenta também um elevado número de funcionários com idade superior a 30 anos. A rotatividade dos mesmos é considerada média e a faixa salarial é de R\$ 900,00 na produção, acompanhando o piso dos sindicatos e da média das outras empresas.

A organização do trabalho é realizada predominantemente no sistema de linha de produção fordista, onde os funcionários realizam uma etapa do processo total de fabricação dos componentes, porém algumas atividades já adotam o sistema celular toyotista; quanto à qualidade, a mesma possui certificação ISO-9001 e está trabalhando para alcançar a ISO-14000. A empresa não desenvolve nenhum produto novo especificamente, somente sob a eminência da necessidade de um cliente, e seu investimento em tecnologia corresponde a aquisição de máquinas e equipamentos modernos em relação aos que a empresa possui, conforme a viabilidade.

A empresa tem perspectiva de abertura de novas filiais em outras cidades do país, assim que o setor estiver totalmente recuperado da crise de

2008/2009 e forem possíveis novos investimentos. A empresa é a segunda maior metalúrgica da cidade em geração de empregos e arrecadação de impostos.

A Blank e Fonseca LTDA, popularmente conhecida como Veríssimo (foto 9), foi fundada em 17 de Maio de 1993 na cidade de Porto Alegre com a finalidade inicial de prestar serviços na fabricação de peças de baquelite³¹ e trinco para porta de elevador.

Alguns anos depois, foi iniciada a fabricação de fiação elétrica para circuitos diversos e componentes eletromecânicos. Tais produtos permitiram uma inserção da empresa em uma linha de atuação maior no território nacional, o que levou a mesma em ampliar suas instalações, inaugurando uma fábrica no Rio de Janeiro para fornecer chicotes elétricos e quadros de comando para os Elevadores Schindler em 1998. Com a fusão das empresas Atlas e Schindler e posterior transferência da planta industrial da nova Atlas-Schindler para Londrina, a Veríssimo também transferiu sua planta industrial para a cidade de Assaí, sendo que em 11 de Fevereiro de 2002 foram iniciadas as atividades da unidade na referida cidade (VERÍSSIMO, 2010).

A empresa é dirigida por um dos sócios majoritários, Flávio Veríssimo, que era de Porto Alegre, mudou-se para o Rio de Janeiro acompanhando a empresa e agora mudou-se para Assaí com a transferência da mesma. Em 2003 a Veríssimo unificou sua produção em Assaí onde aprimorou a qualidade de produção, treinou seus funcionários e mantém uma equipe enxuta para o desempenho das atividades. Embora a empresa atue nas linhas automotiva (bomba de combustível, indicador de nível de combustível) e de eletrodomésticos (chicotes elétricos), a produção de chicotes elétricos para elevadores para atender à Atlas-Schindler é o principal item produzido na empresa atualmente.

³¹ Baquelite é uma resina sintética ou plástica usada como isolante térmico aplicada principalmente em cabos de panela. (VERÍSSIMO, 2010)

Foto 9- Vista parcial da Veríssimo que esteve em funcionamento em Assaí até outubro de 2010 e cujo barracão será sede da empresa FI-EL chicotes Elétricos de São Paulo.



Fonte: Autor, 2010.

Foi instalado também, em um espaço separado da fábrica uma outra empresa pertencente ao grupo Veríssimo especializada em bombas de combustível, a Injection Parts, mas como grande parte dos clientes localizam-se em São Paulo, por questões econômicas tal empresa foi transferida para o interior desse estado.

A Veríssimo conta com 140 funcionários (produção e administrativo), cuja média salarial é de R\$ 800,00, um pouco mais baixa que a média das outras indústrias do setor, um dos motivos da alta rotatividade de funcionários na empresa, (chegando a 60% em 2008). A Veríssimo possui uma organização interna do trabalho com presença de sistemas celulares, onde cada funcionário faz todo o processo de produção de um item. O treinamento dos funcionários é feito pela própria empresa ao iniciarem suas atividades e depois disso não são oferecidos mais qualificação, embora a empresa incentive os mesmos a buscar qualificação, flexibilizando horários de trabalho. Também não há investimentos recentes em tecnologia e inovação, embora seja o objetivo da empresa nos próximos anos (ARAÚJO, 2009).

Em outubro de 2010 a Veríssimo encerrou suas atividades em Assaí, transferindo-se para Londrina. Segundo (REVELIA, 2010b), a empresa

precisava de uma área de 4000 m² para o desempenho de suas atividades normais, pois a estrutura atual já não conseguia acondicionar peças e sistema produtivo, frente ao aumento da produção, e o município de Assaí não possui tal espaço. Os funcionários não foram demitidos, por já estarem treinados, estão sendo levados à Londrina na nova sede da empresa de ônibus custeado pela mesma até 2011.

A transferência da empresa foi apenas uma opção da mesma visando minimizar custos e maximizar lucros, pois em Londrina está localizado o principal cliente da empresa sendo que Assaí já não interessa à empresa, já que cessaram-se as vantagens locacionais garantidas pela Lei de incentivo à indústria que concedia isenções fiscais às unidades por dez anos.

No barracão onde a Veríssimo estava instalada, pertencente à Prefeitura Municipal já está ocorrendo a instalação uma nova empresa³², uma filial da empresa paulistana FI-EL chicotes elétricos. Tal empresa possui duas unidades industriais: a FI-EL Chicotes Elétricos Especiais Ltda., que atua no setor de chicotes elétricos desde sua fundação em 1997 e a FI-EL Montagem Eletro-Mecânica Ltda., implementada em 2005 visando atender demandas de montagem de painéis de comando (www.fielchicotes.com.br). A empresa paulista é especializada na montagem, desenvolvimento, nacionalização de chicotes elétricos, montagem eletromecânica e recondicionamento de motores.

Em Assaí, tal como a empresa anterior, a filial da FI-EL se dedicará inicialmente à produção chicotes elétricos para atender essencialmente à unidade industrial da Atlas-Schindler de Londrina.

A Tecmarca Indústria e Comércio LTDA.³³ por sua vez, foi fundada há 23 anos na cidade de Carapicuíba – SP, por Anacleto Martins Bandeira, que resolveu investir no setor devido de sua experiência em ferramentaria adquirida em 14 anos de trabalho em indústrias metalúrgica (montadoras de automóveis) em São Paulo. Tendo a Atlas-Schindler como uma das principais clientes, implantou uma unidade filial em Assaí em 2005, para continuar atendendo tal multinacional. A unidade sede em Carapicuíba passou a especializar-se metalúrgica de material

³² Segundo informações da Prefeitura Municipal de Assaí e os meios de comunicação local, a empresa inicia suas atividades até fevereiro de 2011, não sendo conhecido até o momento a previsão de contratação, pelo fato da mesma realizar suas instalações e processo produtivo de forma gradativa, conforme sua instalação e adequação ao espaço e a capacidade de produção.

³³ Dados e informações da referida empresa obtidos em trabalho de campo e entrevista ao sócio Anacleto Martins Bandeira e o Encarregado de Produção, Lourenço Cândido de Barros, realizados no dia 23/09/2010.

hospitalar e a filial assaiense da empresa especializou-se na produção de conjuntos soldados, montados, parafusados e estampados para elevadores.

Para a fabricação de seus conjuntos metálicos para elevadores, a matéria-prima mais utilizada pela empresa são as chapas de ferro de diversas espessuras, adquiridas em sua maioria de uma indústria curitibana chamada Gomvarre. A empresa utiliza demais peças para compor os conjuntos metálicos, mas não fabrica todos, alguns são comprados prontos, como o caso das roldanas para a corda metálica da estrutura, que são adquiridas da empresa Ferrabrás de Sapiranga-RS, dentre outras peças menores ou que ainda não foram possíveis de se produzir na empresa.

Dentre as máquinas mais utilizadas pela empresa em sua linha de produção destacam-se as prensas, dobradeiras e furadeiras e rosqueadeiras, todas adquiridas de empresas paulistas especializadas na venda desse tipo de equipamento como a Prensas Jundiaí e White Martins. Algumas dessas máquinas podem ser visualizadas na foto 10. Tais máquinas têm um tempo médio de vida de 10 anos e sua manutenção é feita de forma preventiva pelos próprios funcionários que receberam treinamento para tais manutenções ao iniciarem suas atividades com as referidas máquinas.

Foto 10- Vista parcial do interior da unidade da Tecmarca.



Fonte: Adriano Pereira 05/09/2010.

O raio de atuação desta unidade assaiense da Tecmarca é o Paraná, que conforme já mencionado, especializou-se na fabricação de conjuntos montados para elevadores a fim de atender a Atlas-Schindler, seu principal cliente, embora atenda também a outros clientes como a empresa Vitur de Cambé e outros fornecedores da própria Atlas-Schindler.

Além de adquirir peças já prontas de outras empresas, como as roldanas gaúchas, a empresa também terceirizou algumas etapas de seu processo como uma das modalidades de tratamento de suas peças, como a pintura eletrostática, realizada a seco, que é feita pela empresa Galvanort, de Londrina.

A empresa conta atualmente com 60 funcionários, sendo 7 do setor administrativo e 53 da produção. A média salarial dos funcionários da produção é de R\$ 850, 00, acompanhando o piso dos metalúrgicos. Os funcionários, com exceção do gerente administrativo que mora em Londrina, são residentes Assaí. O nível educacional dos funcionários da produção é ensino médio completo, sendo que a empresa não faz exigência de escolaridade mínima, nível técnico ou experiência no setor ao contratar, já que prefere treinar os funcionários conforme a perspectiva da empresa ao ingressarem na mesma. Nesse quesito a empresa, que apresenta uma elevada taxa de rotatividade de funcionários, alega que após realizar investimentos em treinamentos a muitos de seus funcionários, os mesmos acabam deixando a empresa para migrar para outra empresa do setor, motivados por diferenças mínimas de salário, o que prejudica o bom desempenho da Tecmarca, que acaba perdendo dinheiro em treinamento e prejudica a produtividade, por quase sempre estar com funcionários em processo de aprendizagem, embora esta situação tenha se amenizado neste ano.

A empresa é associada do sindicato patronal SINDIMETAL, que a auxilia em acordos trabalhistas e negociação de dissídios, além da divulgação e promoção de cursos e treinamentos. Os funcionários não pertencem a nenhum sindicato até o momento.

A empresa não realiza nenhuma forma específica de propaganda, pois trabalha sob a encomenda constante de seus clientes, sendo sua política de qualidade e pontualidade, segundo a empresa, o diferencial que garante a fidelidade de seus clientes. Para tanto a empresa tem o certificado ISO 9000 (qualidade) e está se preparando para a certificação ISO 14000, que abarca um conjunto de padronizações de processos como meio ambiente e gestão.

Adotando um sistema produtivo forma de organização interna do trabalho próxima ao fordismo, a empresa contratou recentemente um gestor de uma empresa especializada, para aperfeiçoamento e integração de seus diversos setores, passo esse que associado à aquisição de algumas máquinas novas e automatizadas, compõe investimentos da empresa em sua modernização e inovação.

A Tecmarca se instalou em Assaí devido à vantagens locacionais oferecidas pela Prefeitura Municipal, caracteriza pela isenção de ISS nos primeiros anos de funcionamento, a isenção de IPTU por dez anos para a unidade definitiva montada no município, a cessão do barracão da antiga algodoeira Assaimenka para instalação temporária da fábrica e a doação de um terreno para a construção efetiva de sua unidade, na área industrial de Assaí, uma área adquirida pela prefeitura localizada na saída Oeste de Assaí destinada para abrigar unidades industriais do município (foto 11).

Foto 11- Nova unidade industrial da Tecmarca, em implementação na área industrial de Assaí.



Fonte: Autor, 2010.

Além da implantação da nova unidade industrial da Tecmarca (construídos com recursos próprios), atualmente somente uma fábrica de roupas³⁴ está alocada nessa área do município destinada às indústrias, sendo que no local existem mais dois barracões recentemente construídos, mas que não estão sendo utilizados por nenhuma empresa.

Quando a unidade própria da empresa estiver concluída a mesma poderá completar seu processo de gestão, aumento da produtividade e seu consequente fortalecimento junto ao mercado regional.

A Perfilados Técnicos Estruturais - PTE³⁵ foi fundada em São Bernardo do Campo por José Cândido da Silva, que por muito tempo atuou como metalúrgico (operário da Indústria Villares) em tal cidade e após obter capital e deter o conhecimento do setor, abriu sua própria empresa. Ao passar a atuar no setor metalúrgico passou a ser fornecedor de perfis para a indústria de elevadores Atlas-Schindler de São Paulo. Mais tarde com a transferência de tal empresa para Londrina, foi necessário que as fornecedoras que se dedicavam quase que integralmente ao atendimento a tal empresa transferissem suas unidades para Londrina ou cidades próximas, a fim de continuar atendendo a Atlas-Schindler.

A multinacional passou a manter parceria com a empresa assaiense tornotécnica Jumbo localizada em Assaí, e um dos sócios na época era o vice-prefeito do município e responsável pelo incentivo da atividade industrial do mesmo, assim por intermédio da própria Atlas-Schindler, os representantes das fornecedoras que necessitavam transferir-se para o Paraná foram convidados a mudarem-se para Assaí, recebendo para isso incentivos fiscais, e oferta de espaço físico para instalação imediata.

Assim em agosto de 2001 a PTE instalou filial em Assaí. A unidade de São Bernardo do Campo mudou de setor de atividade e continuou a ser administrada por José Cândido da Silva e a unidade instalada em Assaí passou a ser administrada por seu filho, Ricardo Cândido da Silva, que passou a ser sócio da mesma juntamente com seu pai (foto 13).

³⁴ Vip Confecções, instalada na área industrial de Assaí a dois anos, empregando atualmente cerca de 60 pessoas, responsável pela fabricação de camisetas e calças para revendedoras regionais.

³⁵ Dados e informações da referida empresa obtidos em trabalho de campo e entrevista ao sócio Ricardo Cândido da Silva realizados no dia 17/09/2010.

A PTE é especializada na fabricação de perfis/perfilados (foto 12), barras com diversos formatos em aço carbono, inox e galvanizados para elevadores e escadas rolantes, sendo sua estrutura de produção montada e capacidade para atender somente a demanda da Atlas-Schindler e da indústria paulistana Monteferro.

Foto 12 - Amostras de perfis técnicos, principal produto desenvolvido pela PTE em Assaí.



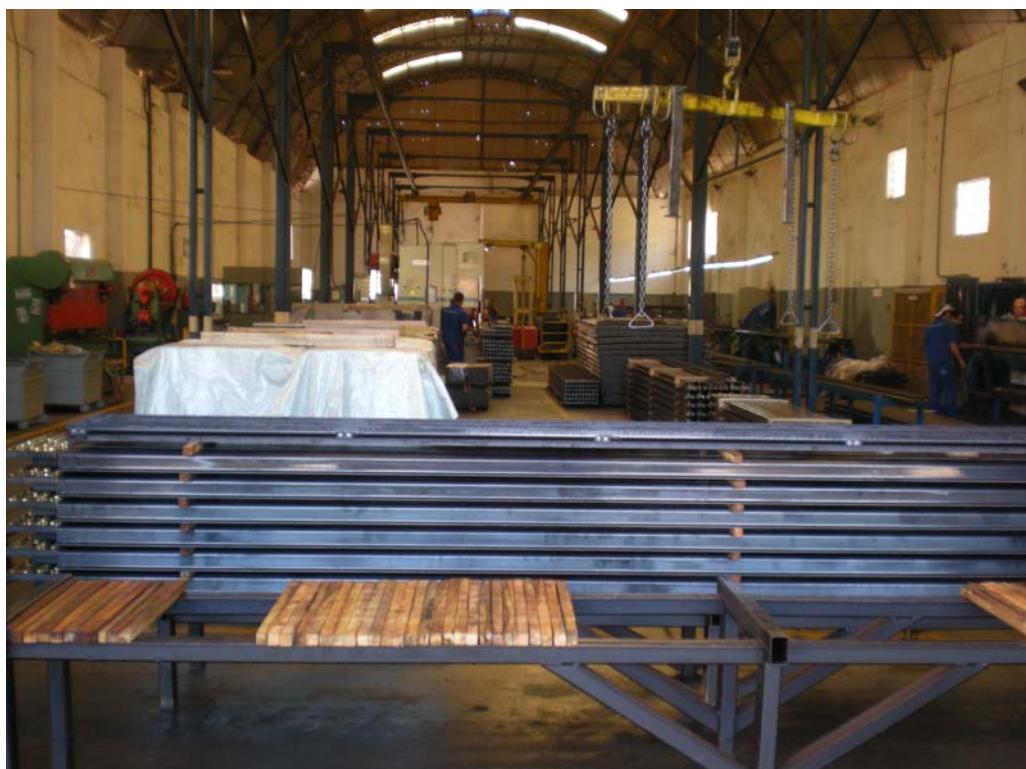
Fonte: Autor, 2010.

Dentre as principais matérias-primas utilizadas destaca-se o aço plano, utilizado para a fabricação dos perfis, principal produto da empresa, adquirido de representantes das companhias nacionais de mineração, como a CSN, porém a empresa possui mais relações com a Soluções Usiminas e Acelormital. São adquiridos parafusos, porcas e arruelas da empresa Ciser Parafusos de Joinville – SC.

A principal máquina utilizada na indústria é a perfiladora, adquirida em 2001 da empresa catarinense Zikeli; destaca-se também a máquina de solda e outras máquinas e equipamentos utilizados, mas que o entrevistado não conhece a origem da aquisição. São realizadas manutenções preventivas programadas de tais máquinas e equipamentos pelos próprios funcionários que manipulam as máquinas, caso haja necessidade de manutenção além do treinamento dos funcionários, são contratados serviços de terceiros de Londrina ou São Paulo.

A empresa possui atualmente 20 funcionários, sendo 18 na produção e 2 no administrativo, sendo que todos residem em Assaí. A média salarial na produção é de R\$ 750,00, variando conforme o tempo de serviço e a função, quanto à escolaridade, os mesmos detêm apenas o ensino médio completo, não sendo exigido pela empresa graduação ou curso técnico específico, embora a empresa apóie iniciativas dos funcionários em especializar-se.

Foto 13 - Vista interna da unidade industrial da PTE, localizada em um dos barracões de uma descaroçadeira de Algodão (Assaimenka).



Fonte: Autor, 2010.

A empresa apresenta uma rotatividade média de pessoal na produção, oferece treinamento específico para novos funcionários e treinamentos esporádicos em determinados setores para nivelar o conhecimento dos funcionários. Apesar do grande número de indústrias no setor e a presença da UTF-PR em Cornélio Procópio, a empresa reconhece a dificuldade em encontrar mão-de-obra qualificada para contratação, optando assim por contratar pessoas que não detém nenhuma experiência no setor e treiná-la na empresa.

A empresa é associada ao SINDIMETAL de Londrina e seus funcionários não são associados de nenhum sindicato, porém pagam contribuição

anula obrigatória ao Sindicato dos Metalúrgicos de Londrina. O SINDIMETAL auxilia a empresa nos acordos e negociações trabalhistas e na divulgação de cursos, eventos e palestras do setor.

A empresa fabrica apenas produtos específicos para atender aos pedidos de seus clientes, novos produtos apenas sob encomenda dos mesmos. Em sua linha de produção são adotados elementos do fordismo em alguns processos e células de produção em outros. A empresa não possui nenhum certificado ISO ainda, mas está trabalhando para alcançar o ISO-9001.

No que diz respeito à tecnologia, a empresa procura investir na aquisição de softwares para gestão na área administrativa e na aquisição, dentro do possível de máquinas e equipamentos para automatizar a produção, que em muitos setores ainda é feito de forma manual.

A empresa está instalada em um barracão cedido pela prefeitura para três indústrias, a PTE, a Tecmarca e a GRC (foto 14).

Foto 14 - Conjunto de barracões da antiga algodoeira Assaimenka, hoje utilizados para instalações das empresas PTE e Tecmarca e GRC.



Fonte: Autor, 2010.

Foram oferecidas as mesmas vantagens locacionais à Tecmarca para sua instalação: isenção de ISS por cinco anos, isenção de INSS por dez anos quando estiver alocada em uma unidade própria, a cessão do barracão da

Assaimenka para instalação temporária e a doação de terras na área industrial para a implementação da unidade definitiva, no entanto atualmente há um impasse entre a diretoria da empresa e a prefeitura: de um lado a gestão pública ofereceu o terreno, (o mesmo cuja tecmarca já está construindo sua unidade), de outro a empresa alega não ter recebido auxílio público para a edificação de sua unidade, impedindo a implementação da mesma no atual período de recuperação financeira vivido pela mesma.

Outro ponto de impasse refere-se ao aluguel do barracão onde a indústria está atualmente alocada: segundo a empresa, em 2010 a prefeitura transferiu a responsabilidade do aluguel desse barracão para a empresa, rompendo o acordo feito anteriormente na transferência da empresa para o município, por outro lado a prefeitura informou que motivos jurídicos, criados por processos trabalhistas contra a Assaimenka impedem legalmente a prefeitura de realizar transações financeiras com a mesma. A empresa e a prefeitura municipal estão negociando tais situações.

Outra indústria do setor é GRC Acabamentos e Metais LTDA.³⁶: (foto 15) fundada por Ernesto Fredegoto, um empresário do setor de alumínios em Londrina-PR. A empresa iniciou suas atividades em Assaí no dia 19 de Novembro de 2007 e atualmente está registrada em nome de sua filha Ida Cristina Fredegoto juntamente com outro sócio, Marcos Bezerra, também empresário da cidade de Cambé-PR.

Tal empresa é especializada na galvanização por imersão à quente, ou seja, um processo de revestimento de peças de aço ou ferro fundido, visando sua proteção contra a corrosão. Tal processo é realizado da seguinte maneira:

Quando imersos na cuba de zincagem, o ferro e o aço são imediatamente molhados pelo zinco. Ao se retirar as peças do banho, uma quantidade de zinco fundido é arrastada sobre as camadas de liga e, ao se solidificar, transforma-se na camada externa de zinco praticamente puro. O resultado é um recobrimento formado por uma camada externa de zinco e várias camadas de liga Fe-Zn que estão unidas metalurgicamente ao metal-base. A temperatura normal de zincagem é de 445 a 455°C; a velocidade da reação é muito rápida a princípio, formando-se durante esse período inicial a maior parte da espessura da camada. Em seguida, a reação passa a ser mais lenta e a espessura não aumenta muito, mesmo

³⁶ Dados, informações e imagens da referida empresa obtidos em trabalho de campo e entrevista ao sócio Ernesto Fredegoto e Juliana Proença Silva no dia 01/09/2010.

que a peça permaneça imersa por longo período (PORTAL DA GALVANIZAÇÃO, 2010).

Por meio da galvanização, o zinco é ligado metalurgicamente ao aço, proporcionando ao aço o revestimento anticorrosão eficiente a um custo relativamente baixo se comparado a outras formas de proteção, como alguns tipos de tintas. Nesse sentido a camada de zinco incorporado às estruturas por meio da galvanização fornece uma proteção tripla: revestimento resistente e aderente que veda o metal subjacente do contato com seu ambiente corrosivo.

O zinco corrói mais lentamente que o ferro; se o revestimento for danificado e o aço exposto (acidentalmente ou através de corte e/ou perfuração), o zinco adjacente protege o aço exposto (esta propriedade extraordinária é chamada de “proteção anódica”). A vida do revestimento é prolongada ainda mais porque os produtos de corrosão do zinco tendem a vedar as áreas danificadas (RESUME REVESTIMENTO SUPERFICIAL DE METAIS LTDA, 2010).

Foto 15 - Vista externa da empresa GRC Acabamentos e Metais LTDA, localizada em um terreno onde funcionam 3 indústrias metalmecânicas em Assaí, cedida por tempo determinado às empresas pela Prefeitura Municipal por meio de lei de incentivo a indústria.



Fonte: Autor, 2010.

As empresas que recorrem aos serviços da referida indústria são frigoríficos, empresas de antenas parabólicas, toldos e demais que trabalham com estruturas metálicas. Nesse sentido são atendidos clientes dos estados do Paraná,

São Paulo e Minas Gerais, em sua maioria, além de alguns casos de clientes de outros estados.

As matérias-primas mais utilizadas pela empresa é o zinco para a galvanização e o ácido muriático, utilizado para preparação das peças para o banho. O zinco é adquirido da Empresa Sul Óxidos de São Paulo e o ácido na empresa Buschle & Lepper S.A em Curitiba. O principal equipamento utilizado é a cuba, um tanque onde são feitas as imersões, fabricadas pela própria empresa, sendo reformadas a cada seis meses por um funcionário treinado especificamente para a manutenção de tais tanques.

A empresa possui atualmente 24 funcionários, todos residentes em Assaí, sendo 21 na produção e 3 no setor administrativo. Os funcionários não são filiados a nenhum sindicato específico da classe. A faixa salarial média dos funcionários da produção é de R\$ 800,00. Todos os funcionários receberam capacitação específica da própria empresa ao iniciarem suas atividades na mesma e ao longo do tempo a empresa oferece alguns cursos de atualização, sobretudo na área de CIPA e outros de interesse da empresa, geralmente realizados em parceria com o Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Londrina – SINDIMETAL.

A empresa não adota nenhuma forma específica de organização dos processos, como fordismo ou toyotismo, sendo as funções executadas em regime de divisão simples das quatro etapas do processo de galvanização: limpeza e preparação; a galvanização por imersão a quente; o resfriamento (banho frio) e o acabamento, sendo que os funcionários estão organizados de forma da dar conta da demanda de cada etapa.

Quanto à questão tecnológica, a empresa não possui um setor específico ou mão-de-obra qualificada ou espaço para o desenvolvimento, porém em escala menor, desenvolveu junto aos funcionários uma modernização de seu setor eletrolítico, anteriormente manual e atualmente todo realizado de forma eletrônica.

A empresa não tem projetos de expansão ou modernização, pois ainda está se recuperando dos efeitos da crise internacional de 2008/2009, mas em meio a alguns conflitos políticos envolvidos na questão da cessão do espaço onde a empresa está localizada, a empresa espera manter-se sediada em Assaí.

Tem como principal concorrente a empresa Galvanort, localizada em Londrina, que oferece mais condições de divulgação. Para compensar essa vantagem locacional a empresa faz anúncios no jornal Folha de Londrina e está sendo desenvolvido um *site*, como outro canal de divulgação acompanhando as demais empresas do setor que já possuem e o nicho oferecido pela internet no que diz respeito aos negócios.

A partir desta análise da indústria metalmecânica, foi possível demonstrar que há uma especialização industrial neste setor, pois as seis unidades industriais são as maiores geradoras de empregos e tributos, ofertando cerca de 2.000 empregos diretos e indiretos, representando 12% do total da população (IBGE, 2010).

Porém há que se destacar que mesmo sendo responsável pela oferta de um grande número de empregos, os mesmos são em sua maioria para trabalhadores como soldador, caldeireiros, tratador térmico, operadores de máquinas, etc. As funções mais diversificadas, cuja qualificação e salários são maiores estão sendo preenchidas por trabalhadores de outras cidades e estados, o que em parte gera migração de jovens com nível superior de Assaí para outras áreas e cidades.

Na questão salarial há diferenças entre as unidades assaienses em relação a outros centros urbanos: enquanto em Assaí o piso inicial do setor é R\$ 710,00, no Rio de Janeiro é por volta de R\$ 1.000,00, em São Paulo R\$ 920,00 e Curitiba R\$ 850,00³⁷.

Embora esse setor tenha grande importância para Assaí, em termos de número de estabelecimentos, número de empregados e produção, a mesma não representa participação expressiva em relação ao Paraná, sendo 0,06% do Valor Adicionado Fiscal - VAF do estado e menos de 1% do número de empregos e número de estabelecimentos (IPARDES, 2010), cuja capital concentra parcela considerável de indústrias desse setor.

Mesmo com os incentivos fiscais previstos na Lei Municipal de Incentivo à Indústria, foi disponibilizada uma área destinada à construção das unidades fabris diversas, sendo que das três unidades alocadas temporariamente nos barracões da Assaimenka, somente uma iniciou a construção de sua unidade.

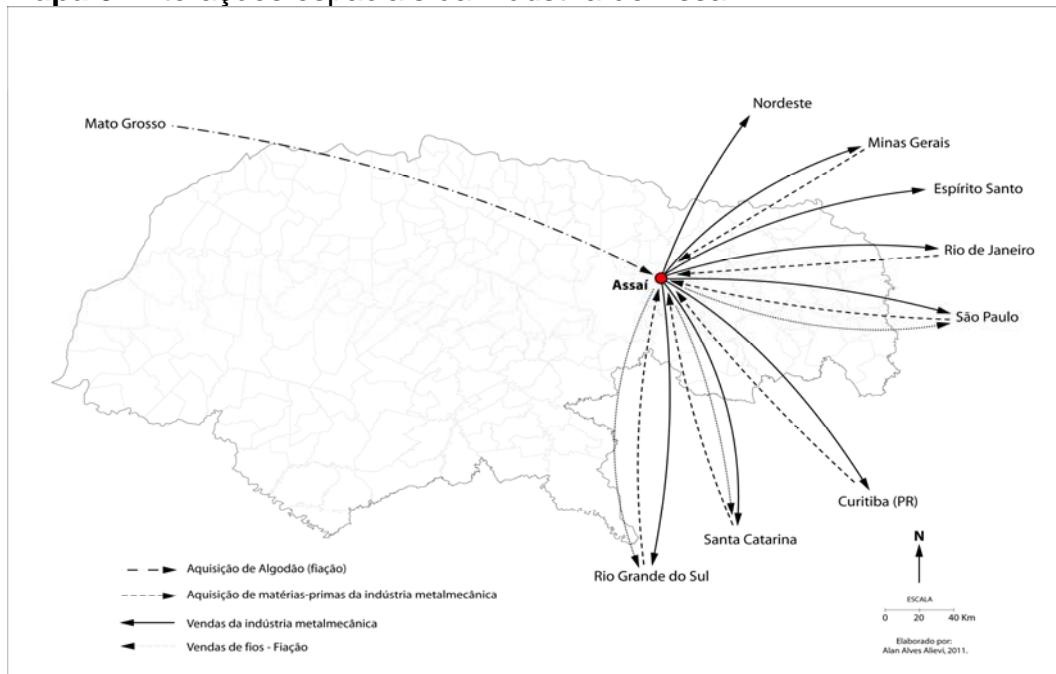
³⁷ Valores dos pisos salariais obtidos nos sites de sindicatos e Convenções coletivas de sindicatos das referidas cidades (SINDIMETAL, 2010).

As demais empresas alegaram não dispor de recursos, financiamento ou assistência municipal para tal empreendimento.

A constante busca de maximização de lucros e minimização dos custos gera uma instabilidade no setor, já que há possibilidades que algumas das indústrias instaladas na cidade, que não possuem sede própria como a PTE, FI-EL, Tecmarca e a Veipa, encerrarem suas atividades no município a qualquer momento, conforme seu interesse.

No entanto, este setor contribuiu para a intensificação da participação de Assaí na divisão territorial do trabalho e a inserção diferenciada da mesma na rede urbana norte-paranaense e sua inserção em outras redes de diferentes alcances, por meio dos fluxos diversos.

Mapa 5- Interações espaciais da indústria de Assaí.



Fonte: Levantamento de dados em campo. Adaptado pelo autor.

Elaboração do Desenho: Alan Alves Alievi.

O mapa 05 apresentado anteriormente mostra os fluxos econômicos das principais atividades industriais de Assaí. Segundo afirma Corrêa (1999, p.50):

As especializações produtivas, por outro lado, conferem aos núcleos urbanos uma singularidade funcional, entendida como características que são simultaneamente de diferenciação no âmbito da economia global e de interação a esta na mesma economia. A centralidade, ao que tudo indica, pode ser ampliada.

A partir da afirmação do autor e a análise do mapa 05, é possível compreender o papel de tal atividade produtiva como articuladora de novos fluxos e relações de Assaí com outros centros e regiões do país, por meio de contatos, transações e movimentações com clientes e fornecedores diversos. As relações realizadas por tais empresas é que dão sentido ao fortalecimento de Assaí na rede urbana norte paranaense, deixando de ser um mero centro local, oferecendo bens e serviços mínimos a uma população local, para tornar-se uma pequena cidade dinamizada e articulada pelo referido setor.

5 A PRODUÇÃO INDUSTRIAL E TRANSFORMAÇÕES URBANAS EM ASSAÍ

O presente capítulo apresenta as transformações socioeconômicas e espaciais que vêm ocorrendo em Assaí a partir da especialização industrial metalmecânica. São apontados os reflexos da geração de empregos e salários no espaço, na população, nas atividades de comércio e serviços, a intensificação da participação da mesma na divisão territorial do trabalho e inserção diferenciada na rede urbana da qual faz parte.

5.1 ESPECIALIZAÇÃO INDUSTRIAL E SEUS REFLEXOS EM ASSAÍ

As especializações produtivas “[...] conferem aos núcleos urbanos uma singularidade funcional, entendida como características que são simultaneamente de diferenciação no âmbito da economia global e de integração a esta mesma economia” (CORRÊA, 1999, p.50).

Nesse sentido, mesmo com a presença da fiação de algodão que sozinha gera mais de 300 empregos diretos na cidade, o setor metalmecânico é responsável por gerar mais de 800 empregos diretos e mais de 1.000 indiretos, como os serviços terceirizados de segurança, limpeza, transporte, frete, auditorias e outros. Chama-se a atenção para o fato que os salários das unidades industriais metalmecânicas são praticamente o dobro dos funcionários da fiação.

A tabela 10 apresentada a seguir, mostra a evolução do número de empregos nas diferentes categorias econômicas em Assaí na década de 2000. Os dados apresentados vêm complementar os dados apresentados da tabela 08 do capítulo anterior (p.112).

Dados da tabela 08 indicavam que em termos de número estabelecimentos, em 2009, o comércio e agricultura eram os setores mais representativos, sendo responsáveis por mais de 60% do total de estabelecimentos do Município, porém no que se refere ao número de empregados, a dinâmica é outra: em 2000 o setor da economia que mais gerava empregos eram os serviços 39,67% (703 empregos), seguido da indústria 29,85 (529 empregos, sendo 134 na metalmecânica) e a agricultura muito expressiva em número de estabelecimentos, representava apenas 12,25% dos empregos (217).

Já em 2009 o setor industrial passa a ser responsável por quase metade do número de empregados em Assaí (43,46%) ou 1247, sendo que desse total 60% (758) são da indústria metalmecânica; seguidos dos serviços 32,49%, o comércio 18,06%, e a atividade agrícola representando apenas 5,05 do número de empregados, embora apresentasse um número relevante de estabelecimentos.

Tabela 10- Número de Empregos por Atividade Econômica de Assaí: 2000 - 2009.

Tipo de Indústria / Ano	2000	2005	2006	2007	2008	2009	% 2000	% 2009
Indústria Produtos Minerais não Metálicos	8	5	6	6	6	6	0,45	0,21
Indústria Metalúrgica	115	46	257	287	385	394	6,49	13,73
Indústria Mecânica	19	211	270	305	335	364	1,07	12,69
Indústria de Mat. Elet. e Com.	-	-	-	-	16	6	0,00	0,21
Indústria da Madeira e do Mobiliário	-	9	14	57	52	10	0,00	0,35
Indústria da Borracha, Fumo, Couros	-	-	-	-	-	3	0,00	0,10
Indústria Química, Farm., Veter. e Perf.	2	10	15	17	7	10	0,11	0,35
Indústria Têxtil	359	367	411	378	384	422	20,26	14,71
Indústria Produtos Alimentícios e Bebida	26	40	32	36	32	32	1,47	1,12
Total da Indústria	529	688	1005	1086	1217	1247	29,85	43,46
Construção Civil	3	1	4	5	10	2	0,17	0,07
Comércio Varejista	283	451	427	415	493	490	15,97	17,08
Comércio Atacadista	37	45	55	47	61	53	2,09	1,85
Total do Comércio	320	496	482	462	554	543	18,06	18,93
Instituições de Crédito, Seguro	49	38	38	37	37	32	2,77	1,12
Administradoras de Imóveis	56	273	57	54	44	57	3,16	1,99
Transporte e Comunicações	13	24	25	38	26	27	0,73	0,94
Serviços de Aloj., Aliment., Manut.	89	138	156	134	127	152	5,02	5,30
Serviços Médicos, Odontológicos e Veter.	29	33	61	62	58	70	1,64	2,44
Estabelecimentos de Ensino	39	67	31	39	32	39	2,20	1,36
Administração Pública Direta e Indireta	428	393	400	465	514	555	24,15	19,34
Total dos Serviços	703	966	768	829	838	932	39,67	32,49
Empregos - Total	1555	2151	2259	2382	2619	2724	100	100

Fonte: RAIS - extraído do IPARDES. Adaptado pelo autor.

Dessa forma podemos afirmar que mesmo que a produção agrícola apresente grande relevância para economia de Assaí, cujo valor adicionado fiscal é maior (conforme quadro 12 a seguir), devido ao volume de movimentação e número de estabelecimentos, a indústria metalmecânica caminha para consolidar-se como a mais importante atividade econômica do Município.

A atividade industrial foi responsável pela ampliação da arrecadação de impostos, geração de empregos e dinamização do comércio e serviços locais, que buscam absorver os salários dos trabalhadores oferecendo cada vez mais produtos e serviços diferenciados. Essa dinâmica associada a uma gestão pública municipal engajada na criação de uma infraestrutura para maior desenvolvimento no Município. Somente a nova unidade da Jumbo, quando estiver com toda sua capacidade de produção, poderá gerar até R\$ 10 milhões em impostos para o município (Folha de Londrina, 2009). Nesse sentido, coube a gestão pública implementar projetos, para que tais receitas sejam utilizadas.

Quadro 12- Valor Adicionado Fiscal de Assaí Conforme Atividade Econômica.

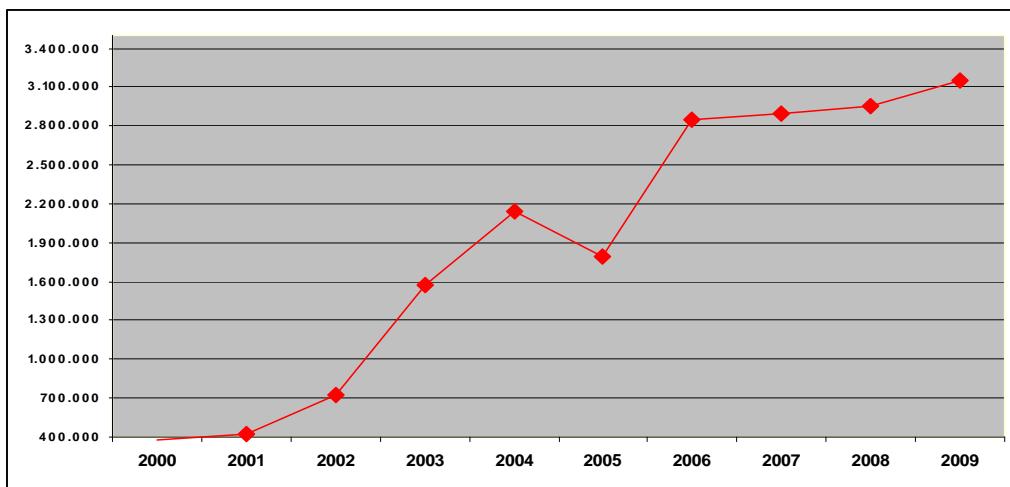
Atividade Econômica	2.000	2.003	2.006	2.009	% em 2009
Produção Primária	21.168.016	46.242.047	33.667.962	64.866.230	47,43
Indústria	15.831.444	30.823.147	45.451.788	38.883.525	28,43
Indústria - Simples Nacional	-	-	-	1.281.615	0,94
Comércio	8.511.621	18.047.156	24.496.970	22.218.947	16,25
Comércio - Simples Nacional	-	-	-	9.487.288	6,94
Serviços	228.644	-	-	-	-
Valor Adicionado Fiscal - Total	45.743.811	95.289.312	103.639.161	136.773.192	100,00

Fonte: SEFA-PR extraído pelo IPARDES, 2010. Adaptado pelo autor.

Sendo o Prefeito Municipal conhecedor do setor³⁸, observa-se sua opção em direcionar os investimentos e projetos articulados ao setor metalmecânico, o gráfico 09 a seguir demonstra o aumento na arrecadação de ICMS³⁹ de empresas cuja origem é Assaí, sendo que parte relevante das arrecadações provém das indústrias metalmecânicas.

³⁸ O Prefeito Michel Ângelo Bomtempo é fundador da Jumbo Indústria Mecânica e membro da equipe de administração da mesma.

Gráfico 9 - Evolução na arrecadação de ICMS de estabelecimentos com origem em Assaí.



Fonte: IPARDES, 2010. Adaptado pelo autor.

Dentre as indústrias metalmecânicas presentes em Assaí, a Jumbo é a que mais contribui com a geração de impostos, (aproximadamente um milhão por ano), e as demais empresas, conforme seus faturamentos contribuem com pelo menos R\$ 250.000,00 por ano. Considerando que a outra fonte de arrecadação de impostos de Assaí é a Fiação, cuja arrecadação de impostos está próxima de R\$ 500.000, podemos concluir que o setor metalmecânico é responsável por grande parte da arrecadação de impostos.

Esse processo complexo é responsável pela disseminação de uma “imagem” de Assaí como uma “cidade promissora e em desenvolvimento” para as demais cidades do seu entorno (em sua maioria economicamente estagnada por estarem vinculadas somente à atividade agrícola), construída pela própria condição da população e pelos meios de comunicação (rádios emissoras e jornais regionais, etc.), aumentando o interesse da população das referidas cidades para morar, trabalhar e utilizar serviços e comércio de Assaí.

Quanto à dinâmica populacional, dados do IBGE apresentados na tabela 11 a seguir mostram que nas últimas décadas a população total de Assaí vem sofrendo um decréscimo, porém uma análise mais atenta dos referidos dados mostra que tal decréscimo ocorreu somente na população rural, sendo que a população urbana vem aumentando desde a década de 1980.

³⁹ Os municípios recebem uma parte da arrecadação do ICMS, o Fundo de Participação dos Municípios – FPM e outros recursos federais e estaduais vinculados à arrecadação. Para mais

Tabela 11- População Total de Assaí: 1980-2010.

População / Década	1980	1991	2000	2010
População Total	22.096	20.325	18.045	16.368
População Urbana	10.124	12.964	13.517	13.601
População Rural	11.972	7.361	4.528	2.767

Fonte: IBGE, extraído do IPARDES. Adaptado pelo autor.

Um conjunto de processos antagônicos influencia a dinâmica populacional de Assaí: de um lado a fase de estabilidade vivida pela cidade atualmente, manifestada pela oferta de empregos na indústria e no comércio, a infraestrutura (escolas, faculdade, serviços diferenciados, moradia) é um fator de atração de população de outras pequenas cidades em processo de estagnação econômica; por outro lado a estrutura social da cidade não supre as aspirações da população jovem graduada em diversas áreas (nutrição, farmácia, odontologia, direito, fisioterapia, engenharias e outros) e que não encontram espaço para exercício de seus ofícios na mesma, obrigando-os a buscarem em centros maiores tal espaço, como Londrina, Curitiba ou outros estados do Sudeste ou Centro-Oeste do país.

Ainda nesse sentido, muitos estudantes de faculdade de cursos integrais em Londrina, Cornélio Procópio, Bandeirantes e outras cidades, optam por mudar para as referidas cidades até a conclusão dos estudos, para um melhor aproveitamento e rendimento nos referidos cursos.

Outra realidade é a melhora na economia mundial e a retomada da migração de muitos descendentes de japoneses para o Japão, na busca de enriquecimento e melhora nas condições de vida, já que a grande maioria desses descendentes são filhos de agricultores, classe que nas últimas décadas tem passado por períodos de instabilidade e frustrações econômicas.

Tais fatores, agindo concomitante nos últimos anos são elementos importantes para a compreensão da atual dinâmica populacional de Assaí.

5.2 TRANSFORMAÇÕES ESPACIAIS

Nas últimas décadas, principalmente após os anos 2000, houve expansão do perímetro urbano de Assaí. Tal expansão pode ser observada ao compararmos a figura 01 (apresentada na pág. 43 do capítulo 02) e a foto 16 a seguir.

Foto 16 - Vista aérea da cidade de Assaí em 2008, onde é perceptível a expansão urbana da cidade: à direita da foto estão sendo implementados o condomínio horizontal, o novo conjunto habitacional, a super escola e a super creche.



Fonte: Assaí, 2010.

A organização anterior da cidade limitava-se a ruas paralelas à Avenida Rio de Janeiro, formando um polígono de bairros ao seu redor. Após a década de 1980, foram criados novos bairros fora desse polígono no entorno da Avenida, tais como o Conjunto Cotia, Conjunto Sol Nascente, Conjunto Planalto, Jardim Veneza (foto 17) e outros. Novos loteamentos foram implementados na cidade de Assaí nos últimos anos: em 2008 foi entregue à população 312 novas casas populares no Conjunto Adamazildo Bomtempo (foto 18). Também está previsto para o próximo ano a construção de mais 398 casas populares (de 35 e 48 m²) destinadas à família de baixa renda do Município.

Foto 17- Conjunto Veneza, que no início da década de 1990 era apenas um grande terreno de especulação imobiliária, foi rapidamente ocupado nos últimos anos por pessoas de classe média alta como alternativa de moradia tranquila dentro da área urbana, por ser um bairro afastado do perímetro urbano juntamente com o Conjunto Cotia e Copasa.



Fonte: Autor, 2010.

Foto 18- Conjunto Habitacional Adamazildo Bomtempo, entregue à 312 famílias de Assaí em 2008, marcando uma nova fase de expansão de Assaí na referida área, sendo que além desse conjunto habitacional está previsto mais 398 casas, uma escola e uma creche na mesma área.



Fonte: Autor, 2010.

Mesmo com a construção de tais conjuntos habitacionais, a questão da moradia não foi totalmente sanada na cidade, haja visto que praticamente todas as 312 novas casas estão ocupadas por famílias essencialmente assaienses, os demais bairros da cidade deveriam ter deixado pelo menos 300 novas casas disponíveis para compra ou aluguel⁴⁰, mas isso não ocorreu, justificando a construção de mais uma centena de casas por parte a gestão pública ou iniciativas privadas.

Nos últimos anos houve também aumento no preço dos terrenos e casas. Tal fato pode ser comprovado mediante a faixa de isenção de IPTU da cidade – abaixo de R\$ 25.000,00 – que até uma década atrás atingia grande parte das famílias mais pobres da cidade, mas atualmente tal taxa encontra-se quase ultrapassada, visto que mesmo pequenas casas em bairros mais afastados da cidade já possuem preços de venda superiores a tal faixa. Segundo a imobiliária⁴¹ um terreno de 360 m² nos bairros, era vendido por R\$20.000,00 há 10 anos atrás e atualmente é vendido por R\$35.000,00.

Ainda há contradições na questão da moradia em Assaí, pois nos últimos anos houve a implementação de um conjunto habitacional popular, a criação de um condomínio fechado e uma expansão urbana de novos terrenos, como no caso do Jardim Veneza, grande parte da população ainda não tem acesso à moradia, sendo comuns ainda altos índices de aluguel e uma parcela considerável de pessoas morando em bairros mais pobres em condições sócio-econômicas desfavoráveis, marcados pela baixa qualidade das moradias, falta de saneamento, criminalidade, exclusão social e outros fatores. São exemplo dessa realidade em Assaí a Vila Esperança, A Vila Prudêncio e o Jardim Grilo.

No que se refere a investimentos privados em moradia, além da construção de diversas casas maiores e mais requintadas pela cidade, foi lançado em 2006 o primeiro residencial horizontal da cidade, o Parque Residencial Ikeda (foto 19), que segundo Rodrigues (2006) foi idealizado, principalmente para atender

⁴⁰ Muitas famílias em Assaí residem sob a condição de aluguel ou procuram casas para alugar. Os valores médios de aluguel variam conforme o tamanho da casa e a localização. Em média o valor para casas no centro da cidade (maiores) é de R\$ 600,00; os bairros próximos ao centro R\$ 300,00 e nos bairros mais afastados média de R\$ 300,00. Mesmo com valores relativamente altos, a procura por casas é maior que a oferta.

⁴¹ Toninho Garcia corretor de imóveis de Assaí

investimentos de assaienses que residem em outros países como Japão⁴², Estados Unidos e outros países da Europa, que na ausência de opções de investimentos na cidade aplicavam suas rendas em empreendimentos fora da cidade.

Foto 19- Vista parcial do Residencial Parque Ikeda, primeiro condomínio horizontal de Assaí.



Fonte: Autor, 2010.

Tal empreendimento é composto por uma unidade fechada, dividida em 175 lotes e 71 lotes externos ao condomínio, ambos com dimensões médias de 360 m², comercializados à vista ou a prazo, cujo preço varia de aproximadamente R\$ 30.000,00 (unidade interna) e R\$ 20.000,00 a unidade externa.

5.3 TRANSFORMAÇÕES NAS ATIVIDADES COMERCIAIS E PRESTADORAS DE SERVIÇOS

Houve também uma intensificação das atividades comerciais, vinculadas ao fato de grande parcela da população ter acesso a salários dos diversos postos de trabalho ofertados na cidade. Essa intensificação também é resultado do aumento do fluxo de consumidores das cidades circunvizinhas, que encontram na cidade uma oferta maior e mais diversificada de alguns bens não ofertados em suas cidades como roupas, insumos agrícolas, móveis,

⁴² Existem muitos descendentes de japoneses – os dekasseguis – assaienses ou que possuem familiares em Assaí que trabalham no Japão e procuram investir os ganhos em imóveis ou empreendimentos na cidade ou próxima a mesma.

eletroeletrônicos, produtos alimentares gerais e específicos da culinária japonesa, dentre outros.

Essa dinamização do comércio assaiense pode ser notada pela expansão de algumas lojas e supermercados, como é o caso da loja de confecções Boanerge, fundada em 1990 em uma pequena área, atendia uma pequena parcela da população, acostumada com a hegemonia das Casas Pernambucanas e Kaoru Yamada Confecções. Alguns anos mais tarde, com o fechamento da filial das Casas Pernambucanas, o Sr. Boanerge Xavier da Silva, investiu seus capitais (agropecuários) na compra do prédio onde funcionava a mesma e na consequente expansão da mesma, tornando-se uma das maiores lojas de confecções da cidade, atendendo principalmente a camadas mais populares de Assaí e região. Nos últimos anos, visando conquistar uma parcela dos clientes que aproveitam as facilidades de transporte e renda realizam suas compras em Londrina, o empresário investiu mais recursos na expansão, modernização e mudanças na organização do atendimento, tornando a loja um “magazine”, o Boanerge Magazine (fotos 20 e 21), com uma área de 3.000 m².

Adotando os moldes organizacionais de grandes redes de lojas (Riachuelo, Pernambucanas e outras), o Boanerge Magazine oferece roupas, calçados, artigos de cama, mesa e banho, artigos esportivos, tapeçaria e outros artigos de diversas marcas como Osmose, Pura Mania, Malwee e outras.

Dentre os artigos comercializados na loja, os mais representativos são vestuário, calçados e cama, mesa e banho, adquiridos de diversos fornecedores do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo, Rio de Janeiro e alguns estados do Norte e Nordeste do país. Trabalham no magazine 50 funcionários, sendo 32 vendedores e 18 funcionários de apoio administrativo (caixa, empacotadores, almoxarifado, crediário, etc), cuja média salarial é de R\$ 850,00.

O raio de atuação do magazine é regional, atendendo a clientes de Uraí, São Sebastião da Amoreira, Nova Santa Bárbara, Santa Cecília do Pavão, Santo Antonio do Paraíso e São Jerônimo da Serra.

Seguindo o mesmo caminho está a filial assaiense de uma loja de confecções sediada em Ibiporã, a Zuazen, que nos últimos anos expandiu suas instalações e diversificou sua oferta de produtos. Atualmente a Zuazen possui uma loja de confecções e uma loja de calçados distintas, ambas localizadas na Avenida Rio de Janeiro, no centro comercial da cidade.

Foto 20- Vista parcial externa do Boanerge Magazine, localizada no centro da cidade de Assaí-PR, no prédio onde anteriormente se instalava a filial assaiense das Lojas Pernambucanas.



Fonte: Autor, 2010.

Foto 21- Vista parcial interna dos andares superiores da loja do Boanerge Magazine de Assaí-PR



Fonte: Autor, 2010.

Também merece destaque o setor de móveis e eletrodomésticos, que conta com seis lojas, sendo que uma única loja, a Rede Martins, conta com 2 unidades de venda na cidade, oferecendo além de móveis e eletrodomésticos

comuns, projetos personalizados e móveis de luxo. Foi fundada por Paulo Martins, ex-gerente da unidade assaiense das Pernambucanas, que ao fechar a unidade de Assaí e dispensar os funcionários, incentivou o mesmo a investir no setor. A partir do conhecimento de fornecedores, principalmente de Arapongas e Ourinhos, foi criada a primeira loja “Móveis Martins” de Assaí, e com o passar do tempo, os lucros continuaram sendo investidos na ampliação e abertura de novas unidades. Atualmente a rede foi dividida entre o fundador, seu filho e um sócio, sendo que o Sr. Paulo Martins ficou responsável pela primeira unidade aberta (foto 21) e seu filho Adriano Martins pela outra unidade em Assaí (foto 22) e uma filial recém inaugurada em São Sebastião de Amoreira. Um sócio⁴³, da família administra outra filial na cidade de Ibiporã.

A Rede Martins associada a presença de outras lojas de móveis na cidade demonstram que tais lojas não atendem somente a população local, mas cidades do entorno, cujos habitantes encontram produtos que encontrariam somente em centros maiores como Londrina e Cornélio Procópio.

Foto 22- Vista parcial externa da primeira loja da Rede Móveis Martins, administrada pelo fundador Paulo Martins.



Fonte: Autor, 2010.

⁴³ O nome do sócio não foi revelado pelo entrevistado.

Foto 23- Vista parcial da segunda loja da Rede Martins em Assaí



Fonte: Autor, 2010.

Existe um número expressivo de supermercados, sendo que só na avenida principal da cidade, a Avenida Rio de Janeiro encontram-se os cinco maiores e de maior movimento da cidade, e mais uma diversidade de minimercados e mercearias espalhados pelos bairros, que assim como as lojas de confecções, nos últimos anos expandiram suas instalações.

O Supermercado Sato Super⁴⁴, por exemplo, fundado na década de 1960 anos atrás por um descendente de migrantes japoneses como forma de investir os lucros obtidos na produção agrícola da família, possui dois pontos de venda na cidade, a maior no centro e outra na Copasa⁴⁵, possui 60 funcionários (nas duas unidades) e atende também os consumidores de São Sebastião da Amoreira, Santa Cecília do Pavão, São Jerônimo da Serra, Nova Santa Bárbara, Uraí e Nova América da Colina. Os produtos vendidos nos mercados são adquiridos de representantes regionais de grandes fabricantes nacionais, localizados em diversas

⁴⁴ Dados referentes ao supermercado obtido por meio de entrevista ao gerente Nilson Monoel da Silva.

⁴⁵ Área periférica da cidade composto pelos bairros Jardim Muriaé, Conjunto Sol Nascente, Chiquinho Akagui (em expansão territorial), o novo Conjunto Habitacional Adamazildo Bomtempo e lugar da construção de um novo conjunto habitacional popular.

cidades do estado como Londrina, Maringá, Arapongas e outras, além de algumas empresas regionais como a COAMO (óleo de soja) e frigoríficos de Londrina.

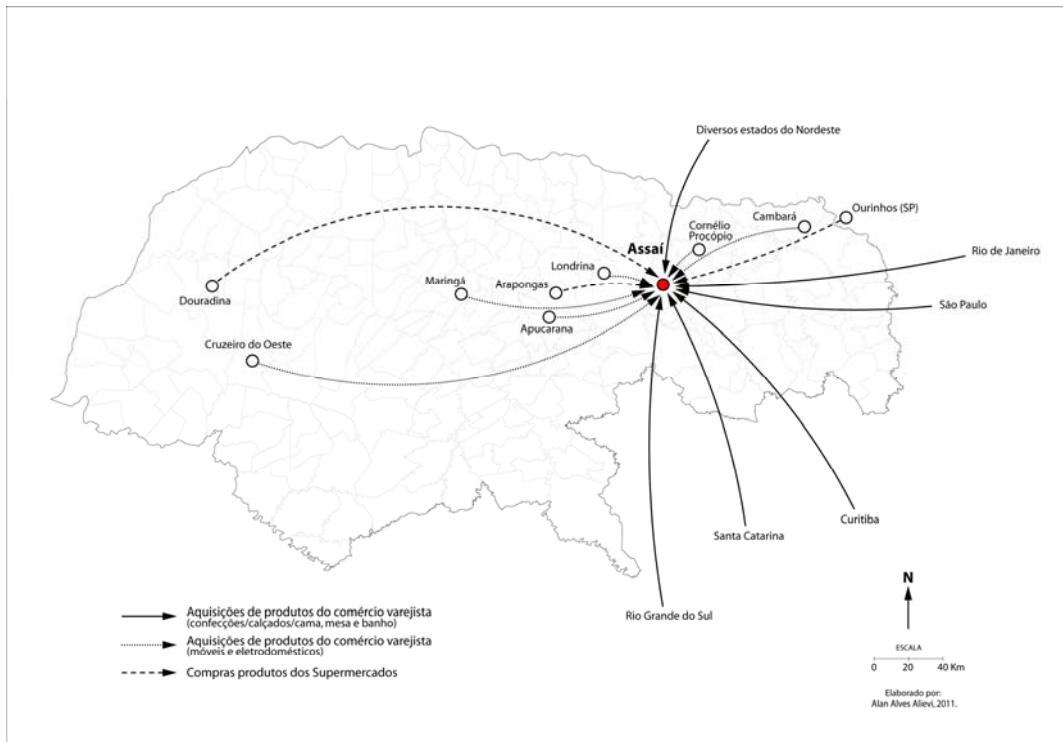
O destaque em supermercados é o Roberto Supermercados, que leva o nome do proprietário, Roberto Carlos Vendrametto, que depois de mais de vinte anos de trabalho em supermercados (sendo os últimos como gerente do Sato Supermercado de Assaí), resolveu abrir seu próprio estabelecimento em Assaí, inaugurando em novembro de 2007 o referido estabelecimento, juntamente com um sócio, um descendente de japonês que atualmente se encontra no Japão. Por ser uma pessoa conhecida e carismática entre a população e ter relações com fornecedores, em menos três anos, o mercado já necessitava de expansão, pois a demanda já estava sendo maior que a estrutura. Dessa forma em 2009 foi iniciado a construção de uma nova unidade, a partir de financiamentos no BRDE e FINAME. Atualmente com um prédio novo, de três andares e um quadro de 45 funcionários, o mesmo atende diariamente um grande volume de consumidores de Assaí, São Sebastião da Amoreira, Santa Cecília do Pavão, Nova Santa Bárbara, São Jerônimo da Serra, Nova América da Colina e o distrito de Terra Nova.

Os itens mais comercializados são o leite, produzidos pela Batavo (Carambeí), Polly (Londrina) e Lacto (Cruzeiro do Oeste); Carne, fornecida por frigoríficos de Londrina; arroz de Apucarana e Santa Catarina e bebidas, fornecidas pela AMBEV de Londrina e Cornélio Procópio. De São Paulo são fornecidos farinha, material de limpeza, leite de Santa Catarina e arroz do Rio Grande do Sul, no entanto a maior parte dos itens comercializados é adquirida de atacadados do Paraná e alguns paulistas.

Estão presentes na cidade agências bancárias do Banco do Brasil, Bradesco, HSBC, Caixa Econômica Federal e Itaú, além de algumas lojas de confecção mais especializadas como uma loja de roupas de grife, Josi Anne Modas, aluguel de roupas para festas e eventos, a Célia Noivas, materiais de informática, internet via radio, produtos alimentares naturais, máquinas e insumos agrícolas e mão de obra especializada, que atende clientes locais e de outras cidades;

As principais interações das atividades comerciais de Assaí podem ser observadas no mapa 06 a seguir. Assim como os fluxos da atividade industrial, é possível perceber a inserção de Assaí em diferentes redes por meio de suas atividades comerciais.

Mapa 6- Interações espaciais das atividades comerciais de Assaí.



Fonte: Levantamento de dados em campo. Adaptado pelo autor.

Elaboração do Desenho: Alan Alves Alievi.

Acompanhando o desenvolvimento do comércio está a prestação de serviços, que na última década vem sendo expandido e ampliado, oferecendo especialidades até então encontradas somente nos centros regionais, com destaque para as clínicas médicas particulares, com especialidades médicas complementares ao serviço municipal básico. Está sendo concluída a construção de um Centro de Atendimento à mulher e à criança, concomitante ao atual serviço de saúde oferecido no hospital municipal.

Assaí dispõe também de um posto de atendimento do INSS, que atende a população de Assaí e cidades vizinhas evitando a necessidade de deslocamentos para o posto de atendimento do INSS de Londrina ou Cornélio Procópio. Alguns serviços públicos como Fórum, Detran, Defesa Civil e Delegacia de Polícia atendem às cidades vizinhas, além da instalação de um aterro sanitário no município, resultado de um consórcio entre as cidades do entorno.

Quanto à educação⁴⁶, em 2010 iniciaram as atividades do Colégio SESI (foto 24), ofertando ensino médio profissionalizante vinculado ao SENAI. Tal

⁴⁶ Está previsto a construção de uma escola de ensino fundamental, com capacidade para atender

instituição passou a oferecer ensino médio integrado a cursos profissionalizantes, dos quais estão previstos para a unidade assaiense, quando estiver concluída sua unidade, os cursos de Gestão de Processos industriais, Qualidade, Informática, Automobilística, Vestuário, Automação Industrial e Mecânica.

Ainda está previsto a implementação de uma escola técnica na cidade, que oferecerá cursos técnicos em nível médio. Segundo (Prestando contas à população, 2010), tal escola contará com 6000 m², 12 salas e 8 laboratórios, distribuídos em um prédio de 2 pisos, além de quadra coberta, auditório e biblioteca, compartilhados com a comunidade. Os primeiros cursos a serem oferecidos serão Mecânica, Edificações e Eletromecânica.

Foto 24- Instalações provisórias do Colégio SESI, no prédio do Centro integrado de Atendimento Sócio Educativo (CIASE), até que a unidade assaiense fique pronta.



Fonte: Autor, 2010.

Tem-se ainda cursos em nível superior ofertados na modalidade EaD pela Universidade do Norte do Paraná - UNOPAR virtual (foto 25), oferecendo cursos de Pedagogia, História e Serviço Social, atendendo a mais de 200 alunos de Assaí e outros municípios do seu entorno.

cerca de 1000 alunos em até três períodos, visando atender um déficit de vagas da educação infantil da cidade, sobretudo na área de implantação dos conjuntos habitacionais Adamazildo Bom Tempo e o novo conjunto destinado à população carente a ser construído (Prestando contas à população, 2010, p.8).

Foto 25- Colégio Irmão Francisco Vecchi em Assaí, que além de oferecer ensino fundamental particular é também local para ensino superior da UNOPAR virtual.



Fonte: Autor, 2010.

Assaí conta também com um dos pólos de educação à distância (foto 26) do projeto Universidade Aberta do Brasil - UAB⁴⁷, um Projeto governamental que instituído pelo Decreto n.º 5.800, de 28 de junho de 2006, visando articular as instituições públicas já existentes para levar ensino superior aos municípios brasileiros que não possuem cursos de formação superior ou cujos cursos ofertados não são suficientes para atender à demanda cada vez maior. Funcionando como um sistema integrado por universidades públicas que oferecem cursos de nível superior para camadas da população que têm dificuldade de acesso à formação universitária presencial, por meio do uso da metodologia da educação à distância, atualmente atende mais de 500 alunos de Assaí, São Sebastião da Amoreira, São Jerônimo da Serra, Uraí, Cornélio Procópio, Nova América da Colina, Jataizinho, Nova Santa Bárbara, Terra Nova, Bandeirantes, Ibirapuã, Londrina e Barra do Jacaré. Oferece cursos gratuitos de Administração Pública, Pedagogia, História, Geografia e Física e também Pós-graduação Lato Sensu gratuita em Gestão de Saúde, Gestão Pública e Gestão Pública Municipal, os quais por terem uma necessidade presencial menor, atende alunos de cidades mais distantes, além das já citadas. Tem-se: Andirá, Ribeirão do Pinhal, Cambará, Jacarezinho, Santo Antonio da Platina, Maringá, Telêmaco Borba, Santo Inácio, Piratininga (SP), São

⁴⁷ A questão da educação superior na modalidade EaD pode ser aprofundada em Brasil (2006).

Carlos (SP) e Itaperuna (RJ), sendo os principais fluxos observados no mapa 07 a seguir.

Além dos cursos superiores oferecidos pela UNOPAR virtual e a Universidade Aberta do Brasil, ainda existem outros cursos de Administração e Pedagogia também oferecidos na modalidade EaD oferecidos pelas instituições educacionais UNINTER/FACINTER e IEPE⁴⁸.

Foto 26- Polo de apoio presencial da UAB em Assaí, localizado no Colégio Estadual Barão do Rio Branco. Tal pólo conta com salas de aula, sala de webconferência, laboratório de informática e sala de coordenação.



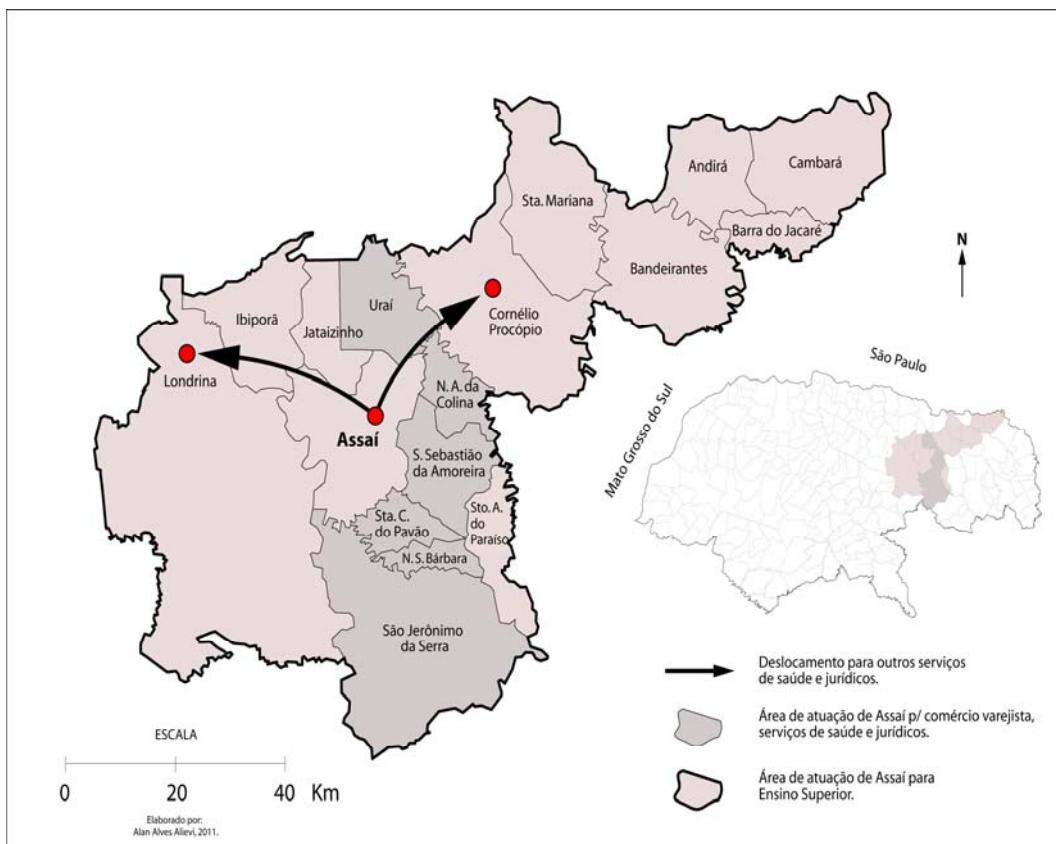
Fonte: Autor, 2010.

De modo geral, verifica-se que a Prefeitura Municipal tem demonstrado interesse em continuar desenvolvendo o setor metalmecânico, pois estão sendo implementadas medidas que forme na cidade um contingente de trabalhadores qualificados para o referido setor, por meio do Colégio SESI e da Escola Técnica a ser implementada.

⁴⁸ Estas instituições sediadas em outras cidades, formam turmas e a partir de uma sala com os recursos mídios necessários e um tutor contratado para assistência aos alunos, implementam cursos superiores na cidade.

Também há uma preocupação em qualificar o corpo administrativo, idéia esta reforçada pela oferta de curso superior em Administração pública e especializações em Gestão Pública e Gestão em Saúde.

Mapa 7- Área de atuação das atividades comerciais e prestação de serviços de saúde, jurídicos e educacionais de Assaí.



Fonte: Levantamento de dados em campo. Adaptado pelo autor.

Elaboração do Desenho: Alan Alves Alievi.

Além dos empreendimentos públicos previstos e em construção, é observado uma diversidade de construções particulares residenciais e comerciais de agentes locais pela cidade, denotando que o processo de expansão socioespacial da mesma está dinamizado.

Quanto aos empreendimentos culturais em implementação na cidade, merece destaque o Castelo Japonês⁴⁹ (foto 27), um complexo memorial que visa homenagear os migrantes japoneses que colonizaram e até hoje influenciam a cultura da cidade. Tal investimento é resultado de uma parceria entre Prefeitura, a Câmara Municipal, Ministério do Turismo, Liga das Associações Culturais de Assaí - LACA⁵⁰ e o instituto japonês HYOGO.

Foto 27- Foto da maquete do castelo japonês em Assaí, que depois de concluído se tornará a maior edificação turística da região.



Fonte: ASSAÍ, 2010

⁴⁹ O empreendimento que custará aproximadamente R\$ 4 milhões contará com um térreo e três pavimentos e contará com lojas de souvenires, salão de festas, museu histórico e restaurante panorâmico com comida típica japonesa e a sede da LACA. Depois de concluído o Castelo Japonês deve atrair turistas para a cidade, com a oferta de serviços como hotéis e restaurantes de Assaí, que atualmente ainda não são expressivos.

⁵⁰ A comunidade japonesa de Assaí organiza-se em grupos familiares, uma agremiação, onde cada família contribui mensalmente com valor em dinheiro para manutenção de uma sede de lazer, esportes e clube para eventos. Nestes espaços também são realizados eventos culturais específicos de sua etnia (dança bon-odori, matsuri, festas típicas e concursos de karaokê). A mais tradicional dessas associações é a LACA e a mais recente a Sociedade dos Amigos de Assaí - SAMA.

Também foi realizada uma reestruturação da Biblioteca Municipal, transformada em um centro de memória, cujo próximo passo é implantar no mesmo local um cine teatro⁵¹.

Diante do exposto, Corrêa (2001, p.367) aponta que tal dinamismo:

[...] origina-se tanto de fatores externos a cada rede urbana específica, como de fatores internos, a partir das possibilidades e motivações de seus agentes sociais. Nesse dinamismo podem ser alterados o tamanho, a densidade e as funções dos centros urbanos, assim como a natureza, intensidade e alcance espacial das interações e a forma espacial da rede.

Nesse sentido, uma nova configuração da qual Assaí passou a integrar é sua Inclusão de Assaí na Região Metropolitana de Londrina.

A Região Metropolitana de Londrina – RML foi instituída em 17 de Junho de 1998 através da Lei Complementar 081 e sendo constituída pelos municípios de Londrina, Cambé, Jataizinho, Ibiporã, Rolândia e Tamarana. A instituição da RML para Cunha (2005) foi resultado de uma representação social de “Londrina Metrópole” gestada desde a década de 1970, manifestado, sobretudo no projeto Metrópole Linear Norte do Paraná - METRONOR⁵², um projeto de desenvolvimento regional implantado entre as décadas de 1970 e 1980 pelo governo do estado que visava o desenvolvimento do eixo Londrina-Maringá, a segunda área de intensos fluxos e dinamismo no estado depois da capital. Esse projeto durou mais de dez anos mas praticamente nunca saiu do papel, porém contribuiu para a institucionalização da RML, a primeira RM do país de uma cidade que não fosse capital de estado, apesar de já existir naquele momento a RM da Baixada Santista no litoral paulista.

Em 07 de Julho de 2000 foi incluso o município de Bela Vista do Paraíso por meio da Lei Complementar 086. Em seguida, no dia 05 de Junho de 2002 foi incluso o município de Sertanópolis e em 14 de Julho de 2010, foram incluídas as cidades de Alvorada do Sul, Primeiro de Maio e Assaí, por meio da Lei Complementar 129.

⁵¹ Está sendo iniciado também a construção de um centro de eventos, que contará uma área de 35.000 m², que além de palco para apresentações diversas do município e arena para rodeios e shows, terá também boxes para a Feira da Lua e Feira do Produtor Rural, sanitários e vestiários, estrutura para dança tradicional japonesa, pista de atletismo e ambiente de lazer típico da cultura japonesa. Tal centro visa atrair eventos e contribuir com o turismo da cidade.

Os municípios que atualmente integram a RML podem ser observados no mapa 08⁵³. Embora tenha sido instituída em 1998, as ações para a implantação efetiva da RML ocorreram a partir de 2007. Segundo a Coordenadoria da Região Metropolitana de Londrina – COMEL, o objetivo principal da implementação da RML é a gestão pública em rede, a integração econômica e cultural de uma região e o desenvolvimento de projetos integrados de interesses comuns às cidades do aglomerado. Dentre os projetos desenvolvidos pela COMEL para a RML, desde o início efetivo de suas atividades destacam-se o pólo florícola do norte do Paraná, que pretende criar uma cooperativa de produção e comercialização de flores na região; o Trem Pé Vermelho, que pretende implementar uma linha férrea no eixo Londrina-Maringá para transporte de passageiros e mercadorias; a Usina de Pasteurização de Leite em Ibirapuã; o Projeto de desenvolvimento do Turismo no eixo Assaí-Rolândia e o Consórcio Intermunicipal de Segurança Pública e Cidadania, que já conseguiu R\$ 14 milhões para projetos, dentre eles a Guarda Municipal de Londrina, dentre outros⁵⁴.

A inclusão dos municípios de Assaí, Alvorada do Sul e Primeiro de Maio e a demora na inclusão de municípios como Apucarana demonstra segundo Cunha (2009), o descompasso entre a institucionalidade e a espacialidade presentes na RM, demonstrando a priorização de interesses políticos em detrimento ao real fato urbano em processo.

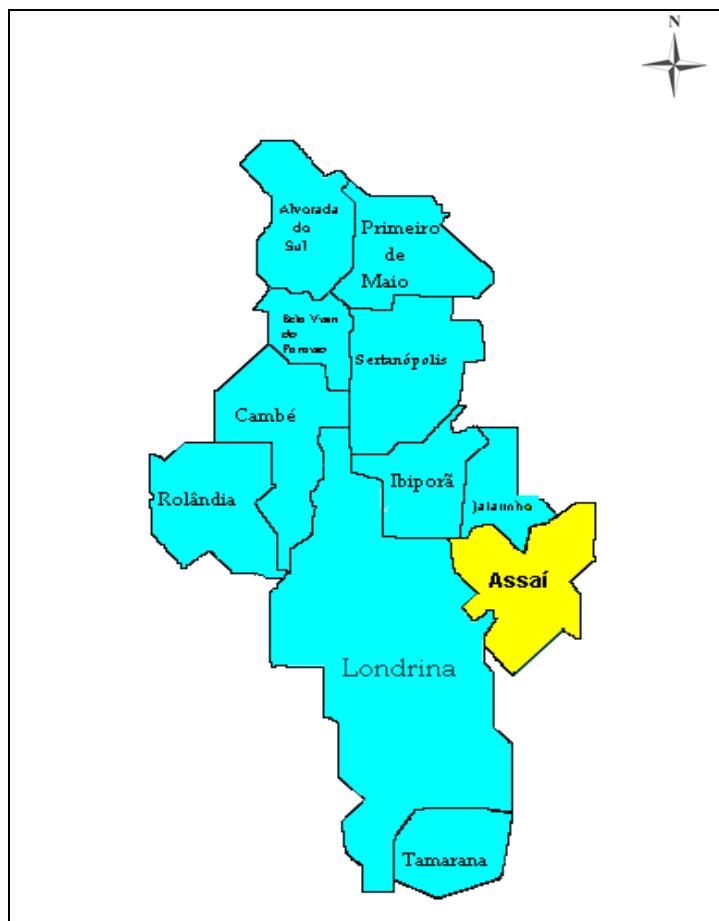
Em um artigo de opinião Cunha (2010, p.1) esclarece que o fenômeno metropolitano está associado “[...] a processos urbanos que extrapolam os limites municipais e passam a fazer parte de outras cidades que, devido à sua proximidade, exigem uma visão de planejamento integrada entre essas várias territorialidades”.

⁵² A discussão mais aprofundada do referido projeto não é objetivo do presente trabalho, para mais detalhes sobre o projeto METRONOR, consultar Cunha (2007).

⁵³ Estão em andamento as propostas de adesão dos municípios de Jaguapitã, Pitangueiras, Sabáudia, Arapongas, Apucarana, Califórnia e Marilândia do Sul para integrar a RML.

⁵⁴ Para mais informações sobre as ações desenvolvidas para a RML, consultar www.comel.pr.gov.br.

Mapa 8- Municípios que compõe a Região Metropolitana de Londrina, com destaque para Assaí que passou a fazer parte da mesma em Julho de 2010.



Fonte: COMEL.

Mas segundo o autor, na instituição dessas RM os critérios que poderiam detectar os processos metropolitanos foram desconsiderados, imperando a busca em acrescentar municípios que garantissem um número populacional expressivo.

O autor ainda salienta que para uma RM, “as possibilidades de recurso são tão reais quanto o balde de ouro no fim do arco-íris” (CUNHA, 2010, p.1), porém a partir da divulgação de ações da RML e dos gestores públicos de Assaí, apontamos que as perspectivas podem ser diferentes.

A inclusão de Assaí na RML, resultado de esforços da gestão pública municipal junto ao governo do estado, trará alguns benefícios para o município, uma vez que o acesso a determinados financiamentos públicos, implantação de fundos regionais de desenvolvimento e a obtenção de verbas para projetos e ações integradas serão possíveis a partir dessa inclusão. Além da

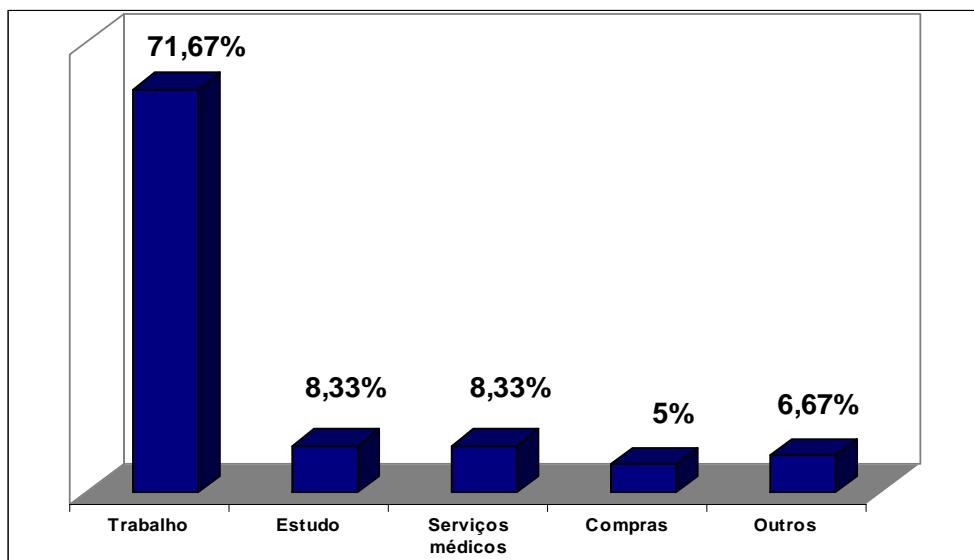
facilidade da captação de verbas públicas e possibilidade de gestão conjunta e integrada aos municípios, a integração do sistema de transportes, com tarifas únicas para os municípios integrantes e a integração telefônica, com a possibilidade de tarifação local também entre os referidos municípios são algumas das ações aguardadas pela população, pois uma parcela dos habitantes regularmente migra ou mantém contatos com Londrina e outras cidades da RML para trabalhar, estudar ou serviços médicos.

Também como forma de integração entre Assaí e Londrina está previsto a construção de uma ponte ligando as duas localidades, localizada entre a seção Café Forte e a região do Limoeiro, separadas pelo rio Tibagi. Tal obra deve ser iniciada em 2011. Segundo divulgações da gestão pública (REVELIA, 2010) um dos resultados práticos da inclusão de Assaí na RML foi a elevação do valor do subsídio destinado à construção das novas casas populares no município de R\$ 9 mil para R\$ 15 mil por cada unidade habitacional.

Não sendo a discussão da RML, nem a questão se Londrina é ou não metrópole o objeto desse estudo, ressaltamos o importante nesse contexto é salientar a dinâmica que ocorre entre Assaí e Londrina, claramente visualizada pelo fluxo de pessoas, informações e produtos entre as mesmas, que se dá principalmente pelo sistema de transportes, já que diariamente saem dois ônibus metropolitanos direto de Assaí para Londrina as 06:00 horas da manhã, com média de 60 passageiros cada. Tais passageiros são essencialmente pessoas que trabalham no comércio e indústrias de Londrina, que estudam ou buscam serviços médicos ou administrativos especializados ou compras no comércio da referida cidade, que se apresenta mais diversificado e com preços mais atrativos. No final do dia os dois ônibus metropolitanos retornam de Londrina para Assaí as 18:15 e 18:35; a tarifa cobrada para cada viagem é de R\$ 3,25.

Uma pesquisa de campo sobre o perfil dos usuários das referidas circulares mostra que a mesma é essencialmente utilizada pelos assaienses que trabalham em Londrina e eventualmente por estudantes e pessoas que vão utilizar serviços ou fazer compras, conforme pode ser observado no gráfico 10 a seguir:

Gráfico 10- Motivo do deslocamento para Londrina (passageiros da circular Assaí-Londrina).

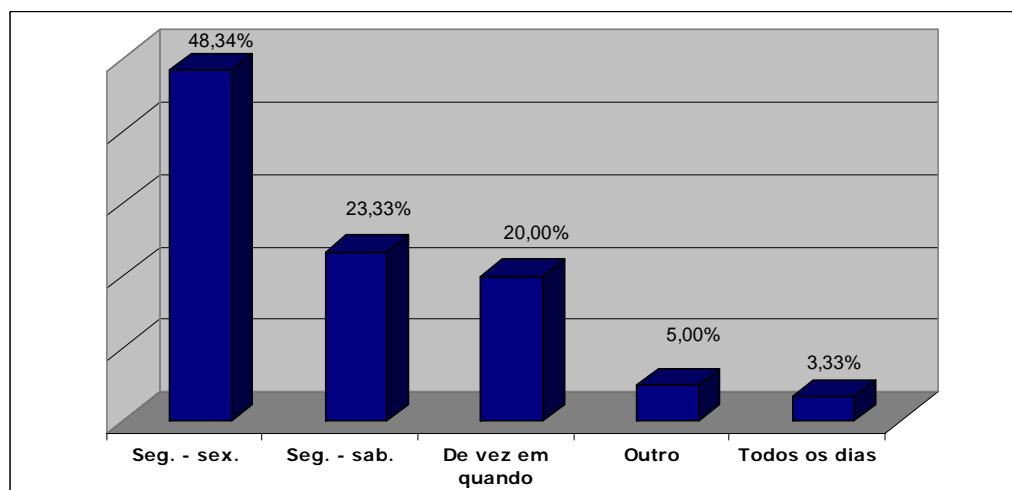


Fonte: Pesquisa de campo 04/11/2010. Adaptado pelo autor.

O gráfico 11 a seguir também mostra que deste total de pessoas que vão à Londrina regularmente para trabalhar, deslocam-se de segunda a sexta-feira ou em menor número de segunda a sábado. Os entrevistados vão à Londrina estudar responderam que vão de vez em quando, pois são na sua maioria alunos de faculdades que vão para a cidade no início ou meio da semana e voltam no fim da semana ou estudantes que estudam de manhã ou a noite e vão de regularmente de ônibus fretados e esporadicamente (duas ou três vezes por semana) vão em horários extras fazer cursos ou participar de aulas específicas.

Quanto ao deslocamento de pessoas para fazer compras, o fluxo de assaienses que dirigem-se a Londrina para compras é mais comum aos sábados, sendo que são disponibilizadas circulares as 06:00 e as 07:00 horas da manhã, retornando ao meio-dia e em seguida sai de Assaí com destino a Londrina novamente às 13:30 horas. Uma retorna as 15:00 horas e outra as 18:00 horas.

Gráfico 11- Freqüência do deslocamento das pessoas que trabalham ou estudam em Londrina (passageiros da circular Assaí-Londrina)



Fonte: Pesquisa de campo 04/11/2010. Adaptado pelo autor.

Além do contingente de pessoas que utilizam o transporte metropolitanos circulares, há ônibus convencionais diários em intervalos médios de uma hora e meia ao longo do dia, cuja tarifa é de R\$ 8,40 por viagem, facilitando o deslocamento para Londrina e vice-versa em diversas horas do dia, conforme quadro 13 que se segue.

Quadro 13- Horário de Ônibus Convencional Assaí-Londrina e Vice-Versa.

Assaí -> Londrina	Interv. horários	Londrina -> Assaí	Interv. horários
7:50 hrs.		5:45 hrs.	
9:05 hrs.	01:15	7:15 hrs.	01:30
10:35 hrs.	01:30	8:40 hrs.	01:25
12:25 hrs.	01:50	10:00 hrs.	01:20
15:00 hrs.	02:35	12:15 hrs.	02:15
17:45 hrs.	02:45	15:15 hrs.	03:00
19:35 hrs.	01:50	16:45 hrs.	01:30
20:15 hrs.	00:40	19:00 hrs.	02:15
Média intervalo	01:33	Média de intervalo	01:39

Fonte: Viação Ouro Branco. Adaptado pelo autor.

Além desse fluxo, também há migração pendular de estudantes de Assaí para diversas faculdades, colégios técnicos e escolas particulares de Londrina, pela manhã (aproximadamente 70 estudantes) e a noite (aproximadamente 130 estudantes para Londrina e Cornélio Procópio). Estes ônibus e vans são fretados pelos próprios estudantes, organizados em associações, que também contam com ajuda financeira da Prefeitura Municipal.

As relações existentes entre Assaí e Londrina, manifestadas pelo deslocamento de pessoas para trabalhar, estudar, consumir e buscar serviços diversos ocorrem anterior à inclusão da mesma na RML em 2010. Tal fato comprova as articulações existentes entre ambas por meio dos fluxos diversos e de diferentes intensidades.

Também ressaltamos que a industrialização vem contribuindo para uma nova inserção de Assaí na rede urbana norte-paranaense e aumentando sua centralidade em relação aos municípios do seu entorno. Ao analisarmos a evolução da inserção de Assaí a partir dos estudos realizados pelo IBGE (1972, 1987, 1993, 1998) observamos muitas alterações.

O primeiro estudo, Divisão do Brasil em Regiões Funcionais Urbanas de 1966, classificou Assaí⁵⁵ como um centro local, cuja atuação se fazia mediante oferta de bens e prestação de serviços procurados a curta distância e tendo como área de influência os municípios de Jataizinho, Nova América da Colina, Santa Cecília do Pavão, São Jerônimo da Serra e São Sebastião da Amoreira (IBGE, 1972).

Como o estudo foi realizado em 1966, Assaí caracterizava-se por ser uma cidade cuja população era predominantemente rural (cerca de 70% do total da população na década de 1960). A economia agrícola predominante estava pautada no cultivo do café e o algodão. Na cidade se encontrava as máquinas de beneficiamento de café e descarrocamento de algodão e as atividades comerciais e prestadoras de serviços estavam vinculadas principalmente ao atendimento das demandas da produção agrícola e da população rural do Município.

No segundo estudo realizado em 1978, Assaí passou à condição de centro de zona, ou seja, houve uma expansão na oferta de bens e serviços à

⁵⁵ O nome da cidade de Assaí está escrito como “Açaí” no quadro de interações das Regiões Urbanas de 1966 (IBGE, 1972, p.88).

população, porém uma redução em sua área de influência, contando agora com os municípios de Santa Cecília do Pavão, São Jerônimo da Serra e São Sebastião da Amoreira. A cidade de Jataizinho passou a fazer parte da área de influência de Londrina e Nova América da Colina à de Cornélio Procópio (IBGE, 1987).

Nesse período do estudo, Assaí estava passando por transformações agrárias, caracterizada pelo declínio do café e o auge da cotonicultura, pela intensificação do êxodo rural, a partir do complexo processo de modernização da agricultura. A condição de centro de zona se deu pela expansão da oferta de bens e serviços ocorridos, mas já apontava certas mudanças, observadas no próximo estudo.

No estudo de 1993, Região de Influência das Cidades, Assaí foi considerada como um centro com um nível de centralidade “fraco”, ou seja, um centro local tendendo a centro de zona, cuja área de influência era composta pelos municípios de Nova Santa Bárbara, Santa Cecília do Pavão, Santo Antônio do Paraíso, São Jerônimo da Serra e São Sebastião da Amoreira (IBGE, 2000).

Houve um aumento na área de influência em relação ao estudo anterior e nesse período Assaí passava por uma série de mudanças estruturais, como o declínio da cotonicultura e sua substituição pelo cultivo da soja e do trigo, aumento da população urbana em detrimento da rural, porém marcada por perdas populacionais totais, refletindo-se nas atividades comerciais e prestadoras de serviços, que também apresentaram perdas como efeito da conjuntura vivida no período.

Já no último estudo realizado pelo IBGE em 2007, Assaí passou à condição de centro local subordinado diretamente à Londrina, não apresentando nenhuma área de influência.

Embora o IBGE tenha considerado a cidade como um centro local, os levantamentos de campo demonstram que a mesma tem como área de influência para a oferta de bens e serviços os municípios de São Sebastião da Amoreira, Nova América da Colina, Santa Cecília do Pavão, Nova Santa Bárbara, São Jerônimo da Serra e Uraí. Observa-se ainda que os produtos e serviços buscados são os de consumo menos freqüentes e mais diversificados, como ensino superior, serviços jurídicos, trabalhistas, saúde, produtos para a agropecuária, dentre outros.

Esta ampliação da oferta de bens e serviços vincula-se em parte à industrialização na cidade, que promove a geração de empregos e rendas e influi na dinamização das atividades comerciais e de prestadoras de serviços.

Por outro lado, esta produção industrial insere Assaí em outras redes de comercialização do produto final que se faz em escala regional e nacional.

Os levantamentos realizados e anteriormente apresentados nos indicam que Assaí pode ser considerada um centro de zona em detrimento à posição dada pelo IBGE (2008), como um centro local.

Contudo deve-se entender que o referido órgão trabalha na escala nacional e a adoção de parâmetros gerais para o estudo do país, marcado por diferenças e singularidades regionais, acaba por gerar classificações e generalizações que nem sempre refletem a realidade geográfica do lugar.

À GUIA DE CONCLUSÃO: ESPECIALIZAÇÃO INDUSTRIAL METALMECÂNICA EM ASSAÍ

Assaí, uma pequena cidade fundada na década de 1930 no contexto da expansão das frentes pioneiras, caracterizou-se até a década de 1970 por ser uma localidade que atendia às demandas da população urbana e rural na condição de um centro local da rede urbana do norte do Paraná. Já entre as décadas de 1970 e 1980, com a modernização agrícola, o êxodo rural, o declínio da cultura do algodão e sua substituição pelos cultivos de soja e trigo, a mesma adentrou em uma etapa de perda de ritmo de crescimento e dinamismo sócio-econômico, passando a apresentar perda populacional, mantendo apenas atividades de atendimento à demandas mínimas da população. Ainda na década de 1990 Assaí era caracterizada como um centro local na rede urbana, cuja inserção na divisão territorial do trabalho era representada pela produção de *commodities*.

Mudanças na conjuntura nacional, manifestadas principalmente pelas consequências da abertura de mercado consumidor ao capital externo, mediante imposições neoliberais e as repercussões na produção industrial, propiciaram processos de transferências de plantas industriais concentradas em São Paulo para cidades e áreas que ofertassem vantagens locacionais.

Neste contexto iniciou-se outra etapa de desenvolvimento de Assaí, manifestado na expansão da produção industrial no setor metalmecânico, mediante investimentos locais e transferências de outras unidades produtivas. Processo esse articulado à transferência da Atlas Schindler de São Paulo para Londrina, que permitiu à Jumbo tornar-se uma de suas grandes fornecedoras. Tal empresa foi responsável também pela intermediação, através de seu proprietário e do poder público local, em viabilizar a transferência de outras fornecedoras da multinacional para Assaí.

Atualmente estão instaladas seis unidades industriais metalmecânicas na cidade, sendo cinco delas fornecedoras da Atlas Schindler. A Jumbo Indústria Mecânica, destaca-se no setor por ser a única que continuou a reinvestir seus lucros na expansão da produção industrial e no desenvolvimento de novos produtos e tecnologias, possibilitando a inauguração de uma nova unidade no ano de 2010.

Associado a esta dinâmica, destaca-se uma gestão pública articulada aos interesses do setor industrial metalmecânico, através da política de isenções fiscais, doação de terrenos, investimentos e incentivos na qualificação de mão-de-obra para o setor, dotação de infraestrutura e outras medidas, buscando fortalecer o setor ainda em desenvolvimento em Assaí.

Devemos levar em consideração que essa série de medidas puderam ser implementadas de forma mais abrangente pelo fato do prefeito da cidade ser um dos sócios da Jumbo Indústria mecânica em seu segundo mandato, e ter sido o vice-prefeito da gestão anterior. Essa relação estreita entre o público e o privado foi o que possibilitou ações efetivas para o desenvolvimento da especialização industrial no município.

Como a gestão pública sempre divulga os empreendimentos e ações nos veículos de comunicação locais, percebemos ao longo da pesquisa por meio dos trabalhos de campo e entrevistas que no geral tais ações têm agradado a maior parte da população, uma vez que a mesma é que está sendo beneficiada com a geração de empregos e a dinamização da cidade.

O bom desempenho administrativo e a constante divulgação dos empreendimentos assaienses fez com que grande parte da população incorporasse a idéia de “Assaí cidade em desenvolvimento” e se orgulhasse desta fase em que a cidade vive e atribuindo à gestão pública atual a responsabilidade pela mesma.

Contudo, tais medidas ainda não garantiram a consolidação para setor, pois com exceção da Jumbo e da Tecmarca, que possuem sedes próprias, as demais empresas se instalaram mediante vantagens locacionais oferecidas pelo município, sendo exemplo dessa instabilidade a recente transferência da Veríssimo de Assaí para Londrina, no momento em que começaram a cessar os benefícios e isenções ofertadas pelo município.

A área destinada à implantação de unidades fabris diversas no município, não despertou interesse das metalmecânicas, pois somente a Tecmarca iniciou a construção de sua unidade no local e as demais empresas alegaram não dispor de recursos, financiamento ou assistência municipal para tal empreendimento. Tal posicionamento dos gestores das outras unidades industriais e o fato do proprietário da segunda maior indústria metalmecânica ser de um partido político oposto e já ter disputado as eleições anteriores para prefeito contra o atual

prefeito gera um clima de incerteza quanto à permanência das mesmas em Assaí nos próximos anos.

Mesmo sob eventuais possibilidades de algumas das indústrias instaladas na cidade em locais temporários encerrarem suas atividades em Assaí, o setor tende a manter-se, alavancados pela Jumbo, a maior e mais moderna das unidades que está aproveitando o nicho de mercado das hidrelétricas e outras obras de infraestrutura a ser implementadas pelo PAC, inserindo-se de forma mais intensa e diferenciada na divisão territorial do trabalho.

Outra situação observada é que mesmo ofertando aproximadamente 1000 empregos diretos e aproximadamente o mesmo número em empregos indiretos na cidade, o setor metalmecânico oferta um número maior de funções que exigem pouca especialização e diversificação, parte por conta da ausência de atuação sindical específica do setor, o que conforme observado em campo, os trabalhadores estão filiados aos sindicatos de Londrina apenas por exigência trabalhista e o mesmo não é ativo no que se refere a lutas trabalhistas por estar diretamente vinculado aos interesses das indústrias.

No geral, as funções que exigem maior qualificação e pagam salários maiores estão sendo preenchidas por profissionais de outras cidades estados, o que salvo algumas exceções, disponibilize apenas empregos operacionais ao assaienses. Segundo as indústrias, tal situação se deve à falta de profissionais de nível superior e/ou qualificados em Assaí e região para o preenchimento dessas funções, situação essa que a médio prazo pode ser amenizada pelos elevados investimentos na qualificação do setor, como o projeto PROFATA, os cursos técnicos do Colégio SESI, cuja primeira turma está cursando o curso profissionalizante de Mecânica Industrial pelo SENAI e o inícios da obras da escola técnica federal.

O desenvolvimento do setor metalmecânico também tem contribuído para outras transformações sociais e espaciais da cidade: a mesma apresentou uma expansão física a partir da abertura de novos loteamentos, conjuntos habitacionais e um condomínio fechado; houve uma intensificação das atividades comerciais, marcada pela ampliação e diversificação na oferta de produtos mais diversificados, além de diversos equipamentos e implementos agrícolas.

A prestação de serviços também foi ampliada, com a expansão dos serviços médicos de várias especialidades, implantação de polos de educação

superior à distância, posto de atendimento do INSS e escolas particulares de ensino fundamental e médio técnico.

Intensas modificações na organização socioespacial geraram a possibilidade de que novos papéis pudessem ser desempenhados por pequenas cidades no contexto da rede urbana e em âmbito nacional, tornando-as “[...] lócus privilegiado da realização de uma parcela da produção propriamente dita; que permitem a inserção das mesmas em interações espaciais de grande alcance” (FRESCA, 2009, p. 41-42).

Dessa forma, por meio da especialização industrial metalmecânica, Assaí expande suas interações espaciais, agora com alcance nacional por meio das diversas relações de aquisição de matéria-prima, venda de produtos industrializados e prestação de serviços a clientes e fornecedores de diversos estados.

As transformações nas atividades comerciais e de serviços têm possibilitado que parcelas relevantes dos consumidores das cidades vizinhas ao município, busquem produtos e serviços em Assaí, demonstrando a existência de uma área de atuação assentada nos municípios de São Sebastião da Amoreira, Santa Cecília do pavão, Nova Santa Bárbara, São Jerônimo da Serra, Nova América da Colina e Uraí, em oposição ao estudo da rede urbana do IBGE (2008) que considerou Assaí como um centro local subordinado diretamente à Londrina.

Dados levantados em campo confirmam a relação de Assaí com Londrina, manifestada nos fluxos diários de trabalhadores, consumidores e estudantes, mas comprovam também o papel de Assaí como um centro “de zona” que oferta bens menos freqüentes e mais diversificados às outras pequenas cidades de seu entorno, além de concentrar serviços públicos diversos.

Embora o setor metalmecânico de Assaí não tenha representatividade em escala nacional e no conjunto do estado no que se refere ao Valor Adicionado – VA, número de empregos, estabelecimentos, esta produção industrial foi e continua sendo importante para a dinamização e inserção de Assaí na rede urbana norte-paranaense e na divisão territorial do trabalho.

Reiteramos também por ser um processo recente e em andamento o recorte temporal utilizado na presente pesquisa abrange a gênese e o inícios das transformações socioespaciais que o processo vem gerando em Assaí.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA. P. R. Um balanço preliminar do governo Lula: um a grande mudança medida pelos números. **Espaço Acadêmico**, ano 5, n. 58, Mar. 2006. Disponível em:<<http://www.espacoacademico.com.br/058rea.htm>>. Acesso em 13/01/2010;

ARAUJO JR, A. M. **A indústria de bens de capital no estado de São Paulo**: da gênese aos problemas atuais. 2003. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade Estadual de São Paulo, São Paulo;

_____. A importância e a dinâmica da indústria de bens de capital para o desenvolvimento econômico brasileiro. **Cadernos Geográficos**: publicação do Departamento de Geociências – CFH / UFSC. Florianópolis, n.16, maio 2007;

ARAÚJO, L. E. **Potencial de desenvolvimento regional**: o setor metalmecânico das microregiões de Assaí e Cornélio Procópio. 2009. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba;

ASARI, A. Y. “**... E eu só queria voltar ao Japão**”. (Japoneses em Assaí). 1992. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade Estadual de São Paulo, São Paulo;

ASSAÍ. PREFEITURA MUNICIPAL. **Plano diretor de Assaí**. Assaí, 2005;

_____. PREFEITURA MUNICIPAL. **Obtenção de dados e imagens diversas**. Ago./set. 2010;

AZZONI, C. R. **Indústria e reversão da polarização no Brasil**. São Paulo: IPE-USP, 1986;

BATSCHAUER, J. **Arranjo produtivo eletrometal-mecânico da microrregião de Joinville/SC**: um estudo da dinâmica institucional. 2004. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis;

BERNADELLI, M. L. F. da H. **Pequenas cidades na região de Catanduva – SP**: papéis urbanos, reprodução social e produção de moradias. 2004. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho, Presidente Prudente;

BESSA, K. C. F. O; BORGES, G. V; SOARES, B. R. Dinâmica sócio-econômica das cidades locais situadas em áreas de cerrado mineiro. **Caminhos de Geografia**, Uberlândia, n.03, p.9-29, fev. 2002;

BRAGUETO, C. R. O processo de industrialização do Paraná até a década de 1970. **Geografia: revista do Departamento de Geociências**, Londrina, v.08, n.02, p.149-160, jul./dez. 1999.

_____. **O aglomerado urbano-industrial de Londrina**: sua constituição e dinâmica industrial. 2007. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade Estadual de São Paulo, São Paulo;

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – MDIC. **Evolução do comércio exterior brasileiro e mundial 1950 a 2009**. Brasília, 2010. Disponível em:< http://www.desenvolvimento.gov.br/arquivos/dwnl_1275330616.xls> Acesso em: 02 ago. 2010.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. **Balanço dos 4 anos do PAC (2007 – 2010) 1ª parte**. Disponível em:<<http://www.brasil.gov.br/pac/relatorios/nacionais/11o-balanco-4-anos/parte-1/view>> Acesso em: 13 jan. 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. Decreto nº 5.800 de 08 de junho de 2006. Dispõe sobre o sistema Universidade Aberta do Brasil. Brasília: MEC, 2006. Disponível em <http://www.uab.capes.gov.br/images/stories/downloads/legislacao/decreto_5800.pdf>. Acesso em: 14 mar. 2010.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999;

COMEL. Ações e projetos. Disponível em:<<http://www.comel.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=5>> Acesso em: 20 ago. 2010.

CORRÊA, R. L. Os estudos de redes urbanas no Brasil. **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro, v.29, n.4, p.93-116, out./dez. 1967;

_____. A rede de localidades centrais nos países subdesenvolvidos. **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro, v.50, n.01, p.61-83, jan./mar. 1988;

_____. O estudo da rede urbana: uma proposição metodológica. **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro, v.50, n.02, p.107-124, abr./jun. 1988a;

_____. **A rede urbana**. São Paulo: Ática, 1989;

_____. Hinterlândias, hierarquias, e redes: uma avaliação da produção geográfica brasileira. **Revista brasileira de geografia**. Rio de Janeiro, v.53, n.03 p.113-139, jul./set. 1989a;

_____. Redes, fluxos e territórios: uma introdução. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA URBANA, 3, 1993, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: IBGE 1993. p.1-37;

_____. Identificação dos centros de gestão do território no Brasil. **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro, v.57, n.01, p.83-102, jan./mar. 1995;

_____. **Trajetórias geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997;

_____. Globalização e reestruturação da rede urbana: uma nota sobre as pequenas cidades. **Território**. Rio de Janeiro, v.04, n.06, p.43-52, jan./jun. 1999;

_____. A rede urbana brasileira e a sua dinâmica: algumas reflexões e questões. In: SPOSITO, M. E. B. (Org.). **Urbanização e cidades**: perspectivas geográficas. Presidente Prudente: GASPERR, 2001, p.361-367;

_____. Rede Urbana. Reflexões, hipóteses e questionamentos sobre um tema negligenciado. **Cidades**. Presidente Prudente, v.1, n.01, p.65-78, jan./jun. 2004;

DIAS, L. C. Os sentidos da rede: notas para discussão. In: DIAS, L.C.; SILVEIRA, R. L. L. (Orgs). **Redes, sociedades e territórios**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2005. p.11-28;

DINIZ, C. C. **A dinâmica regional recente da economia brasileira e suas perspectivas**. Brasília: IPEA, 1995. (Teto para discussão n° 375);

COUTINHO, L. G.; FERRAZ, J. C. **Estudo da competitividade da indústria brasileira**. Campinas: UNICAMP, 1994;

CORIAT, B. **Pensar pelo avesso**: o modelo japonês de trabalho e organização. Rio de Janeiro: UFRJ / Revan, 1994;

CUNHA, F. C. A. **A metrópole de papel: a representação “Londrina Metrópole” na institucionalização da Região Metropolitana de Londrina**. 2005. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho, Presidente Prudente;

_____. METRONOR – Metrópole Linear Norte do Paraná: um resgate do planejamento regional no Norte do Paraná nas décadas de 1970 e 1980. **Geografia: revista do Departamento de Geociências**, Londrina, v.16, n.01, p.05-38, jan./jun. 2007.

_____. Para quem serve uma região metropolitana? Folha de Londrina, Londrina, 07 jul. 2010. **Espaço aberto**. Disponível em <http://www.bonde.com.br/folha/folha_form.php?id_folha=2-1--1309-20100707>. Acesso em 06/09/2010;

_____. A metrópole de papel: a representação “Londrina Metrópole” na institucionalização da Região Metropolitana de Londrina. In: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 12, 2009, Montevidéu. **Anais...** Montevidéu: 2009;

ENDLICH, A. M. **Pensando os papéis e significados das pequenas cidades do noroeste do Paraná**. 2006. Tese (Doutorado em Geografia) Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Presidente Prudente-SP;

FERREIRA, S. C. Contribuição ao debate acerca de pequenas cidades na rede urbana. In: SIMPÓSIO SOBRE PEQUENAS CIDADES E DESENVOLVIMENTO LOCAL, 1, 2008, Maringá. **Anais...** Maringá: UEM, 2008;

FI-EL CHICOTES ELETRICOS. Empresa e produtos. Disponível em <<http://www.fielchicotes.com.br>> Acesso em 18/10/2010;

- FILHO, E. P. Assaí ajuda na geração de energia do país. **Folha de Londrina**, Londrina, 30 abr. 2009. Folha Economia, p.2;
- FIRKOWSKI, O. L. C. F. **A nova territoriedade da indústria e o aglomerado de Curitiba**. 2001. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual de São Paulo, São Paulo-SP;
- FRESCA, T. M. **Transformações da rede urbana do norte do Paraná**: estudo comparativo de três centros. 2000. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual de São Paulo, São Paulo;
- _____. Em defesa dos estudos das cidades pequenas no ensino da Geografia. **Geografia: revista do Departamento de Geociências**, Londrina, Vol.10 n.01 jan/jun. 2001;
- _____. A rede urbana norte paranaense: de um padrão tipo christalleriano à um a condição de diversidade e complexidade. In: FRESCA, T. M.; SALVI, R. F.; ARCHELA, R. (orgs.). **Dimensões do espaço paranaense**. Londrina: Eduel, 2002;
- _____. **A rede urbana do norte do Paraná**. Londrina: Eduel, 2004;
- _____. Industrialização no norte do Paraná na década de 1990: transferência industrial e estratégias de crescimento. **Ciência geográfica**, Bauru, v.10, n.10, p. 195-206, set./dez. 2004b;
- _____. Análise da dinâmica da produção industrial no interior paranaense. **Terr@plural**, Ponta Grossa, n.2, jul./dez. 2008. p. 227-239;
- _____. Rede urbana, níveis de centralidade e produção industrial: perspectivas para um debate. In: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 12, 2009, Montevidéu. **Anais...** Montevidéu: 2009;
- _____. Pequenas cidades da rede urbana norte-paranaense e especialização em produção industrial: re-inserções complexas. In: ENCONTRO NACIONAL DE POS GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA, 8, 2009, Curitiba. **Anais...** Curitiba: 2009b;
- _____. Redefinição dos papéis das pequenas cidades na rede urbana do Norte do Paraná. In: ENDLICH, A. M. **Pequenas cidades e desenvolvimento local**. Maringá: Eduem, 2009c. p. 41-67;
- GERAB, W. J.; ROSSI, W. **Indústria e trabalho no Brasil**. São Paulo: Atual, 1997;
- GEIGER, P. P. **Evolução da rede urbana brasileira**. Rio de Janeiro: Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, 1963;
- GODOI, C. N. A urbanização do Brasil e as diferentes divisões territoriais do trabalho ao longo do tempo. **Caminhos de Geografia**, Uberlândia, v.10, n.30, p.128-141, 2009;
- GOUNET, T. **Fordismo e Toyotismo**. São Paulo: Boitempo, 1999;

- HAESBAERT, R. **Territórios alternativos**. São Paulo: Contexto, 2002;
- IBGE. Censo demográfico: Paraná. 1960. Rio de Janeiro, 1962;
- _____. **Censo agropecuário**: Paraná. 1970. Rio de Janeiro, 1975;
- _____. **Censo agropecuário**: Paraná. 1975. Rio de Janeiro, 1979;
- _____. **Censo agropecuário**: Paraná. 1980. Rio de Janeiro, 1983;
- _____. **Censo agropecuário**: Paraná. 1985. Rio de Janeiro, 1991;
- _____. **Censo agropecuário**: Paraná. 1996. Rio de Janeiro, 2000;
- _____. **Censo agropecuário**: Paraná. 2006. Rio de Janeiro, 2009;
- _____. **Censo demográfico**: Paraná. 1970. Rio de Janeiro, 1973;
- _____. **Divisão do Brasil em regiões funcionais urbanas**. Rio de Janeiro: IBGE, 1972;
- _____. **Regiões de influência das cidades**. Rio de Janeiro: IBGE, 1987;
- _____. **Regiões de influência das cidades 1993**. Rio de Janeiro: IBGE, 2000;
- _____. **Recenseamento demográfico de 2000**. Rio de Janeiro: IBGE, 2000;
- _____. **Regiões de influência das cidades 2007**. Rio de Janeiro: IBGE, 2008;
- _____. Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA: **Censos agropecuários, demográficos e industriais**. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/default.asp?z=t&o=1&i=P>> Acesso em: Maio/2010;
- IPEA; UNICAMP; IPARDES. **Redes urbanas regionais**: Sul. Brasília: IPEA, 2000;
- IPARDES. **Paraná**: economia e sociedade. Curitiba: IPARDES, 2006;
- _____. **BDweb - Dados regionais e municipais**. Disponível em http://www.ipardes.gov.br/imp/imp.php?page=consulta&action=var_list . Acesso em: Julho e Setembro de 2010;
- _____. IPEADATA: **Dados macroeconômicos e regionais**. Disponível em <<http://www.ipeadata.gov.br/ipeaweb.dll/ipeadata?Tick=1395611875>> Acesso em Maio/2010;
- KURODA, N. S. **Resgatar ou não, a cultura japonesa Assaí-PR**. 1995. Monografia (Bacharelado em Geografia) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina-PR;

- LOURENÇO, G. M. **A economia paranaense nos anos 90: um modelo de interpretação.** Curitiba:Ed. do Autor, 2000;
- MAMIGONIAN, A. Introdução ao pensamento de Ignácio Rangel. **Geosul**, Florianópolis, v.2, n.3, p.63-71, jan. / jun. 1987;
- MARTINHO, C. **Redes e desenvolvimento local.** Disponível em: <<http://www.gestaosocial.org.br/...rede/algumas%20palavras%20sobre%20rede.../download%3E>> Acesso em: 7 set. 2009;
- MEDEIROS, M. S. S. **A produção do espaço das pequenas cidades do Seridó Potiguar.** 2005. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal-RN;
- MIGLIORINI, S. M. S. **Indústria Paranaense: formação, transformação econômica a partir da década de 1960 e distribuição espacial da indústria no início do século XXI.** **Geografar**, Curitiba, v.1, n.1, p.62-80, jul./dez. 2006;
- MULLER, G. **Complexo agroindustrial e modernização agrária.** São Paulo: Hucitec, 1989;
- NEGRI, B. **Concentração e desconcentração industrial de São Paulo (1880-1990).** 1994. Tese (Doutorado em Economia) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas;
- OGUIDO, Homero. **De imigrantes a pioneiros: a saga dos japoneses no Paraná.** Curitiba: sem ed.,1988;
- OLIVEIRA, D. **Urbanização e industrialização no Paraná.** Curitiba: SEED, 2001;
- OLIVEIRA, J. A. **A cultura nas (das) pequenas cidades da Amazônia brasileira.** Disponível em <<http://www.ces.uc.pt/lab2004/inscricao/pdfs/painel74/ Jose AldemirdeOliveira.pdf>>. Acesso em 11/10/2009;
- PADIS, P. C. **Formação de uma economia periférica: o caso do Paraná.** São Paulo: Hucitec, 1981;
- PASSOS, V. R. L. **A verticalização de Londrina: 1970/2000 – A ação dos promotores imobiliários.** 2007. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Estadual de Londrina, Londrina-PR;
- PORTAL DA GALVANIZAÇÃO. **O processo de zincagem por imersão à quente.** Portal da Galvanização. Disponível em:<http://www.portaldagalvanizacao.com.br/galvanizacao_zincagem.asp> Acesso em: 7 set. 2010;
- PRESTANDO CONTAS À POPULAÇÃO. **Jornal Sol Nascente.** Edição extraordinária. Ago. 2010. 28 p.;
- RANGEL, I. Economia: milagre e anti-milagre. In: _____. **Obras reunidas.** Rio de Janeiro: Contraponto, 2005, p.681-742. v.1;

RESUME REVESTIMENTO SUPERFICIAL DE METAIS LTDA. **Por que galvanizar?** Resume Revestimento Superficial de Metais Ltda. Disponível em: <http://www.resumegalvanizacao.com.br/br/galvanizacao/index.php>. Acesso em: 12 set. 2010;

REVELIA. **Assaí faz parte da Região Metropolitana de Londrina.** Revelia. 25/07/2010. Disponível em <http://revelia.com.br/assai/index.php?option=com_content&task=view&id=3030&Itemid=2824>. Acesso em: 19 ago. 2010;

_____. Assaí fica pequena demais para indústria Veríssimo. **Revelia** 21/08/2010. Disponível em http://revelia.com.br/assai/index.php?option=com_content&task=view&id=3071&Itemid=9. Acesso em: 1 set. 2010;

ROCHEFORT, M. **Redes e sistemas:** ensinando sobre o urbano e a região. São Paulo: Hucitec, 1998;

RODRIGUES, B. Assaí Lança o primeiro condomínio horizontal. **Folha de Londrina.** 01/01/2006 (on line). Disponível em: <http://www.bonde.com.br/folhadelondrina/index.php?id_folha=2-1-20-70-20060101>. Acesso em 24 ago. 2010;

ROSA, M. C. Globalização e divisão territorial do trabalho: uma introdução à discussão das novas tendências na produção do espaço. **Acta Scientiarum**, Maringá, v.20, n.1, p.115-119. 1998. Disponível em:<<http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ActaSciHumanSocSci/article/view/4246/288>> Acesso 30/03/2010;

ROSENTHAL, D. **Aprendizado competitivo e oportunidade da indústria metal-mecânica no Nordeste.** Fortaleza: Banco do Nordeste, 1999;

SANTOS, M. Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 54, 1977;

_____. **Espaço e sociedade:** ensaios. Petrópolis: Vozes, 1979;

_____. **Metamorfose do espaço habitado:** fundamentos teórico e metodológico da geografia. São Paulo: Hucitec, 1988;

_____. **Manual de geografia urbana.** São Paulo: Hucitec, 1989;

_____. **A Natureza do espaço:** técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Edusp, 1996;

_____. **A urbanização brasileira.** São Paulo: Edusp, 2005;

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. A. **O Brasil:** território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2008.

SILVA, A. B.; GOMES, R. C. C.; SILVA, V. P. **Pequenas cidades do Rio Grande do Norte:** uma leitura geográfica. Sociedade e território, Natal, v.17, n.1-2, p. 23-34, 2005;

SILVA, C. H. **O encontro de territorialidades nas diásporas japonesa e nordestina em Assaí-PR.** 2008. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba;

SINDIMETAL. **Convenção coletiva de trabalho 2010/2011.** Curitiba, Londrina, Rio de Janeiro e RM de São Paulo. Disponível em:<<http://www.sindimetal.org.br>> Acesso em: 20 dez. 2010.

SMITH, N. **Desenvolvimento desigual.** natureza, capital e a produção do espaço. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

SOUZA, M. A. **Governo urbano.** São Paulo: Nobel, 1988;

VEIGA, L. A. **Jaguapitã-PR:** pequena cidade da rede urbana norte paranaense especializa na produção industrial de mesas para bilhar. 2007. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Estadual de Londrina, Londrina;

VIAÇÃO OURO BRANCO. **Consulta horários de ônibus Assaí** – Londrina e Londrina – Assaí. Disponível em <<http://www.viacaourobranco.com.br>> Acesso em 30 out. 2010;

VERÍSSIMO. **Soluções logísticas para o setor eletromecânico.** Histórico. Disponível em <<http://www.verissimo.com.br/pagina.htm>> Acesso em 12 set. 2010;

YAMAKI, H.; KANASHIRO, M.; ANAMI, F. O processo de requalificação urbana em Assaí-PR. **Semina.** Londrina, v. 16, n.4, p. 581-590, dez. 1995.